ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

EDIÇÃO DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL · LISBOA · E DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA · RIO DE JANEIRO

ATLÂNTICO

NÚMERO
QUATRO

1943

DIRECTORES:
AMILCAR DUTRA DE MENEZES
ANTÓNIO FERRO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO:
JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

DIRECÇÃO ARTÍSTICA DE:
MANUEL LAPA

ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

EDIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA · RIO DE JANEIRO · E DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL · LISBOA

SUMÁRIO

lina (Ilustração do Autor) / MARQUES REBELLO: *Páginas de um Diário* (Ilustração de Percy Deane) / ALEIXO RIBEIRO: *O Desterrado* (Ilustrações de Magalhães Filho) / VINICIUS DE MORAES: *Capítulo Onze, da novela inédita: «Episódio»* (Ilustração de Bernardo Marques) / GRACILIANO RAMOS: *O Barão de Macahubas* (Ilustração de Carlos Botelho) / JOSÉ DE LEMOS: *César 1, César 2, César 3* (Ilustrações do Autor)

III

SANTA ROSA: *Esquemas das Artes do Brasil* / MANUEL DE FIGUEIREDO: *O Pintor Henrique Pousão (1859-1884)* / MÁRIO DE ALBUQUERQUE: *O Papel das Universidades na Política Atlântica* / LUÍS SILVEIRA: *A Literatura Brasileira nas Universidades da Europa* / MARQUES GASTÃO: *A Sinceridade no Romance Brasileiro* / GASTÃO DE BETTENCOURT: *Retratos de Músicos Brasileiros: II — Francisco Manuel da Silva* (Ilustração de António Duarte) / EDMUNDO CORREIA LOPES: *A Música no Folclore Brasileiro* (Ilustrações Musicais) / DIOGO DE MACEDO: *O Mistério da Arte dos Negros* (Vinheta do Autor) / *Notas* / *Os Novos Colaboradores* / *Documentos.*

FORA DO TEXTO:

UM CONCÊRTO DE AMADORES Columbano / *SENHORA VESTIDA DE PRETO* Henrique Pousão / *ESCOLA DE SAMBA* Santa Rosa.

Quadricromias e outras gravuras: da Fotogravura Nacional e Ilustradora, Limitada. *Trabalho em «offset»:* da Litografia Nacional. *Composição e impressão da:* Oficina Gráfica, Limitada. *Papel* fabricado em Portugal.

A REALIDADE DO ACORDO CULTURAL

DISCURSO DO EMBAIXADOR JOÃO NEVES DA FONTOURA

Sr. António Ferro: — Ao comparecer à sede do Secretariado da Propaganda Nacional, como Embaixador do Brasil e acompanhado de todos os meus colaboradores, não vim apenas cumprir o dever de retribuir a visita com que há pouco me distinguiu V. Ex.ª na Embaixada do Brasil; desejo dar uma especial demonstração da estima e da antiga admiração de que V. Ex.ª desfruta no meu país.

Múltiplos, com efeito, são os títulos que recomendam V. Ex.ª ao aprêço dos brasileiros, não só os que decorrem da alta função que V. Ex.ª desempenha no conjunto das actividades governamentais de Portugal, como também os que ilustram a sua personalidade de escritor da nossa língua. Um só dêsses títulos, porém, bastaria para recomendar o nome de V. Ex.ª à gratidão de portugueses e brasileiros. É que V. Ex.ª foi o autor da idéia, convertida em auspiciosa realidade com o concurso de V. Ex.ª mesmo, do acôrdo cultural luso-brasileiro de 1941.

Dessa memoravel convenção resultaram novos e magníficos frutos para a obra de aproximação afectiva e intelectual entre os nossos países. Um dêles, por exemplo, foi a criação de

uma secção portuguesa e de uma secção brasileira, respectivamente, no Departamento de Imprensa e Propaganda do Rio-de-Janeiro e aqui, no Secretariado da Propaganda Nacional. E já que me refiro à secção portuguesa do Rio-de-Janeiro, não quero deixar de exprimir, perante V. Ex.ª e nesta casa, quanto foi acertada a designação, para aquêle encargo, do Visconde de Carnaxide, figura portuguesa que goza da maior consideração nos meios sociais da capital brasileira. Pelo seu tato, pelo seu conhecimento dos assuntos de cooperação literária, pela sua dedicação à causa da lusitanidade, o Visconde de Carnaxide se tem conduzido de modo extremamente simpático no desempenho da sua função. Sôbre o representante do Brasil nesta secção, cabe aos portugueses dizer, mais do que a mim, como brasileiro, da sua conduta. Seja-me perdoado assinalar, entretanto, que é muito grato verificar que José Augusto Cesário Alvim, sob o ar modesto e discreto que o caracteriza, vem realizando um trabalho em verdade eficaz, no plano do intercâmbio literário luso-brasileiro. Êsse trabalho, de resto, não teria sido possível, se o meu jovem e distinto compatriota não estivesse rodeado, na secção brasileira, de colegas portugueses que participam dos mesmos sentimentos e da mesma vontade.

Outro dos frutos do acôrdo cultural de 1941 foi a fundação e a publicação da mais luxuosa, da mais bela revista até agora editada em língua portuguesa, e que, sob a invocação do oceano que nos separa, mas que também nos une, congrega uma plêiade dos mais autênticos valores literários do Brasil e de Portugal. A revista «Atlântico», a que V. Ex.ª, sr. António Ferro, deu o vigor e o carácter construtivo da sua própria inspiração de poeta, encontrou na personalidade, muito cara para nós, do escritor José Osório de Oliveira, seu secretário, o arquitecto ideal. Pois em José Osório de Oliveira nós, brasileiros, não sabemos que mais admirar; se o seu idealismo atlântico, se o seu específico e minucioso conhecimento da literatura do Brasil. Idealismo atlântico é uma expressão de profundo sentido para nós, portugueses e brasileiros. O sonho de Paulo Barreto e de João de Barros, que há trinta anos parecia quimera de literatos, veio conseguir uma das suas formas concretas sob os auspícios do Secretariado da Propaganda

Nacional. Pois é graças ao trabalho de V. Ex.ª, sr. António Ferro, como colaborador directo do Govêrno português, que possuímos hoje na revista «Atlântico» um instrumento de acção constante, no plano da arte e do pensamento, para a conservação e o desenvolvimento da solidariedade oceânica, para essa ponte triangular cujos pilares assentam nas margens do Tejo, no litoral africano e nas praias sul-americanas — ponte do Império, império da língua portuguesa, império da cultura luso-brasílica, império do génio civilizador lusitano. O concurso de V. Ex.ª, sr. António Ferro, vem, assim, assumindo um relêvo cada vez maior na obra de aproximação intelectual entre as nossas duas pátrias — pátrias essenciais para a defesa da civilização cristã e da verdadeira flama da latinidade.

A êste propósito, apraz-me prestar homenagem à obra da repartição de V. Ex.ª. De há muito que o Secretariado da Propaganda Nacional se impôs à nossa admiração, no Brasil, em virtude do largo sôpro de amor à cultura que anima os seus serviços. Pela sua preocupação de destacar valores da inteligência; pela organização dos seus concursos literários e artísticos; pela criação, noutros países, de uma viva atmosfera de curiosidade intelectual em tôrno das coisas portuguesas, bastando citar, a tal respeito, o elevado número de escritores estrangeiros que visitaram Portugal nestes últimos anos, e os livros, as reportagens, os estudos, os artigos que daí surgiram, por tôda a parte; pelas festas de carácter histórico, tradicional ou folclórico; pelo estímulo dado, sob tôdas as formas, a tantas das novas expressões intelectuais do país; pela incessante publicação de trabalhos destinados a divulgar diferentes aspectos da actividade moral e cívica do povo português — a obra de V. Ex.ª, sr. António Ferro, e dos seus dedicados colaboradores, é uma perfeita lição do que pode ser a propaganda quando entendida como uma actividade criadora do Estado. E essa obra tem a marca do seu autor, o cunho de lirismo, a poeira de estrêlas que se desprende sempre das mãos de um poeta; de tal modo que entre os versos de certo adolescente de outrora, intitulados «Árvore de Natal», e os serviços artísticos, literários e de informação jornalística, do Secretariado da Propaganda Nacional, é fácil ver a íntima ligação, aquêle sólido fio de magnético entusiasmo, de ardor pela

vida, de simpatia humana, que nunca deixou de estar presente em todos os livros de V. Ex.ª, sr. António Ferro.

Quando um dia se escrever a história da inteligência portuguesa em nossa época, êste Secretariado ocupará certamente um capítulo novo, não só pelas iniciativas felizes que tomou, irradiando valores nacionais e aproximando o povo português de outros povos, como também pelo papel que exerceu, mais particularmente, de obreiro desvelado na compreensão luso-brasileira.

Ao vir hoje a esta casa, tenho uma dupla alegria; pois quero aproveitar a ocasião para trazer a V. Ex.ª as insígnias de Grande Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, promoção com que o Govêrno do Brasil resolveu em boa hora distinguir mais uma vez a pessoa de V. Ex.ª. Êste gesto do meu Govêrno não significa sòmente reconhecimento pelos serviços já prestados por V. Ex.ª à obra de vinculação das nossas duas pátrias; traduz também a certeza de que V. Ex.ª continuará a empregar fecundos esforços em prol do enriquecimento dêsse inestimável património que é a nossa cultura comum, e da fraterna amizade das nossas nações.

PROGRAMA DE UM ESTUDO NACIONAL

POR ÁLVARO RIBEIRO

ADVERTÊNCIA: Tendo o Secretário da Redacção desta revista, em artigo recolhido no seu último livro, proposto como «Tema para a Nossa Geração» a definição de Portugal — «tema a tratar por vários escritores numa espécie de inquérito, ou melhor, num trabalho a realizar por uma équipe*» —, o espírito atento de Álvaro Ribeiro sugeriu, num jornal, que José Osório de Oliveira utilizasse as páginas da* Atlântico *para «dirigir e levar a cabo» êsse «inquérito» ou «trabalho de* équipe*». Entendeu Osório de Oliveira que, para tanto, lhe faltava competência e autoridade; que dois ou três escritores não seriam de mais para a simples e já tão complexa tarefa de promover e organizar êsse inquérito; que, por outro lado, não sendo a* Atlântico *uma revista portuguesa, mas luso-brasileira, devendo interessar-lhe o enunciado e o resultado ou conclusão dêsse trabalho, não podia caber-lhe a sua realização. Trabalho colectivo, no qual devem colaborar quantos possam contribuir para a sua finalidade e que deve ser constituído por quantas análises forem necessárias, o número dos colaboradores e a particularidade de algumas das suas contribuïções poderiam exceder o quadro especial desta revista.*

Esperamos que êsse trabalho encontre possibilidades de realização, mas parece-nos essencial que se verifique a primeira condição: haver, da parte dos escritores da «Nossa Geração», verdadeiro interêsse pela resolução do problema ou, ao menos, a noção de que um problema existe, que assim pode ser enunciado: «que é, na realidade, Portugal?», «qual a classificação exacta do nosso carácter e do nosso génio, qual a definição, enfim, da nação a que pertencemos?» Foi para isso que Álvaro Ribeiro, solicitado por Pedro de Moura e Sá e por Osório de Oliveira, redigiu êste programa de trabalhos, ao qual êsses dois escritores deram já a sua adesão, com uma discordância da parte do segundo. Com efeito, Osório de Oliveira, em artigo para a imprensa do Brasil, referindo-se à necessidade dêsse inquérito a Portugal, preconizou que êle tivesse uma conclusão brasileira:

«Só nós poderemos proceder ao trabalho de análise subordinado a uma visão geral, que está ainda por fazer e sem o qual será impossível atingir a síntese. Talvez um brasileiro esteja, nessa altura, em melhores condições do que nós para

condensar, numa idéia, todos os elementos obtidos, porque poderá utilizar-se da nossa informação, terá a ajudá-lo a facilidade de compreender e a simpatia que ilumina, estando, por outro lado, colocado a distância, e dispondo, por isso, da perspectiva que nos falta. Penso num Gilberto Freire ou num Sérgio Buarque de Hollanda.»

Demonstrar-se-ia assim, mais uma vez, que Portugal se projectou e se amplia no Brasil, embora transformando-se; que tem nesse grande país, por assim dizer, o seu desenvolvimento e a sua conclusão natural. Aliás, na Casa-grande & Senzala *e nas* Raízes do Brasil, *como em poucos livros, poderão os futuros inquiridores encontrar elementos para o diagnóstico do carácter português.*

Mas o que se pretende, por enquanto, é, simplesmente, provocar a reacção dos escritores portugueses de hoje.

INDISPENSÁVEL a tôda a acção realista e a tôda a cultura homogénea que queiram exercer-se no plano nacional, o estudo do povo português permanece ainda longe do método que o poderá conduzir a perfeito desenvolvimento. Se é certo que abundam, em notas fragmentárias e dispersas, as observações exactas e críticas agudas que os escritores mais atentos registaram em livros de diversa índole, é evidente também que a variedade e a multiplicidade dos testemunhos, exarados durante séculos, dificultam a esquematização do saber. Juízos divergentes e contraditórios, formulados muitas vezes para conveniência do aforismo e para êxito da polémica, numa fase empírica ou num momento subjectivo da actividade do escritor, acompanham, porém, tão ìntimamente, quási tôdas as observações que, dêste modo redigidas, aparecem como menos úteis. E o pensamento simpático, não querendo pecar por omissão, abstém-se de talhar as classificações rígidas que permitiriam a definição clara do génio português.

Na encruzilhada dos juízos difícil é escolher o caminho do conceito e da verdade. Mas urge progredir, isto é, promover o trabalho de síntese que permita reconhecer as bases teóricas da doutrina da nacionalidade. Uma tentativa de sistematização convencional terá limites fluentes, mas será útil exactamente na medida em que fôr impelindo pouco a pouco a crítica científica para a revelação da verdadeira fisionomia do povo. A indecisão e, conseqüentemente, a ausência de pensamento sôbre o carácter do português, individual e colectivamente considerado, são o maior impedimento a uma acção efectiva, política ou cultural. O ponto de

partida da acção está no que soubermos do que fomos, do que somos e do que poderemos vir a ser como povo e nacionalidade, e não em qualquer ideal que, lògicamente, se projecta no fim.

De outro ponto se tem erradamente partido, em movimentos de cultura estrangeira e de política estrangeira. Gerada a ilusão de aproximar o nosso país da melhor zona de influência e do mais alto padrão civilizacional, Portugal diminui a própria consciência e a própria realidade. Esta ilusão cinemática parece inevitável e adultera sempre o aspecto português das questões mundiais. Ainda se não sabe qual será a nova ordem da Europa, e já as preocupações económicas e jurídicas, comuns a todos os habitantes do Continente, fazem esquecer o programa mais alto da afirmação vital das qualidades portuguesas, na língua e na literatura, na arte, na filosofia e na religião. O desleixo no domínio do que no espírito não é pura espontaneidade, ou seja, no domínio do culto e da cultura, da educação e da religião, afigura-se, porém, mais perigoso do que a improvisação oportuna do ajustamento técnico ao plano de cooperação internacional que a História porventura venha a exigir à solidariedade dos povos.

A confiança na alma é, sem dúvida, uma garantia da liberdade. Mas a dialéctica da alma, sendo predominantemente sentimental, carece muitas vezes da luz da razão. De pouco vale importar o espírito estrangeiro; e, se pensar não é sòmente judicar, urge que pensemos como portugueses, já que como portugueses nos sentimos e nos comovemos. Pelo contrário, se formos simplesmente considerados como uma espécie de que a latinidade representa o género, se a alma portuguesa fôr atraída apenas pelo espírito público que circula nas línguas românicas, Portugal sofrerá uma diminuïção no significado próprio que dá à independência e no plano secular da sua indefinida expansão.

É, pois, um problema social, — quere dizer, um problema que só instituïções públicas ou privadas podem solucionar — aquêle que consiste em determinar o ponto de partida da acção nacional pelo estudo sistemático das constantes psíquicas do povo português. Houve sempre nítida e aguda consciência de que a falta de semelhante estudo se ressentia nos diversos campos da actividade cultural, e alguns grupos de voluntários chegaram a tentar reünir, em publicações de duração efémera ou de propaganda reduzida, os trabalhos preparatórios da definição da lusitanidade; nunca foram, porém, as circunstâncias tão favoráveis que impedissem a desagregação dos esforços; das tentativas feitas resultaram apenas fragamentos confiados à benemérita memória dos eruditos. Hoje, porém, razões mais fortes e sentimentos mais intensos transformaram uma previdente aspiração de alguns escritores numa exigência oportuna que adquiriu feição de problema social.

¿Que acontece, que cai, na literatura portuguesa para que de tal campo, considerado alheio a preocupações da prática, tivesse subido a mais recente voz sôbre o assunto em revisão?

De facto, o escritor José Osório de Oliveira, na primeira parte do livro intitulado *Enquanto é possível,* considera um «Tema para a Nossa Geração» o estudo do carácter português nas suas diversas e congregadas qualidades, e propõe conseqüentemente que um escol se organize para cumprimento da tarefa inadiável. A idéia do autor da *Psicologia de Portugal* não teve maior repercussão do que uma confidência, o que não lhe diminui o mérito intrínseco mas reflecte a oposição às circunstâncias. Se é difícil lutar contra as repetidas ondas de cultura estrangeira que os livreiros importadores e os editores de traduções impõem por métodos comerciais ao público sempre desprevenido, se é difícil resistir ao império da moda no domínio da leitura que se reflecte na conversação mundana, se é difícil combater o preconceito de que nas influências estrangeiras está o segrêdo da história das literaturas, mais difícil é fazer admitir que a renovação da literatura parte da consciência da originalidade. O que acontece, o que cai, na literatura portuguesa é um excessivo número de livros traduzidos, demasiadas alusões a ensaístas estrangeiros de segunda ordem e da última hora. Uma terra coberta de artefactos não pode ser lavrada fecundamente. O estudo das literaturas estrangeiras, que ninguém pretende diminuir nem depreciar, só é válido como fenómeno de alta cultura: quere dizer, não se compatibiliza com a tradução para vulgarização, exige aquêle esfôrço prévio e libertador que é a aprendizagem da língua estranha. Desejável é que os novos escritores ultrapassem o conhecimento limitado de alguns idiomas românicos; dessa aventura da inteligência poderão regressar cientes de que existem fontes de inspiração cujas águas não correm nos leitos formais do engenho latino. Condenável é, pelo contrário, o estacionamento a que o livro traduzido inevitàvelmente convida. A aceitação sem possibilidade de escolha, a indolência da leitura sem incidentes, o empréstimo de expressão própria e conhecida a um pensamento alheio e secreto, a adulteração estilística da frase espontânea e directa, o hábito da insinceridade sentimental e intelectual, — enfim, tôdas as condições da tradução — actuam como venenos na alma popular. Compreende-se perfeitamente que na literatura portuguesa se declare uma crise pela falta de temas originais, pelo desconhecimento dos temas nacionais. Mas o tema proposto por José Osório de Oliveira não cabe nos limites de qualquer género literário, excede a própria literatura: implica a discussão da teoria da cultura, revela um problema social.

Vale a pena reflectir demoradamente sôbre as dificuldades de tarefa tão pesada para uma fugaz geração. Trabalho de escol, trabalho moroso e árduo, que

exige a conjugação de vários tipos de mentalidade, o estudo psicológico do povo português não pode ser levado a cabo por um inquérito de índole burocrática. A distribuïção de um questionário rígido, propondo alternativas fictícias a que o escritor responderia por opção dogmática e sóbria, a colheita de elementos para uma interpretação estatística e a solução final por processos mecânicos são métodos simplistas que convém desde já afastar para esquecer. Preferível será tentar resolver o problema por um sistema de monografias que permita a cada escritor interessado colaborar amplamente na medida da sua competência e da sua vocação. Mas a principal dificuldade está em obter do erudito e do técnico o escrito agudo que incida profundamente no tema em discussão, que interprete ou justifique os característicos essenciais, em vez do costumado resumo histórico ou inventário etnográfico que repelem o estudioso para fins muito diversos. Ao chamar a atenção dos colaboradores para problemas de ordem filosófica, não deverá solicitar-se uma réplica imediata ; antes do intervalo consentido para a honesta meditação não é lícito esperar maturidade de pensamento em assuntos surpreendentes e inéditos. Deverá admitir-se que para o estudo de alguns problemas nacionais faltam por enquanto os colaboradores mais aptos, mas dêste impedimento só é lícito tirar as conclusões de ordem prática: atrair estudiosos para as descuradas especialidades, facilitar os trabalhos com o auxílio dos institutos de cultura, estimular as vocações e fortalecer competências. Lentamente, durante o período de um ano, os depoïmentos de origens diversas entrarão isoladamente nas secções previstas, para a pouco e pouco desenharem uma figura de conjunto, convindo portanto que tôdas as linhas e tôdas as côres se harmonizem num panorama tìpicamente nacional. Afirmou-se preferível um *sistema* de monografias a uma série de monografias, para variedade de perspectivas e de pontos de vista. Coordenadas finalmente as séries dos estudos, surgirá o problema técnico da edição.

Esta antevisão de um percurso dramático, entre as dificuldades terríveis das circunstâncias sociais, acentuará talvez o sabor amargo da tarefa inadiável. Por isso se disse que reflectir *vale a pena*.

Estudar o carácter do português, definir as qualidades permanentes do povo, e reconhecê-las para além do véu das escolas literárias, das reformas pedagógicas, dos movimentos políticos, das alterações sociais, pressupõe a exigência de uma virtuosa imparcialidade a que o espírito do tempo angustiadamente resiste. Das sucessivas fases da História, das diversas ideologias que tiveram expressão nacional, dos factores necessários e contingentes da realidade colectiva, não deve haver omissão,— porque cada elemento, qualquer que seja o seu valor afirmativo ou negativo, con-

têm um sentido que interessa apreender e aprofundar. Tudo quanto se escreveu àcêrca do povo português, das suas boas e más qualidades, da sua situação perante os outros povos e a opinião internacional, do seu aperfeiçoamento e da sua rigidez, da sua missão histórica e da sua espectactiva actual, etc., pode incluir noções utilíssimas para o conceito final. Num estudo desta índole deverá ter-se em consideração o inventário bibliográfico e a antologia metódica de tudo quanto estrangeiros e nacionais escreveram àcêrca de Portugal, compilando-se assim os documentos clássicos a que as monografias especiais terão de fazer concreta referência. A êste volume de trabalhos eruditos seguir-se-á a série de estudos inéditos sôbre a maneira por que os escritores mais representativos procuraram definir nas suas obras a alma popular e o génio português. A história da literatura e a crítica literária poucas vezes se interessaram por êste problema, deixando o campo livre aos artifícios das doutrinas políticas mais ávidas de precursores; e sem antecedentes modelares difícil será aos escritores contemporâneos verificar o pensamento dos antepassados. É indispensável, todavia, que alguém se dedique a êste trabalho intermediário, com liberdade de escolha mas também com simpatia e afinidade pelo pensamento da personalidade a estudar, o que põe em evidência a delicadeza do critério óptimo por ocasião do convite aos diversos colaboradores. Dificuldade a vencer, pela razão forte de que sem esta série de monografias a obra não poderá aparecer como completa aos olhos dos portugueses que acima de tudo apreciam as minúsculas investigações históricas.

Demasiado é o número de escritores que, ou no início da carreira literária ou no primeiro momento de cansaço, se aplicam com tenacidade a qualquer ramo maior ou menor da historiografia, sofrendo a ilusão de que no tempo se encontra a imagem nítida da verdade. Livrinhos fáceis e medíocres sôbre pequenas e grandes questões históricas vão influindo no ânimo do público e diminuindo as virtudes criadoras e críticas; de convenção passa a dogma a tese de que é possível compreender cientìficamente o passado, de que permanece sempre igual a mentalidade dos homens, de que não se intercala o mistério na sucessão dos anos. Combate-se a historiografia parcial e política, o que é louvável, mas teoriza-se uma objectividade impossível, o que é equívoco. O movimento de renovação dos estudos históricos e de reabilitação dos heróis nacionais, por maior que seja o seu inegável mérito, carece por enquanto do que lhe pode dar um sentido futurista. Com desgôsto se verifica que, por lhe faltar uma diferenciante Filosofia da História, Portugal tem apenas um lugar inconfundível na História da Civilização.

Meditando, porém, no conceito de Civilização, o pensador reconhece que só a Filosofia da História o deriva e determina correctamente. Denunciada esta in-

versão doutrinária, que o uso da palavra fácil durante alguns decénios encobriu, urge evitar que o êrro anti-patriótico atinja mais perigoso desenvolvimento. Na Faculdade de Direito, como na Faculdade de Letras, um professor especializado deverá ministrar o ensino de Filosofia de História segundo uma interpretação nacional. ¿Como se compreende que o escol português possa dedicar-se a uma actividade prospectiva sem o conhecimento do que superiormente movimenta os homens e os povos? ¿Como saber agir perante as indecisões momentâneas, segundo as normas da continuïdade nacional, sem a luz de uma doutrina imanentista ou transcendentalista, sem uma Filosofia da História?

A falta do ensino de Filosofia da História nos cursos superiores reflectiu-se nos domínios medianos da divulgação cultural. Confiando na História da Civilização escrita por autores estrangeiros, ou na teoria da Civilização divulgada pelas agências internacionais de imprensa periódica ou eventual, o português foi obrigado a julgar mal o seu país e, conseqüentemente, a cometer erros políticos desta maneira explicáveis. Longe de ter efectuado a indispensável reforma da mentalidade, o português julga ainda que a actividade política tem por fim a defesa da Cidade e da Civilização. Ora êste limitado humanismo, êste excessivo antropologismo, êste doentio apêgo ao artefacto social levam fatalmente ao desastre e não se justificam num ambiente que afirma a irredutibilidade e a superioridade da Religião. Sem uma Filosofia da História, a actividade dos portugueses continuará a ser um enigma, as perplexidades e as dúvidas destruïrão a confiança social, e, corajosamente propostas no texto de um livro ou tìmidamente circulando nas conversas, persistirão as preguntas: Que é Portugal? Que será Portugal?

Uma série de monografias sôbre os problemas portugueses que aguardam a interpretação especulativa da Filosofia da História terá insubstituível lugar num estudo sistemático de psicologia nacional. A aventura dos Descobrimentos, que antes do sentido realista determinado pelos mais recentes estudos de historiografia tivera uma inspiração que pode considerar-se poética, se não romântica; a não-aceitação das heresias por motivos que a política não explica e que só poderão aparecer quando revelados pela análise psicológica; o sebastianismo persistente e multiforme, principal mito da vida nacional; o simulado atraso da nossa cultura que mais significa oposição aos preconceitos mediterrâneo e europeu; enfim, todos os fenómenos rácicos que o intelectualismo simplesmente repeliu, negou ou condenou, obrigando o patriotismo a exprimir-se na mais apodrecida retórica ou no formulário triste das cartilhas, serão estudados por quem na História saiba intuir a acção do que por eterno a transcende e, finalmente, a explica.

Dificuldades menores se apresentarão ainda a quem tiver a oportunidade e a competência de elaborar o esquema prévio do complexo sistema de monografias e a quem fôr confiada a delicada missão de escolher os respectivos colaboradores; mas é possível apontar desde já os aspectos dominantes, conseqüentemente expressivos:

A) Estudos geográficos, partindo da caracterização dos países peninsulares europeus, dos países ibéricos entre os países peninsulares, de Portugal entre os países ibéricos para o conhecimento da nossa terra segundo várias disciplinas da geografia moderna;

B) Estudos antropológicos e etnográficos, mais interpretativos do que eruditos, mais atentos aos resultados do que às fases das investigações;

C) Estudos sociológicos, especialmente das ordens, das classes e das profissões, com a narrativa sumária das respectivas vicissitudes e a análise metódica dos factores contribuintes para a individualização da nacionalidade.

Nestas três séries de monografias, cuja importância não precisa de ser demonstrada, serão certamente discutidas e talvez resolvidas certas questões actuais que não encontraram ainda uma expressão clara no pensamento português. A atitude de Portugal perante a Europa, o significado anímico e espiritual da fronteira ibérica dos Pirinéus, a inexistência de portos portugueses no Mediterrâneo, o rumo atlântico da expansão, a desatenção lusíada perante os dramas da Europa Central, tudo isso deverá ser explicado geográfica e etnològicamente. Merece especial menção, entre os assuntos sociológicos, a enigmática debilidade corporativa da Nobreza portuguesa. Esta ordem tradicional, sofrendo a pouco e pouco a influência da alta burguesia, e perdendo terminalmente os privilégios políticos, não procurou ainda estudar os seus problemas numa revista doutrinária, nem estreitar os laços comuns numa associação de direito privado, nem regenerar a pureza do seu escol num instituto de educação, nem ingressar por um caminho heróico de actividade nacional, nem organizar a assistência e o auxílio aos seus membros em perigo de aviltamento; apenas se dedicam alguns fidalgos a investigações históricas de restrito interêsse, esfôrço ridículo porque insuficiente para distinguir a Nobreza na camada escura da burguesia operosa e dominante. Nobreza é a competência para definir o ideal colectivo, para o realizar no primeiro momento heróico, para o garantir como tradição social; interessa, pois, à totalidade do povo conhecer o trânsito dessa competência através dos institutos e das gerações, e investigar em que medida pode a transferência coincidir com os movimentos políticos; porque da atitude da Nobreza resulta sempre uma imagem a que reage adequadamente a alma popular.

Numa secção autónoma, exigida pela excelência do tema, a língua portuguesa será estudada nos traços que a distinguem das outras línguas românicas, nos aspectos que apresentam sempre estranheza e dificuldade aos estrangeiros mais cultos, atendendo-se a que os fenómenos filológicos são susceptíveis de interpretações psicológicas; do mesmo modo, as características e os constantes nacionais de versificação, determinados racionalmente, virão completar o estudo do idioma que mais nos diferencia no Mundo.

Finalmente, e no capítulo merecido, virão as monografias sôbre as expressões nacionais da arte, da filosofia e da religião, ou seja, em têrmos hegelianos, do Espírito Absoluto.

ARTE — Cada arte plástica ou rítmica será objecto de uma ou mais monografias, atendendo-se a que múltiplos são os problemas estéticos a resolver por quem pretende caracterizar a inspiração e a técnica predominantes em Portugal. A literatura, — cujo estudo não pertence à estética mas à dialéctica, porque a qualidade da sua arte atinge já a reflexão explícita sôbre os fenómenos da sensibilidade, — fornecerá, pela interpretação das vicissitudes de cada género, algumas das mais interessantes colaborações ao trabalho sistemático.

FILOSOFIA — Êste grupo incluïrá também as ciências, estabelecido que tôda a actividade gnosológica é essencialmente filosofia. A contribuïção portuguesa para os diversos ramos do saber, avaliada à luz do pensamento hodierno, afastará correntes dúvidas àcêrca da mentalidade nacional.

RELIGIÃO — Uma monografia sôbre cada um dos cultos admitidos no país, e diversas sôbre a projecção do culto católico fora dos templos: devoções familiares e sociais, preferências dos portugueses no hagiológio e na liturgia. Estudo dos fundamentos do ateísmo e do pessimismo na obra dos escritores portugueses mais representativos das correntes irreligiosas.

Não exige o estilo desta obra que um capítulo final contenha um resumo ou uma conclusão; pelo contrário, preferível será que não tenha projecção escrita, prematuramente definida, a imagem resultante do conjunto das monografias. Seja permitido a cada leitor escolher o ângulo da sua interpretação ou ditar o juízo da sua subjectividade, para que assim mais visíveis se tornem os erros inevitáveis. Outra geração aperfeiçoará o trabalho esboçado, no trânsito da crítica para a doutrina. Não podendo haver uma «psicologia de Portugal» antes da revolução filosófica de que somos advertidos ou inadvertidos contemporâneos, qualquer outra conclusão a êste sistema de monografias, necessàriamente modesto e preparatório, não passará de um escrito exterior e supérfluo, arbitrário e inconveniente. A nomenclatura e os métodos correntes na psicologia, mais adequados aos povos que os estabeleceram,

não cinjem correctamente a realidade portuguesa ; disso resulta parecerem unilaterais ou contraditórias as qualidades atribuídas à alma nacional, insubsistente a teoria de nacionalidade. Na alma portuguesa, incompatível com os predicados extremistas, vê a crítica inimiga aspectos de mediocridade ; mas uma intuïção mais isenta do acidental e do circunstancial revela também o desejo insatisfeito de encontrar num plano superior a conciliação dos contrários. Esta aspiração, que não tem ainda voz científica, sempre encontrou expressão artística ou religiosa ; pode, de maneira constante, caracterizar o português ; mas tal característica, em vez de têrmo repousante, é novo ponto de partida para infindável meditação.

BRASIL
ARQUIPÉLAGO CULTURAL
POR VIANNA MOOG

Em que consiste a literatura brasileira? Quais os seus característicos fundamentais? Quais as suas tendências? Terá ela valores estáveis e permanentes capazes de sobreviver às transformações por que o mundo está passando? Constituïrá uma unidade homogénea susceptível de definição ou estará ainda na fase confusa, vaga e complexa das indeterminações?

Facto estranho na sua singularidade: as mesmas perguntas com relação às literaturas francesa, alemã, espanhola, inglesa ou portuguesa não me trariam tamanhos embaraços. Sôbre a literatura francesa, por exemplo, estou certo de que não teria de recorrer a nenhum grande golpe de intuïção para proclamar desde logo que se trata de uma literatura cujo principal característico é o senso cartesiano da medida e da clareza; que nessa literatura de racionalistas e ensaístas, o espírito cartesiano, inseparável do espírito francês, é que estabelece, ininterrupto e invariável, o perfeito nexo de continuïdade e de íntimo parentesco espiritual entre Descartes e Pascal, entre Pascal e Montaigne, como entre Montaigne e Voltaire, Voltaire e Anatole. Da literatura alemã não seria difícil sustentar a sua natureza filosófico-metafísica, traço que liga Lutero a Kant, Kant a Goethe, Goethe a Nietzsche, Nietzsche a Spengler. Na literatura espanhola bastar-me-ia acentuar o seu carácter místico-cavalheiresco para ficar próximo de sua verdade substancial, que reside nêle como o lírico-heróico na portuguesa e o de sublimação das realidades temporais e espaciais na inglesa. Não é muito, eu sei, mas já é alguma coisa. Pelo menos, com tais pontos de partida, torna-se relativamente fácil ter uma visão de conjunto sôbre cada uma delas.

Mas, se é possível estabelecer pontos de referência para a conceituação dessas velhas literaturas que formam o património comum da cultura do Ocidente, outro tanto não se verifica no tocante à literatura brasileira. Aqui os problemas se complicam, as perguntas pairam no ar, sem solução. Com efeito, que traço será

nela predominante? Será uma literatura de ensaístas, como a francesa? De imaginativos, como a inglesa? Lírico-heróica, como a portuguesa, em que primeiro se nutriu? Eu, por mim, não me aventuraria a dar resposta categórica e definitiva a qualquer dessas interrogações. Mesmo porque, levadas as coisas a rigor, não é possível recolher do conjunto da literatura brasileira nenhuma verdade em grande, nenhuma grande síntese ajustável aos rigores de uma definição.

Como não estamos em presença de uma unidade homogénea e definida, ao jeito das literaturas europeias, para compreender e interpretar a literatura brasileira é preciso antes de tudo renunciar ao intento de abrangê-la como um todo, numa visão geral. E sobretudo encarar com reservas o processo cronológico, à luz do qual ela tem sido até agora estudada. Creio mesmo que já é tempo de pô-lo de lado. Quanto mais me adentro em nossas histórias literárias, mais me convenço de que o processo cronológico, a bem dizer o único que lhes tem sido aplicado, não é o que mais se ajusta à exacta compreensão dos segredos de nossa literatura. Como critério, será muito interessante para as literaturas mais ou menos homogéneas, como a francesa, a espanhola, a italiana, a inglesa. Não se adapta, entretanto, a uma literatura que, a despeito da unidade de língua e de origem, as diferenciações geográficas, as de meio, as de forma de produção, as de clima e de cultura, condenaram a uma estonteante diversidade. O processo cronológico será ainda interessante para quem se conforme com exigir da história de uma literatura apenas uma tábua mais ou menos longa de valores sacramentados, um roteiro bibliográfico, um simples catálogo de autores e de livros; não porém para aquêles que nela procuram, além da informação, verdades essenciais sôbre a nossa história, a nossa formação espiritual e principalmente sôbre o nosso destino. Sob êste aspecto, o processo cronológico já deu o que tinha de dar. Está esgotado. Servirá ainda e quando muito para ilustrar verdades parciais sôbre a nossa falta de originalidade em face dos movimentos europeus, conseqüência de outra meia verdade que procura ver no homem americano um europeu no que êle tem de profundo e estratificado, apenas americano por suas camadas superficiais. Desde, pois, que o processo cronológico se revela incapaz de apresentar novas contribuïções para o estudo da literatura brasileira, sobretudo àquêles que se comprazem em pensar em grande sôbre temas em que se não deve pensar de outro modo, já é tempo de procurar outro sistema, na certeza de que cada assunto, por mais complexo, tem sempre um método que lhe corresponde.

Qual então o sistema interpretativo que mais se lhe ajusta? Tenho para mim seja o de análise dos núcleos culturais cuja soma forma o complexo heterogéneo

da chamada literatura brasileira. Fragmente-se o Brasil em regiões onde predominem o mesmo clima, a mesma geografia, as mesmas formas de produção, e o problema ficará imediatamente simplificado. Lá onde êsses factores se conjuguem numa certa uniformidade pode ter-se a certeza de que se há-de encontrar um núcleo cultural homogéneo e definido, formando como que uma unidade àparte no conjunto da literatura brasileira. Porque, sob êste ângulo, apesar da continuïdade do território, não constituímos um continente; somos antes um arquipélago de cultura. Com muitas ilhas de cultura autónomas e diferenciadas.

O MITO DO BRASIL

PRÓLOGO DE UMA CONFERÊNCIA

POR JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

SOU «um português-brasileiro», «um homem de duas pátrias, pelo menos espirituais ou intelectuais», como há pouco reconhecia um escritor do Brasil. Melhor ou pior do que isso: sou um ser dividido entre duas pátrias. Já o tenho afirmado, procurando explicar o meu caso, mas creio que nunca o consegui tão exactamente como numa carta particular que foi agora tornada pública com surpreza minha. Há mais de dez anos, já não me lembro porquê mas suponho que para corresponder ao envio espontâneo de um livro, escrevi uma carta ao contista brasileiro João Alphonsus, que acabava de se estrear e devia ser jovem, mas que eu não conhecia pessoalmente. Não sei já porquê, mas imagino que por adivinhar nêle um homem da minha geração, deu-me para lhe expor, com intimidade, o que poderia classificar como o meu sofrimento. Mais de dez anos se passaram sem que tivesse notícias dêsse escritor, de quem só por empréstimo pude, entretanto, ler um romance. Há poucos meses, porém, êsse escritor publicou um artigo revelando ter guardado no seu arquivo essa carta de que me esquecera. E nesse artigo transcreveu o que supôs ser uma revelação e foi, posteriormente, dito por mim de outra maneira, mais do que uma vez; nunca, porém, com tanta clareza, pois, tratando-se de um caso afectivo, senti-me à vontade dentro do género epistolar. Dizia eu então, como agora verifico:

«Nada pode ser mais grato ao meu coração e à minha inteligência do que receber o livro dum escritor brasileiro, principalmente dum novo. Não o digo por lisonja e explico: Estive no Brasil em garoto, ou seja na idade em que as impressões vincam mais fundo. Freqüentei uma escola brasileira e fiz a vida dum adolescente daí, de modo que tenho a impressão de ter tido duas adolescências: uma brasileira e outra portuguesa. Esta transformou-se em juventude e, depois, em maturidade, fazendo de mim o homem português que sou hoje. A adolescência brasileira não teve continuação, de maneira que sinto mais fundo a saüdade dêsse que fui. Não sei se me faço compreender. Insensìvelmente, levado pela saüdade que hoje me deu do Brasil, pus-me a tentar definir nesta carta um estado de alma que

nunca pude explicar a mim próprio. Vamos a ver se com um exemplo me torno mais claro a seus olhos e a mim próprio. Se tivesse ficado no Brasil seria hoje um escritor brasileiro, um camarada dêsses que, como você, me mandam os seus livros, com um sentimento tão brasileiro como o dos que nasceram no Brasil. Quere dizer, cada livro que recebo lembra-me aquilo que poderia ter sido, o que seria fatalmente se não tivesse vindo para Portugal. Sem querer, fi-lo confidente de um dos recantos mais íntimos da minha alma».

Fi-los também, a todos vós, meus confidentes. Mas se o meu caso tem características derivadas das circunstâncias, que o tornam especial, não é só comigo que se dá o fenómeno de atracção pelo Brasil. Direi, mesmo, e nenhum de vós, por certo, me desmentirá, que êle é comum à grande maioria dos portugueses.

Estamos numa época de tal forma dominada pela fôrça dos mitos, que seria inútil expor aqui a importância psicológica que, na vida dos povos, adquire essa condensação de aspirações colectivas, embora nem sempre generalizadas ou permanentes. Há um mito de grande valor psicológico que, nos tempos modernos, teve uma acção limitada, influindo só sôbre alguns indivíduos de excepção, geralmente artistas ou escritores. Refiro-me ao mito das ilhas edénicas, que vem, pelo menos, da Grécia de Homero, mas que, no século XIX, tomou emprestado o corpo moreno das ilhas dos Mares do Sul. Sob essa aparência, o mito das ilhas tentou o romancista inglês Stevenson, que escolheu Samoa para nela viver os seus últimos anos, e o pintor francês Gauguin, que para sempre se exilou no Tahiti. Ainda nos nossos dias, um inadaptado, depois de cruzar sòzinho os Oceanos, escolheu, para morar, um ilhéu perdido da Polinésia. Todos quantos leram *Le Mariage de Loti*, ficaram com a nostalgia literária de uma existência paradisíaca em qualquer ilha do Pacífico. Para os portugueses, a idéia de uma ilha de deleite vem de muito mais longe, na voz que exprimiu todos os nossos sonhos e anseios de povo, na voz de Camões, que é bem a voz do nosso sangue. O episódio da Ilha dos Amores não é só, com efeito, um produto do conhecimento da *Odisseia*, uma repetição da aventura de Ulisses na ilha onde Calipso exercia o seu sortilégio, mas a alegoria de uma aspiração portuguesa, que se foi realizando, sucessivamente, com o descobrimento das ilhas da Madeira e dos Açores, das outras ilhas atlânticas, das ilhas do Índico e do Pacífico, de tôdas as ilhas onde foram chegando os nossos navegadores. Mas como a condição do mito é não se realizar, porque nessa altura deixa de ser mito, outra ilha, essa indesvendável, substituíu as ilhas descobertas na imaginação do nosso povo, e foi a ilha de névoa de onde viria D. Sebastião.

Também para os portugueses, no entanto, o mito das ilhas perderia o valor porque deixaria de exprimir uma aspiração, até mesmo individual, como se con-

clui de um poema de Fernando Pessoa. Começa, êsse poema, pela perfeita definição do que a ilha representa como aspiração de uma existência feliz:

«Não sei se é sonho, se realidade,
Se uma mistura de sonho e vida,
Aquela terra de suavidade
Que na ilha extrema do sul se olvida.
É a que ansiamos. Ali, ali
A vida é jovem e o amor sorri.»

Mas o poeta do nosso tempo, descrente do mito, conclui:

«Não é com ilhas do fim do mundo,
Nem com palmares de sonho ou não,
Que cura a alma seu mal profundo,
Que o bem nos entra no coração.
É em nós que é tudo. É ali, ali,
Que a vida é jovem e o amor sorri.»

Não creio que tenha sido inútil esta digressão para atingir o que pretendo, senão demonstrar, pelo menos afirmar até ulterior demonstração: que o Brasil substituíu, entre os portugueses, o mito das ilhas; que êsse país tem para nós todos, ou para quási todos, um valor de mito. Não sou folclorista, e não posso, por isso, afirmar, mas suponho ser fácil descobrir, nas trovas populares, não digo a expressão dêsse mito, mas algumas alusões à importância do Brasil como promessa de felicidade. Nos poetas cultos, só me lembro de ter encontrado, em António Nobre, sugestões da idéia contrária, de que o Brasil seria um destêrro, uma desgraça tão grande como ir para soldado. Chamei poeta culto a António Nobre, mas nenhum, como êle, traduziu os sentimentos populares. Essa idéia do Brasil devia, por conseguinte, corresponder ao que sentiam as mães dos emigrantes, no tempo em que o Brasil era, ainda, a terra da febre amarela. As Colónias não foram, até há bem pouco tempo, para o nosso povo, a Costa de África, para onde iam os degredados!? Mas o próprio António Nobre aludiu ao fascínio do Brasil sôbre a gente nova, viril e ambiciosa, de Entre-Douro-e-Minho, quando falou da «Índia da Ilusão» e do «Brasil da Quimera». Por alguma razão se criou a imagem pitoresca, de evidente origem popular, de uma terra onde crescia a «árvore das patacas» — sobrevivência da idéia fulgurante das minas de ouro e de diamantes, que foram,

para os portugueses dos séculos XVII e XVIII, mais do que a miragem do El Dorado para os espanhóis, pois se traduziu em sumptuosas realidades como a de Mafra, que não deixariam de repercutir na imaginação do povo. Mas, embora nos faltem os documentos literários, a verdade é que, para a nossa gente, atormentada pela vida escassa dos cavadores, nas ceias aldeãs de caldo verde e de broa de milho, nas longas noites de invernia nas casas de telha vã, ou nas duras labutas de sol a sol, o Brasil devia resplandecer, lá no outro lado do mar, como terra da Promissão. Por isso, os nossos homens do campo, do Minho, de Trás-os-Montes e das Beiras, partiram sempre, em demanda do Brasil, na esperança ou na ilusão da fortuna. Mesmo nas outras classes, embora reduzida a casos individuais, quantos portugueses sofreram a tentação de uma riqueza alcançada ràpidamente, nos seringais do Amazonas ou no comércio do Rio de Janeiro? Hoje ainda, quantos partirão com o mesmo fito, em cada vapor que deixa o pôrto de Leixões ou as águas do Tejo, com destino ao Rio ou a Santos? Não é, porém, da tentação material do Brasil que vos quero falar, e, sim, daquele novo fascínio que êsse país está exercendo, e agora sôbre os portugueses letrados, por intermédio da sua literatura e, especialmente, dos seus romances.

PRESENÇA FEMININA NA ÉPICA BRASILEIRA

POR TERESA LEITÃO DE BARROS

A EPOPEIA, género nobre por excelência, monte cimeiro a dominar a arraia miúda das variedades poéticas em que o *herói* é a alma em transe e o *maravilhoso* é o dom de falar diferente da eterna aventura de amar e de sofrer, não floresceu no Brasil com esplendor maior do que na épica portuguesa de filiação camoniana. Tôdas as causas de insucesso das nossas epopeias menores — entre as quais o desgaste produzido pelo «som alto e sublimado» na matéria nacional essencialmente épica não avulta tanto como a ausência de perspectiva mítica e lendária — só poderiam agravar-se num meio onde os poetas intencionais e os heróis chegaram na mesma hora, trazidos pelas mesmas *velas erradias, cansadas de voar*...

Não é espinho cravado no tão legítimo orgulho do Brasil literário, êste lugar vago da Epopeia, só mais aparente do que real, diga-se sem lisonja. Quem quer que entre pela primeira vez na intimidade do mais fidalgo lar da poesia brasileira, onde novas audácias na descoberta de velhos mundos íntimos todos os dias aumentam o potencial emotivo, lá encontrará, eternamente despertos e violentos, açoitados pela mesma bravura épica, o bandeirante que andou «caçando» esmeraldas, o momento heróico do *Y-Juca-Pirama*, as estrofes com que termina mas não naufraga o *Navio Negreiro*, a *Ode ao Dois de Julho* ou a *Saüdação a Palmares*, de Castro Alves.

Já se procurou explicar a pretensa incapacidade épica da literatura brasileira por não sei que requintado senso do ridículo proïbitivo de arroubos extraordinários, de tintas sobrecarregadas... Como se a epopeia não surgisse, no momento oportuno, como corolário do conceito heróico da Vida e também — como ensina Fidelino de Figueiredo — «coroação individual, pelo poder de expressão, da obra colectiva». Como se o ridículo transbordante de tantos desbotados poemas épicos, simples exemplares de museu arqueológico-literário, tivesse pouco ou muito que ver com o imperativo étnico a que obedece a epopeia digna de tal nome e deu sentido universal à «fúria» de Camões... É inútil iludir a verdade, tão chã e honestamente

exposta por Sílvio Romero, quando conclui: «A idéia mesma do poema épico para o Brasil é uma infantilidade. Gente de ontem, sem mitos, sem tradições, sem heróis populares, pequena nação burguesa de outro dia, nós não possuímos definitivamente feições épicas». Assim parece certo e a êste crítico não apetece recordar a fábula da raposa e das uvas que não estavam verdes...

Entre o Brasil e a Epopeia há, sobretudo, uma incompatibilidade de horário. Quando, nêle, a perspectiva histórica já talvez permitisse esfumar homens e façanhas naquela névoa mítica, inconsciente e colectivamente tecida de incertezas e lenda, onde se gera a grandiloqüência épica, já a «tuba canora e belicosa» para sempre emudecera dentro das suas fronteiras clássicas, sufocada por mil flagrantes razões de que só destacarei uma: a desproporção cada vez maior entre a ingenuïdade poética das mais fabulosas façanhas e o mundo de possibilidades maravilhosas com que a vida moderna se prestigiou. O poema heróico — vagaroso e, quási sempre, trôpego conto de fadas e de gigantes que deslumbrou gerações, deve ter-se suïcidado, por incompatibilidade com o ambiente, como um desenraïzado em terra estranha, numa hora em que avistou, suspensa de vôo breve, subtil e amparado pela essência poética da realidade quotidiana, a receptividade emotiva de quem lê poemas... Parece mal chorá-lo.

Procurar um sorriso, um beijo, uma lágrima de mulher em estrofes épicas é assim cousa parecida com procurar o sol, não no céu, mas no reflexo de seus raios sôbre o aço polido das armaduras e das lanças. A mais impressionante presença feminina nos panoramas épicos onde perpassam vultos divinizados de heróis ou silhuetas humanizadas de deuses, não é, com certeza, a do friso lamentoso das espôsas, mães e noivas, chorando no rasto dos guerreiros, ou, muito humanamente, descendo à Praia das Lágrimas para se despedirem dos construtores de impérios. É a gravada nas almas pela saüdade que a ausência solitária aqueceu ao rubro, ou mesmo aquela que, nem sequer correspondendo a uma realidade física prêsa à memória do guerreiro, do nauta ou do colono, surge, não obstante, como balsâmica promessa, nas horas de tribulação.

Não duvidemos de que o Amor, povoando de sedução feminina os sonhos dos heróis, fecundou os gestos épicos, e não esqueçamos que êle se debruçou, sempre intrometido, muitas vezes perversamente instigador de discórdias, para bafejar, no berço, o género literário de mais rígidas prosápias. Disse-o Bilac, «lendo a Ilíada»:

Mais que as armas, porém, mais que a batalha,
Mais que os incêndios, brilha o Amor que ateia
O ódio e entre os povos a discórdia espalha:

— Êsse Amor que ora activa, ora asserena
A Guerra, e o heróico Páris encadeia
Aos curvos seios da formosa Helena.

A presença feminina nos poemas épicos, providencial exigência de cânones veneráveis ou de simbolismo que o poeta nem sempre ousa ambicionar, é como oásis de lírica fragrância onde se encontram dois cansaços: o do vôo condoreiro da inspiração e o retenso entusiasmo do leitor, isto na hipótese feliz de haver inspiração e entusiasmo... Num cenário de écloga perdido em climas bélicos ou olímpicos, junto a regato de embalador murmúrio e margens sobrenaturalmente idílicas, esquece-se o tropel das multidões guerreiras, os perfis altivos e perturbantes de heróis e deuses... Esquecem-se, pelo menos, enquanto cada qual se dessedenta nas águas correntes da poesia que é simples linguagem de amor e de ternura. E tem-se a impressão — que inúmeros exemplos podem vigorizar — de que sem essa presença, a humanidade épica dos vultos de primeiro plano ficaria truncada, diminuída na sua heróica estatura.

À inexistência de uma epopeia brasileira não corresponde, todos o sabemos, carência absoluta de espécies épicas. Não tanto a meritórias intenções patrióticas como a belas mas fugidias expressões líricas se deve a sobrevivência de alguns espécimenes do género a que Sílvio Romero negou foros de cidade na literatura brasileira. E não há dúvida de que só em acolhedoras clareiras de lirismo, perdidas na floresta fossilizada de rimas duras e bárbaras, se encontrarão aprazíveis vestígios de presença feminina. Aí os procurei, aí fàcilmente os descobri, e devo dizer que não regressei extenuada de exotismo nem moída de firmes marteladas rítmicas dessa rápida digressão pelos domínios da Calíope ultramarina. Se não me encontrei — como já me aconteceu — perante um tema tão aliciante como o estudo das figuras e agrupamentos femininos a quem Camões abriu, de par em par, o pórtico triunfal da Epopeia, foi-me grato o convívio com a alindada selvajaria das Lindóias, das Moemas e de outras de quem pouco reza a história literária, e cujas almas magoadas, mais vestidas e pudibundas do que os corpos, merecem a mesma compassiva atenção, ao menos pela sua contrafeita atitude dentro dos cenários, tão cordialmente generosos, onde as abandonaram.

No primeiro poema épico brasileiro, a hiperbólica *Prosopopeia*, de Bento Teixeira Pinto, mísero «pastiche» camoniano que os historiadores da literatura apedrejam com exemplar unanimidade, encontram-se apenas três estâncias redentoras, na opinião de Afrânio Peixoto, que prefaciou a edição de 1923. Apesar disso

e apesar de Bento Teixeira ter sido uma espécie de misógino, «pouco amigo de aventuras galantes, como parece resultar de seus escritos», na ousada conclusão de Oliveira Lima, é ainda um axioma sentimental, uma reminiscência do código amoroso petrarquiano, que salva uma dessas três menos penosas estâncias do poema panegírico de Jorge de Albuquerque Coelho, capitão e governador de Pernambuco.

Pela forte razão de se terem perdido tôdas as outras, também só se salvam quatro estrofes de um poema composto por Diogo Grasson Tinoco em 1689 e de que apenas se sabe o que dêle nos quis contar Cláudio Manuel da Costa, no «Fundamento Histórico» do seu mal inspirado *Vila Rica*. Nessas quatro estâncias, surge por feliz acaso, em brevíssima alusão, o reflexo de uma impressionante presença feminina na História do Brasil, — a da mulher paulistana, tão flagrantemente retratada por Pedro Calmon no seu *Espírito da Sociedade Colonial*. Diz o poeta que à dedicação da «fiel consorte amada» e às predilectas jóias das filhas, ainda meninas, recorreu Fernão Dias Pais Leme, o mais impetuoso violador do sertão, quando, numa das suas «entradas», se viu desamparado dos companheiros e sem recursos para continuar a investida contra a «serra misteriosa», cioso ninho de esmeraldas que havia quatro anos procurava. Num verso sem ressonância, salvo num fragmento de poema perdido, encontra-se a única projecção épica da mulher do bandeirante, se não contarmos a que perpassa com tão dramática expressão de abandono, no poemeto de Bilac. A verdade, porém, é que a paulistana da estirpe de uma Inês Monteiro de Alvarenga não precisou de cantor para que se repercutisse, na alma da pátria, a sua voz de «mulher aventureira por temperamento e viril por necessidade».

O *Uruguai* e o *Caramuru*, publicados com doze anos de intervalo, vivem paredes meias na paìsagem literária brasileira do século XVIII. Parece que o vôo quási altaneiro de José Basílio não teve mais comedida ambição do que o rastejar sonolento do frade graciano e que ambos presumiram de haver escrito a epopeia nacional do Brasil, cada qual pretendendo passar à posteridade como o «Camões do aborígene», — no dizer de José Osório de Oliveira. Só não custa a crer se nos lembrarmos de que o narcisismo literário vicejou esplendidamente no tempo em que os dois épicos mineiros viveram e em que os desembargadores, não fungando doutas sentenças mas pigarreando odes esfalfantes, preferiam a tribuna das Arcádias ao estrado do pretório.

Os críticos apresentam-nos sempre de braço dado e fartam-se de nos dizer porquê, mesmo quando apontam o que melhor distingue êstes dois vultos de bem humorada epicidade, veneráveis bonzos literários ora arremessados às nuvens como

realizadores de geniais intenções, ora enterrados na amável poeira dos adjectivos que não comprometem.

Ambos empunharam a tuba épica numa altura em que os portugueses nados e criados se cansavam de soprá-la, mas um seguiu, coxeando, o rasto camoniano e o outro embrenhou-se, com feliz simplicidade, por recantos de idílica ternura perdidos na aspereza da selva onde enquadrou o seu pueril episódio de rebelião e as suas policromas multidões indígenas. Ambos deixam descortinar a alvorada romântica, se a solenidade épica lhes tropeça em rimas menos ataviadas. A ambos o contra-regra Acaso deu a mais oportuna entrada no palco literário, quando o Brasil tinha um pé na América e outro na Europa, e, além disso, já construíra história e ainda não sofria as prementes imposições económicas do *primum vivere*. Em ambos bruxuleou o espírito dos Inconfidentes. Ambos iniciam o ciclo indianista de tão refulgente prestígio literário e patriótico.

Tudo isto é certo e corre por conta da mais autorizada crítica, mas, para o meu caso, só interessa observar que José Basílio, pintor de mulheres, está tão longe do confrade sempre focado sob o mesmo ângulo, como José Basílio, poeta de raça, está longe da sua própria e infeliz tese política e do espadalhão do seu herói europeu, nos quais, literàriamente, tudo é postiço, a começar pela auréola que o épico lhes colocou e, a todo o momento, aparece, foragida, sôbre a bravura inconsciente dos seus Cacambos, Sepés e Caitutus, dos seus decorativos caciques índios.

Quem não esqueceu Lindóia, a heroína do *Uruguai*, sabe explicar a sempre reconquistada actualidade dêste melífluo poeta, que, apesar de não ter uma confessada dama dos seus pensamentos, soube tão bem falar *de* mulheres como *às* mulheres. O «Epitalâmio» oferecido ao Marquês de Pombal, por ocasião do casamento de sua filha Maria Amália — «alma de amor e de piedade cheia» — , uma das tábuas de salvação a que Basílio da Gama se agarrou, quando, por jesuíta, o forçavam a exilar-se, mostra que tão docemente soube projectar graças feminis sôbre alcatifas de salão, como, em pleno vôo épico, sôbre o verde da selva. O cantor de Lindóia está presente, quando aponta ao noivo a visão nupcial e pudibunda daquela que vai finalmente pertencer-lhe:

Estas faces mimosas e serenas,
A bôca onde se forma o doce encanto,
Causa de tanto susto e tantas penas,
Os olhos que enche o vergonhoso pranto,
A garganta de neve e de açucenas
Tão desejada e suspirada tanto...

Lindóia é, sem dúvida, a mais bela presença feminina na épica brasileira. É mesmo típica figura feminina de epopeia, no seu dramático isolamento de espôsa de guerreiro, no seu saüdoso e insistente apêlo de amorosa, na sua majestade de profetisa, na submissão aos fados adversos, na sua ignorância das razões que movem os homens nos grandes ímpetos de luta ou de febre construtiva e, finalmente, na heróica fidelidade dos seus braços, èpicamente, radiosamente abertos à Morte, quando já não podem abrir-se ao Amor...

O decantado retrato de Lindóia, embelezada por funérea lividez

Inda conserva o pálido semblante
Um não sei quê de magoado e triste
Que os corações mais duros enternece.
Tanto era bela no seu rosto a morte!

tem sido examinado ao microscópio pela crítica extasiada, que gostosamente perdoa o plágio do último verso — eufemìsticamente classificado de «flagrante influência petrarquiana» — e considera felicíssimo o recurso àquêle familiar «um não sei quê», de gloriosa tradição camoniana e que os românticos também não enjeitaram. A eufonia é perfeita, a alternativa e variedade consonântica doseada com esmêro de alquimista que manipulasse estranho fluido de sedução. E, assim, Lindóia só consegue, paradoxalmente, viver na hora da morte, sendo difícil, por seu bem, avistá-la em posição vertical e em corpo inteiro, tão longe da real e primitiva humanidade que o cálido ambiente da sua tragédia está exigindo.

Recentemente, houve quem descobrisse vago paralelismo entre a impassibilidade da natureza que ouviu o derradeiro suspiro de Inês de Castro e a da que não estremeceu com os uivos de gazela ferida que a pobre Lindóia soltava. Excesso de boa vontade apologética em favor da heroína brasileira? É possível, mas a verdade é que, perante o mais categorizado cenáculo intelectual do Brasil, já foi possível, e sem desdouro para o épico mineiro, apontar qualquer cousa de comum entre Lindóia e uma das mais sugestivas e trágicas silhuetas femininas que jamais espiritualizaram uma epopeia.

Devemos e não agradecemos ao jesuíta Kaulen, autor de uma «Resposta» ao poema de José Basílio, impressa em Lugano, 1786, a certeza de que nunca houve qualquer indígena uruguaia com o poético nome de Lindóia, isto é, a certeza de que Lindóia nunca existiu. E é possível, na verdade, que nunca tivesse existido, se só a víssemos até ao momento em que a feiticeira Tanajura — a que «lia pela história do futuro» — a sumiu caridosamente entre caveiras e ossos esbrugados, na

sua medonha gruta, ou mesmo até ao seu encontro com a «Rainha do Tejo», descomposta e desgrenhada, a procurar entre as ruínas do terremoto, o seu providencial salvador, — «génio de Alcides que de negros monstros — despeja o mundo e enxuga o pranto à pátria»... Mas vimo-la morrer num canteiro de versos cantantes e lânguidos e não há maneira de aceitarmos os mais substanciosos argumentos que lhe neguem vida. A «virtuosa Cleópatra americana» — assim lhe chamou Castilho, com bem conceituosa impropriedade — viveu até mais do que o seu progenitor literário, como o reconheceu Machado de Assis, quando, em 1896, numa das suas crónicas da «Gazeta de Notícias», ofereceu ao Estado de Minas a idéia de baptizar uma das suas cidades não com o nome de José Basílio da Gama, mas com o de Lindóia.

Esta amável índia de contrabando, sem nada de bárbaro nem de agreste, rolinha tímida que se suïcidou entre jasmins e rosas na página mais viva do mais categorizado poema épico brasileiro, é, indubitàvelmente, criação poética inolvidável e não usurpou a sua graça de sempre moça antepassada das Coemas, das Iguassus e de outras heroínas alvas ou bronzeadas do melhor indianismo romântico, que, tão distantes como ela da desairosa realidade, nunca a ultrapassaram em sugestivo e senhoril encanto.

À primeira figura feminina do *Caramuru* cabem nada menos de três desvanecedoras honras: é personagem de superior relêvo no poema heróico brasileiro de mais sólida configuração e mais bem definidas características épicas; foi através da sua voz feminil que um poeta brasileiro pela primeira vez contou a história da sua pátria; foi ela uma bem legítima, embora inconsciente avó de Iracema, da simbólica Iracema de José de Alencar, personificação da terra virgem da América, dominada, enfeitiçada e fecundada pela viril audácia do colono.

Ao contrário de Lindóia, Paraguaçu não é mera projecção literária sem correspondência real. Sabe-se, hoje, que, ainda ao contrário de Lindóia, não nasceu só para morrer pòeticamente, mas para viver muito, viver bem, e, depois de baptizada e viajada, acabar seus dias burguêsmente, num lar de viúva ricaça que débil réstia de idealismo espiritualizaria. Nascida Paraguaçu, morreu transformada em D. Catarina ou D. Luísa Álvares, nome de «fidalga aprendiza»... Literàriamente, é criação amorável, quási tocante pelo que reflecte de ingénuo esfôrço de «fazer bonito».

A atitude de Frei José de Santa Rita Durão perante a natureza de absorvente exuberância, teatro da sua acção épica, é de deslumbramento: Paraguaçu, produto humano dêsse motivo de êxtase, teria que reünir um conjunto de perfeições para produzir idêntico efeito. Mal exteriorizado orgulho patriótico, lendária tra-

dição, conceito de beleza feminil de inabaláveis raízes clássicas, ou tudo isto junto e falando mais alto que o simples bom senso, leva o virtuoso frade, muito douto em teologia, a apresentar-nos a indígena tapuia que enfeitiçou Diogo Álvares, o «Caramuru», como exemplar degenerado da sua raça acobreada que, na qualidade de filha de cacique, devia representar em tôda a sua pureza:

Paraguaçu gentil (tal nome teve)
Bem diversa de gente tão nojosa;
De côr tão alva como a branca neve;
E donde não é neve, era de rosa:
O nariz natural, bôca mui breve,
Olhos de bela luz, testa espaçosa...

Esta «dama gentil brasiliana», tôda leite e rosas, tôda figurinha de minuete em porcelana de Saxe, está a pedir um cenário de Marivaux e não o bafo cálido da selva... Quem conhece a descrição que das índias brasileiras nos deixou Ulrich Schmidel, viajante alemão em Terras de Santa-Cruz, meado o século XVI, e os seus louvores à prodigiosa arte com que elas pintavam o corpo, tem de lamentar que o *maquillage* literário de Paraguaçu não esteja à altura, em mérito artístico, das efémeras e belas obras que as suas irmãs de raça criaram e deixaram perder sôbre o condenado material da sua própria pele.

Moralmente, Paraguaçu não é menos artificial. O seu desdém por Gupeva, bravo chefe dos paiaiás, e por Jararaca, não menos aguerrido cacique dos caetés, a sua recusa a tão «auspiciosos enlaces», dá-lhe suas parecenças com uma daquelas heroínas camilianas cuja resistência aos casamentos impostos tantas lágrimas fêz derramar às nossas avós. Apaixona-se, ao ritmo do *coup-de-foudre*, pelo emboaba recém-chegado, que se empenha em chamá-la ao grémio cristão, resolvido a não a desposar «antes que lhe entre n'alma a formosura».

O seu juramento de fidelidade amorosa tem todo o ardor que podia esperar--se de um frade Durão e... mais do que durázio, lente de teologia da Universidade de Coimbra. Apesar do «gesto dócil», não lhe falta bravura e, ao contrário das índias do romantismo, não fica na sua taba, a chorar o bem-amado, quando êste vai combater. À testa de «feminea turba», luta com espada na mão e capacete aparatoso, «semeando por donde o golpe impele — troncos, bustos, cabeças, pernas, braços»... Não querendo, porém, roubar-lhe a graciosa delicadeza, o poeta obriga-a a desmaiar mais ou menos oportunamente. De um dêsses desmaios — cuja causa, de grande pêso, foi um tronco de árvore que lhe atiraram à cabeça — nasce o to-

cante episódio da salvação de Paraguaçu por um grupo de companheiras, representantes da amizade solícita, cujos nomes, embora arranhem a bôca, o poeta acondicionou em oitavas duplamente heróicas. Ultra-piedosa como, em regra, os catecúmenos adultos, exemplarmente casta, extremosa no seu amor filial, compassiva e caridosa, despegada de honrarias e bens de fortuna, Paraguaçu é um poço de virtudes, como o atestam inúmeros e pitorescos passos do poema a que empresta tanto da sua bem composta graça.

Outros vultos femininos de pano de fundo contribuem ainda para aligeirar o Caramuru: as «turpíssimas velhas» que acompanham os nigromantes quando do projectado sacrifício de Diogo; a turba galante que ao desejo do português oferece os seus encantos; as mães furtando às águas os filhinhos, na descrição do dilúvio feita por Gupeva; as dez mil amazonas que, em tropel, descem dos sertões à praia para combater junto dos guerreiros caetés...

A formosa Moema, filha do chefe Xeremimbo, que, à frente das índias mais ou menos apaixonadas por Diogo Álvares, vai nadando atrás da nau francesa que o leva, com Paraguaçu, para a Europa, excede, em popularidade, a própria heroína. A sua morte poética, lugar comum de antologias, é, como a de Lindóia, o cinto de salvação que arrancou um simples vulto episódico da mais inglória asfixia entre centenas de versos sem «fibra». Mas talvez nenhuma das sete estrofes em que Moema agoniza, valha aquela em que Durão, muito sincero no seu misticismo, descreve a Virgem, Nossa Senhora, pelos lábios da neófita Paraguaçu.

Moema, protótipo da ciümenta, acumula na alma um sentimento que o poeta desconhecia tanto como as verdadeiras índias. A sua projecção literária tem a mesquinha proporção de tema escolar bem desenvolvido e a sua presença no poema, isenta de espiritualidade, quási se afigura apenas necessária — que os antologistas encartados perdoem a heresia! — para atestar a boa educação de Paraguaçu e de Diogo Álvares, impassíveis perante as injúrias com que os mimoseia a loquaz e resistente nadadora. Que estoicismo, o da feliz noiva do Caramuru, permanecendo silenciosa ante os «nomes feios» que Moema lhe atira, alguns dos quais parecem escolhidos entre o mais difíceis de ouvir por uma recém-civilizada e na presença do homem amado! A cena é rica de sugestões e até já foi aproveitada como generoso bordão de fantasia... lírica e musical.

Oliveira Lima viu em Paraguaçu, que abdica dos seus direitos às terras baïanas e decide o seu povo de tupinambás a aceitar a fé cristã e a soberania portuguesa, «o traço gentil da união entre a sociedade civilizada dominadora e o mundo gentílico». Eis uma prenda que deveria conquistar-lhe a particular estima dos portugueses. Infelizmente, nem ela nem Moema, com quem compartilha a mesma au-

réola literária um pouco mais refulgente do que realmente merecem, conseguiram vibrar notas líricas de repercussão persistente na sensibilidade do leitor de todos os tempos. Quando o bom frade graciano as gerou, tinham o vigor e o brilho das criações literárias penosa e escrupulosamente construídas e polidas; hoje, ainda se admiram como obra de «curioso» camoniano, tão hábil como bem intencionado, e se respeitam pela sua já venerável antiguidade; possìvelmente, um dia chegará em que Moema torne a morrer, e definitivamente, com a consolação de que Paraguaçu não ficará a rir-se dela, na empavezada nau da Fama...

Cronològicamente localizado entre o *Uruguai* e o *Caramuru*, o poema *Vila Rica*, a que já aludi, abrange dez cantos cujo maior mérito é não serem longos. A presença feminina vinca o cunho novelesco da acção, onde, como nos dramalhões populares, uma medalha de ouro serve de fulcro a peripécias só ricas de fantasia pobre. Êsse arzinho de graça feminil mal refresca um pouco o ambiente morno do poema, onde tudo é artifício e opacidade, desde a côr local aos caracteres, sentimentos e divagações conceituosas das personagens reais ou fictícias. Aurora, índia mimosa e rosada, das feitas em série, é uma beldade retocadinha segundo as exigências do ideal estético a que rendeu culto o pobre *Glauceste Satúrnio* dos sonetos a Nize. Os seus encantos são descritos por sua própria mãe, como ela catequizada e baptizada por piedoso sertanista. Trespassada pela flecha de Argasso, seu noivo, a quem a feiticeira Teriféa arma tenebroso ardil por instigação de rival ciümenta, Aurora, apesar de suas parecenças com Lindóia, não encontra a seu lado uma Tanajura com a desconcertante originalidade de ser uma bruxa simpática, género excelente pessoa...

Outro vulto feminino ameniza lìricamente a paìsagem mineira onde mal cabe a cobiça dos homens: Eulina, a ninfa que, na praia, pulveriza de areia fulva a longa cabeleira e — simbolizando a miragem do ouro — abre os braços ao bandeirante e consigo o arrasta para o palácio sub-aquático onde outras ninfas o deslumbrarão com inacessíveis tesouros que cada uma ciosamente guarda.

Mas em vão o poeta chamou em seu auxílio, na composição do poema da fundação de Ouro Prêto, a graça das índias e a sedução esquiva das ninfas. Nem umas nem outras lhe valeram, ou porque não soube libertá-las de uma postiça delicadeza de pastoras arcádicas, ou porque os vultos másculos, de vigorosa expressão histórica, a que as apoiou e que presumìvelmente tiveram a consciência da epicidade da sua tarefa, quási por completo sufocaram a puerilidade da sua romanesca intervenção.

O romantismo brasileiro não escorraçou o género épico, à primeira vista tão

contrário, pelo seu empertigado formalismo, aos caprichos de fantasia inovadora. Dir-se-ia antes ter descoberto afinidades entre o imperativo de uma natureza opulenta e bravia sôbre a respectiva mensagem poética, e a essência mais íntima de um género onde a jocunda fogosidade e a beleza apolínea dos deuses se espraia em maré alta de maravilhas e sôbre-humana exuberância. Aceitou-o e imprimiu-lhe feição curiosa e particular, onde a viril impetuosidade de um povo moço tão bem se casa com muito característica e calorosa expansão lírica.

Épico-líricas é a designação que Sílvio Romero encontra para as composições de exaltação heróica e desabafo sentimental em que os poetas condoreiros e seus precursores foram pródigos e graças às quais não será temerário concluir que entre o temperamento literário brasileiro e a Epopeia não há incompatibilidade mas um ocasional anacronismo que contrapõe à menoridade de um, a caducidade da outra.

Apesar do título, não é nos *Cantos Épicos*, de J. Norberto, que devem procurar-se as mais típicas, se não as mais valiosas amostras dessa espécie híbrida, de cujas condições de longevidade ainda se encontrarão vestígios na própria poesia moderna brasileira, aparentemente só tão enamorada do Futuro, mas onde a grandiloqüência bombástica não deixa de espreitar, às vezes.

O *Redivivo*, de José Bonifácio, alusivo às façanhas militares de Andrade Neves, — *Terribilis Dea* e *Os Voluntários da Morte*, de Luís Delfino, — *A Capitulação de Montevideu* e *Os Voluntários Pernambucanos*, de Tobias Barreto, — *Napoleão em Waterloo*, de Gonçalves Magalhães, e sobretudo, *O Navio Negreiro* e *Vozes de África*, de Castro Alves, estão muito acima dêsses *Cantos Épicos*, onde há passos sonorosamente graves que, não resistindo à evolução do sentido do ridículo, hoje se revestem de humorística tonalidade. A êsses é que nem a presença feminina os salvou! Pelo contrário: contribui para perdê-los, porque é obrigatória nas super abundantes alegorias, umas mais pobres que as outras, apesar do rutilante «novo-riquismo», todo ouro nas vestes, todo pedras preciosas nas faixas e ornatos.

Escassas réstias de misericordioso sol de beleza, pouco numerosas e pouco impetuosas rajadas de epopeia penetraram e sacudiram a brenha poética de três lamentáveis «falhanços» épicos: *A Independência do Brasil*, de Teixeira e Sousa; *A Confederação dos Tamóios*, de Gonçalves Magalhães, e o colossalíssimo *Colombo*, de Pôrto Alegre. O primeiro, obra de «um poeta de ordem terciária» — na «geológica» sentença de um crítico — é fóssil literário a que o tempo não roubou qualquer vestígio de admirável inspiração ou sequer de ingénuo e tocante embevecimento patriótico, pela simples razão de não os ter encontrado. Nas suas páginas, só profanadas por amadores do bricabraque literário, em vão se procurará vislumbre,

ainda que ténue, de presença feminina capaz de amenizar a áspera ascensão ousada pelo pobre versejador, sucumbido ao pêso da sua tarefa e das vénias com que a ofereceu «às augustas viúva e filhas do Herói do Poema». *Colombo*, exaustivo poema em quarenta cantos, por ser alheio à corrente indianista, poderia constituir bem aparecida variante, se a sua leitura não fôsse o menos agradável passatempo de ociosos, exigindo esfôrço quási heróico, a pedir cantor de fôlego épico... Já se aconselhou a autópsia dessa estafante epopeia para se lhe extrair um hipotético recheio de migalhinhas verdadeiramente sublimes, mas não houve ainda coragem para a desentulhar do olvido onde dorme o sono dos justos, nas menos acessíveis prateleiras de biblioteca. *Colombo* só pode ler-se por sistema de conta-gotas, como quem ingere droga perigosa mas indicada contra infecundas curiosidades. Assim destemidamente o li «de fio a pavio», mas devo confessar que, a dada altura, já não procurava parênteses líricos umedecidos de ternura e emoção... Passei, indiferente, pela majestade dinâmica de Isabel de Castela, pelas gemebundas multidões femininas das mães e das noivas, presentes à partida das caravelas de Colombo, no pôrto de Palos... Não fiz maior caso de certa Leonor, esplêndida beldade genovesa e primeiro amor do herói, com quem êste inesperadamente se encontra na Ilha do Ferro, fronteira ao Pico de Tenerife... Muito menos me impressionei com as histórias tenebrosas da escrava de Leonor, a pitoresca Alcé, a quem eram familiares os fatais segredos do oceano... Numa viagem ao inferno, com Colombo e Pamórfio — enfreneziante demónio que só nos favorece com a sua ausência catorze cantos depois daquele em que seus malefícios entram em cena — encontrei-me com pouco recomendáveis personagens, algumas de saias ou cousa equivalente na indumentária mais remota... Adiante, sempre adiante, até respirar, aliviada do pesadelo, no instante feliz e luminoso em que voltei a última página ! Atracção do abismo, talvez... Mas a verdade é que só então pude admirar. Admirei engenho, erudição, riqueza de fantasia, potência de colorido, objectividade fiel nas descrições, exuberância de recursos técnicos e de eloqüência, tudo, enfim, quanto a crítica pode encontrar de meritório na zona do poema que não é a do maravilhoso, pois esta é unânimemente reconhecida como intransitável. Mas, depois de admirar a prudente distância, pensei na velha ironia dos nomes: Pôrto-*Alegre*, — o poeta-pintor que não obstante os tons fortes que lhe enriquecem as imponentes telas literárias, cheias de altissonância vistosa e de ênfase, maior negrume de tédio pode derramar no espírito do leitor incauto...

A Confederação dos Tamóios, obra de um corifeu romântico a quem se afigurou possível a coincidência entre a emancipação literária e a política, tem por argumento um episódio da resistência dos índios à dominação portuguesa, no qual

foram hàbilmente incrustadas, com esmeros de entalhador, personagens e ocorrências de lisonjeiro significado nacional, como os radiosos vultos de Nóbrega e de Anchieta e a fundação do Rio-de-Janeiro. De quanto há de convencional no indianismo de Magalhães, ressente-se a heroína do seu poema, Iguassu, a «virgem dos bosques olhinegra», filha de cacique, por quem se apaixona Ambire, o chefe da confederação dos tamóios. Piedosa e terna, de alma vibrantemente patriótica, exemplar na constância e fidelidade amorosa, possui todos os dotes de típica musa épico-romântica. Antípoda de Paraguaçu e de Moema, na idolatria do homem branco, ela não cede às apaixonadas instâncias do português Fernando Dias e morre ao lado do espôso índio, combatendo contra a armada de Mem de Sá. Mas, ao contrário de Lindóia — de que é nova edição muito infelizmente correcta e aumentada — não a vemos só como poética estátua jacente, porque o épico, embora a todo o momento se mostre tão inferior às suas altas e nobres ambições — consegue deixá-la bem de pé, com os negros cabelos flutuantes, dominando inteiramente, na sua teatral atitude, não só o monte alcantilado onde se vem carpir, saüdosa, mas também a própria estrutura do poema e tôdas as suas flagrantes puerilidades. No friso feminino que rodeia Iguassu, sobressaem, como outros tantos pormenores pitorescos ou abertos de inspiração menos rasteirinha, as moças, esbeltas como palmeiras, que aos guerreiros franceses vêm oferecer, cantando, bebidas espirituosas por suas mãos preparadas, — as espôsas dos belicosos tamóios em lance de despedidas, as «honradas velhas» que seguem na cauda das tribos combativas, carregando os vasos de cauim. Entre tão variada companhia, sobressai a graciosa Potira, filha de Ambire, que, enlevado nela e em Iguassu, lhe dirige êste sóbrio madrigal, a pedir vocabulário de têrmos ameríndios:

Só tens uma rival na formosura:
É a minha Iguassu, ambas tão belas
Como um saí de um guanambi ao lado...

José de Alencar, que tão rudemente atacou *A Confederação dos Tamóios,* confraternizou com Gonçalves Dias no mesmo vôo «heróico» de «lírica» amplidão, e ambos nos deixaram duas belas obras incompletas.

Os Timbiras, fragmento de poema, insuficiência épica submersa em ondas de lirismo... Isso mesmo, mas também, depois do *Uruguai,* única legítima flâmula de epopeia a tremular num policromo arraial literário, momento de flagrante sinceridade de uma alma de poeta onde a dolência nostálgica e contemplativa não conseguiu sufocar a fugidia repercussão de ancestral violência bélica. O inconfundível

indianismo de Gonçalves Dias, tão diferente não só do que os épicos mineiros criaram como da herança de Magalhães, tão limpo de influências e liberto de cadeias, é vigoroso, dominador, cheio de nobreza, agilidade, imprevisto e ousadia, como um dêsses índios em que perfigura a feição americana da sua raça. Revela-se, em fulgurantes rasgos de exaltação épica, na inacabada e ôca historieta da guerra dos timbiras contra os gamelas, onde uma *ausência* feminina idìlicamente se reflecte sob a mais doce bênção do génio. A evocação de Coema, a saüdosa amada de Itajuba, que êste chefe dos timbiras pranteia num cenário nocturno e perfumado, enquanto, ao longe, os seus guerreiros dançam ao som do maracá, é inolvidável surto lírico a afastar triunfalmente todo o colorido grupo feminil que espiritualiza o painel épico brasileiro. No incompleto poema, está completa a história da jovem índia, que morre quando Oropacén, tredo guerreiro tupinambá, ia raptá-la, levando-a para longe da sua taba e do enamorado Itajuba. Na obra mutilada, morta antes do poeta, porque êle a abandonou, o patético espectro de Coema — simples apêlo de saüdade numa noite cálida — destaca-se com imperecível nitidez. Porque se finou por seu amor, de um insistente queixume de amor perdido na selva inebriante, recebeu, em vez da cadavérica formosura de Lindóia, o dom de ressurgir, aérea e subtil, em suas vestes de neblina, entre brumas luarentas e segredos da brisa. Razão teve Machado de Assis, quando, na sua *Nénia da virgem indiana à morte de Gonçalves Dias*, viu em Coema, a mais segura garantia da imortalidade do seu cantor:

Coema, a doce amada de Itajuba,
Coema, não morreu; a fôlha agreste
Pode em ramas ornar-lhe a sepultura,
E triste o vento suspirar-lhe em tôrno;
Ela perdura, a virgem dos Timbiras,
Ela vive entre nós.......................
... Êle,
O famoso cantor, quebrou da morte
O eterno jugo; e a filha da floresta
Há-de a história guardar das velhas tabas
Inda depois das últimas ruínas.

Com Gonçalves Dias — acentua-o José Osório de Oliveira na sua admirável *História Breve da Literatura Brasileira* — a ficção romântica do índio, a fecunda mentira do bom selvagem, não se envolve apenas em névoa mítica, porque «toma o valor de um mito poético nacional». E, reconhecendo-se a influência que sôbre

êste anseio de espiritualização dos sentimentos e virtudes do índio, teria o sangue de mameluco recebido por herança materna, implìcitamente se concluïrá que uma presença feminina — e a mais doce e reconfortante — vem, por imposição atávica, reflectir-se no brilho e no sentido entusiasmo de que se reveste, em sua fisionomia épica, a obra de Gonçalves Dias.

Os três cantos incompletos do poema *Os Filhos de Tupã*, de José de Alencar, bastam como penhor da essência arrebatadamente heróica de que a musa do romancista podia impregnar-se. Cansado de esperar o aparecimento de um verdadeiro épico brasileiro, o autor de *Guarani* tentou, êle próprio, responder ao seu patético apêlo, feito na obra com que se estreou: «Brasil, minha pátria, porque, com tantas riquezas que possuis em teu seio, não dás ao génio de um dos teus filhos todo o reflexo da tua luz e da tua beleza?... Porque não arrancas das asas de um dos teus pássaros mais garridos a pena do poeta que há-de cantar-te?» Respondeu à chamada, mas faltou-lhe o fôlego heróico antes de gloriosamente alcançar a meta. Mesmo assim, o que deixou, marca, sem dúvida, um momento áureo na épica brasileira, além de nos oferecer uma curiosidade notada por Manuel Bandeira na sua *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Romântica:* apresenta-nos um precursor do parnasianismo no poeta que, manejando o cinzel de vigoroso estatuário, soube, desdenhoso de pudibundas reservas, erguer, entre silhuetas foscas de guerreiros e virgens morenas que, pelos bosques, procuram o mel nos troncos da emburana, o vulto de Paraci, chefe das combativas donzelas do Amazonas, alva como a heroína do *Caramuru*, mas pletórica de seiva ardente e de voracidade sensual, símbolo aliciante da natureza bravia e voluptuosa onde se agita. Outra presença feminina contribui menos do que a dessa fogosa Paraci, «mãe do grande rio», para dar certa unidade heróica a tão belo poema truncado: a da mísera Cendira, espécie de Filipa de Vilhena do indianismo, que empurra o filho para o combate, ungindo-o de óleo perfumado e apertando-lhe o cinto de guerreiro, movida por sentimento que, embora menos respeitável que o civismo da matrona seiscentista, não destoa na inocência animal de uma filha de Tupã. Não era tímida a inspiração a que se deve o «pranto», sugerido por estéril abandono e derramado pela mãe tupi sôbre o único fruto do seu amor...

Cambir desta alma triste, doce espinho
Do cardo que à nambu mitiga a sêde
No deserto sem água; luz da chama
Que me abrasa na noite dos meus sonhos
Baga isolada de frondosa murta,
Que nunca mais florou lua de orvalhos...

Talvez que vendo combater o filho, bravo moço de quinze anos, o infiel Caribe volte a seus braços e a faça mãe de outros não menos aguerridos varões... Mas o amor materno começa a falar mais mais alto que a sêde de amor e Cendira, sofrendo o embate de duas paixões, transforma-se em heroína racineana... É já tarde, porém, para refrear o ardor bélico de Cambir e, então, a pobre confunde a sua sombra, nos combates, com a do moço guerreiro e tem a macabra garridice de se ornar com os despojos dos valentes que o filho, brandindo o seu tacape, vai abatendo. Por fim, cobre-o heròicamente, com o seu corpo, quando, formidável de vigor e fealdade, um gigantesco guerreiro oromo para êle avança... Tem suas tonalidades de água-forte impressiva e bem distante da compostura jeitosa de Magalhães ou do empolado descritivo de *Colombo*, o quadro do campo de batalha onde, sôbre o corpo de um tupi vencido, chora uma espôsa, que as mãos de sua própria mãe arrancam ao desespêro para a imolarem a ferozes ódios de raça...

Outras anónimas silhuetas femininas ainda se recortam, com singular relêvo, no poema de Alencar, que não está acabado mas acaba a história da épica brasileira, a qual, embora não seja longa, contém episódios a que nem sequer aludi, alguns de molde a jocosamente amenizar estas linhas, como a irrisória *Camoniana Brasileira*, onde o Barão de Paranapiacaba teve a ousadia de «resumir e modernizar» *Os Lusíadas*, em versos alexandrinos...

Se abrangermos, num relance, o panorama literário brasileiro, o acidente épico não nos aparece com a expressão de nota discordante e vexatória. As obras que melhor o representam salvaram-se, principalmente, pelas qualidades dos seus defeitos, dos defeitos que a estética formal lhes apontaria. Sem desmerecer num ou noutro rasgo de trovejante fúria heróica, digno de repercussão secular, reconheçamos, porém, nos parênteses líricos — acidentais e secundários nos especímenes acabados do género — a sua mais séria garantia de vida e de interêsse. Pode até ir-se mais longe, aceitando a frágil presença feminina que espiritualiza essas clareiras, como a mais sólida defesa, a mais firme salvaguarda de obras meio sufocadas pela penumbra de tédio que nelas próprias se gera. Tal presença poderia, pela monótona uniformidade do seu constante exotismo, ter contribuído para um desastre total, mas felizmente, aconteceu o contrário, decerto porque as índias elevadas à dignidade de figuras primaciais de quási todos os poemas heróicos brasileiros, pouco têm de comum, além da sua sempre postiça selvajaria e da consonância estranha dos seus nomes. Nenhuma das feições femininas que os primeiros ou os mais escrupulosos descritores das terras de Vera-Cruz apontam, com o mais franco realismo, no gado humano que se lhes deparou, se encontra nessas heroínas de tão pa-

triarcais virtudes que, ainda hoje, é possível escrever-se, a propósito de Lindóia, que «a sua estirpe moral povoa os lares gaúchos», porque «ela representa a incorruptível fidelidade no amor e a firme dedicação à terra nativa».

Alvas e mimosas como Leonor de Sá, a do *Naufrágio de Sepúlveda,*—bem falantes e enternecedoras como Inês de Castro, — patrióticas e aguerridas como as matronas que se reflectem nas épicas muralhas de Diu, — Paraguaçu, Moema, Lindóia, Aurora, Iguassu, Coema e a rainha das Amazonas, com seu cortejo de ninfas e peonagem das turbas feminis de segundo plano, fariam a mesma boa figura em poemas heróicos sem qualquer cunho indianista. E isto porque, em última análise, são apenas mulheres que, penando e morrendo por culpa dos homens, por culpa do amor, nunca penam nem morrem com igual estoicismo.

Se os poetas lhes concederam e os críticos lhes quiseram encontrar a beleza premeditada das criações simbólicas, o leitor desprevenido e de boa fé, não lhes descobrirá intenções ocultas e de profundo significado numa elaboração racial, mas olhá-las-á com emocionada simpatia, repetindo: «Mulheres, apenas mulheres...» Quando muito, colocará Paraguaçu lado a lado com Iracema — a quem se concederam foros de figura máxima na epopeia do povoamento brasileiro — e filiá-la-á no mesmo simbolismo ingénuo de elemento de união entre o conquistador ávido que lhe domina a alma e os sentidos e os seus irmãos de raça a quem vai ser imposta uma civilização.

Como qualquer leitor de vistas curtas mas bem intencionadas, também concluo: «Mulheres, apenas mulheres...» Mas, por isso mesmo, providencialmente protectoras do esfôrço de acção e de concepção a que se devem os factos e as ficções de épica ressonância. Por isso mesmo, muito no seu lugar dentro daquele desconcertante equilíbrio de um género que tem uma face heròicamente humana e outra maravilhosamente divina.

D. PEDRO II E OS ESCRITORES PORTUGUESES

POR HÉLIO VIANNA

MESMO depois da separação de Portugal permaneceu influente, no Brasil, a literatura da antiga metrópole (1). Bacharéis de Coimbra e participantes das Côrtes de Lisboa formavam a maior parte do pessoal político chamado a compor o corpo dirigente do Primeiro Reinado e das Regências, até que o tempo naturalmente os substituísse por elementos formados nas academias de Recife e São-Paulo ou no ambiente já autonomizado do Rio de Janeiro e da Baía.

D. Pedro II, educado por professores principalmente estrangeiros, ex-aluno de Coimbra o brasileiro que porventura lhe incutiria certo gôsto pelas letras — Araújo Viana —, não poderia, portanto, faltar à tendência da época, que respeitava quanto de literário vinha de Portugal, as produções dos românticos em primeiro lugar.

Assim, quando no inicío de seu reinado, começou a entreter relações com literatos europeus, competiu aos portugueses pronunciada preferência.

Coube a uma respeitável figura que vinha dos tempos de D. João VI reencetar com o neto dêsse rei, soberano do Brasil, conversações há vários decénios, talvez, mantidas com o avô, a propósito do mesmo país — Silvestre Pinheiro Ferreira —. No arquivo da Família Imperial brasileira, que se guarda no Castelo de Eu, em França, encontram-se, de acôrdo com o respectivo «Inventário» (2), diversas peças que atestam êsse facto.

É, para começar, uma carta de 1841, de 5 fôlhas e meia, pelo velho ex-ministro, pensador político e filósofo, dirigida ao jovem monarca. Do ano seguinte, aparece uma comunicação que endereçou ao redactor do *Diário do Rio de Janeiro,* «agradecendo-lhe as obsequiosas expressões com que o desforçou das descomedidas invectivas de outro jornal — *O Brasil* — àcêrca do projecto da federação monárquica» no Brasil (3) — com 21 páginas de texto. Assuntos portugueses também constaram dessa correspondência, como uma «exposição e parecer à Rainha de Portugal», em 1845. Do mesmo ano são uma carta em que emitiu opinião sôbre o tra-

tado de 1826, entre a França e o Brasil, e o parecer que sôbre a sua inédita e discutida *Teodicéia* deu António Roberto Jorge. De 1846, ano de seu falecimento, uma carta a êle enviada de Veneza, por Tommaseo, e uma relação de suas obras, também foram parar entre os papéis de D. Pedro II. Sua própria filha, aliás, ofereceu ao Imperador do Brasil um exemplar do volume *De la Nature de l'Univers*, de Lucano, repleto de anotações de Silvestre, do qual também figuram, entre os códices e livros manuscritos do Castelo de Eu, uma antiga *Memoire sur l'Origine et les Progrès Pontonniers chez les Anciens*.

João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, António Feliciano de Castilho e Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo — a brilhantíssima trindade do romantismo português, aparece, necessàriamente, no Arquivo do último Imperador do Brasil.

Do primeiro, falecido justamente quando mais pronunciado se registava o interêsse de D. Pedro II pela literatura, muito pouco ali existe: uma carta sem data conhecida, uma «mensagem de agradecimento», datada de 13 de Maio de 1852. Comprovando a atenção do soberano brasileiro pelas obras do autor de *D. Branca*, aceitou êle o manuscrito original do *Noivado no Dafundo*, oferecido por Flamino Palha.

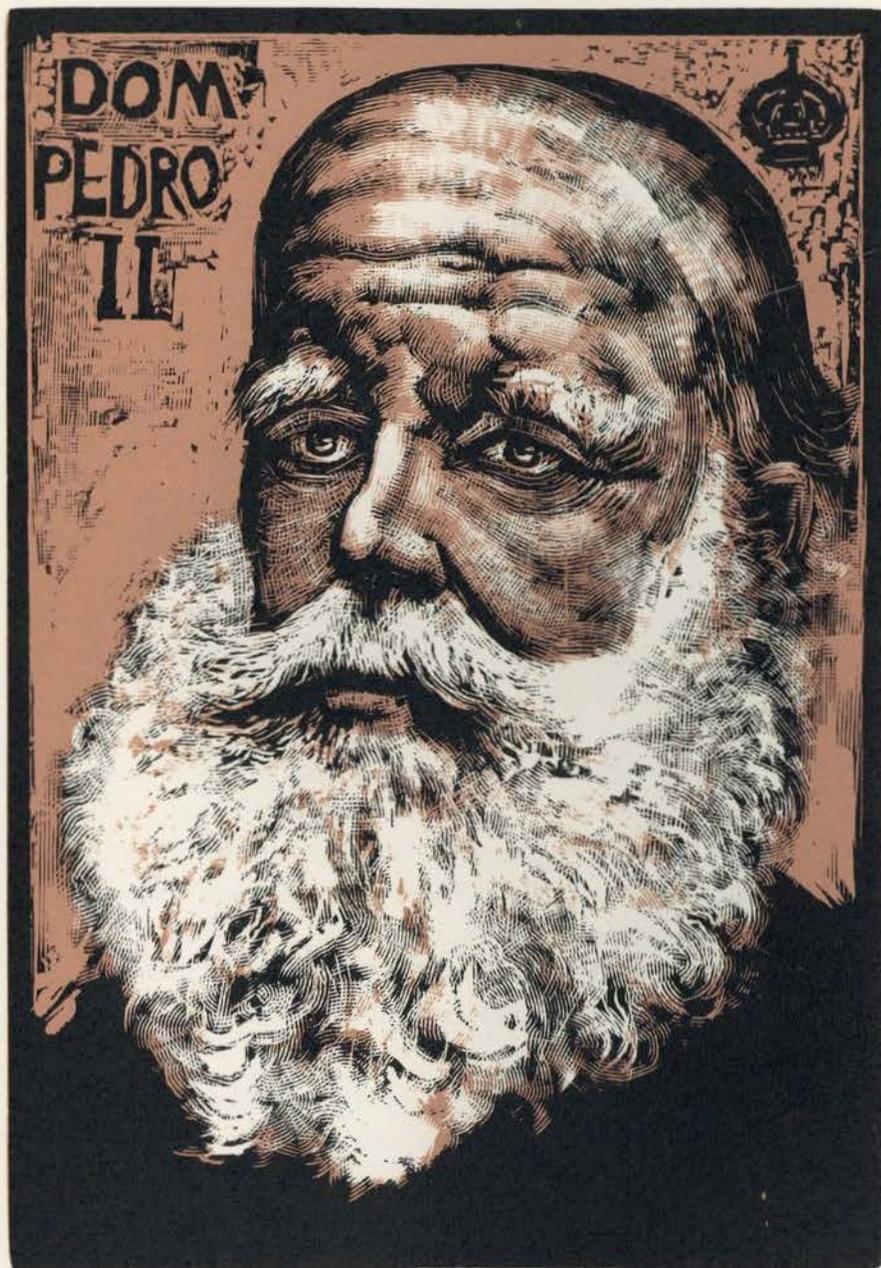
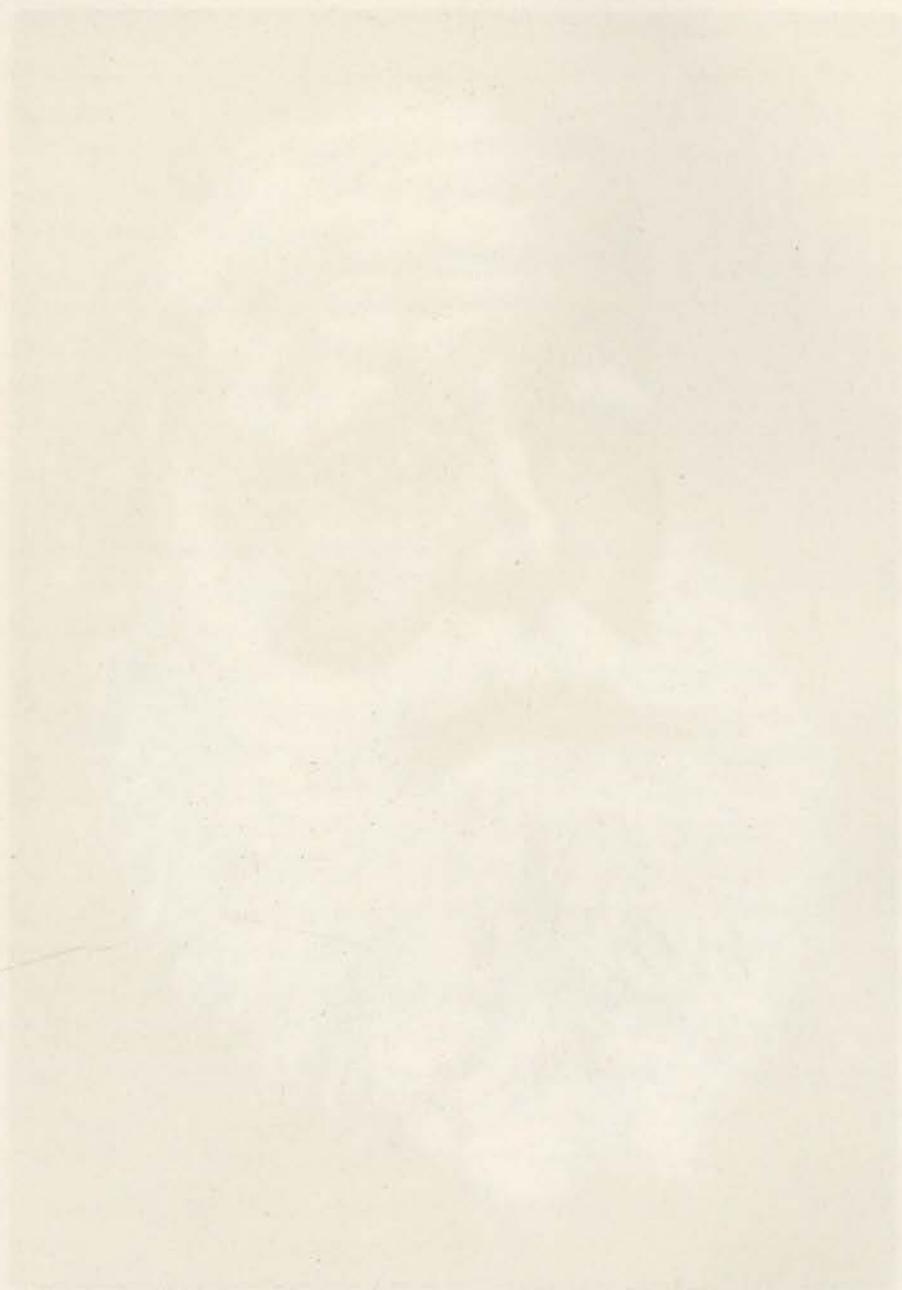
Prolongadas e de certo modo íntimas — se assim podemos considerar relações, principalmente à distância estabelecidas, entre um Imperador e um escritor cego — foram as que mantiveram D. Pedro II e António Feliciano de Castilho.

Iniciadas, talvez, por intermédio do irmão dêste, José Feliciano de Castilho, desde 1847 residente no Rio de Janeiro, onde pertenceu ao grupo literário que cercava o monarca, começaram, em 1852, com uma «mensagem de saüdação».

Em 1855, ano em que aqui esteve Castilho, cuidando da reforma do ensino primário, de acôrdo com as suas idéias, a convite do Imperador, — é a «súplica em versos» dirigida a D. Tereza Cristina, como diz o «Inventário» citado, logo transformada na *Epístola a Sua Magestade a Imperatriz do Brasil*, no Rio de Janeiro impressa em 1857, uma das poucas obras de Castilho que na opinião de José Agostinho resistem ao tempo (4). Outros versos enviou a D. Pedro II em 1857.

Em 1866 sugeria monsenhor Pinto de Campos ao Visconde de Sapucaí — o já referido mestre do Imperador — que êste conferisse uma condecoração a Castilho. No ano seguinte, endereçava o poeta ao soberano uma mensagem sôbre a tradução das *Geórgicas*, em sete páginas.

Pessoalmente entretiveram-se de novo os dois amigos em Lisboa, em 1871 e 1872, por ocasião da primeira viagem de D. Pedro II à Europa. Foi Castilho procurá-lo no Lazareto, em que fêz questão de permanecer, o Imperador, como um

DOM
PEDRO
II

passageiro comum, quando aportou à capital portuguesa. A ela voltando, de regresso ao Brasil, encontrou doente o escritor e foi visitá-lo em sua casa (5), desprezando protocolos e convenções.

Amiüdaram-se, depois disso, as cartas entre Castilho, já então Visconde, e o Imperador do Brasil. Que tratassem de temas literários é lícito supor-se, delas a última sendo uma «mensagem referindo-se à tradução pelo signatário do *Misantropo*, de Molière». A 28 de Junho de 1875 encerrava-se a correspondência, com o agradecimento, pelo 2.° Visconde de Castilho, dos pêsames pelo Imperador enviados quando da morte do pai.

Além das peças epistolográficas citadas, também dois manuscritos de obras de António Feliciano constam do Arquivo do Castelo de Eu: o antigo *Menoliso Teatral* e o drama *Camões*.

Ainda quanto a Castilho e D. Pedro II, não será demais lembrar que seu poema *A Noite do Castelo*, pôsto em libreto por António José Fernandes dos Reis, foi transformado em «ópera nacional em três actos», com música de António Carlos Gomes, protegido do Imperador, a quem foi dedicada essa primeira produção do extraordinário compositor brasileiro (6).

Também com uma mensagem de oferecimento de livros (a *História de Portugal* e a do *Estabelecimento da Inquisição)* começam, em 1854, os registos da correspondência de Alexandre Herculano com D. Pedro II, no «Inventário» que estamos seguindo.

Prosseguem as cartas do escritor, dando notícias literárias, em 1855, enviando um retrato, no ano seguinte.

Data de 6 de Dezembro de 1856 a longa carta em que, solicitado por D. Pedro II, deu Alexandre Herculano sua opinião sôbre o poema épico de Gonçalves de Magalhães — *A Confederação dos Tamóios*. Sem negar as qualidades da obra do futuro Visconde do Araguaia, fêz-lhe francas e sensatas restrições, o historiador português (7), as quais deveriam, de certo modo, decepcionar o seu régio admirador.

Uma longa crítica a outro poema brasileiro, igualmente da autoria de mais um protegido do Imperador e por êste talvez pedida, também fêz, pouco depois, Alexandre Herculano: a *Os Timbiras*, de Gonçalves Dias, poeta que anos antes já elogiara, quando do aparecimento dos *Primeiros Cantos* (8).

Continuando a correspondência, reclamou o escritor a remessa de um retrato de D. Pedro II e deu notícias de Portugal, em 1857. Sôbre uma publicação histórica versou outra carta, de 1858.

Passada a guerra do Paraguai, durante a qual certamente estiveram sus-

pensas, ou pelo menos diminuídas, as preocupações literárias do Imperador, pôde êle realizar sua primeira viagem à Europa, tendo então oportunidade de pessoalmente conhecer alguns de seus correspondentes portugueses. Herculano foi um dêles, duas vezes visitando-o no Lazareto. Das interessantes conversas que entretiveram, fêz o monarca significativo resumo em seu «Diário». Em 1872 coube ao Imperador procurar o escritor no retiro de Vale-de-Lobos, onde se encontrava doente.

De volta ao Brasil, quis D. Pedro II condecorar com a Ordem da Rosa o seu amigo, excusando-se êste de aceitá-la, por já ter recusado antes as honrarias que expontâneamente lhe oferecera outro admirador coroado, o inteligentíssimo D. Pedro V, de Portugal. A resposta do Imperador do Brasil, acatando os escrúpulos do escritor, honra os seus sentimentos de nobreza e de perfeita compreensão do respeito devido a uma amizade movida pelos mais superiores intuitos. Seu retrato, solicitado por Herculano, foi substituir em Vale-de-Lobos a condecoração que êste não quis aceitar.

Voltando à Europa, em 1877, apressou-se o autor das *Lendas e Narrativas* a ir ao encontro de D. Pedro II, em Lisboa, poupando-lhe a anunciada segunda visita ao seu retiro campestre. Conversaram como amigos e despediram-se para sempre, pois alguns dias depois falecia o grande escritor português. (9)

Também de Herculano contém o catálogo de códices e livros manuscritos do Castelo de Eu um original duplamente precioso: a sátira *Os Pedreiros*, enriquecida de anotações de Camilo Castelo Branco.

Figura êste, da mesma forma, entre os intelectuais portugueses amigos de D. Pedro II. Várias são as cartas que dirigiu ao magnânimo Imperador, guardadas naquele Arquivo, onde também existe o manuscrito do poemeto «O Rei das Tormentas», de 1848, simplesmente indicado como de um «Castelo Branco».

Numa daquelas cartas, declarou Camilo inutilizada uma obra dedicada a D. Pedro II, sem que por ora se saiba porquê.

É bem conhecida a visita que êste lhe fêz, em São Miguel de Seide, em 1872. Levou o escritor a sua admiração e amizade a ponto de hesitar na publicação de más referências aos antepassados portugueses de D. Pedro II e de se rebelar contra os que desrespeitosamente comentavam sua simplicidade de viajante despido de preconceitos e etiquetas. Fêz mais: em 1877 quis evitar ao régio amigo o espectáculo de sua decadência física, em um projectado segundo encontro.

Mesmo um daqueles comentadores irónicos das viagens imperiais iria inscrever-se, tempos depois, entre os admiradores de D. Pedro II. Em 1885, oferecendo-lhe uma obra, escrevia Ramalho Ortigão: «Rogo a Vossa Majestade que se

digne de o aceitar em testemunho de meu sincero e dedicado respeito pelo primeiro cidadão de um país em cuja imprensa eu tenho a honra de haver conquistado pelo trabalho exercido nas mais benéficas condições de independência intelectual os direitos de naturalização literária.» (10)

Outro conhecimento pessoal que em Lisboa fêz o Imperador, graças ao futuro Barão de Santo Angelo, Manuel de Araújo Pôrto-Alegre, então cônsul-geral do Império nessa capital, foi o de Inocêncio Francisco da Silva, o trabalhador incansável do *Dicionário Bibliográfico Português* (11).

Pouco mais tarde, em 1877, o Barão de Japurá, ministro do Brasil em Portugal, remeteria a D. Pedro II, devotado amigo dos livros, o catálogo da biblioteca do falecido servidor das letras (12).

Na lista dos escritores portugueses que foram correspondentes do segundo Imperador do Brasil ainda figuram Pinheiro Chagas e Mendes Leal, êste tornando-se digno de nota pela grande extensão de suas cartas. Mesmo futuros republicanos, como Latino Coelho e Guerra Junqueiro, também prezaram as opiniões do Imperador do Brasil, o primeiro agradecendo-lhe o juízo sôbre o *Elogio Histórico de José Bonifácio*, o outro enviando-lhe *A Morte de D. João* e *Tragédia Infantil.*

Não é preciso mais, para que se tenha por verificada a importância e o interêsse das relações durante cinqüenta anos mantidas entre D. Pedro II e alguns dos mais notáveis escritores portugueses do seu tempo.

---

(1) Cf. Hélio Vianna — «D. Pedro II e as letras», conferência no Instituto Histórico de Petrópolis, publicada na revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro, n.º 15, de Maio de 1942, pág. 51.

(2) «Inventário dos inestimáveis documentos históricos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, existentes no Castelo de Eu, em França», por ordem do falecido Príncipe D. Pedro de Orléans-Bragança organizado pelo eminente historiador Sr. Alberto Rangel, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vols. LIV e LV, de 1932 e 1933.

(3) Inocêncio Francisco da Silva — *Dicionário Bibliográfico Português*, VII — 272, n.º 265.

(4) José Agostinho — *História da Literatura Portuguesa*, Pôrto, 1927, pág. 425 — Sabendo Castilho que um velho português, residente no Rio Grande do Sul, culpado de homicídio involuntário, estava condenado a 12 anos de prisão com trabalhos, tendo solicitado perdão ao Imperador, coadjuvou-o com a Epístola, sendo obtida a almejada graça. (Cf. notas incluídas em *Lísia Poética*, 2.ª série, Rio, 1857, págs. CXXXV a CXLVIII).

(5) Cf. Heitor Lyra — *História de D. Pedro II*, São Paulo, 1939, II — 328 — Data de então o aparecimento, em volume de grande formato, da poesia intitulada *A Sua Magestade Imperial o Senhor Dom Pedro Segundo do Brasil —Homenagem da Imprensa Nacional de Lisboa em Março de 1872* — que «ao Imperial Tradutor do *Cinque Maggio* devotamente consagra Castilho». — Um exemplar dessa rara publicação, com dedicatória do autor «ao seu Tomás Ribeiro», per-

tence hoje ao Sr. Francisco Marques dos Santos, membro do Conselho do Património Histórico e Artístico Nacional.

(6) Cf. Luiz-Heitor Corrêa de Azevedo — *Relação das Óperas de Autores brasileiros*, Rio de Janeiro, 1938, págs. 36/37.

(7) Cf. Georges Raeders — *Alexandre Herculano*, separata do *Bulletin des Études Portugaises*, número especial, de 1940, edição do Institut Français au Portugal, Lisboa.

(8) «*Os Primeiros Cantos* foram saüdados por Alexandre Herculano *como inspirações de um grande poeta*, e a opinião do mestre português resumia a impressão de tôda a gente. Sobretudo a primeira parte do livro — as «Poesias Americanas» — lhe pareciam exemplo da verdadeira poesia nacional do Brasil». — Manuel Bandeira — *Noções de História das Literaturas*, 2.ª edição, São Paulo, 1942, pág. 297.

(9) Cf. Heitor Lyra — Op. Cit., II-280-281 e 213-414.

(10) «Inventário» cit., II-319.

(11) Cf. Heitor Lyra — Op. cit., II-279.

(12) «Inventário» cit., II-256.

DO GERMANISMO EM ANTERO

POR FRANCISCO FERNANDES LOPES

PARA o centenário de Antero de Quental a minha contribuïção, fugaz sem dúvida, — *verba volant*... — e naturalmente despercebida, não se diria no entanto que não fôra das mais singulares — talvez mesmo, homenagem única no género: — aqui, em sessão solene, durante três largas horas, no vasto salão dum clube popular, repleto — platéia e galeria, cêrca de mil almas —, a leitura, por uma brigada selecta, de mais de cinqüenta poesias — sonetos e outros poemas, sem exclusão de *Os Cativos* e *As Fadas* e até com remate pelo humorístico *romance* do Papão — a fim de revelar tôdas as facetas do génio ou talento do Poeta-Filósofo; e tudo isto, cronològicamente inserido na palestra improvisada com que eu ia glosando a leitura da carta autobiográfica e adaptando-a à mentalidade ambiente. Como ponto final, música: canto, acompanhado a piano, de três composições minhas — sôbre: *Diálogo, Sonho oriental, Sulamita* —, respectivamente por dois rapazes e uma senhora da localidade.

Claro que para esta improvisação no 18 de Abril específico, forçoso me fôra, desde uns meses antes, ao acaso dos vagares, vir revendo o *curriculum vitæ* de Antero e relendo ordenadamente tôda a sua obra, pelo menos nas espécies mais significativas... Era eu, decerto, um já velho anteriano: — numa efémera *Revista Académica* de 1903 se deparará, a circundar a fotogravura clássica do Poeta, uma veemente prosa ingénua da minha adolescência; e fôra isto a propósito da récita de despedida do meu 7.° ano do liceu em Lisboa, cujo produto integralmente se destinara à subscrição para a projectada estátua a Antero na sua ilha. Rodaram os anos e as preocupações: o caso de Antero ficou sob a cinza... Mas o centenário, vindo reavivá-lo, exigiu uma *mise au point* após quarenta anos de distanciamento. E assim me sucedeu vir a refazer o que depois soube que o Dr. José Bruno Carreiro tinha já feito melhor, mas de que infelizmente continuamos privados quási totalmente. Esbocei um *Antero de Quental segundo êle próprio e aquêles que o viram*... Reconhecendo porém que a objectividade desejada transcendia ainda êste

ponto de vista, alarguei o âmbito a tôda a informação concreta possível; e o amontoado tem ido crescendo, necessàriamente... Até já peregrinei a Vila do Conde e percorri tôda a casa anteriana, e conversei com quem, humilde e plebeia, tendo-o conhecido, me soube difinir impressivamente o fidalgo...

Ora, é do alto desta pirâmide que, naturalmente, fiquei depois a contemplar quantas congeminações ensaísticas — literárias ou filosóficas — tenho divisado no horizonte anterianista; e foi, pois, dêste mesmo ponto que acabo de ver surgir a *flor modesta* que o ilustre ensaísta Otto Maria Carpeaux, confiando-a a *Atlântico*, recentemente veio depor no sopé do monumento ao Poeta que lhe é caro.

¿De que se trata afinal?

Pretende Carpeaux que se é unânime quanto a uma certa *tese alemã* consistindo em considerar germânico ou de germânica influência o que há de específico na universalidade de Antero, poeta-filósofo português; e contra o dogma esgrimiu «implacàvelmente», convencido por fim de o haver destruído — para o que lhe teriam bastado «as fontes de que dispomos». Abolido o fantasma — ¿qual, porém, a realidade anteriana subsistente? *Hoc opus*... E porque, confessadamente, a «investigação fracassou», dado que as aludidas fontes «não chegam para provar a nova tese» de sua autoria — (assim «mais engenhosa do que provada» ficando, e não passando de mera «sugestão» entregue à consideração alheia competente) — adiada indeterminadamente ficou a solução do interessante problema: Antero de Quental «último representante de uma filosofia genuìnamente portuguesa», de «uma tradição portuguesa esquecida».

Não direi que tudo isto não possa dar-se: a destruïção da tese antiga, como a comprovação da nova tese. Por agora, apenas quero observar que se da «prova» desta última o fracasso é confessado pelo próprio Carpeaux, da «destruïção» da primeira os loiros com que se exorna não seriam menos quiméricos talvez.

Ou... vejamos com alguma minúcia.

Estranha Carpeaux que Antero, confessando «os seus poucos conhecimentos da língua alemã», se pretendesse ao mesmo tempo «discípulo da filosofia, da historiografia, da poesia alemã».

¿Será preciso desfazer o equívoco entre o conhecimento de uma língua e o da cultura que ela veïcula? Ou então: ¿que poderiam ter sabido da cultura helénica todos os ignorantes do grego antigo; v. g. de Aristóteles todos os peripatéticos que não conheceram o Mestre senão em traduções latinas?

De resto, Antero alguma coisa sabia de alemão... ¿Esquece Carpeaux o que a própria D. Carolina testemunhou?: que Antero sabia de alemão... o necessário e

suficiente para «aquilo que lhe importava, e muito», ou seja: «ler os mestres, apropriar-se as idéias (...), ter trato directo e íntimo com os fecundos pensadores» — e com êste fim precisamente é que aprendera a língua.

Admitindo, mesmo, que Antero não soubesse o necessário e suficiente para, lendo, entender por si só, mas apenas o «alguma coisa» que permite a tanta gente culta, lendo uma tradução de tal ou tal língua, conferir a perfeita exactidão de sentido de tal ou tal passagem capital que lhe interessa — ¿em que é que êste rudimentar conhecimento da língua alemã o poderia ter inibido de adquirir a mais perfeita cultura germânica, ou de ter sofrido a fecunda influência germânica que a Storck e a D. Carolina bem explìcitamente declarou?

Se Antero, em obra sua, se aproximou — ou não — da feição de especulação filosófica, característica do espírito alemão da primeira metade de século, é êste um problema que não deve confundir-se, nem com o do conhecimento que poderia ter da filosofia alemã específica da época, nem com o da influência, em qualquer sentido, dessa cultura germânica sôbre o seu espírito próprio. Mas, deslindemos:

«Kant e Hegel escreviam num alemão quási incompreensível, mal compreensível até para os próprios leitores alemães, mesmo os mais cultos. É completamente impossível que Antero jamais lesse e compreendesse uma só linha dêles. Conheceu-os através de *traduções e versões* horríveis e malentendeu-os profundamente.» Eis o apoftegma apodítico...

Desfibremo-lo:

«...*a leitura do* Fausto *de Goethe (na tradução francesa de Blaze de Bury) e o livro de Rémusat sôbre a nova filosofia alemã exerceram todavia sôbre o meu espírito uma impressão profunda e duradoura: fiquei definitivamente conquistado para o* Germanismo (...) *Li depois muito Hegel, nas traduções francesas de Vera (pois só mais tarde é que aprendi alemão); não sei se o entendi bem, nem a independência do meu espírito me consentia ser discípulo: mas é certo que me seduziam as tendências grandiosas daquela estupenda síntese. Em todo o caso o Hegelianismo foi o ponto de partida das minhas especulações filosóficas, e posso dizer que foi dentro dêle que se deu a minha evolução intelectual*».

As traduções de Vera encontram-se efectivamente na lista dos seus livros: e são, além da *Philosophie de la religion,* precisamente a *Logique,* a *Philosophie de la nature* e a *Philosophie de l'esprit,* —ou seja: por assim dizer, os três evangelhos da «*biblia do hegelianismo*», — a *Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse (2.ª ed.-1827),* cujo texto Vera seguiu.

¿Horríveis, as traduções de Vera? ¿Vera, o *traditore* que se tem pretendido?

Não é essa, em todo o caso, a opinião do conceituado Georges Noel, em cujo prefácio do seu sério estudo sôbre *La logique de Hegel,* encontro o Dr. Vera tratado com tôdas as honras, pelo seu esfôrço «*si considérable*» de «*acclimater en France la philosophie de Hegel*», numa época em que o público estava «*aussi peu que possible préparé à la comprendre*», dividindo-se os filósofos em dois campos hostis: espiritualistas ecléticos dum lado, positivistas tendendo ao materialismo do outro. Admiro-me, se as traduções de Vera são tão defeituosas, que num *choix de textes* para correr em tôdas as mãos, Paul Archambault se tivesse servido, (salvo os dois trechos da *Esthétique,* trad. Bénard) exclusivamente das traduções de Vera. Devo acrescentar que eu próprio, por mais incompetente que seja, tenho conferido mais de uma vez essas traduções com as de Lívio Xavier, verificando-as pelo meu exemplar alemão da *Encyclopädie,* e não tenho ficado horripilado...

De resto, se Antero começara conhecendo Hegel, em Coimbra, pelas versões de Vera — e talvez que antes de tudo, racionalmente, pela *Introduction à la philosophie de Hegel* do mesmo Vera, sabe-se positivamente que, depois de ter aprendido alemão (como autodidacta em 1867 talvez, tendo continuado em Paris e mais durante a viagem à América, com as gramáticas de Ahn e Anstett, até ver vencido as dificuldades iniciais), aproveitara precisamente em seguida, «para as primeiras leituras independentes» (informa D. Carolina), «obras com que já se familiarizara» nas versões francesas. E «só assim é que o *tour de force* de começar com a *Fenomenologia* de Hegel e com o *Faust* de Goethe se tornou exequível». Justamente entre os livros de Antero se encontra a *Phänomenologie des Geistes* — a obra precoce em que o hegelianismo aparece já como sistema original e distinto.

Se, com tudo isto, Antero não conseguiu ler e entender uma só linha alemã de Hegel, é preciso observar ainda que o conhecimento da filosofia de Hegel teve para Antero ainda outras fontes subsidiárias, de alguma genuïnidade por certo: Rosenkranz, de quem possuía *Hegel as the national philosopher of Germany,* tradução inglesa que lhe facilitaria talvez melhor a compreensão, e, em alemão mesmo, *Die Geschichte der neueren Philosophie* de Windelband, a *Geschichte der deutschen Philosophie* de Zeller, e ainda, do anti-hegeliano Haym, *Hegel und seine Zeit.*

Antero, de resto, não se arroga a pretensão de ter entendido Hegel... ¿Quem o terá mesmo, porventura, entendido já? ¿Os seus mais perspicazes e fiéis discípulos, que se dividiram nas várias seitas do hegelianismo? Recordo-me de uma discussão, que li há anos, havida na *Société Française de Philosophie,* entre René Ber-

thelot e Emile Boutroux... Nunca tive tão viva a sensação do combate célebre entre o cego e o paralítico... ¿E Benedetto Croce adiantou, porventura, muito mais com a sua tentativa?

Antero não teria sido, pois, excepção à regra. Porém, admitindo que tivesse entendido Hegel como seria mister, ¿em que é que esta perfeita compreensão teria implicado a mínima adesão à doutrina? Manifestamente que uma coisa é *ver* e outra é *seguir... Video, meliora proboque, deteriora sequor:* é anexim de velha cêpa. Antero, compreendendo embora Hegel perfeitamente, poderia ter sido indiferente ou absolutamente anti-hegeliano. Sabemos, porém, que isto se não deu; seguiu-o, ou melhor, seguiu aquilo que se lhe afigurou que Hegel seria — o Hegel da sua fantasia. Por outras palavras e decisivamente: compreensão perfeita não implica influência, adesão ou epigonismo. Quem segue outrem, pode ter malentendido êsse outrem; mas se o entendesse bem, ¿implicaria isso que o não tivesse seguido?

Foi, pois, dentro do hegelianismo que evolucionou Antero. Mas após a crise de 1874, acabou por encontrar que «*o naturalismo, ainda o mais elevado e mais harmónico, ainda o de um Goethe ou de um Hegel, não tem soluções verdadeiras, deixa a consciência suspensa, o sentimento, no que tem de mais profundo, por satisfazer. A sua religiosidade é falsa, e só aparente; no fundo não é mais do que um paganismo intelectual e requintado. Ora eu debatia-me desesperadamente, sem poder sair do naturalismo, dentro do qual nascera para a inteligência e me desenvolvera. Era a minha atmosfera, e todavia sentia-me asfixiar dentro dela. O Naturalismo, na sua forma empírica e científica, é o* struggle for life, *o horror duma luta universal no meio da cegueira universal; na sua forma transcendente é uma dialéctica, gelada e inerte, ou um epicurismo egoìstamente contemplativo. Eram estas as conseqüências que eu via sair da doutrina com que me criara, da minha* alma-mater, *agora que a interrogava com a seriedade e a energia de quem, antes de morrer, quere ao menos saber para que veio ao mundo.*»

Nìtidamente ressalta pois, independentemente de Antero ter ou não bem-entendido Hegel, a influência do germanismo hegeliano sôbre o seu espírito.

¿E como reagiu?: «*A reacção das fôrças morais e um novo esfôrço de pensamento salvaram-me do desespêro. Ao mesmo tempo que percebia que a voz da consciência moral não pode ser a única voz sem significação no meio das vozes inúmeras do Universo, refundindo a minha educação filosófica, achava, quer nas doutrinas, quer na história, a confirmação dêste ponto de vista. Voltei a ler muito os filósofos, Hartmann, Lange, Du Bois-Reymond, e, indo às origens do pensamento alemão, Leibniz e Kant. Li ainda mais os moralistas e místicos antigos e modernos, entre todos a* Theologia Germanica *e os livros budistas. Achei que o mis-*

ticismo, sendo a última palavra do desenvolvimento psicológico, deve corresponder, a não ser a consciência humana uma extravagância no meio do Universo, à essência mais funda das coisas».

«*O naturalismo apareceu-me, não já como a explicação última das coisas, mas apenas como o sistema exterior, a lei das aparências e a fenomonologia do Ser. No* Psiquismo (...) *é que encontrei a explicação última e verdadeira de tudo* (...)

«*Êstes pensamentos e muitos outros, mas concatenados sistemàticamente, formam o que eu chamarei, embora ambiciosamente, a minha filosofia*».

¿Quental católico, Quental budista, Quental... alemão?

Eis a resposta inequívoca:

«*O meu amigo Oliveira Martins apresentou-me como um budista. Há, com efeito, muita coisa comum entre as minhas doutrinas e o Budismo, mas creio que há nelas mais alguma coisa do que isso. Parece-me que é esta a tendência do espírito moderno que, dada a sua direcção e os seus pontos de partida, não pode sair do naturalismo, cada vez em maior estado de bancarrota, senão por esta porta do psicodinamismo ou pan-psiquismo. Creio que é êste o ponto nodal e o centro de atracção da grande nubelose do pensamento moderno em via de condensação. Por tôda a parte, mas sobretudo na Alemanha, encontram-se claros sintomas desta tendência.*»

E a rematar: «*O Ocidente produzirá, pois, por seu turno, o seu Budismo, a sua doutrina mística definitiva, mas com mais sólidos alicerces e, por todos os lados, em melhores condições do que o Oriente*».

Por aqui se verá também com que fim teria Antero recorrido à leitura de Kant e o que dêle poderia ter assimilado.

¿Não teria lido Kant em alemão? ¿Quem o poderá provar?, apesar de nenhuma obra alemã de Kant figurar no catálogo dos seus livros, onde só se nos deparam traduções francesas — de Tissot quanto aos *Principes métaphysiques du droit e de la morale;* de Barni quanto às três *Critiques.*

¿Traduções horríveis?

Sabe-se que Tissot teve, pelo menos, o mérito de pôr, pela primeira vez, a *Crítica da razão pura* ao alcance de quantos não sabiam alemão, generalizem-se, embora, os seus defeitos às outras suas traduções... Quanto a Barni, ajuíze-se das suas traduções por esta referência à da obra capital de Kant: que foi ela a preferida geralmente à de Tissot, por ser «plus soignée, plus attentive au texte, plus souple et plus littéraire», ou seja: «plus facile à lire et plus française», tendo sido nela que «la plupart des lecteurs de la *Critique* dans notre pays se sont habitués à

chercher la pensée exacte et fidèle de Kant». (Cf. A. Hannequin, no prefácio à nova tradução da *Critique de la raison pure* por Tremesaygues e Pacaud, que, declaradamente, não deixaram de utilizar o trabalho dos seus dois «horríveis» predecessores...)

Admitindo, porém, que, através destas traduções «horríveis», Antero não tivesse conseguido senão malentender profundamente Kant, ¿é porventura crível que nenhuma correcção crítica lhe tivesse advindo de outras leituras: de alemães, em alemão, como os já citados Windelband e Zeller, ou traduzidos em francês, como Lange (na *Histoire du matérialisme* — ¿tradução horrível? —), ou de autores franceses, como Janet, Vacherot e Taine, cujas obras correlativas figuram no citado catálogo? Não falo já de tudo o que avulsamente andaria na atmosfera crítica do tempo... E se, conforme opina Benedetto Croce, o prprio Kant não se compreendeu plenamente a si próprio, e ninguém mais o teria compreendido... «except Hegel», como opinava J. Stirling — ¿que admiração que Antero o tivesse mal-entendido afinal? — se é que o mal-entendeu...

Mas as leituras de Antero, quanto à filosofia alemã, não se limitaram, como se viu já, a Kant e Hegel... ¿Não teria Antero entendido, também, nada do transparente Schopenhauer, cujo *Die Welt als Wille und Vorstellung* é indubitável que êle leu em alemão, talvez sem precisar socorrer-se da tradução francesa (horrível?) de Burdeau? ¿E quanto ao lúcido Hartmann, não o teria Antero lido também, em alemão como em traduções francesas (horríveis, as de Nolen e Humbert?), e lido criticamente, quando entre os livros que possuiu se contam, ainda, os de Taubert e Venetianer, em alemão — complementos indispensáveis indicados por Nolen? Tudo isto se pode ver pelo excelente estudo do Dr. Joaquim de Carvalho, bem conhecido dos anterianistas.

Não falo já de outras influências germânicas em Antero, como, por exemplo, a de David F. Strauss, cuja bíblia de *A antiga e a nova fé* Antero leu, em alemão indubitàvelmente...

D. Carolina viu muito bem:

«O germanismo de Antero, impossível de negar, visto que êle mesmo o confessa, e que os seus contemporâneos, filhos genuínos do país menos metafísico do mundo, o perceberam e ironizaram muito cedo, motejando com duros sarcasmos das suas «nubelosidades abstrusas» (Castilho e Herculano) é, contudo, difícil de definir com rigor, porque foi uma afinidade natural entre o seu pensar e o pensar germânico que o atraíu para aquêle campo, e as influências estranhas desenvolveram apenas gérmenes já pré-existentes. Só uma análise minuciosa de tôda a sua obra fi-

losófica permitiria delimitar a parte com que os pensadores alemães contribuiram para a construção dela. E o germanismo dos seus versos?»

Para um tal *desideratum,* além do estudo já referido do Dr. Joaquim de Carvalho, merece citar-se a contribuïção do Dr. Albin Eduard Beau: *Antero de Quental perante a Alemanha e a França — Reflexões e Reacções* (Coimbra 1942). Com ciência e consciência, e sem nenhuma abdicação também do germanismo autêntico, são, naturalmente postas em foco, na sua congruência real, as duas «teses» de Carpeaux: a que não logrou provar e a que não conseguiu destruir... É que não se deve, de facto, esquecer — e Antero jamais o esqueceu (nota-o o Dr. Beau, judiciosamente) — «que exactamente o contacto e discussão com aquilo que o espírito francês lhe proporcionou e esclareceu, e o estímulo, impulso e aprofundamento que tirou do alemão, o conduziram à consciência de si próprio, e, na sua própria cultura e humanidade, atingiram a maturação».

O problema da originalidade de Antero é, como se depreenderá, muito complexo, sem dúvida alguma...

Algarve — Olhão, Maio de 1943.

A DOENÇA DO CRITICISMO

POR FIDELINO DE FIGUEIREDO

OS românticos sofriam da doença da poesia—que é uma inadaptação criadora de fantasmas; e nós sofremos da doença do criticismo — que é uma inadaptação criadora de juízos. Doença, porque nos afasta do ideal de perfeita higidez do espírito, que é conformidade perene, burguesismo optimista, embora seja doença fecunda e embelezadora, como a que nas ostras crias as pérolas.

A doença da poesia levava à boémia descuidada, suja e faminta, mas levantava o espírito ao lirismo dum Shelley, de um Musset, de um Chopin, de um Schubert, de um Garrett. A doença da crítica pode descer à maledicência boateira das esquinas, mas pode também subir e tem subido à alta região das idéias e possui seu génio representativo ou seu deus: Kant.

Os românticos eram filhos dos bons burgueses revolucionários, que tinham acabado de conquistar o poder e instalado os seus negócios, sólida e livremente, bem conformados com a era em que viviam, a era do «deixar fazer e deixar passar» e do «enriquecei-vos». Mas eram filhos ingratos, porque a sua sensibilidade desequilibrada ou exigente logo se rebelou contra o burguesismo contente dos pais e pôs-se a criar, com outra liberdade mais prezada, a da imaginação, sonhos passadistas, heroísmos cavalheirescos, amores fatais, ruínas evocadoras ou reformas utópicas para um futuro todo de harmonia e felicidade.

Nós, homens de hoje, não entramos num mundo novo, como entravam os românticos; saímos dum mundo velho, sabemos muito bem que somos testemunhas e vítimas da revolução maior da história, desproporcionadamente grande e deslumbradora perante a nossa escassa experiência. Sabemos que tôda a matéria tem de viver em forma e procuramos uma forma nova para a matéria revôlta — economia, morfologia política e social, idéias e valores morais... Fazemos como os românticos: fugimos do presente. Mas a direcção da fuga é que varia.

Uns fogem para o futuro, aventuram-se por veredas novas nesses ensaios

proféticos de definição de rumos, que são a parte mais viva da literatura contemporânea; outros retrogradam, a percorrer velhos caminhos abandonados, despotismos ilustrados à século XVIII, intolerâncias religiosas, anti-semitismo, unificações espirituais à século XVI, economia estatista e corporações de mesteirais à século XII, invasões, crime à solta, barbarização à século V. Em qualquer caso, o fundo dessa inconformidade a respeito do presente é uma atitude julgadora e interpretadora — uma opção. E isso é acto de crítica, implícita ou explícita.

Se tal crítica se limita à conversa do café e ao tópico ligeiro do jornal, é um tempêro picante para a vida quotidiana, que se torna assim «más llevadera», no dizer espanhol. Mas se ela chega a ser a organização de idéias guiadoras, se ressente a luta da realidade fugidia ou renitente às idéias com que a querem disciplinar ou acorrentar — então essa tendência ou êsse gôsto ou essa vocação ou essa fôrça irresistível da personalidade enscena e sustenta um verdadeiro drama, o «drama da crítica», de que Tristão de Athayde já focou alguns aspectos.

O mal da poesia nada o expressa melhor que a música, porque a música é livre das limitações da palavra articulada, da forma e da côr. Mal posso perceber aquêle expediente de um superlativo de expressão que Beethoven foi buscar à voz humana, no último tempo da sua nona sinfonia. Seria por que tal forma de alegria, sendo um exclusivo sentimento humano, só pela voz humana podia ter cabal expressão? Mas êste raciocínio era aplicável a tôdas as suas grandes páginas.

Seja como fôr, a criação de uma supra-realidade de refúgio e de perfeição ideais, que é tôda a arte, só a alta música a atinge com seu mistério. A alma do poeta é uma alma essencialmente agónica, porque luta com a fatalidade das suas limitações de expressão, como o herói da tragédia grega lutava com as cominações inexoráveis do destino. Mas o músico é o artista mais livre. Sofre as dores da maternidade, não as da limitação, nem os desesperos da impotência.

Tinha razão aquela adorável mulher de Baco: O céu não será céu, se lá se não tocar música de João Sebastião. E razão têm os que mais ambiciosamente desejem: os músicos no céu não se sentiriam no céu, se lá não recolhessem os ecos da música por êles deixada na terra. E há ainda quem pense que os doentes do vêzo crítico hão-de ter direito a um lugar no céu para de lá recolherem os ecos das idéias que criaram e soltaram aos ventos, e receberem a palma dos mártires. Muitos são os caminhos que despertam sêde de imortalidade.

O espírito crítico é uma posição da inteligência e de tôda a personalidade ante o mundo, pelo menos ante a paisagem humana. É a atitude ou a tendência iniludível de quem assenta todos os seus apreços e simpatias, preferências e juízos sôbre uma análise dos fundamentos da verdade, sôbre uma procura dos resíduos

de absoluto em cada pensamento, cada palavra ou cada obra. O que é para Kant a basilar teoria do conhecimento, é para o crítico de cada hora a análise impiedosa ou o hábito mental que busca a idéia pura ou o valor permanente.

Esta crítica é uma equivalência do mais extremo idealismo em incessante aspiração: quere ver o mundo governado por categorias lógicas e ideais arquétipos de perfeição, ante os quais tudo é contingente ou grosseira contrafacção. «Criticar» assim é discernir o permanente do efémero e exumar da ganga viscosa a pepita áurea da idéia pura ou o íntimo latejar do espírito em ascensão. Muitas vezes se atribui a impulsos de altivez orgulhosa ou de severa honestidade o que é muito mais do que isso, mais que rigidez ética e orgulho individualista, porque é ardor de avaliação justa perante êsses arquétipos.

Como o incansável Don João — o de Mozart, não o de Tirso de Molina — no seu mariposeio sentimental através da selva dos corações e dos espíritos femininos, só perseguia a ideal perfeição da Mulher e a ideal beleza do mundo traduzido em feminino, assim o homem doente da impaciência ou insaciedade crítica só procura o empíreo das idéias puras. Para êle, na hora do juízo final, o céu deveria ser um embalsamado jardim de Academus, onde Sócrates, Platão e os discípulos fiéis construíam as suas idéias e, vestidos das suas mais belas clâmides, saíam a receber Kant, enrugado e encanecido, para todos juntos seguirem a esteira luminosa dessas idéias, afoitas e voláteis luas de espuma pelos espaços...

A cólera ante a injustiça, a charlatanice e a mentira é a primeira forma nobre do espírito crítico, porque os interêsses criados e os erros convencionais são também as maneiras mais comuns da falsificação dos tais arquétipos ideais. Porém essa severidade julgadora tem seu reverso benévolo em tôdas as almas bem temperadas: a piedade pelas vítimas. Foi essa bilateralidade do criticismo que fêz surgir no século XIX a mais veemente crítica social e também a mais sentida literatura de piedade — de que o romance russo, de Gogol a Gorky, havia de ser a obra prima.

A interpretação judicativa das obras de arte — da literatura sôbre tôdas, porque é a de mais explícito conteúdo humano — é outra forma do espírito crítico, já mais elevada, já especializada. Envolve muitos problemas de teoria e metodologia da crítica e de filosofia da arte, que podem ofuscar a observadores apressados o tormentoso «drama da crítica». Tais problemas visam a preparar especialistas empenhados no grande empreendimento de decifrar o mistério da arte, inseparável da vida do homem: evadir-se da realidade para o sonho das palavras e das emoções, e através dêsse sonho entender melhor e suportar melhor a mesma realidade.

Essa crítica tem também seu grato reverso: a familiaridade com as obras

primas da intuïção humana, o convívio dos maiores valores estéticos, familiaridade e convívio que fazem às almas esquinadas dos críticos o que as águas vivas fazem ao pedrouço: convertê-lo em seixo rolado. Todos os grandes críticos são, por isso, exemplos superiores de compreensão do homem: Herder, Lessing, Bielinsky, Sainte-Beuve, Ruskin, Macaulay, Arnold, Taine, Menéndez y Pelayo, De Sanctis, Oliveira Martins, Benedetto Croce... Incluo Oliveira Martins, porque a sua obra é predominantemente interpretativa e judicativa. Mais do que um historiador — disseram dêle Menéndez y Pelayo e Unamuno.

Finalmente se chega ao derradeiro e mais elevado grau da posição espiritual da crítica, em que ela se desprende das obras de arte e é inspiração livre de intuïção pura, directamente aplicada ao homem, à sua agonia das idéias e à luta com um mundo, que não entende, mas não pode desistir de entender, como Prometeu, que nem vivia nem morria. O crítico é então um solitário sôbre penhascos batidos de rajadas sibilantes e da arrebentação das ondas em roda.

Mas ainda agora há um reverso consolador: a indulgência melancólica de quem chega ao fim e topa com os limites do homem. Cabe no âmbito da sua vida de mediocridades e no curto alcance da sua inteligência e da sua vontade trôpega algum dos tais arquétipos de ideal perfeição e valor absoluto? Não pedimos demais à vida? Mas se pedimos demais, como podemos conceber êsse «Demais», que, já não sendo humano, nenhuma observação, experiência ou recordação da espécie no-lo pode ministrar? Donde provirá essa discordância entre os limites da vontade realizadora e os da concepção? Será um contraste irónico? Será uma simples conversão lógica dos conceitos, que a realidade vivida nos cria?

Principia então a descida ou, se preferem, a volta dolorosa, o calcurriar do mesmo caminho, a emendar a vida, a desvivê-la. É em Kant, protagonista supremo do drama, aquela passagem brusca da razão pura à razão prática, do empíreo das idéias para o convívio dos que não amam as idéias.

Mas entender os que não amam as idéias ou não as suspeitam sequer é também tarefa do doente do mal da crítica. É até o aspecto mais jovial da moléstia.

A MORTE DO JACARÉ

POR TRISTÃO DE ATHAYDE

SOL a pino, sempre que passava por aquêle trecho da estrada era com volúpia que me acercava do frondoso jacaré, bem à beira do precipício. Era um oásis de frescura. Cada galho era outra árvore. Ninhos de joão-de-barro revelavam que os pássaros se davam bem por ali. No chão, sempre sinais recentes de que o gado ali se acolhia à hora das tormentas. Há dez anos era o mesmo que hoje, com seu tronco rugoso e as fôlhas finas como de ângico. Pela redondeza, nenhum que se comparasse. Era o patriarca daquelas paragens. O refúgio contra o sol e contra a chuva de quanto viajante por ali passou. Homens e bichos fraternizavam sob o pálio macio e fresco daquele velho testemunho de outros tempos. Não era um buriti poético. Era apenas um prosaico jacaré. Não fôra certamente «Testemunha do drama da conquista». Mas terá, porventura, visto passar de pés juntos alguns dos que, em meninos, brincavam à sua sombra. Era, naquela curva da estrada, a nota patriarcal e grave da paisagem.

Hoje, ao divisá-lo do córrego, notei uma faixa clara insólita, em sua base. À medida que me aproximava, compreendi o drama. Ao chegar junto ao velho tronco, cessaram as pancadas fatídicas, que o eco do vale repetia ao longe, como se houvesse dois machadeiros na faina.

— «Foi o patrão que mandou botar abaixo para fazer um côcho».

— «Demora muito a cair?»

— «Que nada. Parei até para deixar passar».

No campo, as coisas são sempre exactas e precisas. Fala-se pouco. E para dizer apenas coisas necessárias. Senti a inutilidade, mais ainda, o ridículo de qualquer efusão sentimental, diante daquela tragédia que se articulava. Tudo, no campo, tem seu preço. Tudo serve. Tudo vive, como na natureza, para um fim. O velho tronco ia deixar o serviço de sombra e de refúgio à beira da estrada, para dar de comer ao gado, para guardar o precioso sal. O machadeiro ali estava, pontual e adequado, com seus golpes certeiros, de onde as lascas saltavam como faís-

cas vegetais. O dono da terra esperava a madeira para o seu gado e êste o sal nutritivo. Tudo estava em ordem sob a lei da natureza. Tudo estava em dia com a vontade de Deus. Como era ridículo o nó que eu sentia na garganta.

Os golpes continuavam a descer, regulares e fortes. O machadeiro conversava connosco. Viera do Espírito-Santo. Andara por Minas. Havia cinco anos que se fixara por ali, naquela casinha do alto do morro. Nunca se casou. «Gostei de alguém, mas as coisas não se ajeitaram. Hoje moro sòzinho. Faço as minhas comidas. Lavo a minha roupa, quando os cobres não bastam. Já fui machadeiro bom. Hoje estou velho e cansado. Nunca tive filhos. Quando morrer, não deixo sangue na terra».

Os golpes continuavam certeiros. A árvore continuava impassível. Nos ramos altos a brisa brincava na folhagem. Havia em tudo uma imensa despreocupação. Pássaros cantavam lá por cima· Gravatás floridos pelos galhos. Vida sôbre vida. E nem um frémito corria pelo tronco, aos golpes agudos do machado.

Veio um café, da casinha do fundo do vale. Experimentei como o Levine de Tolstoi com a foice, manejar o machado. Em dois minutos sentia o braço tremer. «Há quantos dias está você aí, para abrir essas duas fendas enormes?» — «Comecei esta manhã, quando o dia clareou, sim senhor». Era meio-dia. — «Guilherme II virou machadeiro, como você, no fim da vida». — «Eu sei. Era o Kaiser, não é? Cada Príncipe, dizem que tem de ter um ofício. O nosso velho Imperador ouvi dizer que era pedreiro».

Os dois cortes laterais pareciam-se unir. De repente ouviu-se um estalo, um estalo lúgubre, qualquer coisa de diferente de todos os rumores vivos das árvores. Era como êsses roncos da agonia humana que têm qualquer coisa de inumano Aquêle estalo breve, rápido quási, imperceptível como uma corda partindo-se, tinha qualquer coisa de *invegetal.*

«Agora vai», gritámos todos, esquecidos do drama, apostando para que lado caïria a velha árvore. O equilíbrio desta continuava impassível. De cada lado a rama era frondosa e pesada. «Ela caïrá para o lado em que os galhos pesarem mais. Vai cair para ali». Duvidei, apostei pelo outro lado. Preguntei porque não feria um ponto que evidentemente prendia o tronco. «É de propósito para não estragar aquela cêrca ali em baixo».

O velho lenhador preparava cuidadosamente a queda da velha árvore. Sem uma corda, sem uma alavanca, com seu velho tino de íntimo das árvores, dirigia cuidadosamente a queda do colosso. «Pode ficar aí pertinho, sem susto, que ela vai cair para lá. Mas está custando mais do que eu contava».

Lá por cima a mesma indiferença. Os golpes não eram ouvidos. A vida lá

no alto continuava como se cá em baixo nada houvesse. E ali, rente com o solo, no comêço da formidável coluna que sustentava aquêle imenso pálio verde, as duas brechas imensas se abriam, como duas fauces vomitando lascas, uma de cada vez, feridas a fundo pela lâmina afiada e inflexível.

De repente, um novo estalo. «Agora vai». O lenhador sai de cima do girau que armara sôbre o abismo. A árvore parece vacilar. Para que lado caïrá? Nem um tremor. Mas como que um imenso espanto. Uma surprêsa. Outro estalo. Outro. Os ramos lá no alto oscilam para baixo, para o lado previsto, para o leito preparado pelo velho machadeiro. Um arranco terrível. Um impulso invencível. E a massa imensa dos ramos, das fôlhas, dos ninhos, dos gravatás, que se joga no vasio com estrondo, quebrando troncos, espalhando lascas, assustando os animais em tôrno, com o seu baque de gigante.

O velho jacaré caíra sem tremer. De um golpe só. Como o carvalho de La Fontaine. Caíra de pé, em pleno vigor, sem um sinal de cansaço, sem um galho apodrecido, preparado para viver por um século, se o machado dos homens ou as faíscas do céu o respeitassem.

Fêz-se um silêncio que me pareceu terrível. Deixara, bruscamente, de viver aquêle velho tronco patriarcal, ligado àquela païsagem como qualquer coisa de indestrutível. A terrível lei do campo se cumprira. Não morria o velho tronco. Era derrubado pela mão do homem para continuar a servir.

O lavrador sorria. Enxugava o suor com as costas das mãos doridas. Estava satisfeito consigo. Ganhara o seu dia. Fizera o seu dever. E ao longe outros jacarés cresciam à beira da estrada, indiferentes à morte do velho patriarca.

O campo não conhece sentimentalismos. Despedi-me envergonhado com a tristeza que sentia. Procurei acalmar o meu animal que tremia todo, que sentia, como eu, a tragédia ocorrida em tão poucos minutos.

Na encosta, jazia reduzida a um montão informe de galhos quebrados e destroços disformes o que fôra até pouco antes a mais admirável das frondes. Em dez segundos desaparecera o que um século talvez levara a fazer-se. «Um século, não, uns quarenta anos no máximo. Pois aqui foi cafèzal e só depois que virou pasto é que esta árvore cresceu», rematou com precisão o velho algoz, quando me despedi para partir.

E saí pensando que tudo estava em ordem, pois assim se cumprira, na dura lei da subsistência, a vontade secreta de Deus. Era o meu sentimentalismo que estava errado... Talvez.

Fazenda de S. Lourenço.

(Do livro inédito: MANHÃS DE S. LOURENÇO).

ORQUÍDEAS

POR GASTÃO CRULS

JÁ houve quem dissesse que um homem que se apaixona por orquídeas pode cometer tantos desvarios como aquêle que só tem diante dos olhos um determinado rosto de mulher ou que se deixou escravizar pelo hábito dos entorpecentes. Só assim se explica que um exemplar raro de híbrida dessas plantas pudesse ter alcançado em Nova-Iorque o fabuloso preço de dez mil dólares ou sejam cêrca de duzentos contos da nossa moeda.

O interêsse pelas orquídeas data do início do século XVIII quando especímenes exóticos dessa família, com poucos representantes na Europa, começaram a ser trazidos de algumas ilhas das Índias Orientais para a Inglaterra e, aí, gente de pecúnia, lordes e grandes damas, porfiavam em ver abrir nas suas estufas as mais raras flores, como jamais haviam sido vistas.

Na verdade, tudo concorria para que sôbre essas plantas recaísse a atenção não só dos botânicos mas das pessoas de bom gosto e que de dia para dia mais amplo se tornasse o círculo dos orquidófilos. A começar pela resistência de que davam prova pois que, durante as longas travessias de veleiro, privadas do seu *habitat* nas grandes florestas úmidas e expostas às intempéries marítimas, quando tudo fazia supor que perecessem, amiúde rebentavam em flores, arrancando gritos de espanto à marujada estarrecida. Plantas que viviam ao ar, que se agarravam a um tronco ou uma pedra. Que morreriam mesmo, pelo menos a maioria delas, se fôssem tratadas como as outras e mergulhadas na terra. Plantas de aspecto estranho, quási sempre de fôlhas grossas, lustrosas, coriáceas, de formato oval ou lanceolado, às vezes já bastante decorativas, raiadas de amarelo ou prateado, e tendo a sua base mais ou menos estumescida por pseudo-bulbos, característica tão marcante que serviu para baptizar tôda a família. Flores de extraordinária beleza, reünindo as mais esquisitas formas aos mais inesperados coloridos, e com a vantagem de apresentarem grande resistência, pois que não raro permaneciam em pleno viço durante semanas e até meses. Flores com sépalas tão vistosas quanto as pétalas e nas quais uma destas, diferenciada em labelo, tomava os mais caprichosos contornos. Flores que, às vezes, se apresentavam com aspecto inteiramente diverso

Cattleya Eldorado Ldl.

Menadenium Labiosum Cogn.

Catasetum Pileatum Rchb.

Stanhopea Eburnea Ldl.

numa mesma planta ou mesmo numa única haste, de acôrdo com o seu sexo: masculinas, femininas ou hermafroditas.

Mas êsses eram apenas os traços mais impressivos, e que não poderiam escapar a quem as defrontasse pela primeira vez. Todavia, a curiosidade não foi menor quando os naturalistas começaram a estudá-las com mais vagar, penetrando-lhes a contextura íntima para admirar o seu pólen aglutinado em massa, observando-lhes os caprichos da fecundação e o importante papel que nela desempenham os insectos, acompanhando-lhes a morosidade da germinação e o tempo exigido por cada planta, às vezes cinco, seis e dez anos, até que chegue a completo desenvolvimento e possa florescer. Então, quando se descobriu o processo das sementeiras artificiais feitas em tubo de vidro, sôbre campo de agar-agar, como se cultivam os mais perigosos micróbios...

Por isso tudo é que Puydt diz que quando, nos velhos tempos, se visitava a estufa de um daqueles felizes coleccionadores de orquídeas, era com a unção do iniciado que penetra num santuário onde se realizam os mais transcendentes mistérios.

De facto, tudo ali era diferente, desde o ar que se respirava, quente, úmido, carregado de vapores, por vezes impregnado dos mais estonteantes perfumes, pois que há orquídeas que são verdadeiros turíbulos, queimando essências preciosas, até àquelas fôlhas grossas, envernizadas, com a arrogância de clavas ou gládios, até aos bulbos fartos e às raízes aéreas, tentaculares, que se agarram a tudo, subindo pelos troncos, aderindo aos vasos.

Então, entre as flores, a maravilha era completa. Umas augustas, solitárias, esplendendo únicas, sôbre as hastes longas. Outras, às dezenas ou centenas, vergando os pendões em que se agrupavam. Esta lembrando uma borboleta policrómia. Essoutra um pássaro de asas ao pairo. Ainda outra, um perfeito escaravelho, ou um casco romano, ou uma sandália grega. E havia também as que simulavam vespas, abelhas, falenas, aracnídeos. E até seres fantásticos, criaturas irreais. Medusas de cabeleira colubrina. Gnomos liliputianos. Umas dir-se-íam esculpidas no mais puro marfim, ou, nos seus tons de mel, modeladas em cera. Outras tinham o brilho das lacas orientais ou o colorido das majólicas italianas. Umas seriam feitas de veludo ou sêda, com predominância de uma só tonalidade, enquanto outras seriam recortadas num brocado em que entravam os mais diversos matizes. Pétalas franjadas, onduladas, pubescentes. Pétalas estriadas, pintalgadas, maculadas, venuladas. Labelos carnosos e provocantes que se ofereciam como lábios de mulher. Corolas abertas em sexo. Flores do lilás mais suave ao roxo mais saturado, do

róseo mais leve ao vermelho mais vivo. Do branco mais puro ao amarelo mais berrante. E azuais, e verdes, e castanhas, e salmonadas.

Diga-se que o Novo Mundo contribuíu não pouco para essa festa dos sentidos. Daqui, da América Central, foram os lindos *Odontoglossum*, e da América tropical, mas sobretudo do Brasil, as *Laelia* e *Cattleya*· Parece mesmo que a São Paulo cabe a glória da primeira *Cattleya* que, em 1810, foi revelada aos olhos dos europeus. Igualmente, sem os *Catasetum* americanos, em grande parte também nossos, é possível que Darwin não houvesse escrito a *Origem das Espécies por meio da Selecção Natural*. De facto, foram essas plantas, das mais graduadas entre as suas irmãs da mesma família, pois que com aparelho sexual altamente diferenciado, que lhe permitiram as mais curiosas observações sôbre a fecundação vegetal através dos insectos.

Mas não parou aí a contribuïção do Brasil. Talvez um quarto das oito ou dez mil orquídeas originais ou silvestres existentes em todo o mundo, são endémicas ou têm representantes no nosso território; e dos seus seiscentos e tantos géneros bem definidos, cêrca de duzentos ocorrem entre nós.

Falamos acima em plantas originais ou silvestres porque, no intuito de se obterem flores ainda mais belas, a partir de 1850, pela fecundação artificial, lograram-se as primeiras hibridações dessas plantas e, daí por diante, foi triplicado ou quadruplicado o número das suas espécies conhecidas. Os botânicos, a princípio, revoltaram-se contra essas enxertias que vinham trazer o caos aos seus estudos, mas depois foi verificado que na própria natureza se realizavam espontâneamente tais miscigenações.

Merece ser notado que foi um padre, o reverendo W. Herbert, deão de Manchéster, quem obteve os primeiros êxitos nesses casamentos irregulares, realizados entre plantas de espécies diferentes.

É possível que a idéia dessas hibridações tenha nascido da fecundação artificial praticada primeiro numa *Habenaria* e, depois, já com fim utilitário e em larga escala, nas baunilheiras, quando estas orquidáceas foram transplantadas da América Central para a Ilha da Reünião, e aí não produziam as suas tão apreciadas favas na quantidade desejada. Diga-se que estas favas já eram conhecidas dos Azteca, que delas se aproveitavam para aromatizar o chocolate, a sua bebida nacional, e que foi através dêles que os hespanhóis as divulgaram mais tarde no Velho Continente.

A hileia amazónica, com as suas óptimas condições de calor e umidade, é um excelente viveiro para as mais belas orquídeas. Apenas, ao contrário do que se pensa, não será nas suas grandes matas fechadas e sombrias, que as iremos encon-

trar com maior freqüência. É que, tratando-se de plantas relativamente heliófilas, só nos galhos das mais altas árvores estarão bem expostas à luz que lhes convém. E aí, se quási as não veremos, mais difícil ainda será colhê-las. Ricos de orquídeas serão os igapós, certas campinas e o arredor das cachoeiras e nascentes. Como já assinalámos para as árvores decorativas, e ainda baseados nas observações de Adolpho Ducke, o rio Negro e seus tributários merecem ainda uma vez o prémio pela sua grande riqueza em plantas dessa família, entre as quais a esplêndida *Cattleya Eldorado*. Depois dêle virão, talvez, o alto Tapajós e os afluentes orientais do Madeira.

Adstritos a uma modesta representação iconográfica das orquídeas da hileia, mas para que nela figurassem as suas espécies mais conspícuas e características, para a escolha do material aqui exposto, fizemos um pequeno inquérito entre as nossas maiores autoridades no assunto, entre as quais não podiam ser esquecidos os nomes dos Professores F. C. Hoehne e A. C. Brade. Igualmente, louvamo-nos na opinião de dois apaixonados orquidófilos, o Dr. Luys de Mendonça, director da prestigiosa revista *Orchidea*, e o Sr. Finn Knudsen, grande conhecedor das orquídeas amazónicas.

Infelizmente, foi impossível contentar a todos e, subordinados ainda às mesmas dificuldades que já nos tinham ocorrido com relação às árvores decorativas, certas plantas, como a linda e rara *Acacalis cyanea*, a *Galeandra nivalis* ou ainda a *Brassavola Martiana* não puderam ilustrar estas páginas. Assim mesmo, para a apresentação de outras, constantes da nossa amostra, tivemos que recorrer à iconografia já existente, como a *Lindenia* e o *Album* de *Warner-Williams*.

Às pessoas já citadas e também à Sr.ª D. Mathilde Stern, que na sua chácara da rua Uruguai vive entre tão belas flores e a cuja gentileza deve o nosso aquarelista ter tido à sua disposição um esplêndido exemplar de *Cattleya Eldorado*, aqui manifestamos os mais sinceros agradecimentos.

(Do livro a aparecer: HILEIA AMAZÓNICA).

BIBLIOGRAFIA:

André (Eugène) — A NATURALIST IN THE GUIANAS. London, 1904.

Bois (D.) — LES ORCHIDÉES. Paris, 1893.

Brade (A. C.) — INDEX ORCHIDACEARUM (Separata de *Rodriguesia*, n.º 2, 1935, Rio de Janeiro).

Costantin (Julien) — LA VIE DES ORCHIDÉES. Paris, 1917.

Ducke (Adolpho) — A FLORA DO CURICURIARI. AFLUENTE DO RIO NEGRO. (Anais da Primeira Reünião Sul-Americana de Botânica. 3.° vol. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1938).

Ducke (Adolpho) — EXPLORAÇÕES SCIENTIFICAS NO ESTADO DO PARÁ (Boletim do Museu Goeldi. Tomo VII, 1910).

Ducke (Adolpho) — RELATORIOS DAS COMISSÕES DESEMPENHADAS PELO CHEFE DA SECÇÃO DE BOTANICA (Rodriguesia, Ano I, n.° 1, 1935. Rio de Janeiro).

Hoehne (F. C.) — ALBUM DAS ORCHIDACEAS BRASILEIRAS. São Paulo, 1930.

Hoehne (F. C.) — AS PLANTAS ORNAMENTAES DA FLORA BRASILEIRA (Separata do *Boletim da Agricultura*. Tomos I e II. São Paulo, 1930 e 1936).

Hoehne (F. C.) — CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO DO GENERO CATASETUM. São Paulo, 1933.

Horta (Paula Parreiras) — ORCHIDOLOGIA E BARBOSA RODRIGUES (*Rodriguesia*, Ano II, N.° 5, 1936, Rio de Janeiro).

Horta (Paula Parreiras) — UMA NOVA ORCHIDACEA DA AMAZONIA (*Rodriguesia*, Ano II, n.° 8, 1937. Rio de Janeiro).

Huber (J.) — MATTAS E MADEIRAS AMAZONICAS (Boletim do Museu Goeldi. Tomo VI, Pará, 1909).

Mac Donald (Norman) — THE ORCHID HUNTERS. A JUNGLE ADVENTURE. New-York, 1939.

Porto (P. Campos) — PLANTAS INDIGENAS E EXOTICAS PROVENIENTES DA AMAZONIA, CULTIVADAS NO JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO (*Rodriguesia*, Ano II, N.° 5, 1936. Rio de Janeiro).

Schlechter (Rudolf) — DIE ORCHIDEEN, Ihre Beschreibung, Kultur und Zuchtung. Berlin, 1927.

MINHA IRMÃ

AQUI, dentro desta sala, enquanto oiço o crepitar da lenha no fogão, ao fundo da casa, aceno ao Passado, que vem andando para mim e, olhando-o, não mudo os nomes às pessoas que nêle se movem, nem exploro o processo da emoção que se amplia, ao qual não é estranho o dia chuvoso, nem a distância entre a cidade onde vive minha Irmã e a vila onde estou.

Se esquecesse a realidade dos combóios e dos gasolinas, que caminhos infindáveis os meus pés teriam que percorrer! Mas se fixar no fundo do meu Passado os ambientes que ambas perdemos, que distância mais difícil de vencer e que facilidade em chegar!

Em relação a mim, essa Irmã benevolente e amiga, que por assim dizer me completa, começa a viver na minha vida de 4 anos. Lembro-me de que os seus olhos, tornados, com o embate das paisagens e das lágrimas, mais duros e mais firmes, eram de uma docilidade impressionante. Eu esperava, impaciente, no meu quarto de brinquedos, a hora em que ela chegaria do liceu.

Nessa altura, só me contentava um piano antigo que havia em casa e que era o único instrumento — à excepção do gato — com que me entendia menos mal. (Chamo instrumento ao gato, porque outra coisa não foi na minha afeição de criança). Mas quando minha Irmã voltava, com o seu arzinho de menina sossegada, então, mudava-se o mundo. Ao canto do quarto, construíamos casas, com um album de paisagens coloridas da Madeira; e quando a noite chegava, por trás da vidraça, embaciada pelas nossas respirações, ela ficava-se muito tempo calada.

Numa dessas noites, impressionaram-me os candeeiros de iluminação pública por terem globos novos. Então pedi a minha Irmã que lhes fizesse versos. Mas ela começava sempre uma toada qualquer, de que já me não lembro, e cuja idéia não completava. Eu não gostava disso, e embora a admirasse por já andar no liceu e ouvir dizer que tinha ido para o «quadro de honra», logo no primeiro período de aulas, impacientava-me sem consôlo.

Uma noite, tive para com ela a maior maldade da minha vida e creio que a única. Enquanto me embalava, a história corria, muito devagar, na escuridão do quarto. Sem bem saber o que fazia, entretinha-me a tomar-lhe bocadinhos da pele

do rosto entre os meus dedos. Quási a dormir, quis guardar a mão sem abdicar da sua pele. Resultado : ainda hoje, no rosto de minha Irmã existe uma pequena cicatriz a atestar o meu pecado de caprichosa.

Êsse quarto de brinquedos foi, mais tarde, o seu quarto de dormir. E aí, entre as paredes brancas e os seus sonhos imensos, minha Irmã sofreu tôdas as dores físicas possíveis. Mesmo no meio das maiores agonias, ela me aparece, nos seus 16 anos gentis, complacente e sofredora. A nossa Mãe rezava dia e noite, e e nós, as irmãs, supúnhamos as promessas mais custosas, que pudessem comover Nosso Senhor.

Mas os anos passavam, e ao subir a escada com o meu bibe de bonecos amarrotado das brincadeiras no recreio, o coração apertava-se-me. Dentro da nossa casa pairava um silêncio de morte. Minha Irmã sofria, resignada, rica de qualquer coisa a que eu não dava forma, confiante ou vitoriosa. Eu entrava no mundo da adolescência e passava dias e noites imaginando vidas dolorosas, nas quais tinha sempre um papel importantíssimo· Ela movia-se na libertação que a saúde lhe trouxera e procurava a Vida com a segurança que dá a Beleza.

Sôbre a nossa casa, o tempo rolava sem atritos. Havia, porém, que cumprir-se o Destino.

Entre a tarde de hoje, cinzenta, sem calor, e aquela de que me recordo, há uma aflitiva afinidade. Existe, simplesmente, esta diferença : agora limitam os meus olhos quatro paredes brancas, e só oiço o ruído da chuva batendo no quintal cimentado. Nessa tarde de há muitos anos, a chuva varria o cais de embarque, e o navio que levava minha Irmã punha uma mancha de brancura na cortina cerrada do aguaceiro. Uma orquestra de bordo tocava uma canção em voga, e as lágrimas corriam-me dos olhos num desespêro sem esperança.

Durante anos, perdi minha Irmã.

Se a sua mensagem estivesse ainda retida nos seus olhos e na sua alma, eu não teria, por certo, reavivado a imagem da menina discreta e da rapariga que ela foi. Recordá-la-ia, apenas, como a companheira mais compreensiva que Deus me dera de presente, a leitora mais directa das minhas confissões, a interlocutora admirável dos nossos diálogos mudos.

As duas, aprendemos a andar, sem mêdo, nos caminhos sòzinhos e abandonados. Uma tarde em que o verão já tinha partido e o chão úmido se amachucava sob os nossos pés, ela preguntou-me :

— Que pensas tu que poderias ser sôbre a Terra se não fôsses Mulher?

Sempre sentira prazer em imaginar o meu corpo pisado e batido, mas chocava-me a miséria da terra negra. De repente, senti-me embalada e respondi-lhe :

— Gostava de ser areia.

— Pois eu queria ser árvore : raízes prêsas à terra...

Muito baixo, interrompi-a:

— Não estaremos a ser literárias ?

Mas logo me arrependi. Os seus olhos estavam sequiosos, tão ávidos, que tive pena de a não deixar falar mais.

Essa Irmã, que me tinha chegado, havia meses, de um outro continente, que tinha sérias preocupações com a côr do rimel *e do* bâton, *entrava-me assim na alma, com a mesma delicadeza de muitos anos antes.*

À idéia do seu sorriso melancólico quando lia os meus versos, o coração confrange-se-me, ainda, de pena. Era como se ela dissesse :

— Porque é que eu não digo também o que sinto e estou aqui, amarrada, só a sofrer, sem fôrça para me exprimir ?

De princípio, não atentava bem na agonia que isso representava para ela. Poderá haver maior prisão que a da própria incapacidade de gritar ? Os que se libertam, escrevendo ou manifestando um momento de inspiração, sabem que essa ânsia de realizar é tão forte como o desejo, como a fome ou como a sêde.

Quantas tardes demos a diálogos, a maior parte das vezes sem sentido real, atrás de uma outra vidraça, debruçada sôbre um campo em socalcos, à qual, nesta mesma hora, talvez minha Irmã se encoste !

E dessas conversas, que mais ninguém perturbava, nascia, freqüentemente, a fôrça das minhas confissões.

— Porque é que tão bem dizes aquilo que eu calo ?

Já nessa altura eu notara que minha Irmã colocava sem saber, à roda dos que viviam consigo, uma harmonia que as outras pessoas gozavam desapercebidamente.

Quando eu voltava, depois de um dia de ausência, não havia, já, album com paisagens coloridas, mas eu sentia que a sua espera tinha sido tão dura como a que eu sofrera anos antes.

À medida que a data do meu casamento se aproximava a sua aflição traduzia-se em lágrimas.

— Quem vai entender-me? Sem palavras, ninguém me ouvirá !

Minha Irmã costumava, quando a noite vinha, fixar uma estrêla que se vê, sempre, muito brilhante, sôbre a nossa casa.

— Não acendas a luz — dizia-me ela, se eu esboçava êsse gesto. Deixa-me ficar assim, a pensar...

Que lhe diria a estrêla ?

Quando, passados uns dias, depois de ter deixado minha família, vi minha Irmã, achei-a mudada. A dor de me ter perdido estava adormecida.

— Queres ver ? Fiz um poema !

Se a chuva não caísse tão solitária e chorosa, talvez eu não achasse de intensa saüdade a distância que se alarga, dia a dia sôbre êsse outro dia.

O alvorôço de que ia possuída arrepiou-se à leitura desta Canção da morta:

Depois que aqui me puseram
alargou-se a solidão,
e as sombras, vieram tôdas bailar
à volta do meu caixão.

E vão e vêm e sorriem.
Chamam-me e fogem sem pena...
Quero fazê-las parar,
unir-me também a elas,
mas tenho os pés amarrados,
braços erguidos ao alto,
dedos que ardem como velas.

Por sôbre os brocados de oiro
Já rotos e esfarrapados,
os meus braços ressequidos
são troncos ramificados,
quási a tocarem no céu.

Raízes prêsas à terra,
bôca gretada e amarga,
que triste destino o meu!

Voltei mais triste porque, sentindo-a capaz de se exprimir sòzinha, compreendia que me abandonava. «Se eu pudesse dizer tudo o que sentes !...» A verdade é que a voz dela parece falar, muitas vezes, por mim.

Só agora entendo bem o que os olhos de minha Irmã procuravam no Céu, porque êstes versos, mais do que ela, mo dizem :

SUSPENSÃO

Eu ando dispersa
sem saber de mim
por sôbre a floresta...
Sem princípio ou fim

Minha forma transparente,
de proporções esquisitas,
enorme e desengonçada!
Quem dera apenas ser eu,
encontrar-me na nascente,
sentir os braços e a bôca ;
ter como as aves um ninho,
como os bichos uma toca.

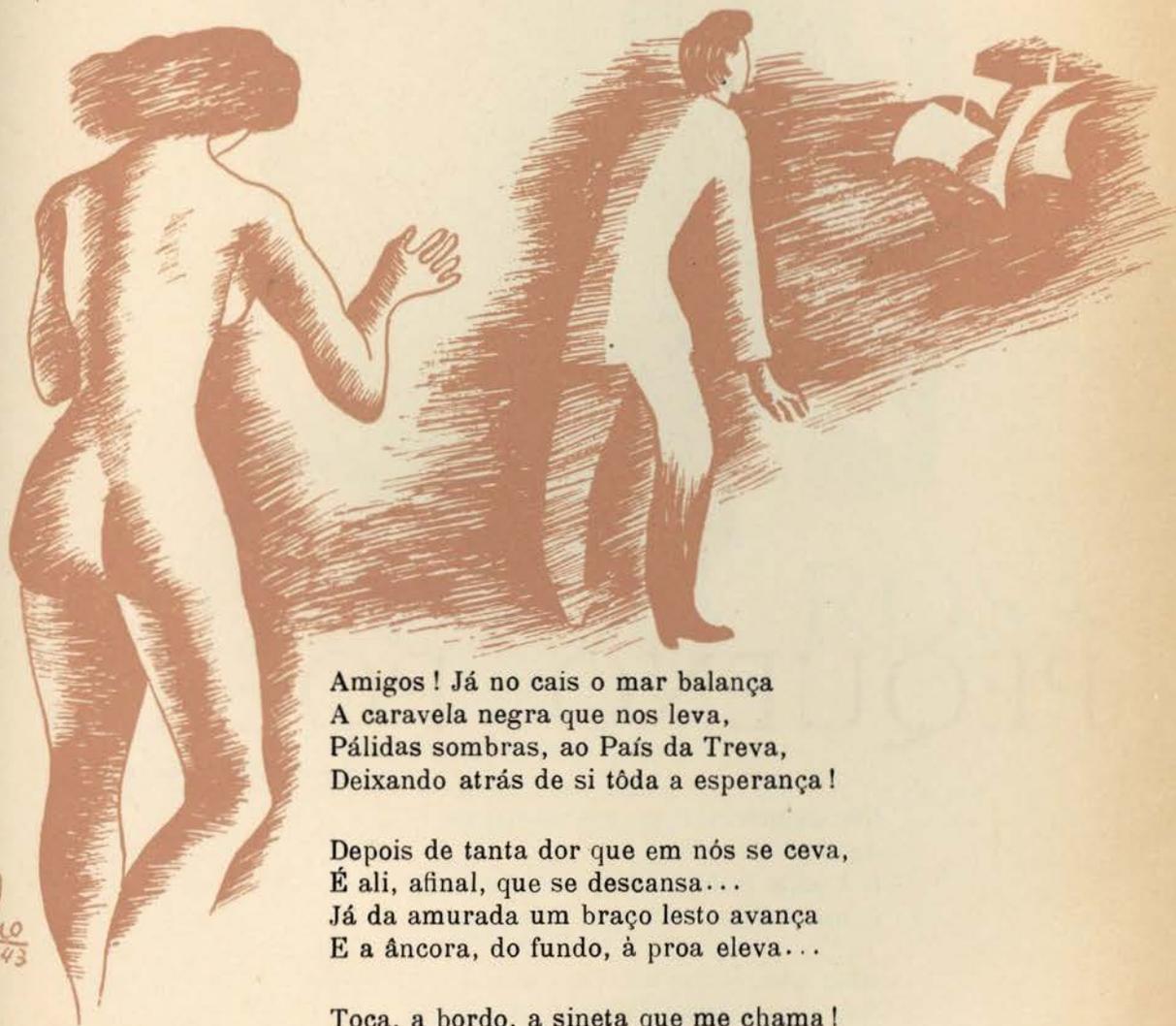
Os ramos,
mesmo os mais altos
não poderão entravar
a minha marcha sem rumo.
E as serpentes lá de baixo,
verão passar o meu corpo
como uma nuvem de fumo.

Cair no meio da floresta
mesmo com o perigo de ser
despedaçada pelas feras,
morta...
Era melhor que viver
nesta ânsia que só eu sei:
Suspensa através das eras,
sem jamais dizer: Cheguei!

Esta confissão, em que não altero a verdade, poderá parecer muito estranha por várias razões, entre elas a de tratar de uma pessoa de família e a de revelar uma derrota perante a necessidade de se libertar, de minha Irmã. Nascida de um sentimento que tem muito de saüdade vitoriosa, ela é, por assim dizer, a ponte erguida sôbre o rio que afastou os nossos Destinos.

Poderia eu, talvez, ter composto, com o poder desta pura emoção, uma novela em que daria ao leitor a idéia de coisa inventada. Poderia, com a tristeza dos olhos e o sorriso descontente de minha Irmã, ter colocado, nas païsagens da alma, um cenário doloroso e ritmado. Mas não será muito mais bela a confissão que brota sem subterfúgios ? Por mim, prefiro fortalecida pela lembrança, sem me importar com a indiferença dos outros, correr os olhos fechados pelo Passado, afundar-me nêle e verificar que, mesmo libertas, Eu e Ela, seremos sempre Irmãs.

NATÉRCIA FREIRE

UM CONCERTO DE AMADORES
— Columbano.

A CARAVELA

Amigos! Já no cais o mar balança
A caravela negra que nos leva,
Pálidas sombras, ao País da Treva,
Deixando atrás de si tôda a esperança!

Depois de tanta dor que em nós se ceva,
É ali, afinal, que se descansa...
Já da amurada um braço lesto avança
E a âncora, do fundo, à proa eleva...

Toca, a bordo, a sineta que me chama!
Arfam as velas... Eis o fim do drama...
A caravela vai fazer-se ao mar...

E tu, ó Dor — irmã gémea da Vida! —
Não te abraces a mim, à despedida,
Deixa-me, agora ao menos, descansar...

JOÃO SARAIVA

PEQUENO POEMA

Para José Osório de Oliveira

Não inquietem a ave no seu ninho,
Agasalho de penas.
E a noite feche as pálpebras serenas
A meus olhos caídos no caminho...

Mas, não, — que um Deus existe,
Não é meu ninho um canto de agonia,
É a noite anunciando um outro dia,
— Exausto, — o que me tem parado e triste.

Não inquietem a lágrima que chora
Porque ela é como pérola de luz;
Como é um canto de aurora
A morte de Jesus.

Novembro de 1942.

AFONSO DUARTE

EU VI UMA ROSA

Eu vi uma rosa
— Uma rosa branca —
Sòzinha no galho.
No galho? Sòzinha
No jardim, na rua.

Sòzinha no mundo.

Em tôrno no entanto,
Ao sol de meio-dia,
Tôda a natureza
Em formas e côres
E sons esplendia.

Tudo isso era excesso.

A graça essencial,

Mistério inefável
— Sobrenatural —
Da vida e do mundo
Estava ali na rosa
Sòzinha no galho.

Sòzinha no tempo.

Tão pura e modesta,
Tão perto do chão,
Tão longe na glória
Da mística altura,
Dir-se-ia que ouvisse
Do arcanjo invisível
As palavras santas
De outra Anunciação.

MANUEL BANDEIRA

ROTEIRO *DO* ATLÂNTICO

1 — CAIS

Mercado do peixe, mercado da aurora :
Cantigas, apelos, pregões e risadas
À proa dos barcos que chegam de fora.

Cordames e rêdes dormindo no fundo ;
À pôpa estendidas, as velas molhadas ;
Foi noite de chuva nos mares do mundo.

Pureza do largo, pureza da aurora.
Há viscos de sangue no solo da feira.
Se eu tivesse um barco, partiria agora.

O longe que aspiro no vento salgado
Tem gôsto de um corpo que cintila e cheira
Para mim sòzinho, num mar ignorado.

II — ADEUS À LADEIRA DO ASCURRA

Êste sol da manhã de inverno
É tão claro! Oh, as ilhas remotas
Nos mares em que tudo é aurora!

Moças do povo, não mais vos verei,
Moças do povo, que subis o morro,
Lento sorriso, braços morenos,
Não mais vos verei passar como agora,
Pobremente. Adeus!

Irei numa barca para os mil naufrágios
Da nostalgia.
Nos mares remotos, que tristes auroras!

Nos mares remotos, que tristes saüdades
Do vosso sorriso, moças do povo,
Nas horas de sol em que o morro ardia!

Moço do meu povo, adeus.

III — NUM BERÇO PERDIDO . . .

Num berço perdido
Que o mar embalança
Vem vindo ferido
Um pé de criança.

Que Herodes surgido
À flor da onda mansa
Terá cometido
Estranha matança?

Não chores, ó gente
De olhar espantado
Na praia inocente!

No chão de mistério
O pé decepado
Fundara o império.

IV — LENDA

Pescadores que vão por êste mar nevoento
Dizem saber de alguém que sai pela onda escura,
Protegendo nas mãos uma luz contra o vento.

Com uma estrêla perdida a servir de candeia,
É o senhor dêste mar que de noite procura
Surpreender dormindo um corpo de sereia.

E quando no horizonte a madrugada raia,
Cabelos de mulher são vistos pela areia,
Cabelos que não são das mulheres da praia.

V — NAVIO CARGUEIRO

Navio cargueiro
De um só tripulante,
Nunca vai ligeiro.

Mistério mercante
De nação ignota
Pelo mar adiante,

Não muda de rota,
Com vento ou nevoeiro,
A mão que o pilota.

Nunca vai ligeiro,
E à ilha distante
Chegará primeiro.

VI — NAVIO PIRATA

Navio pirata
De um mar confidente,
Levando ouro e prata,

Percorre caminhos
Sabidos sòmente
Dos génios marinhos.

Pela madrugada,
Olha nas vigias
Uma luz cansada.

E outra luz responde
Nas águas vazias
— Não se sabe de onde.

VII — AS FILHAS DA BRUMA

Na praia em que somem
As filhas da bruma
Não há passos de homem.

Corpos de alga e espuma,
De borco na areia
Que o iodo perfuma;

Cabeças e braços,
Que a vaga tonteia,
Movendo sargaços;

Cabelos molhados
Cobrindo gemidos
Em lábios salgados;

Róseos caramujos
Rolando feridos,
De sangue já sujos...

Na praia em que somem
As filhas da bruma
Não há vozes de homem.

A secreta lira,
E outra mais nenhuma,
Soluça e suspira.

VIII — MELOPEIA

Qualquer coisa chora
Pelo mar aberto:
São vozes de outrora.

Pelo mar aberto,
Assim é que eu tinha
Meu reino encoberto.

A noite e a distância
É tudo que vinha
Ninar minha infância.

Cantiga ou soluço?
Sôbre o mar deserto
Em vão me debruço.

Em vão me lamento:
Pelo mar disperso
Meu reino é do vento.

Pelo mar antigo
O reino submerso
Morrerá comigo.

IX — ERA BEM UM NAUFRAGIO

Era bem um naufrágio, mas longe dos olhos.
Num ponto do mar, que as cartas não dizem,
Num ponto do mar havia uns abrolhos.

Trazidos da costa, como a aproximá-la,
Chegavam no vento rumores de festa:
A noite dos homens ia ser de gala.

Adeuses de braços andavam na onda,
Reflexos do poente tingiam espumas,
Baixavam gaivotas em vôos de ronda.

Um momento mais e tudo estava morto
No silêncio da água, no pudor da sombra,
À vista das luzes inúteis do pôrto.

X — EMBALO DA MÃE SÒZINHA

Nas ondas do mar — que vêm, que vão —
Mando a meu filho uns tristes recados,
Coisas que sempre a doer-me estão.
Meu filho anda longe, por mal de pecados,
Mas a culpa é minha, não é dêle, não.

Não é dêle a culpa, é sòmente minha:
Quero aqui morrer, ainda que sòzinha.

Êle também sofre de saber-me ausente,
Cantando a êste mar, pregada a êste chão.
Ao partir de casa, ainda adolescente,
Queria levar-me, pediu-m'o em vão;
E eu sempre a negar-me, que é o que êle mais sente.

Das ondas do mar — que vêm, que vão —
Há muito que fiz minha companhia.
O rumor das ondas meus cuidados são,
Cuidados de mãe que vê cada dia
Mais perto seus ombros ficarem no chão.

Quero aqui morrer, ainda que sòzinha.
De ninguém é a culpa, é sòmente minha.
E do mar: das ondas que vêm, que vão...

RIBEIRO COUTO
(Da Academia Brasileira)

Do livro inédito: «Cancioneiro do Ausente».

INFINITAMENTE AUSENTE

Menino e homem, sempre sonhei que eras eterna,
e cada noite, e cada dia, adormeci e acordei
com a inconsciente ventura de existires.
De repente, aquêle incerto sorriso de alegria
com que amavas a vida murchou nos teus lábios tímidos,
e agora êste vazio, êste pêso gelado de pedra no meu coração

Não mais a mansidão do teu gesto,
não mais a humildade dos teus passos,
nem o pudor da tua voz, que nunca se elevou
num grito — de dor, de contentamento ou de cólera —,
nem o morrediço olhar de resignação,
nem os vestígios últimos da minha infância
fechados na tua mão.

Estou triste sem fim, mas tenho a lucidez de uma noite de insónia:
(O canto dos galos — aqui, ali, além, acolá —
torna mais longínquas tôdas as distâncias
e aumenta o longo penar da lívida madrugada.)
nenhuma ilusão mais:
estás infinitamente ausente,
e sei onde estás, e como estás,
e sei que tudo continua igual na mesma terra, sob o mesmo céu.
(Quisesse Deus, cristalizado o sal das lágrimas,
engrandecer-me o coração
para eu cumprir fielmente a sua dor
sem ter e sem rogar consolação...)

Graça imóvel de tuas mãos serenas.
Quietude das pálpebras sôbre os olhos apagados.
Serenidade do suspiro da vida no seu fim.
Tinha um pálido calor sem esperança
teu braço triste, quando o toquei cegamente.
É ainda nos restos das lembranças do teu fantasma pensativo
que é preciso, de bruços, pesadamente, recomeçar a viver.

ABGAR RENAULT

POETA

1

— Uma esmola para um poeta!
Não de pão. Não de dinheiro.
Apenas, por exemplo, que uma nuvem côr de rosa
flutue no azul,
contrestando com o cabelo daquela rapariga
loira
que há pouco me sorriu.

Ou, então, que essa criança
deixe fugir a bola,
e atravesse a correr, afogueada do calor de verão,
a rua amarela do pequeno jardim.

Ou que, à noitinha, atravessando uma rua deserta,
ouça, vindas de um prédio de janelas cerradas,
as horas vagarosas de um antigo relógio.

2

Na tarde longa
imaginei um longo poema.
Depois,
fui encurtando-o
e reduzi-o a pequenos versos.

Quisera que os meus versos
fôssem duas palavras apenas,
aéreos como penas,
leves
como tons dispersos

3

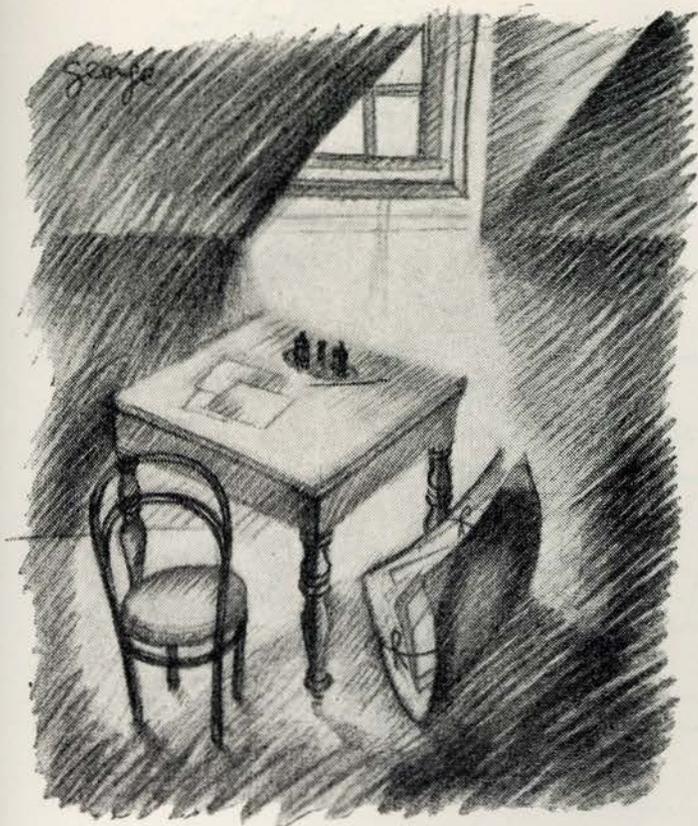
Só porque me sorriste,
nessa tarde,
o sol inundou a cidade.

E no meio do asfalto,
entre o rumor dos táxis,
surgiram de repente
árvores agrestes cheias de flores e pássaros.

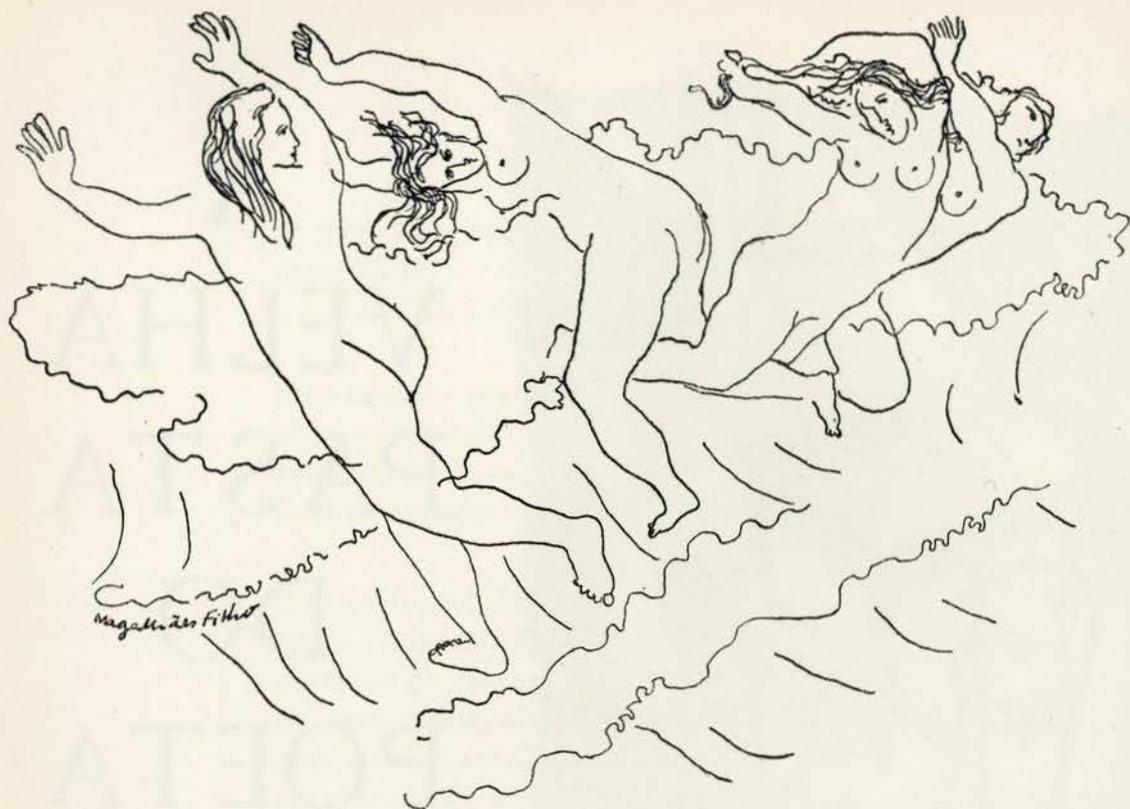
E eu senti-me feliz, como se ouvisse,
tangido lá da infância,
um toque de novena;
ou, percorresse, alheado e sòzinho,
num dia de verão, entre o zumbir de insectos,
um caminho de aldeia.

SAÚL DIAS

A VELHA PASTA DO POETA

Para o escritor Joaquim Paço d'Arcos

Tanto papel amontoado
na velha pasta do poeta...
O poema por acabar da menina da sua infância
que foi o primeiro alvorôço no coração do poeta.
Certa canção marítima esperando ainda
o eco das ondas esquecido
na alma do poeta.
Vozes de irmãos desgraçados
sem jeito de gritar.
Tanto mundo esboçado
tanto sonho insinuado
tanta palavra perdida
dentro da pasta do poeta...
Tantos papéis inúteis
que o poeta não destrói...

Cabo Verde, Ilha do Sal.

JORGE BARBOSA

INCONFIDÊNCIA

...Consente que o meu silêncio diga
as coisas misteriosas,
que a bôca tem vergonha
de dizer!...

A bôca,
silenciada pelo pejo,
cala aquilo que os olhos já disseram,
e o sangue foi gritando,
pelas veias,
a correr...

...as veias,
os rios do meu Desejo ..

Fios de lava,
entre montes alterosos,
e remansados plainos silenciosos,
feitos de carne,
sangue,
e de pecado...
Por vezes, sem murmúrios,
águas calmas,
paradas,
estagnadas,
espelhando a luz do sol,
repousam mansamente...

Outras, porém, revôltas,
em cachão,
maré alta de Sonho,
e de Desejo,
arquejam,
gritam, virilmente,
as verdades humanas,
pecadoras,
que as bocas sofredoras,
calam, de pejo...

ANTÓNIO CONDEÇA

SENHORA VESTIDA DE PRETO
— Henrique Pousão.

NÃO JURES PELA LUA INCONSTANTE

FOI êle, naturalmente, quem falou em Shakespeare. A noite estava muito fria, muito límpida, a lua de inverno era maravilhosamente tranqüila e láctea. Nós passeávamos de braços dados, eu andava em silêncio, êle falava, falava...

— Não juro pela lua, você pode dizer, como Julieta...

Acordei, preguntei:

— Que Julieta?

Êle era assim: estragava os momentos melhores, estragava tudo, falando em versos, falando em livros, falando em coisas escritas, quando já soara há muito a hora das coisas mudas, quando, longamente preparada pela solidão a dois, pelo ambiente todo, pelas próprias palavras dêle, eu esperava em vão.

Foi isso, creio, que me fêz tão fraca diante do outro. Eu vivia num estado de super-tensão, como que saturada de prelúdios. Porque eram apenas prelúdios o que êle me dava, irritantes, eternos prelúdios.

Fatalmente, a corrente de intimidade que se ia formando entre nós dois tinha sempre que ser suspensa de repente, seccionada no momento mais inesperado. Êle me tirava os braços da cintura, afastava o rosto do meu rosto, trocava a melhor das carícias por uma frase, por qualquer frase.

Gostava mais de jurar amor do que de amar, de explicar quanto amava, de que maneira amava, em vez de apenas provar que amava. De vez em quando, eu o tentava prender nos braços, tinha-o um momento seguro a mim, junto a mim, e ficava num silêncio doce, à espera. Mas de súbito me via de braços vasios, distante dêle, enregelada, como naquela noite; e, interpostos entre nós, espalhados a meus pés, havia sempre «a lua inconstante», Vénus e o Setestrelo.

Dizem agora que fui criminosa, falsa; que o traí miseràvelmente; e que afinal de contas foi justo, foi humano o que êle fêz vendo-se de repente enganado, depois de um ano de amor...

Que sabe essa gente disso? Que sabe alguém disso? Mesmo eu, que sei eu do que foi, como foi? Nunca se conta a verdade real das coisas; e a verdade, a única verdade, é que eu o amava. Que importância podia ter o outro? Eu não o conhecia, nunca o vira. E a êle, *a Êle*, eu o amava.

No entanto, hoje *êle* só tem na bôca esta palavra: traição, traição, traição. Numa cama de hospital, tão perto da morte, naturalmente só pensa no mal que lhe fiz. E afinal, que sabe *êle* de mim e das minhas traições? Que sabe *êle* do meu coração?

Como dizia, a noite estava límpida e enervante. Eu tinha frio ; antes que *êle* chegasse, quando o esperava à porta, sentia-me só, num tédio de abandono, nessa solitária paz do coração tão terrível às vezes ; paz de quem é só no mundo, paz sinistra de prisioneiro ou de órfão ; ou paz em que fica a mãe de um menino morto.

Êle chegou então, aparecendo sùbitamente de dentro da noite. E como o amei, meu Deus, como o amei ! Nunca o amara tanto antes. Nunca aspirara tão desadoradamente pela protecção dos seus grandes braços, pelo final repouso no seu peito, pela abdicação de tôdas as minhas fracas recusas — recusas que êle sempre aceitara sem luta.

Saímos pela rua, de braços dados. A manga do seu casaco me roçava pela altura do coração, e era o coração, lá dentro, que sentia o calor bom do pano ; a minha mão, magra e fria, se aquecia na dêle, procurando ansiosamente o apoio da outra mão, forte e tépida.

E êle falava, falava. Às vezes até se afastava de mim, retirava a mão, retirava o braço, para alargar um gesto. E eu quási gritava de desamparo, de tristeza, dava-me vontade de o mandar embora, ou então de lhe tapar a bôca, de lhe paralizar o pensamento e abraçada com êle, chorar, chorar...

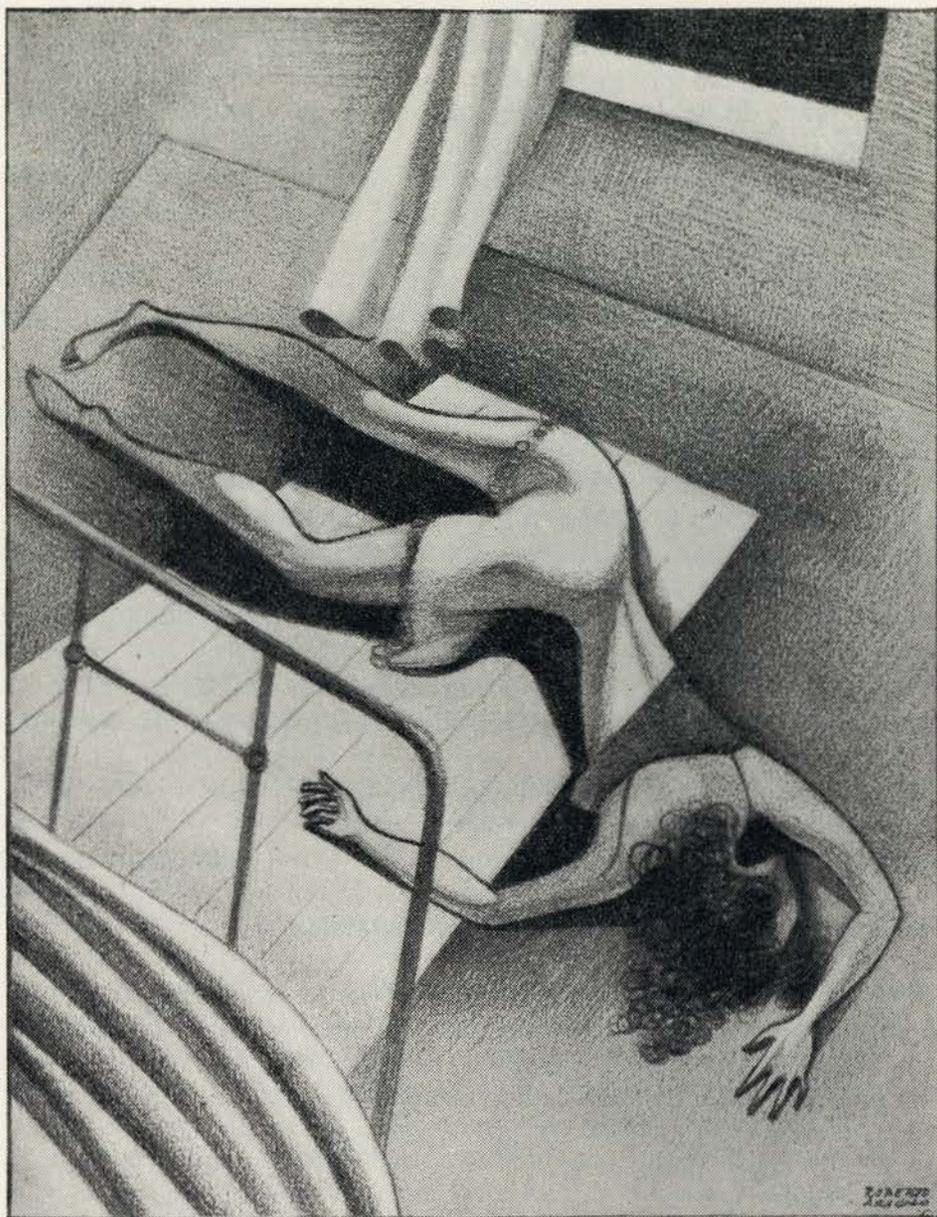
Mas nada fiz ; continuei ouvindo, até que voltámos, ficámos uns instantes calados, olhando a curva das luzes de Botafogo ; subimos depois até à porta do meu apartamento.

Deveria eu lhe pedir que entrasse, deveria eu lhe dizer que o porteiro não estava, que ninguém nos veria e poderíamos ficar lá dentro muito tempo, no escuro e em silêncio, fugindo da noite gelada, dentro da qual me apavorava a perspectiva de ficar só ? Claro que eu jamais ousaria falar nada. Há coisas que não se pedem, coisas que o nosso coração deseja violentamente, que de corpo e alma desejamos violentamente, e não se pedem.

E pensar que já há um ano eu o esperava. Esperava sem saber bem o quê ; talvez o fim dos seus gestos esboçados, das palavras, das ousadas palavras. E tôdas as noites êle ia embora como hoje deixando-me um livro na mão — livros onde, numa arte requintada, muitas vezes perversa, histórias evocadoras eram contadas, histórias que me levavam para os mundos misteriosos onde os passos dêle não penetravam nunca, só a voz e o pensamento.

Foi quando *êle* me deixou que chegou o outro. Mal o vi. Pareceu-me que era ainda *êle*, pareceu-me o mesmo. Que sei eu, que sabia eu de homens ?

Porque teimar em me chamar culpada ? Culpa da noite fria, do longo ano de prelúdio, dos passos *dêle* se afastando, do ruído do elevador que descia, do ponteiro vermelho diante dos meus olhos, marcando os andares que fugiam, que o iam carregando de mim. Eu ficara na porta, sem coragem de entrar, de fechar os braços em tôrno de mim mesma, de enfrentar sòzinha a medonha noite vazia.

O outro chegou, suave, docemente. Foi como uma substituïção. Era também grande, de longos braços sequiosos de abraços, trazia nos olhos, no sopro quente da fala, as mesmas promessas que o meu amado me fazia, as promessas subentendidas com que me envenenava há um ano. E os seus gestos tranqüilos, ousados, precisos,

eram, não sei porque mistério, os mesmos gestos que eu obscuramente esperava. Poderia eu nunca pensar que *êle* voltaria? Poderia eu sonhar sequer que, pela primeira vez depois de tantas noites, *êle,* ansioso e insone como eu, desandasse o caminho feito, voltasse a bater à minha porta, amoroso e tímido, justamente quando o outro...

Ah! o grito dêle: «Quem é êsse homem, quem é êsse homem?»

Eu mesma não sabia quem era o homem ; ainda não o sei ; mal sei que se chamava João, porque me disse o seu nome, ao me abraçar.

Dizem que foi enterrado sòzinho, sem um parente, sem uma flor atrás de si. João, pobre João, de que terra distante veio você, para morrer ao sair dos meus braços ? Quem seria você, que vida terá sido a sua, que mulheres terá amado, que recordações de desespêro passaram pelos seus olhos, seus olhos apavorados que não esquecerei nunca, no momento em que você caía, janela abaixo ? Que antiga saüdade lhe acompanhou o pavor, durante o espantoso trajecto ?

A luta parecia não findar mais nunca quando se ouviu o estalar da janela partida, o rasgar das cortinas onde as mãos dêle se agarravam, e depois a pausa de um segundo, um segundo infernal e negro, como o que separa o trovão do raio. Então o baque surdo lá em baixo, um baque de onda se quebrando, o baque do seu corpo ao se esmagar. Essa pancada, como uma explosão submarina, ainda me enche os ouvidos.

Depois, não vi mais nada. Não vi quando *êle* se voltou contra mim, nem sei como me feriu, como se feriu a si ; não distingui na sua mão o pequeno punhal de cabo de prata, punhal que êle mesmo me dera para abrir os livros, os eternos livros !

Febre, dizem que estou com febre.

Que ingénuos !, há muito tempo que tenho febre, febre com que êle me envenenou, má febre aquecendo o sangue, arrastando-me para tudo, para as coisas proïbidas e traiçoeiras.

Há alguém que me faz tomar o remédio, que me cuida o braço ferido. Pregunto-lhe como *êle* vai, se tem febre como eu, se geme.

A mulher sorri e procura-me tranqüilizar. Diz que *êle* está bem perto, no outro lado do corredor, que tem febre mas não geme. Delira um pouco, diz muitas coisas que parecem versos, fala muito *na lua inconstante*...

Ah ! não suporto mais, não suporto. Depois de tudo, meu Deus, de tudo, quando eu já lhe perdoava, já me enternecia, já quási esquecia o pobre João, que lá ficou sem uma flor nem uma lembrança, *êle* ainda fala, falará sempre, falará até depois do fim, até depois da eternidade, na lua inconstante, na lua inconstante !

RACHEL DE QUEIROZ

DEPUTADO SANTOS LIMA

(Trecho de um romance, em preparação)

TUDO concorria para que tivessem um brilho incomum as corridas do Jockey, naquele domingo de Junho: o valor do prémio, o mais alto de quantos até então já haviam sido disputados em nossas pistas; o franco favoritismo de um parelheiro de criação nacional; o anunciado comparecimento do Presidente da República. E para que tudo transcorresse ao sabor dos desejos, o dia amanhecera luminoso, fresco, sem um farrapo de nuvem sôbre as cristas dos morros que circundam a cidade.

Ao contrário do que lhe era habitual, Santos Lima levantou-se pouco depois das cinco horas. Não porque estivesse particularmente interessado pela festa hípica da tarde. Não era, positivamente, um aficionado do *turf*. Comparecia ao Prado apenas nas ocasiões excepcionais, e assim mesmo nunca atraído pelos resultados das carreiras, mas tão sòmente para encontrar os amigos, os conhecidos, ver mulheres belas, sentir-se naquele ambiente refinado.

Nesse dia, outras razões ainda o arrastavam para o Jockey: lá, poderia ver o Presidente, falaria a certo Ministro sôbre uma concorrência que lhe interessava de perto. E, embora de longe, veria Lurdinha, tôda linda na *toilette* nova que lhe comprara na véspera.

Despertara assim tão cedo, entretanto, por um motivo bem diverso: da Marítima lhe haviam telefonado, à noite, avisando que o navio amanheceria no pôrto. Aborrecido era, sem dúvida, ter de sair pela manhã para ir a bordo. Mas não podia se esquivar. Seu irmão, António, lhe escrevera, telegrafara em seguida, anunciando a vinda ao Rio do filho mais velho, o Pedro, seu afilhado de baptismo.

Não o via há muito tempo. Estaria por certo diferente, homem, já casado.

Das raras vezes que, nos últimos tempos, retornara ao seu Estado, geralmente nas épocas de renovação de mandato ou para assistir à posse de um novo Presidente, demorara-se poucos dias e não se animara a afrontar aquelas cinqüenta-e-duas-horas de montaria necessárias para atingir Serra Azul, sua cidade natal, onde António teimosamente ficara, constituíra uma grande família e ganhara algum dinheiro. Censurava a si próprio o seu procedimento um tanto egoísta. Nunca mais revira as duas irmãs, os amigos de infância, os parentes, aquêles lugares onde sua meninice transcorrera. Consolava-se, porém, atribuindo a António a maior culpa. Porque, de tôda vez que voltava à terra, mesmo sem avisar, já encontrava à sua espera, na hora do desembarque, a êle, seu irmão mais velho, que lhe servira um pouco de pai, na adolescência.

Pensou um pouco no irmão, enquanto se barbeava.

Engraçado, aquêle António! Caladão, sério, trabalhador como poucos. Em menino, enquanto os outros brincavam, êle estava ao lado do pai, procurando ajudá-lo. E quando êste morreu, deixando-o com dezanove anos apenas, tomou conta da fazenda e da loja, cuidou das irmãs, e custeou os seus estudos, não permitindo que coisa alguma lhe faltasse.

O que mais o distinguia, porém, era o seu amor, a dedicação sem limites que sempre nutrira pelo pai. Admirava por tal forma as linhas de sua vida, que fêz dela padrão para a sua própria existência. Por isso foi que sòmente aos vinte-e-quatro anos se casou; rejeitou sempre qualquer proposta de abandonar a terra natal, e dedicou todo o seu esfôrço à prosperidade da «Casa Pedro Lima».

Pareciam-se algum tanto fìsicamente. E para mais acentuar tal semelhança, António deixara crescer a barba para usar o mesmo andó do velho Pedro, curto e cheio.

Tipo engraçado, aquêle António! Embora vivessem um longe do outro há tanto tempo, correspondendo-se muito espaçadamente, de certo por culpa dêle, Santos Lima, da sua vida atarefada, neste fervedouro que é o Rio—queriam-se muito.

Que lhe custava, pois, ir a bordo, receber o sobrinho e afilhado? Não ia ao cais, quási todos os dias, para levar ou desembarcar um político qualquer? Lamentava, apenas, a hora excessivamente matinal. Acostumado a sempre se deitar além da meia noite, sentia necessidade de dormir até mais tarde.

Mas, fôsse como fôsse, iria ao desembarque. Uma vez na vida que fôsse, podia incomodar-se. Depois, tratava-se de um filho de António, que, bem pesadas as coisas, merecia isso e bem mais.

Tomou um banho apressado, lançou os olhos aos jornais, e enquanto mastigava as suas torradas quentes, untadas de manteiga, deu ordem para o *chauffeur* ter o carro pronto.

Constituíu grande surprêsa para Santos Lima, ver e conversar com o sobrinho que chegava. Imaginara-o um caipira, mal ajambrado, grandes olhos de estupefacção abertos para o Rio, e falando tão sòmente para responder suas preguntas.

Mas o recém-chegado era bem diferente do retrato que fizera. Alto, bastante forte, o rosto bem escanhoado, a pele tanada do sol, trajava com elegância, era desempenado, jovial e palrador.

No trajecto, desde o Cais do Pôrto até à rua Voluntários, desfiou logo tudo o que tinha de essencial a revelar: notícias do pai e das tias, da cidade, dos amigos. Sôbre os objectos de sua viagem, disse, brincalhão:

— Inventei que aqui, no Rio, quando a gente paga à vista, como nós, tudo se compra mais barato... Mas o que eu queria, na verdade, era conhecer a Cidade às custas da «Casa Pedro Lima»...

Depois, tomando um ar mais sério:

— Nossa Casa tem se desenvolvido muito. O Senhor não avalia! Hoje, estamos vendendo em grosso por todo aquêle sertão. Os viajantes da Capital, que por lá se aventuram, estão voltando sem pedidos. Eu dei bem para o comércio. E vim

aqui para comprar directamente dos fabricantes, acertar freguesias, explorar tudo direitinho...

Santos Lima preguntou:

— E seu pai, com aquela sua velha casmurrice, que vai dizendo a tudo isso?

— Ah! Êle às vezes resmunga, chama a minha atenção, diz que no tempo do velho Pedro Lima era assim e era assado, mas no fim eu sempre venço, porque êle vai vendo os resultados. Falar verdade, hoje êle cuida mais das fazendas que da loja.

E ajuntou, rindo:

— Mas nas fazendas eu também vou metendo o meu bedelho. Já temos um touro holandês, e quero ver se arranjo um Devon por aqui...

Em casa, teve que atender a indagações minuciosas de D. Eugénia sôbre as cunhadas e os sobrinhos. Conversou animadamente com Artur, que era mais ou menos de sua idade; Arlindo, que era o mais moço da casa, passou um longo tempo a convencê-lo da conveniência de mandar o Celso para a Escola Militar. Êle, ao fim daquele ano, saïria aspirante, já senhor da sua vida.

Eunice, morando longe, lá no Meyer, não pudera vir assistir sua chegada. Mas telefonou, desculpando-se, e prometendo vir com o marido, à noite, assim que os bondes estivessem mais vazios.

Antes do almôço, chegou Ivone. E Pedro não pôde reprimir um movimento de espanto, abrindo uns grandes olhos, quando a viu assomar à porta. Nada tinha da menina com quem brincara algumas vezes, há quinze anos atrás. Pelo menos, bem diferente era o retrato que lhe ficara na memória.

Alta, robusta, todo o corpo caprichosamente modelado, trazia um vestido *azul-natier* e um grande chapéu de palha, enfeitado de flores coloridas. Seus cabelos eram loiros, os olhos garços; as asas do nariz, levemente arqueadas para cima, viviam em constante movimento. Irradiava saúde e alegria.

Foi logo ao encontro do primo, abraçou-o. E com um grande riso a lhe mostrar os dentes brancos e certos:

— Mas que ar espantado é êsse seu? Está-me achando diferente?

Êle se limitou a sorrir, ainda enleado com a surprêsa. Sem desfitar os olhos dêle, um ar brejeiro, Ivone insistiu:

— Vamos, responda. Mais feia ou mais bonita?

— Ora! Naturalmente mais bonita. Muito mais bonita!...

Então ela, fazendo ouvir uma gargalhada:

— Não é para retribuir o galanteio. Mas você, Pedro, está um homão. Parece mais galã de cinema, do que um negociante lá das brenhas.

Foi beijar a mãe, em seguida. Ao abraçar o pai, explicou:

— Vim filar a companhia de vocês para as corridas. O Basto continua a detestar ajuntamentos. Isso, diz êle. Mas eu penso que não vai por causa do *pocker*. Agora, aos domingos, eu sou uma mulher solteira. Das duas horas, até tarde da noite, êle é todo dos amigos e das cartas. Depois, diz que eu só gosto daquilo que êle detesta. Mas o contrário é que se dá.

D. Eugénia interveio:

— Exagêro seu, Ivone. Eu vejo vocês andarem sempre juntos, na praia, no cinema...

— Isso foi há muito tempo, mamãe, há quási um século. A senhora não está ao par de nada... Se estivesse...

E deixou a sala, dizendo que ia falar com uma amiga ao telefone.

À mesa, um pouco mais tarde, tôda a conversa girou em tôrno da cidade onde nascera Santos Lima, sôbre pessoas e coisas de lá.

D. Eugénia queria saber quantos filhos já tinha Amélia, filha de sua cunhada Luísa. E Luísa, mesmo, estava muito velha? Maria Augusta? Coitada! Enviüvara tão cedo! O filho dela já estava grande? Trabalhando?

Santos Lima indagou, a certa altura, se sua irmã Luísa ainda fumava aquêles charutinhos de vintém, às escondidas.

Pedro riu, disse que sim. Elogiou muito a tia, de uma bondade de santa.

Ivone pilheriou:

— Fumando às ocultas, de certo trancada num quarto... Coitada! Pois diga-lhe que venha aqui para o Rio, onde nós tôdas estamos fumando à grande, deixando os homens bem atrás. E não nos escondemos de ninguém. Gostamos, até, de afrontar, cigarro bem à vista, numa piteira imensa...

Voltou-se, em seguida, para o primo:

— Você não acha que é melhor fazer como fazemos?

Pedro compreendeu que ela queria experimentá-lo. Aceitou o desafio. E olhando-a firmemente:

— Não. Acho melhor o nosso sistema lá do mato.

— Porquê? Você não gosta de fumar? Algumas de nós também gostamos. Só porque somos mulheres, não temos êsse direito?

Mas Santos Lima pôs têrmo à discussão, fazendo uma pregunta sôbre a política local.

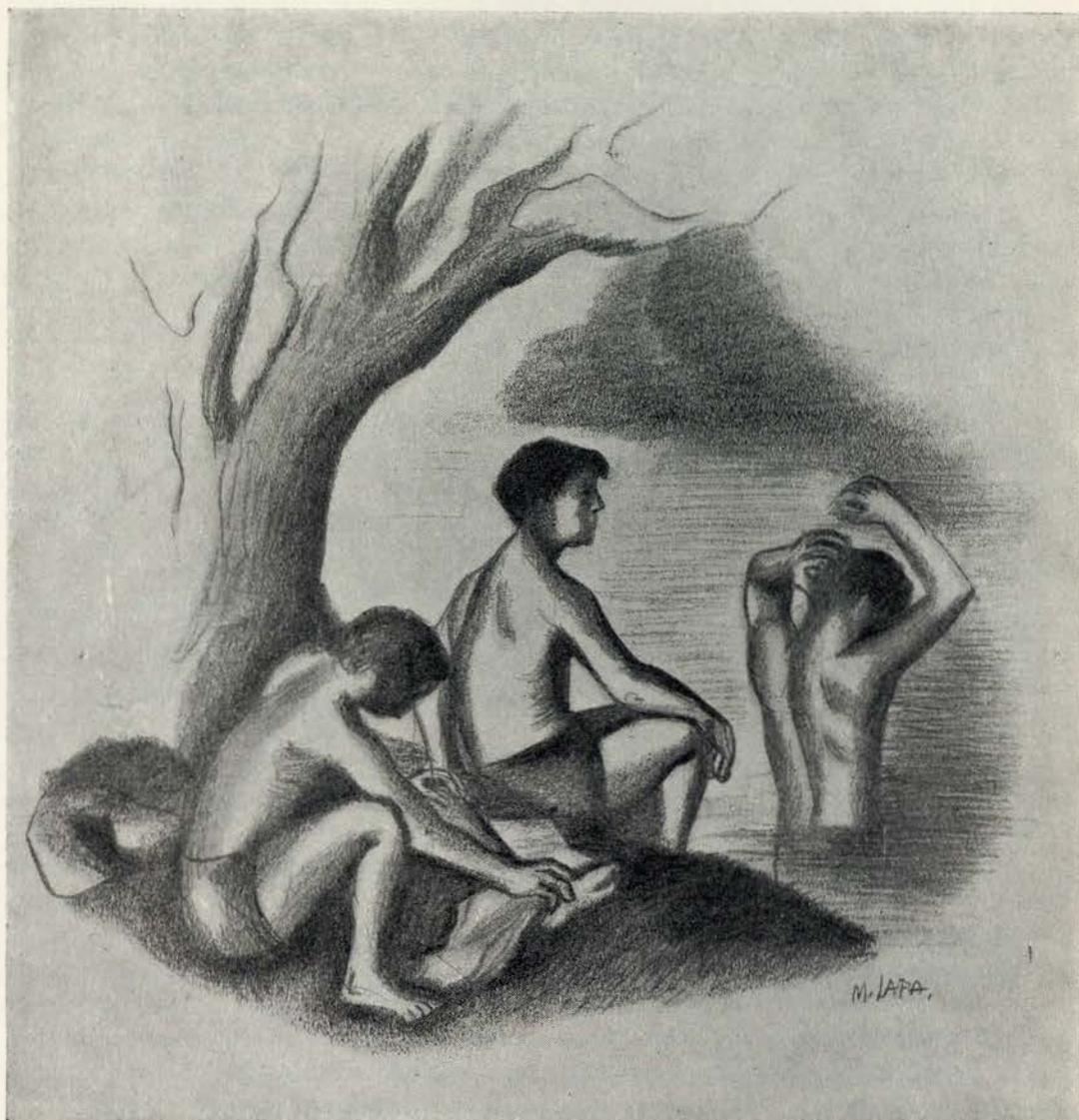
Ivone calou-se, mas comentou, dando-lhe uma leve palmada sôbre o ombro:

— Seria, mesmo, um milagre se a política se conservasse adormecida...

Pedro fêz más referências ao prefeito de Serra Azul. Achava que todo o dinheiro arrecadado se sumia, sem que se realizasse uma só obra de vulto.

As estradas estavam de causar lástima. O povo murmurava, a oposição tomava corpo. O tio precisava tomar alguma providência.

— Tudo isso, interrompeu Santos Lima, só acontece por culpa de seu pai. Se António não fôsse tão teimoso, recusando sistemàticamente assumir a direcção política de Serra Azul, tudo marcharia de outrro modo. Êle seria o chefe único, com direito de indicar prefeito, delegado, promotor. Mas não quere. Sempre a dizer que política não tem entranhas, que meu pai não se deu bem com ela, mais isso e mais aquilo.

— Pois eu, tio Paulo, penso de maneira diferente. Acho que se a gente vive lá, paga impostos, sofre ataques da oposição, porque o Senhor é deputado — o melhor é tomar logo parte activa em tudo. Assim, pelo menos, podia-se evitar muita coisa ruim que forma onda contra nós. Porque, nos cargos principais, só deveria haver gente boa, trabalhadora, honesta e progressista.

— Isso mesmo. Assim é que devia ser... E se você pensa dêsse modo, porque não se dispõe a dirigir o município? É António que não deixa?

— Não. Meu pai não se mete em política por uma questão de temperamento. Mesmo que queira, não tem jeito. Mas acho que êle não se importa que eu aja por minha própria conta. Depois, se fizesse qualquer reparo, bastaria eu dizer que era para o bem do Senhor, e êle logo concordava.

— Pois está óptimo, concluíu Santos Lima. De agora por diante, você vai ser minha pessoa lá na Serra. Amanhã mesmo eu falo com o Pereira Gomes, para êle ir

dando logo as providências necessárias. Você é moço, mas não faz mal. Precisamos, mesmo, é disso: sangue novo... Acho que você vai dar um chefe de mão cheia. E se gostar da política, não se limite ao nosso município. Estenda seu raio de acção. Quero vê-lo um chefe de zona, pesando nas eleições do distrito...

D. Eugénia interrompeu-os para lembrar que era preciso sair cedo, para obter um bom lugar e poder assistir à chegada dos demais.

Pedro não quis acompanhá-los. Nunca presenciara uma corrida, e tinha receio de não gostar. Preferia ver uma partida de *foot-ball*, se houvesse alguma. Arlindo se ofereceu para irem juntos. Só Artur ficou em casa. Ninguém o convidou, ou indagou se êle não ia. Todos sabiam que iria ficar dormindo a tarde inteira, para só sair após o jantar, entre as dez e as onze horas.

Já encontraram muita gente no Jockey. Quási todo o alto mundo social e político do Rio lá se achava. Havia homens vestidos com elegância, alguns de roupa cinza e chapéu alto. Mas era a presença das mulheres — com os seus grandes chapéus, seus vestidos de mil côres, os seus risos, os seus gestos — que tornava aquela uma das mais belas festas da Cidade.

Ao passar, em direcção à tribuna dos sócios, Santos Lima percebeu o vulto *mignon* e cheio de graça de Lurdinha. Olharam-se muito sérios, como se não se conhecessem. E ambos sentiram, ao mesmo momento, a mesma alegria infantil, ao imaginarem que tôda aquela multidão ignorava o que um representava para o outro.

Lançando o olhar em tôrno do ponto em que ficaram, logo descobriu o presidente da Câmara, o *leader*, senadores e deputados, banqueiros e médicos seus amigos.

Ao lado dêle, Ivone distribuía risos e cumprimentos. Havia murmúrios, toques de braço, de alguém que chamava a atenção de outrem para ela. Da mesma forma que os homens, as mulheres se quedavam na contemplação de sua beleza, do modêlo de seu vestido, de seu *charme*.

Em ondas sucessivas e contínuas, novas levas de assistentes iam-se espalhando à procura dos lugares. A certa altura, os sons do hino nacional encheram os ares. Era o Presidente da República que chegava. Todos se levantaram. Os homens, descobertos, reverentes; as mulheres, limitando-se a cerrar por uns instantes os lábios risonhos.

Entre a espôsa e a filha, os olhos ora postos no gramado muito verde, ora estendendo-se até os morros mais distantes — o espírito de Santos Lima foi pouco e pouco se alheando do ambiente, para se transportar a Serra Azul, reconstituindo trechos de sua infância, da vida passada.

Momentos antes, no automóvel, já sentira o cérebro povoado de lembranças. Certo, a chegada do sobrinho, vindo directamente de lá, pesado de notícias, transmitidas com a fala característica da região — havia determinado aquêle desencadeamento de reminiscências nunca sentido antes com tamanha intensidade. Via o lugar onde nascera e se criara. Era quási o mesmo, aliás, nos dias de hoje. Apenas algu-

mas construções a mais, um grupo escolar, duas ruas calçadas de pedra tôsca, e uma praça nova, a «Praça Deputado Santos Lima».

As casas eram brancas, pequenas, encostadas uma à outra. Mas o grande encanto da cidade era o rio que a cortava bem ao meio — o Santarém — largo, profundo em certos pontos, as águas claras, sempre frias, rumorejando nas pedras onde batiam roupa as lavadeiras.

Os primeiros anos de sua existência, tivera-os enfeitiçados pelo rio. Quando ainda pequenino, contavam-se histórias de mães-de-água, de lontras e peixes encantados que viviam dentro de seu leito. Depois, já meninote, passou a ser o palco exclusivo de tôdas as suas brincadeiras: dirigir canoas a vela ou remo, banhos infindáveis, procurando a «galinha gorda», ou jogando cargapé com a meninada do lugar. Brancos e pretos, caboclos de cabelo de índio e olhos de amêndoa, todos eram seus amigos. Chegou a rever, de alguns, naquele instante, o rosto, um gesto, um dito costumeiro...

Mais tarde, adolescente já quando, após tantos meses de internato, ia passar as férias na Serra Azul, não o tentavam a fazenda, o sítio do Morro, com os seus jaboticabais e os seus bandos de perdizes.

Era ainda êle, o Santarém, seu grande enlêvo. E se já não repetia os mesmos brincos, outros a idade lhe indicava: longos passeios de barco sob a lua, animadas pescarias nocturnas com moças e rapazes. E a sua fisionomia sùbitamente se expandiu tôda, num sorriso, ao relembrar as ocasiões em que, com mais dois outros, se escondia entre a folhagem, no «Banho das Damas», para espiar as mulheres se banhando, inteiramente despidas.

Estaria por lá ainda hoje, ouvindo o seu rumorejar constante, se houvesse seguido à risca os rumos que o pai lhe traçara para a vida: estudar, formar-se em Direito, ser promotor, e, em seguida, o juiz da comarca.

Não lhe seguira os conselhos, e disso, aliás, não se arrependera ainda um só minuto.

Sentindo-se inteligente e cheio de vida, não quis se limitar a uma carreira fastidiosa e inexpressiva. As suas vitórias no colégio, na Faculdade, estimularam o seu desejo de brilhar, de ascender sempre.

Assim, aos vinte-e-três anos, ao invés de promotor na roça, fazia-se professor da própria Escola onde estudara, por meio de um concurso rumoroso. Abriu escritório, e as boas causas a êle acorreram sem tardança... Casou-se bem. Tôdas as portas se lhe abriram.

Ao contrário de muitos dos seus amigos, hoje no fastígio, êle podia lançar os olhos para trás, sem que se lhe confrangesse o coração. Não sustentara lutas árduas contra a adversidade, nunca passara privações. Tivera um sucesso fácil.

Alguns discursos brilhantes, o renome de grande advogado e professor, logo lhe deram um pôsto na política. Não o buscou por meio de insinuações ou de empenhos. Fôra expontâneamente convidado para ela por certo Presidente, que entendera de colocar na Câmara Estadual representantes expressivos da nova geração. E revelou, desde os primeiros dias, qualidades que foram muito apreciadas pelos homens responsáveis do Partido.

Assim, a sua ascensão à Câmara Federal deu-se naturalmente, sem provocar ressentimentos ou dissabores. Desde que ali tomara assento, em 1913, nunca mais fôra afastado. Sua maneira hábil de tratar os assuntos mais difíceis, seus dotes oratórios, seus antigos estudos de Direito Público e de História, asseguraram-lhe uma situação tranqüila e sólida. Nunca se preocupara com sua reeleição. Gabava-se de prestar ao Govêrno mais serviços do que dêle recebia.

Se houvesse ficado lá, desfrutaria, por certo, de uma vida mais remansada, talvez tivesse continuado com aquela sêde de ler e de estudar que lhe caracterizara a mocidade ; talvez houvesse escrito «O Direito Constitucional no Império e na República», de que chegara a esboçar uns dois capítulos...

Mas caíra na roda da política, deixara-se dominar pelo sabor de suas lutas, suas glórias passageiras, o relêvo que lhe emprestava ao nome.

Hoje, era um homem sem tempo, escravo de tantas obrigações, que nunca mais pudera (desde quando?... há uns dez anos!...) tornar a Serra Azul. Reconhecia, no seu íntimo, que, com um pequeno esfôrço, poderia tê-lo feito...

Deixar o Rio, porém, sair de seus negócios, do seu automóvel, de sua casa, de Lurdinha?... Não se encontrava mais na idade de suportar tais desconfortos. Era preciso ir-se poupando: bem perto já andava da velhice... Velho? Cinqüenta-e-seis anos. Completara-os em Abril.

Cinqüenta-e-seis anos! Como se achava distante o tempo em que se banhava, nu em pêlo, nas águas sempre frescas do seu rio!...

AMANDO FONTES

A PAZ DE FAMÍLIA...

— VOCÊ não se vá embora. Se Você se vai embora eu fico sem papá...

Tinha havido a discussão costumada, os dois entrechoques de ódios deflagrando-se numa grande fogueira rubra de injúrias, de recriminações coléricas, de palavras tôrpes.

No corredor o pequenito parara de brincar, e em pé, contra a parede, numa expressão de estranheza, que era só um migalhinho, iria transformar-se em terror convulsivo, — fixava, ora num, ora noutro o negro muito vivo das suas pupilas.

No jasmim da pele, os olhos eram, na verdade, maiores, alongados no seu cetim translúcido por êsse irremissível, bem próximo, do mêdo.

Só o pai pôde ter o pressentimento do instante descaroável, prestes a multipartir em pranto, a sacudir de soluços a minúscula estatueta frágil.

Oh, que afluxo angustioso de piedade e de remorso o sufocou!

Muito decidido, então, com um automatismo de gestos, que êle se desesperava por verificar que não deixava de ter o seu quê de cénico, e vencendo o impulso sincero de correr para o petiz, a apertá-lo nos braços, — abandonou o terreiro da disputa, e foi fechar-se no seu quarto, a acabar de se arranjar, para sair.

Consertava ao espêlho o nó da gravata, quando a criança entreabriu a porta, muito de vagar, evidentemente receosa: — Não está zangado com o menino? Não?

— Deus! E levantou-o num ímpeto, até à altura dos lábios, ávido, faminto de recompensar, de remediar com beijos a crise de pânico, que tinha evitado que se definisse, havia momentos, e de que, afinal, êle teria sido *também* um dos culpados, cúmplice no mesmo delito de desatenção ao direito, que tinha aquela poeira de encantos, de ignorar *ainda* o nefando forçoso da existência...

Já risonho, mas como que guardando, no entanto, no apaziguamento de agora, uma reminiscência muscular do que experimentara, — o pequeno mirava o pai com um donaire mímico de ternura, e o dedito espetado, numa significação de advertência, disse-lhe isto:

— Você não se vá embora, ouviu? Se Você se vai embora eu fico sem papá.

Mil anos que vivesse, nunca esqueceria estas palavras. Sentiu que elas representavam o *necessário* dum programa inteiro de transigências, de abdicações, de refolhamentos, de mortes humílimas da vontade.

Gostaria de sair com êle; irem os dois numa deambulação de camaradas, igualados nessa expansividade tagarela, de cuja maranha saborosamente ingénua, de preguntas e respostas, e interpretações fantasistas do comezinho das coisas, transformando o irreal numa como que sobrevida da realidade, — êle se considerava glorioso por poder entender a *chave* subtílima... De mãos dadas... Ah, seguirem os dois, tendo bem enconchada na tibieza da sua mão de homem, incapaz da ufania

táctil de se assenhorear, de dominar, — a *confiança* dos inquietos dedos miniaturais, eléctricos, frementes, ávidos de apreender, de possuir, de esfanicar, de estaçalhar o *por dentro* dêsse grande brinquedo complicado, e, *por isso mesmo*, tentante: a vida tôda...

Sim, gostaria de sair com êle. Mas, impossível!

Dar aos outros, à corrosiva curiosidade da sub-fauna dos passeios, o espectáculo dêsse acertamento, dessa encantada justaposição de duas *épocas* de sensibilidade, com um distante tão profundo, — representaria para êle como que a poluïção de qualquer coisa de muito branco, de qualquer coisa de muito puro, que cumpria, *acima de tudo*, preservar do mais ténue resquício de mácula...

Na rua, o ruge-ruge laborioso e desfrutador da urbe, construindo e desmanchando os seus alvéolos de ânsias e futilidades; os mil incidentes de espaço, de luz, de ar livre, ecoando o seu báquico clarim, — tudo isso lhe dulcificava um pouco o esfacelamento, em que prosseguia.

Mas o motivo da exortação mimalha: — «Você não se vá embora, ouviu?», — de vez em vez lá contravinha a trazê-lo à realidade do seu *desconchavo social*; do seu disparate de *ímpar*, com «encargos de família».

E era já como se se tivesse operado nêle uma transmutação de sentidos, e a representação escrita daquela advertência surgisse de imprevisto, a incrustar em tudo os seus magoados caracteres gráficos. De modo que atentar nisto, ou naquilo: o dorso do mequetrefe, que dava aos braços, diante dêle; a ninharia airosa dum mostruário; o apontamento de álbum, duma ramada de árvore, — passara a equivaler-lhe o encontrar *lá*, desenhadas, plasmadas, com um recorte mortificador, as pobres palavras súplices...

Deixara, no entanto, o filho em casa, tranqüilizado com a promessa, que exigira, dum combóio com muitas portas; dum barco com rodas; de berlindes...

Deixara-o no seu jardim de maravilhas, do corredor, que êle sobrenaturalizava com a vara mágica da sua inventiva...

Para afugentar a abantesma, em que se lhe tornara a evocação da cena doméstica, decidiu entrar num café. Quando, a atravessar o largo, um automóvel, que manobrara, para não o apanhar a êle, por um nada não esfanica um tranzido *magot* de palmo e meio, algum tanto burlesco nas suas velhas roupas sem talho.

Todo sacudido ainda daquele aflorar inopinado da morte; com a facezita sujo-pálido num virgulamento de atonia assombrada, — o rapaz vergava agora sob os impropérios duma espécie de molosso hirsuto, debuxado àcidamente em ângulos agudos, em linhas frenéticas de sanha, — que o saraivava de apodos esganiçados, que o afundava num *dies irae* de miserandas exprobações:

— Êste demónio! Que um raio o levasse, não se perdia nada! E é que não se perdia. Para os trabalhos que me dás, malandro!

Uma megera de *Steinlen* fazia côro a êste comentário inumano, barbarengo, do que o destino evitara, e traçando e destraçando o chaile, ora segurava, ora repelia de si o braço que se lhe achegava, tímido e incerto, a solicitar-lhe a precária e revêssa protecção.

Êle seguia o grupo, sem saber bem porque deliberara tal coisa.

...E a vida era também aquilo!

Rodilhões de sonhos continuariam, para todo o sempre, a esfarrapar-se de encontro ao gume ervado do existir; impérios milenários ruïriam ainda, destruídos por outras concepções de Estado; o Homem continuaria sendo, por séculos e séculos, o Cristo vilipendiado pelas suas promessas de bem-aventurança, só entrevendo a glória do Céu, através da lançada do centurião; o mundo continuaria rolando pelo espaço o seu acêrvo de gritos e estrêlas, para que não deixasse de se poder dar, a

vida ser também aquilo: êsses pais a lacerarem de insultos o filho, que a morte por um migalho lhes não levava.

...Continuava a segui-los, e sem que reparassem nêle, passou-lhes à frente. Tendo entrado numa confeitaria, onde pediu que lhe embrulhassem «uns dois ou três pastéis», — certificou-se, *então* do motivo porque decidira ir no encalço das criaturas... Necessitava de compensar, com o inesperado da guloseima, aquêle delito contra a infância.

Explicou que vira tudo... — «Não é assim, meu senhor? Querem lá saber de quem vai! Mas vossa excelência, porque se incomodou? Anda, agradece! Também p'ró que tem jeito é só p'ra fazer o que não deve. São precisos mil olhos...»

Quando, a despedir-se, lhe pediu um beijo, o garôto encrespou um movimento de estranheza bravia, como se aquêle desconhecido propositasse molestá-lo também...

Lisboa, Janeiro de 1943.

CARLOS PARREIRA

A NEGRA CORDOLINA

CORDOLINA vendia as melhores frutas que já se expuseram na calçada do velho Vitorino. E nenhum cêsto mais arrumado, nenhuma toalha mais alva do que as que a negra velha usava para cobrir a sua mercadoria.

Quando se queria um bom fruto, dizia-se:

— Corre ali, compra na negra Cordolina!

E a vendedeira preta, mostrando as duas carreiras certas dos dentes alvos e perfeitos, assanhava o gôsto do comprador com um estalo na língua:

— Isto é fabrico de abelha! Mal não ganha.

Os meninos regalavam-se com ela:

— Me dá uma, Cordó, dá?

Rara a criança que não saísse com a sua boa amostra — um cacho de pitombas, um punhado de jaboticabas, uma lima ou um maracujá — ouvindo sempre a mesma recomendação:

— Agora vá dizer a mamãe que pode comprar. A amostra é de primeira ordem.

Nem sempre a criança voltava para comprar o que a negra vendia. Nem ela mesma, contentando-a dêsse modo, tinha por fim aumentar a freguesia. O seu cêsto se esgotaria na certa. Era questão de tempo.

Cordolina gostava era de agradar à meninada, de receber a todos, pretos ou brancos, ricos ou pobres, com uma zanga de mentira que já era um refrão:

— Capetas! Raça de Zebedeu!

E os meninos, entre risos e palmas, acabavam festejando a negra velha, rodando agarrados à saia dela como num carrocel.

Entre todos, porém, aquêle de quem ela mais gostava, e em quem talvez todos se reflectissem, era Zuza, o Zuzinha que ela criava como um príncipe. Quási todo o lucro de Cordolina era para Zuza. Zuzinha luxava como um menino branco, apesar de êle mesmo ser alvo como os de pele boa. Menino branco para Cordolina era menino de dinheiro, que não vivia de pé no chão e que tinha pai ou mãe por êle responsável. Zuzinha ia ao extremo de possuir um trem de ferro. Brinquedo cujo preço se pronunciava alto, grifando segundas intenções:

— Trem de trinta e cinco mil réis! Ora vejam! E é um menino sem pai e sem mãe, que uma negra cria!

A alvura do fustão das roupas de Zuzinha dava na vista, as botinas eram da moda e o gorro de bom feltro. Ostentava ainda a sua bôlsa de couro para os

livros, possuía a maior colecção de retratinhos de artistas de cinema e não perdia uma fita, às quintas e domingos.

Muita gente maldosa atribuía tanto luxo ao furto. Talvez as fruteiras dos quintais alheios pagassem a lordeza. E Zé Braga, o língua de brasa, tinha argumentos seus:

— Negro no escuro rouba até algodão. Quem vê?

Maledicências, rumores, a que a negra rebatia com bom humor:

— Ruindade também tem safra. E mentira cai podre que nem fruta passada. Doidos!

Mas Cordolina também era elogiada. Na sua casa — chalèzinho coberto de fôlhas de lata, cercado de varas e enfeitado com um jardim viçoso—a ordem ainda era mais perfeita. Tudo pôsto em lugares próprios. As galinhas tinham um chiqueirinho àparte e havia ainda um tanque para os pombos dos vizinhos. O monturo se queimava todos os sábados, depois da feira. As vizinhas, mesmo as menos chegadas à negra velha, gabavam-lhe a vida e a ordem:

— Se doença vem de sujo, na casa de Cordolina não se morre.

A vendedeira de frutas não se referia a nada como um bem próprio. Dizia sempre «a casa de Zuzinha»; «o jardim de Zuza»; «os bichinhos do menino». E nem Zuza era seu também. Quando preguntavam a ela de onde e como lhe viera aquêle menino, a resposta era a mesma, quási invariàvelmente:

— Por graça de Deus não veio de mim, que preta sou. Zuza, branquinho e de olhos azuis, me apareceu aí quando era um tiquinho de gente...

Viera mal podendo engatinhar nas perninhas tenras. Ofereceram o inocente a todo mundo. Mas como estava cobertinho de perebas da cabeça aos pés, tiveram mêdo, e a negra foi quem ficou com êle. Se um dia pai ou mãe aparecesse a negra velha tinha um gôsto com ela: entregava o bichinho sarado e crescidinho. E até com outras prendas, pois o primeiro livro diziam que êle sabia ler todo, decifrava as garatujas no cinema, e, por viver limpinho, cheirava que só alfavaca.

Quando a negra acabava de explicar o modo por que o menino viera para a sua companhia, tinha sempre os olhos cheios de lágrimas, e costumava arrematar a história com uma confissão singular:

— Agora um pecado eu confesso: querer eu quero que Deus já tenha lá com êle o pai e a mãe de Zuzinha. Mesmo porque — e Deus me torne a perdoar—quem dá um filho que é seu não presta para viver.

Cordolina dizia isso já rindo, como se a falta de seriedade fôsse prova de uma falsa intenção. Entretanto, se ela tinha mêdo que aparecesse pai ou mãe, se tinha mêdo dos castigos de Deus, era cousa que ninguém sabia. A verdade, porém, era que sempre, sempre que ela explicava o facto — principalmente se o menino estava fora — costumava redobrar os carinhos, beijando-o, agradando-o, indo recebê-lo na porta com dois longos braços abertos para melhor prendê-lo, e melhor guardá-lo.

Nas conversas com os conhecidos, a propósito do mistério de Zuzinha — assunto que a negra velha sempre evitava — o seu grande argumento era o mesmo:

— Ora, como é que Zuza vai gostar de gente que nem conhece? Que vale ser pai ou mãe, se não se cria o filho? Juro que Zuza não me larga por êles. E nem por ninguém!

Mas Cordolina bem que tinha as suas dúvidas. Consolava-a um pouco o facto de já se terem passado nove longos anos sem que aparecessem os legítimos donos do menino. Apreensões havia, sem dúvida. Às vezes, depois de conversas, de cismas demorados, a negra velha ficava a alisar com fôrça o braço já descarnado. Alisava cem, duzentas vezes incontáveis. Nem fôrça nem carícia arredava a mancha preta da pele. A côr negra do corpo ali estava como a marcar a enorme distância que ia até o branco. Era a separação de polo a polo. Era ela e era Zuzinha; ou o sim e o não; o avêsso e o direito; o que está certo e o que é torto. E como a mão não apagava a nódoa, nem com fôrça nem com carícia, as esperanças se iam transmutando em lágrimas que ainda eram um consôlo. E a negra velha chorava mansa, tristemente, com os olhos fitos no céu côr de azul.

A idéia que atormentava, que trazia as lágrimas, continha razões que convenciam: Zuzinha ia crescendo, o entendimento iria chegando. Um dia, êle notaria a diferença. Mãe preta! Olhos azuis? A côr branca era a côr do orgulho, a côr que não se defende. Côr de todo senhor, ao passo que a outra era uma côr escrava. Zuzinha um dia descobriria a distância entre os dois. Zuzinha aprendia a ler, Zuzinha um dia estranharia a vendedeira de frutas. Um dia Zuzinha virava José. José de quê?

Nem o resto do nome dêle ela podia completar. Ela era só Cordolina. Cordolina purinha. Pai ou mãe não lhe completou o nome. Saíra da senzala ainda de peito, nem sabia o que era escravidão, mas lá no passado ficara-lhe o resto do nome. Zuzinha também era assim. Mas Zuzinha tinha os olhos azuis, a pele branca, os cabelos estirados.

A Negra velha acabava cansada de tanto pensar. As lágrimas secavam e a mão, já acostumada, deslisava, indo e vindo, indo e vindo, por sôbre a pele do braço descarnado. Nem fôrça nem carícia arredava a mancha escura.

O menino crescia impetuoso e meio malcriado.

Zangava-se por tudo, exigia o que a negra velha não podia dar. Chegara um dia ao extremo de insultá-la:

— Enfim, Cordó, Você é negra.

E o pranto da negra deslisou magoado sôbre o rosto magro. A bôca abriu-se de espanto, os olhos alargaram-se de mêdo, porque as palavras lamberam-lhe a alma com a mesma violência dum chicote no corpo. A negra recuou, lívida. E o rapazote, comovido, meio arrependido, procurou abrandar o desafôro:

— Também mãe tem cada coisa!

Era a primeira vez que êle a chamava assim. A princípio era Có, depois, Cordó, e antes nunca tivesse dito *mãe*. Cordolina reviveu num instante tôdas as suas apreensões, todo o mêdo do futuro incerto. Mãe? A mãe viria buscá-lo um dia, sem dúvida. Zuzinha ia embora. Zuzinha desaparecia para sempre. Iria conhecer outra, iria querer bem à mãe.

A casa ficaria vasia, ninguém mais para dar-lhe cuidados, para tomar o fruto do seu trabalho. Antes fôsse escrava, paga por êle, para poder acompanhá-lo por tôda parte como a própria sombra escura do seu corpo. Viver com êle, cuidar dêle, ainda que desprezada. Pena era que Zuzinha crescesse. Se ficasse sempre pequeno, a chamá-la Cordó, não pensaria nunca em deixá-la. Mas crescia. Cada dia crescia mais, Zuzinha já era quási um homem. Zuzinha ia embora.

E o chôro da negra continuava, manso, desolado, sem que o rapaz lhe alcançasse a causa. Quando não chorava, pensava.

Certo dia, radiante, trémulo de emoção, o rapaz anunciou a suprema novidade:

— Cordó! Escute esta: Seu Vitorino me chamou para eu me empregar na casa dêle! Quarenta e cinco mil para começar! E eu vou, Cordó!

Ia. Zuzinha ia-se embora, como ela previra. Era o fim. Empregar-se precisamente na casa de seu Vitorino, em frente da qual ela vendia as suas frutas. O menino talvez se acanhasse de vê-la assim tão perto, fora de casa. E talvez mesmo fôsse ruim para êle. Notariam, com certeza. Preguntariam pela vida, pelos pais dêle. E o menino se magoaria, sentiria a presença incómoda de uma negra.

Ia. Zuzinha ia-se embora, e era bom que fôsse. Tudo por êle, pois êle era tudo. Era até bom que se esquecesse dela, que não falasse mais com ela, evitando dêsse modo as preguntas malvadas dos curiosos. Se continuasse com seu Vitorino, talvez chegasse a completar o próprio nome, e então passaria a chamar-se José Vitorino Neves dos Santos. Era êsse o nome comprido do bom português que havia convidado Zuzinha. Zuzinha Neves. Ficava-lhe muito bem o nome, alvinho como êle era. E a ausência dêle nem era de todo ruim: ela poderia ficar, se êle quisesse, lavando a sua roupinha. Entregaria na casa dêle aos domingos, depois da missa, quando não houvesse ninguém para espreitar. Poderia então preguntar como êle passava, se estava satisfeito e se gostavam dêle. Para que não estranhassem, passaria a chamá-lo «seu Zuza».

Cordolina não pôde mais pensar. Tinha o corpo trémulo, a garganta apertava, a vista escurecia. Fêz, porém, um enorme esfôrço, e obrigou a que o corpo se

mantivesse em pé. E com a voz baixa, soltando as palavras aos pedaços, mordia os lábios para não chorar:

— Vá, seu Zuza. É bom... É bem bom para o senhor...

O rapaz não compreendeu o tratamento, apenas o estranhou. Supôs entretanto que Cordolina brincava, botou o chapéu na cabeça e disse alegremente: «eu vou».

Passou-se quási um mês sem que Cordolina fôsse para a calçada de seu Vitorino vender as suas boas frutas. Nesse espaço de tempo Zuza visitou-a apenas duas vezes, aos domingos, e pouco tempo se demorou com ela.

Mas num sábado, a feira quási acabada, a negra velha saíu pesadamente para vender uns restos de frutas já meio murchas. Muita gente ainda rondava pelas toldas, fregueses retardados compravam às pressas as mercadorias que sobravam.

De pé, indiferente ao tumulto da feira, a negra velha tinha os olhos voltados para a venda de seu Vitorino. Ali dentro estava Zuzinha, trabalhando, vendendo como gente. Nem sabia, decerto, que ela estava ali. Se soubesse era o mesmo. Zuzinha não poderia deixar o balcão para vir vê-la. Ver a quem? a uma negra, preta vendedeira de frutas? Não, Zuzinha, não podia, Zuzinha tinha a pele branca e os olhos azuis. E nem era Zuzinha nem nada: era José Vitorino Neves dos Santos. Dos Santos. Dos Santos. E o Padre nosso que estava no Céu. Todo poderoso, e ela era pequena. Nossa Senhora das Neves, Purgatório e feira. Barulho de feira. Porque gritavam? Porque olhavam para ela? Deus não queria. O céu tinha estrêlas, mas as frutas não se vendiam. Pulavam, riam. Ela estava rodando? Como, se não havia roda? Ali vinha gente. E Zuza onde estava? Ela podia gritar:

— Zuuuuzinha!

Zuza ouviu um barulho no fim da calçada do patrão. Juntava gente, corriam meninos. Que seria? Briga de matuto, com certeza.

E de pé, ao lado do seu cêsto de frutas, a negra Cordolina dizia coisas que a multidão não entendia:

«A dança de negro é banza. Banzeirinha que nem mingau. Perna aqui, perna acolá, e vai no seio peneirar. E o soldado do penacho encarnado por onde passará? A maré vasa, a maré sobe, prontidão não vai chegar. Quando cambinda passar, minha gente, é de se lhe tirar o chapéu. Primeiro porque vem Rei, segundo porque vem Rainha. Eu, cá por mim, já me benzi. Mal não me entra. Nem pelas pernas, nem pelos olhos, nem por nenhuma fresta do meu corpo, pois 2 de copas me fechou. Demo êle não é, que nas terras de Judá o Bicho Prêto não entra em corpo de gente em C, que o Cristo é a inicial. Foi sabedoria o nome de Cordolina. Cordolina três vezes, Cordolina cem vezes, multiplicação das estrêlas, o senhor moço de Sinhá. É de Zuzinha que vai se casar».

E a multidão ria, e os meninos gritavam zombando da velha:

— Endoideceu! Virou lesa!

Cordolina, indiferente, continuava:

«Vai se casar. Se casar com Palimonda.
Palimonda, Palimonda,
das terras do Caraxá
Do Sudão nas cabeceiras
Corpo virgem vingará.
Na Campa do campo de Quixadá,
A moça do moço que tem xodó!
Quixadá, Palimonda, Moxotó
O corpo virgem vingou
Nas mãos brutas de seu Lou.

«E a lavoura arrebentou lavada pelas águas do rio Onça, e ao cabo doze meninos pularam, tenrinhos, bem filhinhos dêle, e alegres como êles só. É como se diz:

Houve xodó
em Quixadá
ou Moxotó».

A multidão ria cada vez mais. Ninguém compreendia. E os meninos, assanhados, continuavam a berrar:

— Cordolina endoideceu, minha gente! Venham ver!

Zuzinha apareceu entre a multidão. O rapaz que vinha com êle explicou:

— Olha, Zuza tua mãe enlouqueceu!

Muita gente se voltou para o lado de Zuza. Queriam saber o que tinha acontecido. Encabulado, envergonhado, o rapaz defendeu-se:

— Tua mãe, não! Eu sou branco, e alisou a pele, mostrando a alvura do braço.

Entretanto Cordolina continuava, indiferente, a dizer cousas que só ela mesma entendia:

«A bichinha teve bem duas dúzias de filhos, mas nem um só chegou p'ra mim...»

LUÍS JARDIM

PÁGINAS DE UM DIÁRIO

NÃO se constrói nenhuma felicidade sôbre lágrimas, mesmo que um tanto falsas — é o que me dizia Susana, que tem derramado bem poucas. (Na verdade seria a maior das impiedades humanas fazer com que aquêles olhos morenos vertessem tão desagradável líquido).

Admita-se um anjo de vinte anos, e eis Susana, Susana Mascarenhas, sobrinha do desembargador Mascarenhas, que é o grande homem de família. Quando falam no desembargador Mascarenhas enchem a bôca, emprestam aos sons uma retumbância olímpica. Susana só o chama de titio Mascarenhas. Naquele chalé fim-do-império, da rua das Laranjeiras, a que algumas reformas já republicanas não conseguiram modificar o ar de decrepitude de que se impregnou até nos espelhos encardidos, não se admite que se desconheça o ilustre homem da Justiça. Já presenciei a infelicidade de um rapaz, aliás bom pretendente aos olhos e ao resto de Susana, que tudo perdeu por ignorar a existência do nome familiar.

Acabei o chá no seio da família Mascarenhas — porque êles se acham todos Mascarenhas, embora sejam realmente Borges, pois o já bastante aludido Mascarenhas é apenas tio materno dos Borges. As torradas eram barradas com manteiga de um sítio que tem o desembargador em São-Gonçalo. O açucareiro de prata era um presente que o desembargador trouxera daquela memorável viagem que fêz à Bolívia, como um dos oito representantes do Brasil ao Primeiro Congresso Internacional de Justiça Católica. A «Ceia do Senhor», que abençoava as torradas, fôra recordação de outra viagem célebre: a visita do desembargador Mascarenhas à Terra Santa, numa caravana de quatrocentos e poucos peregrinos, organizada por uma agência de turismo a seis contos e trezentos por cabeça, incluindo tôdas as gorjetas, etc.. Se a Parca não consentir que o desembargador chegue a ministro do Supremo, tremo pelo suïcídio colectivo da família Borges. Como é possível viver sem o desembargador? Êle é o ar que êles respiram, a vitamina das suas vidas.

Susana levanta-se e vai para o piano tocar, naturalmente, as valsas que inebriam o desembargador. Na poltrona de palhinha, com almofada bordada, todos lêem um cartaz invisível: «É a poltrona do desembargador». Nela ninguém se senta. Sòmente às quintas-feiras as nádegas do impretérito distribuidor da Justiça conhece a frescura daquele assento. Foi aí, ao correr mais ou menos molemente o teclado numa escala preliminar, que Susana largou a frase: «Não se constrói nenhuma felicidade sôbre lágrimas, mesmo que um tanto falsas». Perpassou-me a idéia de perguntar se um pensamento tão belo não era também do desembargador. Mas vi imediatamente que Susana ainda cometia a vileza de alguma personalidade. Mascare-

nhas não conseguia penetrar em algum remoto recesso do seu ser. É o diabo a gente ser um Borges. Nunca se chega perfeitamente a ser um Mascarenhas!

Há certas dores alheias que se tornam irritantes. O sofrimento do Eurico é uma delas. É o coração que não se conforma em ter sido ferido, ao mesmo tempo que não se conforma em não ter sido aceite o seu perdão. Madalena sumiu; preferia morrer a olhar de frente aquela cara sardenta, nojenta, repelente. Eurico é um bagaço. Veio com dois filhos, sentou-se no sofá de palhinha, desenrolou pela centésima vez o rosário das suas humilhações.

— Você acha que ela volta, Eduardo?

— Bem, nada no mundo pode-se dizer em tom categórico. A vida é dúbia por excelência.

O tom da resposta era pernóstico, mas Eurico não via assim. Gemia sob os cabelos ferozes:

— É.

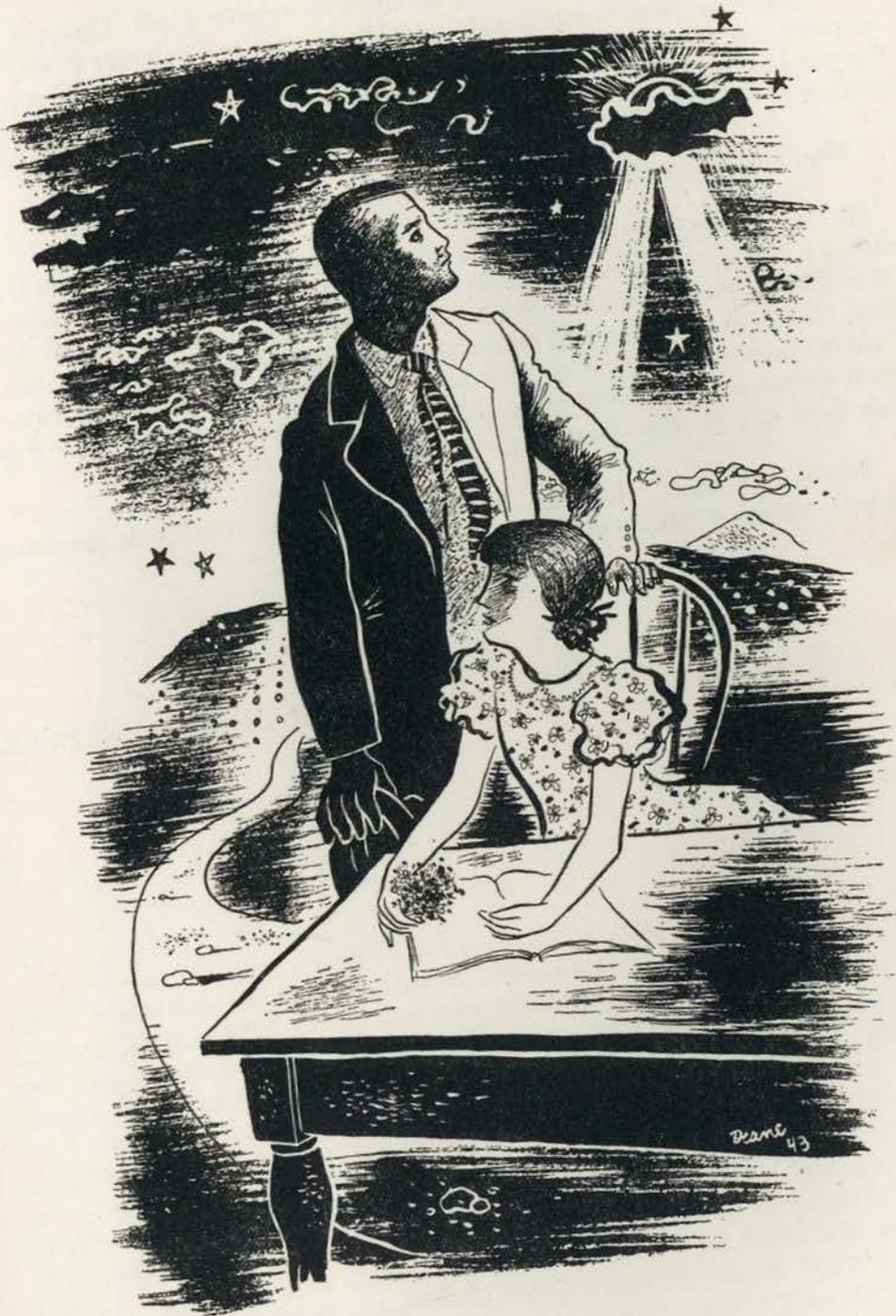
As crianças aproveitavam a tarde maravilhosa no jardim. Exaltavam-se em gritos nas suas correrias. Eurico queria desculpá-las:

— São crianças, não compreendem ainda direito as coisas.

A verdade é que quem menos compreendia as coisas era o meu querido Eurico. Traído, espoliado, espezinhado, teimava em ser bom, em não acreditar na realidade dos factos, apelando para um dia feliz em que o céu viesse em seu favor trazer-lhe a fugitiva. Nem um momento passava-lhe pela cabeça que aquilo não podia ser de outra maneira. De olhos marejados, contou-me que várias vezes, em horas diversas, sacrificando até as horas do seu trabalho, rondara a casa onde morava Madalena, na esperança da reconciliação. Vira-os num cinema. Detalhava a côr do vestido de Madalena — ia de «beije». Interrompeu-nos a empregada que entrava com a bandeja do café. As mãos de Eurico tremiam segurando a chícara, rodando a colherzinha. Talvez fôsse Eurico quem tivesse razão. Talvez que a verdadeira vida não seja mais que uma longa lição de humildade.

Não é possível aprender sem lágrimas, minha filha. Oh, as que eu verti e ainda verto na aprendizagem dos homens! — e piores são aquelas que ficam consumidas pelo coração lá dentro como chumbo candente. E o sol está tão lindo, e a alegria do sol descendo tôda num raio que pousa sôbre teu livro, minha filha, oh, tu nunca saberás das máguas que esta luz veio dissipar no coração de teu pai.

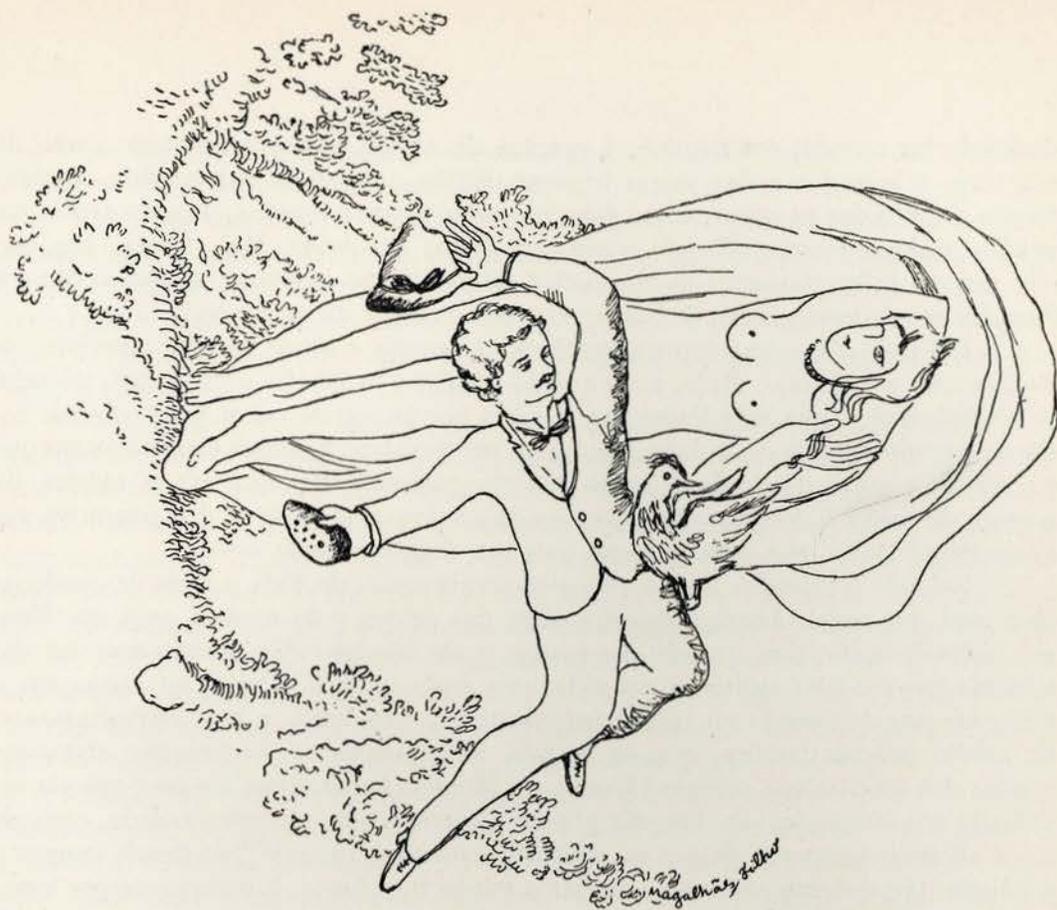
Há os que nascem para crer e os que nascem para duvidar. Nasci para a dúvida. Sinto a necessidade de levar além de mim, a todos que me cercam, aos íntimos, aos ocasionais, a minha perturbação. Nada de águas tranqüilas, de conceitos firmados, nenhum ponto de fé. O pensamento soltando-se dia a dia, reagindo a cada minuto contra tudo, contra todos.

O pior é o mêdo. Mentimos demais, somos astuciosos demais, interessados demais. Cada passo que damos querêmo-lo tão seguro quanto o do tigre que rasteja

para a ovelha. Cada palavra é coada no filtro da oportunidade. Chega-se a compreender que uma certa tranqüilidade na vida repousa nas palavras falsas, nas falsas atitudes, na habilidade dos passos cautelosos. A alma humana teria outro valor se lhe sobrasse coragem, se pelo menos se libertasse de metade do mêdo em que se aniquila para tomar posição.

Nenhuma concessão nesta noite áspera de inverno e de solicitações.

É companheiro de bonde. Um dia eu pago. Outro dia êle paga. Tem o nariz, bicudo, muito cheio de cravos, a palavra um tanto confusa. Veio da Bessarábia, tem dez anos de Brasil, é muito viajado. E me conta episódios e impressões das suas viagens. Não sei se em Budapeste ou Bucareste uma senhora loura... Conta-me também aborrecimentos e alegrias de seus negócios e coisas íntimas da sua vida. Não me custa contar por meu turno algumas coisas da minha. Há dois anos que é assim, há dois anos que êle me chama Óscar. E eu não me chamo Óscar.

Trinta-e-um anos... Lutarás, lutarás, lutarás. E dá vontade de preguntar ao jardineiro: Valerá a pena cultivar amigos?

MARQUES REBELLO

O DESTERRADO

"SOU dos Marques de Oliveira do Monte, cabeça de Concelho, onde éramos muito estimados. Hoje a vila tem electricidade. Meu pai, o Marques amanuense da Câmara Municipal, tocava violino com muito talento, e minha mãe foi pianista exímia. Em nossa casa fazia-se música. Ficaram memoráveis os concertos que ali se deram. Uma das meninas Silveiras, a mais nova, e a mais magrinha, era o violoncelo, e o senhor Barradas a flauta. Assistia a melhor gente da terra, e alguns dos senhores Administradores garantiram que em Lisboa não se tocava melhor.

Meu pai tinha a parte do violino e regia o quarteto. Eu posso dizer que descendo duma família de artistas. Já meu avô materno deixara fama, por aquelas redondezas, de tocador de ocarina. Os velhos ainda falavam, acrescentando, com saüdade, a respeito do avô: «Era o que ali estava». Meu pai dizia, com meigo sorriso, a minha mãe, que, tocado a preceito, aquêle instrumento de barro se ouvia com prazer. Por mim — posso agora confessá-lo — não morria pelos concertos lá em casa. Achava-os barulhentos e por demais falados entre a assistência. E tinha saü-

dades de ter ouvido, em menino, a ocarina do avô. Lembrava-me tanto como do seu traje à lavrador e das suíças brancas. Então o toque da sua ocarina, lembrava-me o canto dos pássaros, como êstes me recordavam a ocarina, quando depois me perdi sòzinho a monte, olhando o céu por léguas em redor. Mas, talvez, sim, em não morrer pelos concertos lá em casa e perder-me no montado, a olhar o céu e a recordar-me do instrumento de barro, começasse o azar da minha vida...

Foi para mim uma tortura inútil vir da escola e ainda ter que aprender os Rudimentos e o Solfejo. Hoje, mais que as arrelias e os tabefes do meu pai, me pesa o desgôsto que minha mãe levou para a cova por nunca me ouvir tocar violino. Seria o segundo violino do quinteto que meu pai sonhava. E nunca êles souberam que eu, afinal, gostava de música! Acaso poderia confessar-lhes que era a música da ocarina do avô e a dos pássaros que me apaixonava e preferia à dos concertos em nossa casa? Daria, por certo, a meus pais um desgôsto ainda maior!

Foi esta a primeira dor, a primeira condenação, de tôda a série de condenações para que nasci. Assim comecei a fugir das gentes e do mundo, sem que fôsse um bicho-de-mato, pois quando me perdia, a sós comigo, pelo deserto dos campos, apetecia-me ver uma multidão, ter tôda uma festa na vida. Daqui ter começado a sentir-me um desterrado na minha própria terra, direi mais, e bem estranhamente, na minha própria família, que eu amava. Sim, amava; e, no entanto, atraía-me o além dos montes que cercam Oliveira do Monte, chamava-me o sonho que via espalhado nos longes do céu. Sucedia pôr-me a correr, como um estouvanado, atrás de coisa alguma, querendo galgar os mais altos cabeços, quando lhes ficava sempre a distância, tão distante como ao começar a minha fuga louca. E deitava-me por terra, esfalfado, e ainda ansioso, com os olhos no alto, a ver no azul e nas nuvens a poeira da zenida que tinha nos ouvidos.

Assim me treinei para campeão, eu que nem tenho paciência para ir, no domingo, ao futebol, e vim para Lisboa só para caminhar da pensão para o escritório, e volta. Na verdade, para mim pouco mais é que essas ruas em que todos os dias transito, esta Capital tão longìnquamente sonhada por trás dos mais distantes cerros que envolvem a minha terra. Nesse tempo, como eu sonhei Lisboa, a bela e grande cidade perdida no azul do céu e nos longes de Oliveira do Monte! Foram para ela as modinhas que aprendi a enfiar na ocarina do avô. Porque um dia dispus-me a aprender, sòzinho, a tocar o instrumento de barro que ouvira ao avô na minha meninice. Sabia onde o guardavam, ia lá, a furto, e fugia com a ocarina para os montes, como um tesouro que tivesse roubado. Hoje, na Capital, hospedado em casa da Dona Miquelina, só vou da pensão desta senhora para o escritório, e vice-versa, e por muito tempo, por vergonha, não tive sequer o consôlo de tocar ocarina. Porque eu não sou um artista, ninguém me ouve nem me gaba como ocarinista. Durante muito tempo deixei de tocar por vergonha, e só há pouco recomecei porque nada mais tenho para me distrair e consolar. Não tenho mais que a ocarina e a história insignificante que ainda contarei e em que a minha ocarina — a do meu avô, é a nota mais alta. Não um instrumento de arte, mas o meu único confidente!

Quando, por empenho do então senhor Administrador do Concelho, não fiquei mal no exame, meu pai teve razão ao exprobar-me:

— Você não quis aprender música, uma coisa tão bonita... seu estúpido! E logo vi que não tinha jeito para nada!

Mas tive um jeito, o único que tôda gente me reconheceu, desde os bancos da escola: uma bonita caligrafia. A minha mãe não se cansava de a mostrar à menina Silveira mais nova, a magrinha, a do violoncelo. Soube depois que meu pai também fazia alarde da minha caligrafia lá na Câmara. Foi a minha bonita caligrafia que me deu uma secretária nos Paços do Concelho e me daria, se eu tivesse querido, a mão da menina Silveira mais nova.

Não pude querer. Em primeiro lugar a minha ocarina não jogava com o seu violoncelo; depois, a menina Silveira — a Guidinha — era um feixe de ossos, com um grande nariz de cavalete. Enquanto a mana, a mais velha — que não tocava, já tivera uma chusma de namoros, a Guidinha só tocava violoncelo. Afinal — como eu toco ocarina. «E deixa, Guidinha; não casámos mas somos, de qualquer maneira, desposados do mesmo destino: ambos tocamos, tu o teu violoncelo, numa terreola que, no mapa de Portugal, é das bolinhas mais pequenas, e eu ocarina, muito a furto, em Lisboa; e mais, tu tens um imenso nariz repulsivo, e eu devo ter algo, que ainda não descobri, mas é monstruoso e ridículo como o teu enorme nariz. Não me invejes, sequer, o saber-me na Capital! Aqui nem me tem valido a bonita caligrafia. Isto só foi bom em Oliveira do Monte, onde conheci o mundo através de «O Século» e o «Notícias», e, nas páginas dos romances policiais, travei conhecimento com Nova-Iorque, Chicago, Londres e Paris. Ah! se eu ainda pudesse ser, em Lisboa, ao menos um célebre gatuno amador! Porque, quando muito, consegui subir, no escritório onde estou, a empregado de confiança do gerente, o senhor Sousa. Sou uma espécie de cão de guarda dos assuntos da Gerência, e, no fundo, não passo dum sentimental!»

Minha mãe morreu duma maleita galopante, incurável; meu pai não lhe sobreviveu seis meses. Mais duma vez fui encontrá-lo a chorar sôbre o velho piano abandonado da mamã. Depois foi pior para mim: não só tive de suportar, em casa, o piano e o violino abandonados, mas ainda a secretária de meu pai, na Repartição, ocupada por outro, o senhor Estêves; e não via ali o senhor Estêves, mas um fantasma com a parecença dêsse senhor, a tomar as atribuïções de meu pai. Então Lisboa passou a ser, para a minha alma, não já só uma ambição, mas ainda um remédio. E o senhor Administrador poderia colocar-me na Capital, mas necessitava da minha caligrafia, era com ela que seguiam os despachos para o Ex.^mo^ Governador Civil.

Assim, fui ter com o senhor Barradas. O «flauta» dos nossos saüdosos concertos fizera fortuna em Lisboa, e fui pedir-lhe para me fazer a grande esmola de me colocar ali.

— Sim, filho, sim. Trato-te disso. Recomendo-te ao Sousa amigo — prontificou-se o senhor Barradas. E chegou-me a si pelo ombro. — Não calculas, rapaz, as saüdades que tenho do nosso quarteto desfeito... — ; entretanto limpava a lágrima, levantando os óculos para a testa. — Mas, vai, vai para Lisboa, filho... Não torna a haver, em todo o Concelho, mesmo no Distrito, concertos como os que se fizeram na tua casa!

Contive a minha alegria diante da dor do senhor Barradas. Fiquei-lhe muito grato. E, passados dias, vinha de mala aviada para a Capital.

Que diferença, alcançar-se Lisboa galgando cabeços com as botas do Sete-Léguas (como eu sonhava) e vir para ela, durante horas e horas, num combóio que pára em estações a mais! Que diferença — direi até! — sonhar que se chega à Capital, e ter-se, na realidade, de procurar, pela meada inextrincável das suas ruas, aquela onde mora uma tal Dona Miquelina que dá pensão.

Esta senhora, que eu não conhecia, é lá do meu Concelho. Quando vim para sua casa era já viúva dum major tarimbeiro, mas ainda relativamente nova, aprumada, embora sofrendo dos intestinos, como tantas vezes confessava a propósito do «trivial» e pureza da sua cozinha. Tinha, ao tempo, uma velha criada, a Augusta, e outro hóspede, o estudante Mata. Arrumei-me no quarto que me cedeu, e logo pela manhã me apresentei no escritório, com a carta do senhor Barradas para o senhor Sousa, que me recebeu bem. Preguntou-me por aquêle seu amigo: — se ainda tinha a mania de tocar *pífaro?* — ; e lamentou não poder pôr à prova a minha excelente caligrafia, por não haver lugar na Correspondência, e assim ter de me passar de um pôsto camarário para o expediente das facturas.

Não estranhei, até agradeci. Ignoro é por que tal facto — quando o contei ao jantar na Pensão — escancarou de orelha a orelha, numa gargalhada, a bôca do estudante Mata. Acolhera-me, na véspera, como se eu o tivesse vindo importunar na casa, foi transformando o seu ar para comigo num constante risinho de troça. Achei-o logo antipático, e só depois desconfiei dêle com a Dona Miquelina. Estudava para médico, era alto, escanifrado, como simples cabide da sua capa de escolar, tinha uma suja e desconforme cabeleira e a mania de roer furiosamente as unhas. Se eu lhe deitasse as mãos dobrava-o em dois, com a vontade que tinha, que êle me dava, de lhe bater! Sim; mas a Dona Miquelina, e os colegas do escritório, que começavam a fazer chacota da minha maneira de falar à Oliveira do Monte?! Todos uns felosos que eu meteria na ordem com uma das minhas mãos; mas havia de o fazer na pensão onde estava e no escritório onde me empregara?...

Tudo isto, e perder-me ao domingo, à toa, por outras ruas da grande cidade, sair à noite, ir ao cinema ou sentar-me num café — oh! sentar-me num café, sòzinho, com tôda a gente a olhar para mim, espantada, senão a troçar! — começou a ser a minha amargura, o meu só — direi — , o meu destêrro, na Capital. Na grande cidade nada havia — nada, absolutamente! — que me dissesse respeito, a não ser o serviço do escritório, todo algarismos a somar e a conferir, bem mais monótono que o expediente da Câmara. Mas lá me avinha com as facturas, o senhor Sousa desculpou-me alguns gatos, e a minha amargura continuou.

O estudante Mata formou-se em Medicina. Dois anos antes já a Dona Miquelina obrigava a Augusta a dar-lhe roda de Doutor. E, quando o doutoreco se foi, não deu mais que falar de si senão nas lágrimas, pelos cantos, da pobre senhora. Vinha ao meu quarto fazer os seus desabafos, embora com a discreção devida:

— Calcule você, Marques! Tratei-o como pessoa de família e foi como se a minha casa tivesse morrido para êle!

Secretamente eu tinha um fraco por ela, ou talvez nem isso — seria só ver na

Dona Miquelina a única mulher que me era acessível em Lisboa, e pretendi tomar o lugar vago pelo estudante ingrato. Poderia ser uma solução para minorar o meu destêrro, criar algumas raízes na grande cidade. Mas o diabo foi tentar a minha proposta! A dona da casa respondeu-me com um contrato meio matrimonial, meio comercial: «Casávamos, para não parecer mal; e continuávamos a meter um hóspede para juntar ao meu ordenado, arranjando futuro». Fiquei de pensar, para não me pôr a gritar amargas verdades à Dona Miquelina.

Só a minha amargura aumentou. E o mais desolador foi vir o Estêves para a Pensão e tomar nela, em tôda a extensão, o lugar deixado pelo Mata. E êste Estêves nem era um escolar, um homem de futuro, mas simples empregado e pior empregado do que eu. Serei então o que se chama, vulgarmente, um asno, ou coisa

pior? Só o julguei descortinar no tom e nas palavras da Augusta, a criada, quando se despediu:

— Adeus, senhor Marques. Desculpe alguma falta que tivesse cometido. Hei-de lembrar-me sempre de si... porque o senhor é bom, talvez bom de mais—e pareceu-me que a Augusta, em vez de me agradecer, sorria de mim.

Fiquei em tal nervosismo que, ao almôço, provoquei questão com o Estêves e atirei-o para o lado; fiz o mesmo, no escritório, com o colega mais alentado. Resultado final: tanto a Dona Miquelina como o senhor Sousa me chamaram à ordem: — se eu supunha que estava em Oliveira do Monte? Nunca tivesse deixado a minha terra! Nunca tivesse tido o desafôro de vir para a Capital empregar-me no escritório onde estou e hospedar-me na pensão onde resido. Volto do emprêgo mais cansado de espírito que de cérebro, e em casa não posso sequer tocar ocarina! Dona Miquelina e o Estêves rir-se-iam de mim. Êles ainda às vezes saiem para o cinema, à noite, mas fica a criada em casa. E tenho vergonha da criada, que pode dizer tudo. Arranjei o expediente de a mandar comprar cigarros mas fica a vizinhança, e eu toco tão baixinho que mal se ouve, quando o meu desejo, a minha fúria, seria tirar-lhe os sons mais agudos, desesperados! Também já pensei levá-la para a tocar fora de Lisboa, mas tenho a impressão de que há gente por tôda a parte e não se usa tocar ocarina em volta da cidade. Ficava-me voltar para Oliveira do Monte, mas seria voltar, completamente derrotado, para os montes, os pássaros e o céu que ouviram o mais belo sonho da minha ocarina, lá onde o meu avô granjeou fama de a tocar admiràvelmente!

Assim, antes continuar desterrado em Lisboa, onde ninguém me conhece a alma, onde ninguém compreende a minha derrota! A Dona Miquelina e o próprio Gerente me felicitaram pela minha subida no escritório: galguei das facturas para a Correspondência e agora o senhor Sousa fêz-me seu empregado de confiança; estou na secção do escritório reservada à gerência. Ganho mais, ganho já — como aqui se diz — menos mal. Mas tudo está longe de me bastar. Pois de que me vale ganhar menos mal, se o meu destêrro continua, a minha derrota na Capital se completa. Porque estou só em casa com a Dona Miquelina e uma criada (a Prazeres, que é da minha terra), e ganho melhor, achei justo pagar mais na Pensão. Mas de que me valeu êsse belo gesto? A minha hospedeira perdeu as suas fáceis e desastradas ilusões amorosas depois que também o Estêves lhe passou o pé com uma vizinha com dinheiro no Montepio, agora sou eu que tenho Montepio, e a dona Miquelina não se cansa de me dizer:

— O que eu desejava, ó Marques, era alguém que me estimasse!

Sim, ela envelheceu um tanto, e eu tenho dó da infeliz senhora. É lá do Concelho e não passa duma desterrada que enviüvou e teve de pôr pensão nesta grande, monstruosa cidade. Assim nos tornámos familiares, Dona Miquelina deixou de me tratar por senhor, inquieta-a a minha falta de saúde, que é só de espírito; e faz-me confidências sôbre os seus desenganos na vida. Ora, esta familiaridade, pelo caminho que está tomando, não me agrada. Parece que só para me arreliarem, usam em Lisboa o estribilho: «Deus te livre, ó Marques!». Mas a quem hei-de contar, senão

à Dona Miquelina, a maneira como o senhor Sousa me fêz empregado da sua confiança?...

Instalou a minha secretária junto da sua e do cofre-forte. Revelou-me o segrêdo da fechadura, deixa-me a chave e esta recomendação, na sua ausência: «Não te afastes daqui nem recebas quem quer que seja. Se entretanto vier pagamento de urgência, que não vá além de duzentos escudos, porque podes fazer burrice!, paga e torna a fechar bem». Enfim, sou uma espécie de cão de guarda do Gerente, e um cão de pouca inteligência, apenas fiel. Não posso sair enquanto o senhor Sousa não volta, ou êle faz uma grita que se ouve em todo o escritório. E eu fico-me, porque êle é um velho e o gerente. Mas sinto-lhe raiva quando estou sòzinho na Gerência e os colegas, do outro lado do vidro, dizem a alguém que quere entrar: «Não está ninguém; só o Marques».

Sou êste cão de guarda, eu que, nos meus sonhos de menino que lia romances policiais, quis ser polícia ou gatuno amador. Pulso não me falta, e inteligência também não, apesar dêstes dizeres duma carta que me escreveu o senhor Barradas: «Amigo Sousa está satisfeito contigo. Eu lá lhe mandei dizer que tu não eras só bom rapaz, mas ainda inteligente...»

Mas tudo isto seria o menos, se não fôsse a Dona Miquelina estar tão velha e tão carinhosa, tão familiar comigo, que tôdas as noites, sem avisar, entra no meu quarto a informar-se:

— Sente-se bem, Marques? Não precisa de nada?

— Não, Dona Miquelina, não preciso de nada — respondo-lhe invariàvelmente, reprimindo a ânsia de lhe gritar: «Deixe-me em paz!». Porque estou certo de que, a responder-lhe outra coisa, será: «Fique, Dona Miquelina; não se vá embora...». E assim me renderei à consumação total da minha derrota neste destêrro de Lisboa: casar-me mais dia menos dia com a velha e gasta Dona Miquelina!

Revoltei-me, quis matar a pobre senhora, matar o senhor Sousa. Só vi uma solução: fugir a esta pensão que é o túmulo das minhas esperanças, fugir ao escritório, fugir a Lisboa, que é o vasto cemitério das minhas esperanças, embarcar!... Tenho dinheiro no Montepio, já até me esqueci da ocarina, e, aos domingos, furtando-me às confidências da Dona Miquelina, vou para a beira do Tejo ver o mundo nos longes do pôrto e nos vapores que vão navegar além, onde antevia ainda o triunfo da minha vida, como dantes o antevira em Lisboa, perdida para lá dos cabeços de Oliveira do Monte. Não tinha já dúvida de que nesta Capital só encontrara a minha derrota, mas o mundo era largo e ainda podia vencer. Não me chegaria para tão largos projectos o pé-de-meia arrecadado no Montepio, mas não hesitei. Ao mesmo tempo daria uma lição e um desgôsto a Lisboa. Coisas dos meus tempos de menino que lia romances policiais e queria ser grande detective ou célebre gatuno amador: dispus-me a roubar o cofre do escritório. Possuía a chave, possuía o segrêdo. Furtava, embarcava, amanharia fortuna além mar e de lá mandava ao senhor Sousa a quantia extorquida e uma carta de chacota, assim assinada: «Marques de Oliveira do Monte, seu ex-cão de guarda».

Esperei o próximo domingo para amadurar os meus projectos. Na verdade, eu só queria furtar-me ao casamento com a Dona Miquelina e o meu gesto sabia-me

a suïcídio, e um suïcídio que iria recair sôbre todos os Marques de Oliveira do Monte. No entanto, o senhor Barradas já não escreveria ao senhor Sousa a reiterar-lhe a minha inteligência, e quando eu voltasse haveria de edificar na terra um hospital, um asilo ou uma creche, comprovando a minha boa alma, além de uma reafirmada honradez em muitos anos de labor.

Assim me levantei com pretensões de jovialidade na manhã de domingo. Como de costume, bateram à porta:

— Posso entrar, senhor Marques?

Era a criada, a Prazeres, com a água quente, um dos mimos para mim da Dona Miquelina.

— Entra, moça! — ordenei com uma voz diferente da habitual.

Pus-me a assobiar. Prazeres ficou espantada a olhar-me:

— Viu passarinho novo, senhor Marques?

— Parece-te?... — E lembrei que ela era de Oliveira do Monte:

— Acaso é triste a gente da nossa terra?

— Assim como assim. Atão, em Lisboa, murcham todos. O senhor Marques sabe...

— Sei, claro! Sou de lá... nado e criado!

Então encarei com a Prazeres da minha terra. Nunca reparara nela com olhos de ver, como aqui em Lisboa não se repara numa criada, a não ser para mau-fim. E ali dava com a minha patrícia: uma mocetona, talvez não bonita, mas fresca, sadia, roliça, morena mas de sorriso claro, os olhos francos. Sentei-me à beira da cama, a fitá-la e a recordar:

— Tu és a filha do Mané moleiro, pois não és?...

Via perfeitamente o Mané e o seu moinho rodando no alto do cabeço. Mas a alegria ensombrou-se nos olhos da Prazeres:

— Sou a filha do ti Mané moleiro, sim, senhor Marques... mas o meu paizinho morreu...

— Morreu o ti Mané! Estou a vê-lo: um homem saüdável, rijo...

— Valeu-lhe de muito! Foi apanhado pela vela do moinho...

— Sim, moça, sim... Lá no alto, ao vento... Mandávamos lá moer o nosso pão...

— Se me lembro! Era catraia, já ajudava o meu pai... Ao fundo da encosta fica a fazenda dos Marques... Desculpe!...

— Desculpo-te o quê, cachopa? É isso, os Marques de Oliveira do Monte!...

— É verdade — tornou ela, num suspiro. — Agora aqui estamos... Sortes!

— Sortes, dizes bem... — E levantei-me, fui até junto da Prazeres:

— Mas a gente não desanima, rapariga... E agora reparo! Estás sempre aqui metida, precisas de sair, tomar ar. Nem dava por ti! Estás a perder essas belas côres de quem se criou nas alturas...

A moça voltou, a rir-se:

— Eu, aonde hei-de ir? Não conheço ninguém...

— Não conheces? Ora essa! Eu não sou do teu sítio...?

Bati-lhe, familiarmente, no ombro:

— Pois vamos sair os dois hoje, que é domingo. Vou mostrar-te a grande cidade...

A Dona Miquelina achou um descôco.

— Mas, descôco porquê?

— Parece mal, Marques!

— Isso é aqui em Lisboa. Mas eu e a Prazeres somos da província, e conterrâneos!

A moça vestiu-se para ver a Deus. Eu também tive a impressão de ir a qualquer arraial, tanto que, à sucapa, meti a ocarina no bôlso. E saímos. A Prazeres ia ao meu lado, sorrindo de contente. E eu sentia o garbo de ir ao pé duma cachopa. Para dentro, sorria do temor de ter de casar com a Dona Miquelina. Já nem roubava o cofre do escritório, escusaria de embarcar. Que diabo iria eu fazer ao cabo do mundo, se me fazia feliz a simples frescata com uma moça da minha terra?! A Dona Miquelina que contasse comigo para tudo, menos para perder mais uma vez o juízo. Já estava em muito boa idade, e a moça era a Prazeres. Secretamente, fiz o projecto de me casar com a filha do ti Mané...

Tomámos o eléctrico para os confins da cidade. Fomos na grande, com vontade de cantar. Ao têrmo da linha apeámo-nos e seguimos até só ver terras e céu, montes e árvores, o mundo livre! Sentámo-nos à beira do caminho, nem que tivéssemos sêde e ali houvesse uma nascente de água pura. Só refrescámos os nossos olhos no verdor, e abrimos as nossas almas ao céu livre. Que saüdades! A Prazeres ficou a rir-se para mim. E eu desatei a tocar ocarina. Toquei alto, o mais alto que pude, e com as variações mais bonitas, como um pássaro de Oliveira do Monte que ali poisasse desterrado e cantasse, cantasse ao sol do seu destêrro, jovial como lá na nossa terra!»

ALEIXO RIBEIRO

CAPÍTULO ONZE

DA NOVELA INÉDITA: "EPISÓDIO"

NO banco do fundo, sentada entre Maria Clara e eu, Cordélia elevava para a lua sôbre a enseada um rosto quieto como uma corola nocturna. O ónibus seguia pela praia de Botafogo e em marcha regular caminhava para a cidade. Não podia haver noite mais bela nem ar mais tépido que aquêle de Julho. Era como se uma ardente primavera respirasse sôbre o corpo nu do inverno adolescente.

Do meu lugar eu só via Cordélia, o perfil cortando a claridade dourada do luar que estirava sôbre a superfície metálica da água um grande ziguezague de luz. Havia muito silêncio entre nós. Uma ou outra vez, Clara dizia uma palavra ou eu comentava alguma coisa. Apesar do adiantado da hora, o ónibus ia cheio e na rua o movimento de sábado ainda continuava. Ali ao meu lado, vendo-a, eu era todo fervor e receio, muda contemplação e mêdo de chegar perto.

Cordélia tinha cortado o cabelo curto, nesse dia, e estava adorável, com uma frescura nova no rosto, as pequenas orelhas aparecendo por fora do penteado. O ar de garôta que antigamente eu descobria no seu riso mais franco ou nos seus movimentos mais vivos, se acentuara muito. Se ela sorria, o seu sorriso dominava tôda a fisionomia ; se falava, o olhar estendia tôda a expressão das palavras antes mesmo de serem pronunciadas. Calada, como ficam sempre as pessoas depois de uma noite de conversa, eu a sentia no entanto satisfeita. Agora ou nunca, era para mim o momento de falar. Procurava minhas reservas de coragem enqunto a olhava silenciosamente.

Tudo se passara da maneira prevista. Revia por vezes os momentos mais insinuantes da noite, o jantar, tão mais íntimo que o da outra vez, a alegria geral. Recebera os mesmos profundos olhares do dia do concêrto, e nossas discussões tinham sido mais quentes de intimidade, mais veementes. A questão agora era falar, não podia haver nenhuma dúvida. Certamente no princípio ela se fecharia um pouco, se recataria ; mas a doce persistência das palavras, o espectáculo da minha alma em adoração diante dos seus olhos, haviam por fôrça de fazê-la se voltar para mim, e então eu receberia a bênção da sua primeira comoção de amor e do seu silencioso consentimento.

O ónibus seguia. Sentia o tempo se fechando cada vez mais sôbre êsse minuto que eu não sabia qual era, em que eu a chamaria comovidamente: «Cordélia, escuta...», êsse minuto suspenso na hora nocturna como uma lágrima de alegria prestes a cair sôbre os meus pensamentos.

Procurava o melhor modo de dizer-lhe, mas por enquanto faltavam-me fôrças. Ela parecia tão distraída ! Era preciso não ferir-lhe o sossêgo, misturar meu impulso à calma do seu olhar e fazer as palavras flutuarem ao seu ouvido como vindas daquela aragem e daquele luar, num sussurro. Era preciso ser o mais forte e o mais delicado. Era preciso abraçar o momento da maneira mais completa possível para fazer nascer dêle a sua verdadeira resposta.

Deixar para outra ocasião era loucura, tudo tão evidente. Perto da cidade falaria. Por enquanto era apenas o princípio da praia do Flamengo, tinha tempo. Falaria pouco antes de saltarmos e no outro ónibus, para a Tijuca ; trocaríamos os primeiros olhares de amor e as primeiras confissões mútuas. Meu Deus ! As nossas primeiras confissões, seria possível ? Olhava Cordélia, inquieto. Não. A carta lida, os olhares... mais os olhares que a carta mesmo... Era simples, líquido. Um movimento meu e tudo estaria resolvido.

No entanto debatia-me contra mim mesmo. «Na hora que eu quiser, falo», dizia para me convencer. Lembrava-me de outros tempos, quando apostava como faria uma declaração a uma determinada pequena num baile e fazia mesmo, com a cara mais impassível do mundo e uma ousadia que lhes tirava, a tôdas, as possíveis defesas. Era bem diferente agora, era mesmo o oposto, mas que diabo ! Porque tanta vacilação ? «Será já, para acabar logo», pensava, e inùtilmente abria a bôca para falar. Engasgava, não vinha nada. «Assim, é um horror», resmungava aborrecido. Olhava para o outro lado procurando um pretexto. «Antes da cidade, falarei, está acabado !»

O ónibus apertava a marcha, passando pelos outros, no Flamengo. «Será em frente ao relógio da Glória», disse comigo mesmo. Cordélia continuava quieta, Clara não falava. Só o ónibus corria velozmente, com o meu pensamento, para o ponto marcado.

Por um segundo, a felicidade do momento seguinte me invadiu de tal maneira que sorri para a cidade iluminada. A importância dos lugares por onde estávamos passando me pareceu uma coisa assombrosa, definitiva. Meses depois, quando passássemos por ali, eu contaria a ela: «Foi aqui que naquele sábado...» A idéia de que saltaria numa calçada da Avenida Rio Branco com a certeza de que Cordélia me amava, foi-me quási incompreensível. Quem diria, a Avenida! A Avenida por onde eu passava tôdas as tardes absolutamente indiferente, a Avenida onde todos pisavam, onde eu ia colocar pela primeira vez os meus novos pés, os pés que caminhariam daquele dia em diante num sentido inteiramente oposto ao dos meus antigos pés. Sentia a importância do meu corpo, a minha bôca que ia falar. A sensação de que tudo estava esperando a minha confissão, assombrava. «Tudo existe — divagava. O mundo tem cinco partes e mais eu». Nesse momento eu era a parte para onde tôdas as coisas se voltavam. Aquêles homens que seguiam no ónibus, nenhum dêles tinha a menor preocupação. Estavam silenciosos, não pensavam. Havia um minuto de silêncio no mundo em minha homenagem. Pouco depois tudo renasceria, todos andariam e iriam por onde lhes aprouvesse. Seria um renascimento de vida na terra. Em tôdas as casas havia mães com crianças ao colo rezando por mim, moças que invejavam Cordélia, homens discutindo a minha inteligência. Todos os rádios estavam abertos. Num pequeno avião, juntos na *nacele*, Cordélia e eu transpúnhamos pela primeira vez o Atlântico. Os rádios anunciavam: «O aparelho foi avistado lutando contra uma grande tempestade, à altura dos Açores». E o ruído do motor do avião acabava por se confundir com o ruído do motor do ónibus. Depois alguém gritava: Marcos, Marcos! No alto de um arranha-céu em Nova-Iorque, eu lutava por salvar Cordélia, prêsa por um milagre num rebôrdo de janela, suspensa sôbre o abismo. Lá ia eu, subindo; segurava-a fortemente. Nesse momento me transportava delirantemente, numa escapada difícil, contra o *goal* da Universidade de Cambridge. Era o jôgo principal da temporada. Segurando a bola, eu percorria o campo voando, driblando êsse e aquêle. Seguraram-me a perna, mas um arranco ainda e a bola estava no limite. Os letreiros marcavam: Universidade do Rio-de-Janeiro — 12. Vitória! Cordélia, numa cadeira especial, delirava. O seu grande rosto avançava numa imagem gigantesca pelo campo e me transportava fora, pelos ares. Os jornais tinham na primeira página: «Marcos ganha a guerra do Chaco!» Colocavam-me no bôjo da Tôrre Eifel tôda iluminada, e eu ia subindo, subindo, sob a aclamação de Paris. Em Hollywood havia escândalos: «Marcos recusa casar-se com Marlene Dietrich. O grande astro declara que romperá com o cinema para seguir para o Brasil onde o espera sua noiva». Em Chicago afixam postais: «1.000.000 de dólares pela captura de Marcos, o gangster amoroso». No Madison Square Garden, vencia Carnera no primeiro *round*, por nocaute. Chamavam-me «o homem universal». Em casa, minha mãe chorava de alegria.

Tive um estremecimento e voltei. O ónibus passava pela altura do relógio da

Glória. Ao meu lado Cordélia não se movia. Tinha divagado inteiramente, feito uma criança, e a realidade era tão simples! Senti-me quási envergonhado das minhas imaginações. Que bobagem! Uma menina ao meu lado, tão compreensiva para as coisas, tão natural, e eu a construir castelos, qual! Agora tinha passado o relógio. Falaria em frente ao Casino. Compus a atitude mas inùtilmente. Minhas mãos tremiam. A certeza de que seria agora, de qualquer modo, me fazia o coração dar saltos. Passei a mão pela testa suada. Respirei fortemente o ar cheirando a maresia. Contaria até vinte. Quando chegasse a vinte não havia fôrças humanas que me fechassem a bôca. Um... dois... três... As luzes do Casino avançavam impiedosamente. Comecei a sentir que ia ser impossível dizer qualquer coisa assim. Estava em ponto de ter um ataque como uma mocinha histérica, bolas! Porque aquela covardia!?

Quando chegou em vinte, o ónibus já dobrava a praça Paris, encaminhando-se para a Avenida. Fiz um esfôrço desesperado, fechei os olhos. Uma, duas vezes tentei em vão. Afinal pronunciei com voz fraca:

— Cordélia, escuta...

Ela voltou-se para mim. Falei ràpidamente e em voz baixa, sem olhá-la, morto de vergonha:

— Eu queria dizer o seguinte... você sabe... aquela carta... eu queria preguntar se você gosta... não... se você... se aquela carta que eu lhe mandei tem alguma resposta.

A certeza de que estava jogando a vida me deu mais um pouco de ânimo. Olhei para ela. Meus olhos pediram. Minha voz foi quási uma súplica:

— Aquela carta, Cordélia, tem alguma resposta? Pelo amor de Deus, diga que aquela carta tem uma resposta, Cordélia...

Ela tinha voltado à mesma posição. Sua expressão não parecia ter mudado com as minhas palavras; apenas um pouco mais fria, o supercílio levemente arqueado. Repeti ainda, sem desfitar os olhos dos seus lábios:

— Pelo amor de Deus, Cordélia...

Sentia-a a atentar um pouco consigo mesmo, o rosto se contrair ligeiramente, depois se carregar mais ainda. Esperei ansiosamente a palavra de certeza. Ela disse secamente, voltando-se um pouco para o outro lado:

— Não.

Sorri meio sem graça, mas longe de pensar que aquêle «não» tivesse algum sentido. Nunca se acredita na derrocada súbita de uma esperança. Evidentemente: ali estavam os cinemas, os letreiros luminosos, a cidade movimentada... Talvez eu tivesse preguntado mal, não tivesse precisado as palavras. Insisti, com um sorriso maleável de explicação:

— Você sabe o que eu quero dizer, não sabe? A carta... Se você realmente gosta um pouquinho de mim...

Dessa vez ela voltou-se inteiramente. Estava pálida como uma pessoa que tivesse sido ferida em sua honra. Olhou-me com uma dureza que me trouxe todo o sangue ao rosto e me confundiu o olhar em vergonha, em desculpa, e disse, com uma frieza que me fêz doer a carne, essa palavra arrasante:

— Não.
Balbuciei à toa:
— Mas Cordélia...
Ela repetiu com mais crueldade e mais vagar ainda:
— Não.
Senti o queixo tremer como se eu fôsse chorar, e ao mesmo tempo que batia no ar um gesto de incompreensão me encolhi no meu lugar, como horrorizado com a idéia de tocá-la. Gaguejei mais uma vez:
— Não compreendo, Cordélia, ao menos me explique...
Sem uma palavra ela se levantou, e tocou a campainha, deixando-me absolutamente desamparado. O ônibus parou. Segui atrás delas, apanhei dinheiro à toa no bôlso e pus na caixa. Não compreendia mais nada. Elas corriam para pegar o carro da frente, que lhes servia. Vi que, aos sinais, o *chauffeur* parava. Vi que entravam e o carro andava. Vi Clara que me fazia sinais, e Cordélia que me olhava com um olhar desconhecido nela. Gente na minha frente, gente atrás de mim. Fiquei assim, seguindo o ônibus até onde pude alcançá-lo, parado no mesmo lugar e sem pensar em coisa alguma. Quando relanceei o primeiro olhar em tôrno, vi que estava na esquina da Assembléia e maquinalmente pus-me a andar para o lado do mar, mas sem nenhuma direcção.

1934.

VINICIUS DE MORAES

O BARÃO DE MACAHUBAS

DECEPÇÃO. Esperei que me dessem um livro bonito, de estampas coloridas e prosa fácil, comparável à do folheto de capa amarela, percorrido em oito dias, e davam-me um grosso volume escuro e feio, cartonagem severa, antipática. Nas fôlhas delgadas, incontáveis, as letras fervilhavam, miúdas, e as ilustrações avultavam num papel brilhante como rasto de lesma ou catarro sêco.

Principiei a leitura de má vontade. E logo emperrei na história dum menino vadio que, dirigindo-se à escola, se entretinha a conversar com os passarinhos e recebia dêles opiniões sisudas e bons conselhos.

— Passarinho, queres tu brincar comigo?

Maneira de preguntar esquisita, pensei. E o animalejo, atarefado na construção dum ninho, exprimia-se de modo ainda mais confuso. Ave sabida e imodesta, que se confessava trabalhadora em excesso e orientava o pequeno vagabundo no caminho do dever.

Em seguida vinham outros irracionais, igualmente bem intencionados e bem falantes. Havia a moscazinha, que morava na parede duma chaminé e voava à toa, desobedecendo às ordens da mãe, criatura cheia de ponderação. Tanto voou que afinal caíu no fogo.

Êsses dois contos me intrigaram com o barão de Macahubas. Examinei-lhe o retrato e assaltaram-me presságios funestos. Um tipo de barbas espessas, como as do mestre rural visto anos atrás. Carrancudo, cabeludo, homem notável. E perverso. Perverso com a môsca inocente e perverso com os leitores. Que levava a personagem barbuda a ingerir-se em negócios de pássaros, de insectos e de crianças? Não tinha semelhança nenhuma com êsses viventes. O que êle tencionava era elevar as crianças, os insectos e os pássaros ao nível dos professores.

Não me parecia desarrazoado os brutos se entenderem, brigarem, fazerem as pazes, narrarem as suas aventuras, sem dúvida curiosas. Tinha reflectido nisso, admitia que os sapos do açude da Penha manifestassem, cantando, coisas ininteligíveis para nós. Os fracos se queixavam, os fortes gritavam mandando. Constituíam uma sociedade. Sapos negociantes, sapos vaqueiros, o reverendo sapo João Inácio, o sapo José da Luz, amigo da distinta farda, sapos traquinas, filhos do cururu Teotoninho Sabiá, o sapo alfaiate mestre Firmo, a sapa Rosenda lavadeira a tagarelar os mexericos da beira da água. O nosso mundo exíguo se alargaria um pouco, enfeitar-se-ia de sonhos e caraminholas.

Infelizmente um doutor, utilizando bichinhos, impunha-nos a linguagem dos doutores.

— Queres tu brincar comigo?

O passarinho, no galho, respondia com preceito e moral. E a môsca usava adjectivos colhidos no dicionário. A figura do barão manchava o frontispício do livro — e a gente percebia que era dêle o pedantismo atribuído à môsca e ao passarinho. Ridículo, um indivíduo hirsuto e grave, doutor e barão, pipilar conselhos, zumbir admoestações.

E isso ainda era condescendência. Decifrados a custo os dois apólogos, encolhi-me e desanimei, incapaz de achar nexo nas páginas seguintes. Li-as soletrando e gaguejando, nauseado. Lembro-me dum dêsses horrores, que bocejei longamente. Um sujeito, acossado por inimigos brabos, ocultava-se numa caverna. A aranha providencial veio estender fios à entrada do refúgio. E os perseguidores não incomodaram o fugitivo: se êle estivesse ali teria desmanchado a teia.

D. Marica resumiu essa literatura, explicou-a. E o meu desalento aumentou.

Julguei que ela fantasiava, não enxergara a narrativa simples nas palavras desarrumadas e compridas.

Venerei e temi o barão de Macahubas, considerei-o um sábio enorme, confundi a ciência dêle com o enigma apresentado no catecismo.

— Podemos entender bem isso?

— Não: é um mistério.

Os meus infelizes miolos ferviam, evaporavam-se, transformavam-se em nevoeiro, e nessa neblina flutuavam môscas, aranhas e passarinhos, nomes difíceis, vastas barbas pedagógicas. Achava-me obtuso. A cabeça pendia em largos cochilos, os dedos esmoreciam, deixavam cair o volume pesado. Contudo cheguei ao fim dêle. Acordei desanimado, bambo, certo de que nunca me desembaraçaria dos cipoais escritos.

De quem seria o defeito, do barão de Macahubas ou meu? Devia ser meu. Um cidadão importante e idoso, coberto de rugas e responsabilidades, com certeza escrevia direito. Não havia talvez desordem na composição. Só eu me atrapalhava nela, os outros meninos viam fàcilmente o fugitivo esconder-se na gruta, a aranha fabricar a teia misericordiosa. Meu pai tinha razão quando me afligia por causa de duas consoantes encrencadas. Minha mãe tinha razão quando me chamava idiota. Realmente êles se contradiziam às vezes, amaciavam-se, mas isto não suprimia o julgamento anterior. Humilhava-me e na horrível cartonagem só percebia uma confusão de veredas impenetráveis, com muito espinho, atoleiro e pedra. Não valia a pena esforçar-me por andar nelas. Na verdade nem desejava tentar qualquer esfôrço: o exercício me produzia enjôo.

Restava-me, porém, uma débil esperança, pois naquela idade ninguém é inteiramente pessimista. Receava tornar ao pesadelo e segurava-me à ilusão de que o terceiro livro não fôsse tão ruim como o segundo. Procurava enganar-me amparando-me numa incongruência. De facto, reconhecendo-me inepto era absurdo pretender melhoria de situação. Não me conformava. E se o catecismo tivesse para mim algum significado, pegar-me-ia a Deus, pedir-lhe-ia que me livrasse do barão de Macahubas. Nenhum proveito a libertação me daria: os organizadores comuns de histórias infantis eram provàvelmente como êle. Em todo o caso ambicionei afastar-me das torturas conhecidas. Não me poderiam oferecer coisa pior que a teia de aranha, a môsca e o pássaro virtuoso.

As minhas pobres aspirações debandaram. Recebi um livro corpulento, origem de calafrios. Papel ordinário, letra safada. E, logo no intróito, o sinal do malefício: as barbas consideráveis, a sisudez cabeluda. Dêsse objecto sinistro guardo a lembrança mortificadora de muitas páginas relativas à boa pontuação. Eu me avizinhava dos sete anos, não conseguia ler e os meus rascunhos eram pavorosos. Apesar disso emaranhei-me em regras complicadas, resmunguei expressões técnicas e encerrei-me num embrutecimento admirável. No catecismo e na tabuada não havia sentido, mas aí apenas me obrigavam a decorar um certo número de linhas.

— Sete vezes nove?

Sessenta, pouco mais ou menos. A exigência de D. Marica não se inquietava com unidades.

— Quantos são os inimigos da alma?

Em três palavras isentava-me da imposição. Estranhava que se juntasse a carne ao diabo: naturalmente o autor da resposta se havia equivocado. Quis insurgir-me contra o disparate, mas os sortilégios da tipografia começavam a dominar-me. Em falta de explicação, imaginei um diabo carnívoro. A redacção não exprimia bem essa idéia. Paciência. Tôdas as frases artificiais, ambíguas, me deixavam perplexo. Enfim, a minha obrigação era papaguear algumas sílabas. D. Marica não entrava em minúcias, talvez aceitasse o diabo carnívoro. Um mistério, curto, por felicidade.

O outro mistério, o que se referia a pontos, vírgulas, parêntesis e aspas, estirava-se demais e produzia um sono terrível.

Foi por êsse tempo que me infligiram Camões, no manuscrito. Sim senhor: Camões, em medonhos caracteres borrados — e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. Um dêsses barões era provàvelmente o de Macahubas, o dos passarinhos, da môsca, da teia de aranha, das regras de pontuação. Deus me perdôe. Abominei Camões. E ao barão de Macahubas associei Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, o gigante Adamastor, barão também decerto.

GRACILIANO RAMOS

Nota da Redacção : É evidente que, quando o autor classifica de «estranha» a língua de Camões, não fala como notável escritor, que é, da língua portuguesa, mas como a criança sertaneja que foi.

CÉSAR 1
CÉSAR 2
CÉSAR 3

ORA caminhávamos depressa, ora caminhávamos devagar, seguindo os caprichos de um *chauffeur* mal humorado.

Antigamente, êstes cortejos eram solenes e vagarosos e as mulas, à frente, vestidas de negro, com negros penachos, pareciam sentir mais o pesar pela morte do que o pêso do morto.

Foi dêsse ritmo, dêsse caminhar vagaroso e solene que se compuseram as marchas fúnebres. Hoje, pelo caminhar incerto, pelos tropeções, pelas corridas e arrecuas, êstes cortejos, se fôssem musicados, teriam mais a expressão de um *swing* do que de uma marcha triste.

Pensava assim enquanto caminhávamos por uma rua de calcetamento irregular em que andávamos aos SS por causa dos eléctricos e procurávamos a sombra da própria carrêta para nos defendermos do sol escaldante de Agôsto.

Contando com os «gatos pingados», éramos oito ao todo. Oito homens de negro, tristes, acabrunhados: quatro tristes por dever de ofício, de uma tristeza profissional; os outros quatro, éramos nós, os amigos.

Sôbre os primeiros quatro, não vale a pena falar. Conheciam-se entre si e não conheciam o morto; nós conhecíamos o morto e não nos conhecíamos uns aos outros.

Chegámos ao cemitério.

Ao fundo eram os covais. O de César lá estava, com a placa ao lado, com o número e a data e o balde de cal, bicarbonato para melhor digestão.

O caixão desceu, suspenso por cordas.

Eu curvei-me, agarrei num torrão, lancei-o sôbre o tampo e, distraído, murmurei:

— A César o que é de César.

Ainda ficámos por momentos vendo o coveiro lançar as primeiras pàzadas de terra. Depois, baixámos a cabeça uns aos outros num cumprimento cerimonioso.

E dispersámos a caminho da saída.

O sol era uma placa de ouro escaldante. Sentia a camisa a enrolar-se-me no corpo, e pelo colarinho saía um ar morno de cheiro a goma.

Perto do cemitério havia o «Bom Retiro», casa afamada pelos petiscos e bebidas. Caminhei para lá, ansioso de sombra e bebidas frescas.

Junto ao balcão do «Bom Retiro», um senhor de negro misturava líquidos de um copo para o outro, num jeito de prestidigitador.

Dei as boas tardes. O senhor olhou para mim e sorriu. Reconheci nêle um dos amigos de César.

Pedi uma bebida fresca.

Quando acabei de a beber, saíu-me dos lábios molhados um ah! de satisfação. Depois, voltei-me para o senhor de negro e queixei-me:

— Está um calor de rachar!

O senhor de negro olhou para a rua, talvez para ver se era verdade. A seguir, sem me tocar sequer com um olhar, voltou-se novamente para os copos e continuou a fazer a mistura dos líquidos.

Eu, após tanto tempo de silêncio, tinha uma vontade enorme de falar e, sobretudo, de ouvir falar. Se aquêle senhor não era meu conhecido, era, pelo menos, mais conhecido do que os outros. E, além disso, seria a única pessoa que poderia trocar impressões comigo sôbre o mesmo caso: a morte de César. O taberneiro só me poderia dizer: — É tanto, depois de eu lhe ter preguntado: — Quanto? Mais do que isso: talvez pedir-me um tostão para facilitar o trôco. Se eu tivesse um tostão e lho desse, êle não me diria mais nada; se o não tivesse, nada me diria também.

Com aquêle senhor que continuava a misturar os líquidos, era diferente: êle conhecera César e eu conhecera César.

Cheguei-me mais a êle, e com voz de mágua lamentei:

— Pobre César!...

Êle olhou para mim com espanto. Depois, preguntou-me:

— Porquê?

Fiquei tão embaraçado que não soube o que responder. Tentei dizer qualquer coisa, mas as palavras embaraçavam-se-me na bôca e apenas murmurei, como se estivesse falando em código:

— Porque... tal... sim, pois, eu!?

O senhor de negro encolheu os ombros. Olhou por momentos para o fundo dum copo e, depois, voltando-se para mim, preguntou-me:

— Conheceu os Césares?

Não, eu não conhecera os Césares. Conhecera, apenas, êste pobre César que acompanhara à última morada. Um pequenino, insignificante, que de César só tivera o nome.

— Uns tímidos — volveu êle.

Ergueu um dos copos, levou-o aos lábios e, antes de lhe tocar, explicou-me:

— Complexo de timidez.

Depois, pousou o copo, encostou-se de costas no balcão e disse-me, olhando a rua, como que procurando fora imagens que recordava:

— Conheci os três Césares: o pai, o filho e o neto: César 1, César 2, César 3.

E preguntou-me:

— Sabe porque morreu êste?

— César 3? Não. Eu acompanhei-o ao cemitério por uma questão de simpatia. Era seu companheiro de mesa, na pensão. Apenas soube que morrera de repente. Talvez a comida da pensão o tivesse morto.

O senhor de negro também não sabia as razões daquela morte. Nem êle, nem ninguém.

— Encontraram-no de manhã, vestido, sôbre a cama, pálido e frio. Na mesinha de cabeceira tinha um revólver e certo romance da actualidade, de um escritor funcionário público. Houve, a princípio, a suposição de um suïcídio. Mas no corpo não havia sinal de balas e o carregador estava cheio. Quanto ao romance, estava por abrir.

Morrera porque morrera, era o caso. Não levara uma noite a gemer, nem andara uma semana em médicos, amarelinho e com tosse, sofrendo dores nas miüdezas, gozando a ternura dos amigos.

Lá fora, a sineta do cemitério badalou. O senhor de negro calou-se por momentos.

Depois, continuou a contar:

— Com o avô — César 1 — deu-se mais ou menos a mesma coisa, mas, para êsse, houve uma explicação. Um dia, à hora do almôço, apareceu com soluços. A espôsa, nas melhores intenções dêste mundo, pregou-lhe um susto. Ficou curado dos soluços mas morreu do susto. Como vê, é uma história breve. Trágica e rápida como uma corrente de ar.

O caso de César 2 é mais complicado. Se quiser ter a bondade de me ouvir...

Começou numa barbearia. Foi numa tarde chuvosa de inverno.

César 2 abrira a porta tìmidamente e dera umas «boas tardes» tão tímidas, que o som das suas palavras morreu cortado pelo ruído das tesouras, que se abriam e fechavam sôbre as cabeças dos fregueses.

Trémulo, receoso, sentou-se numa cadeira de espera.

César 2 era um dêsses homens que se apavoram com o mundo que os rodeia. Todo êle se voltou para dentro, se recolheu, como fazem os ouriços, e ali ficou.

Parecia mais um sobretudo abandonado à matroca do que um ser humano dentro de um sobretudo.

De vez em quando, abria os olhos e espreitava por entre as bandas do sobretudo, que lhe tapavam a cara e tocavam nas abas do chapéu.

Umas «boas tardes» trovejantes fizeram-no estremecer. Cerrou os olhos. Depois, ouviu a mesma voz protestar contra a chuva:

— Está um tempo dos demónios! Irra, e eu estou com pressa.

O barbeiro lamentou. Estava aquêle senhor à frente, mas não demorava nada.

César 2 encolheu-se ainda mais.

— Qual senhor?, preguntou a voz trovejante.

César 2 tremeu.. As suas mãos, dentro das algibeiras, contorciam-se, puxavam o fôrro. As pernas encolheram-se, recuaram.

A voz trovejante pediu:

— Talvez aquêle senhor não se importe.

Os dedos de César 2 encontraram um botão. De onde seria aquêle botão? Do sobretudo?

Êle queria dizer «não me importo», mas não era capaz de dizer palavra.

Como podia ser aquêle botão do sobretudo se êle tinha as mãos dentro das algibeiras? Nas algibeiras? Os dedos de César 2 puxavam agora uma tira de pano que lhe apertava o pescoço. Era a gravata. Por onde lhe andavam as mãos?

Depois, sentia qualquer coisa que lhe maguava a barriga. Era uma bota. Era uma das suas botas. Mas qual delas? A do pé direito ou a do pé esquerdo?

A voz trovejante protestava contra qualquer lei. O barbeiro protestava. Os fregueses que estavam a ser servidos protestavam, também, contra a mesma lei. Deixe-me dizer-lhe que corria o ano de 19. Tudo protestava.

César 2 encolhera-se ainda mais.

Sentiu a libra da corrente de ouro entrar-lhe por um ouvido. No outro ouvido, segredava-lhe o tique-taque do seu relógio de prata. César 2 lembrou-se do pai.

Aquêle relógio fôra do pai, tinha o nome dêle gravado. César 2, em pequeno, gostava de ver o ponteiro dos segundos, no seu andar miüdinho.

A voz trovejante chamava «bandido» a alguém.

Seria a êle? Mas êle dava-lhe o seu lugar, com muito gôsto... Êle queria até sair, deixar a barba para depois...

César 2 sentiu uma grande ternura pelo seu relógio. Havia de o oferecer ao pequenino César. Talvez no exame do primeiro grau. Agora, ainda êle soletrava na cartilha, o v a vá.

A voz trovejante bramava contra o ministério.

César 2 ouviu outra voz. Era a voz do barbeiro. Dizia: O senhor!

Depois, o som de moedas de prata batendo umas nas outras. E a queda de uma moeda no chão... E outra vez a mesma voz a dizer «obrigado».

A voz trovejante queria desancar qualquer pessoa, uma pessoa que tinha a culpa...

E outra vez a voz do barbeiro: O senhor! E tornava: O senhor! E quási num grito: O senhor!

César 2 levantou a cabeça. Olhou: o barbeiro convidava-o a tomar o lugar na cadeira. César 2 obedeceu. Êle queria oferecer a vez ao senhor que tinha pressa. Mas o gesto do barbeiro intimidara-o.

César 2, por timidez, queria dar o lugar ao homem da voz trovejante, e era por timidez que obedecia ao barbeiro.

Sentado defronte do espelho, com os olhos baixos, César 2 sentiu nas costas a punhalada da antipatia do homem da voz trovejante.

E quando o barbeiro, com um dedo no queixo, o obrigou a levantar a cabeça e lhe pôs a toalha em volta do pescoço, César 2 cerrou os olhos.

Depois, ouviu o assentar da navalha.

Todos os ruídos que lhe chegavam agora aos ouvidos, baralhavam-se, confusos...

César 2 fêz um esfôrço para não adormecer. Abriu os olhos. Olhou o espelho. Dois olhos redondos, vivos, duros, olhavam-no. Eram do homem da voz trovejante, do senhor que estava com pressa. César 2 via-lhe só os olhos. César 2 quis desviar o olhar daquele olhar hipnótico, mas não pôde.

Só a voz de outra pessoa, só outro poder, o salvaria daquela influência. César 2 estendeu um braço. Os seus dedos tocaram num papel, tactearam-no, agarraram-no... O barbeiro preguntou-lhe:

— Água fria?

César 2, que se arrepiava com a água fria, fêz que sim, com a cabeça. Desviou o olhar do espelho.

Estava salvo! César 2 voltou a cabeça. Reparou que tinha um jornal nas mãos. As letras grandes formavam palavras que falavam de escândalos, de ministérios, do parlamento...

César tentou ler. Mas as letras começaram a mexer, as palavras confundiram-se umas com as outras: O sapateiro que matou O PARLAMENTO Ainda a Companhia a mulher das águas C. P. A Marinha Mercante...

Aquilo era de estar tanto tempo de olhos fechados... De repente, as palavras alinharam-se tôdas, voltaram aos seus lugares.

Aquela notícia: Budapeste — 17. Budapeste é na Hungria. César 2 gostaria de estar na Hungria. Talvez o senhor da voz trovejante não soubesse que Budapeste é a capital da Hungria. Nem o barbeiro. Êle gostaria de dizer: Budapeste é a capital da Hungria. Êles ficariam espantados! E, então, César 2 sentir-se-ia superior a êles. Não teria mêdo. Falaria de países estrangeiros, de civilizações. E êles a ouvirem-no, cheios de admiração.

Mas o que diria aquêle telegrama de Budapeste? Leu: «Numa barbearia»... Numa barbearia, tinha graça! Continuou a ler: «...um barbeiro, ao fazer a barba a um freguês, teve um ataque de loucura e cortou-lhe o pescoço, de tal forma que a cabeça se separou do corpo».

César 2 esbugalhou os olhos. O barbeiro pôs-lhe a mão na testa. César 2 viu a navalha avançar, avançar...

Os cabelos eriçaram-se-lhe; a barba começou a encolher, a recuar, a crescer para dentro. O barbeiro, horrorizado, viu o cabelo de César 2 descer pela cabeça, cair nos ombros, como piassaba que se desfizesse. A barba continuava a recuar, a crescer para dentro. César 2 sentiu uma comichão aflitiva na língua. Rebolava-se na cadeira, torcia-se todo, cuspia, ria, chorava, numa confusão até ao delírio.

O senhor da voz trovejante levantara-se, ficara a olhar.

César 2 pulou da cadeira. Rebolou-se no chão. O freguês que estava na outra cadeira, fugiu para a porta, com uma das faces cheia de sabão, com a toalha em volta do pescoço.

— São espíritos! — gritou o homem da voz trovejante.

César 2, num pulo, levantara-se. Correu para a porta.

Os pêlos da barba, picavam-lhe o céu da bôca. E, na rua, pulava como louco, torcendo-se, num bailado de batuque.

Distribuíu socos a torto e a direito. Alguém tentou agarrá-lo. César 2 deixou-se agarrar, ficou quieto como um cordeiro. Aproximou-se um grupo.

— É um gaseado — explicou um senhor.

O grupo de curiosos formou uma roda em volta dêle. Todos queriam ver; talvez fôsse fome — disse alguém. Fome, com uma libra de ouro?

César 2 esperneou, bracejou. Os senhores que o amparavam, largaram-no. Os curiosos fugiram em debandada. César 2 amarinhou por um cano de água. Deixou-se escorregar. Rugiu. Os pêlos da barba picavam-lhe a garganta. Depois, subiu a um candeeiro. Soprou.

— É um doido! Está a soprar no candeeiro. Ainda se estivesse aceso, vá lá — dissera um senhor, escondido na porta de um estabelecimento.

Ora César 2 soprava por esta simples razão: sentia pêlos da barba entre os lábios. E quando sentimos qualquer coisa entre os lábios e temos as mãos agarradas a um candeeiro, há só uma forma de nos livrarmos dessa impressão desagradável: soprar.

Por isso, César 2 soprara. É a atitude mais natural dêste mundo. O senhor, por exemplo, se soprar na rua, ninguém dá por tal. Ninguém, entre os milhões e milhões de pessoas que há em todo o mundo, lhe chamaria doido. Lembre-se, meu

caro senhor, que cada habitante do globo sopra, pelo menos, umas vinte vezes por dia.

Para apagar um fósforo, sopra-se. Sopra-se o pó. Sopram-se os mosquitos. Sopra-se quando acabamos de ouvir um mau tenor. Sopra-se o fumo. E ninguém, ninguém vai chamar doido a um desgraçado pela simples razão de soprar. Mas César 2 até no soprar foi infeliz. Soprou exactamente na altura em que tinha um candeeiro apagado defronte dos lábios.

Para tôda aquela gente era um doido. Era um doido, não havia dúvidas. Por fim, apareceram polícias. Alguém se aproveitou daquela multidão para se manifestar contra o ministério. Apareceram mais polícias. Houve vivas, morras. César foi agarrado, agredido. Revoltou-se. Agrediu os polícias. Tinha já pêlos no coração.

O senhor de negro calara-se.

À porta do «Bom Retiro» dois senhores de negro faziam-lhe sinais.

Eram os outros senhores que haviam acompanhado César 3.

O senhor de negro pediu-me que o desculpasse, pois ia fazer uma coisa que eu talvez achasse bastante estranha.

O senhor de negro levantou os braços. Depois, começou a dançar, direito aos senhores que, na porta, o olhavam com os ares mais naturais dêste mundo.

E o senhor de negro, aquêle senhor tão grave, tão delicado, fêz um pino. E veio desde a porta até mim, de mãos no chão e pernas no ar.

Levantou-se, limpou as mãos e explicou-me:

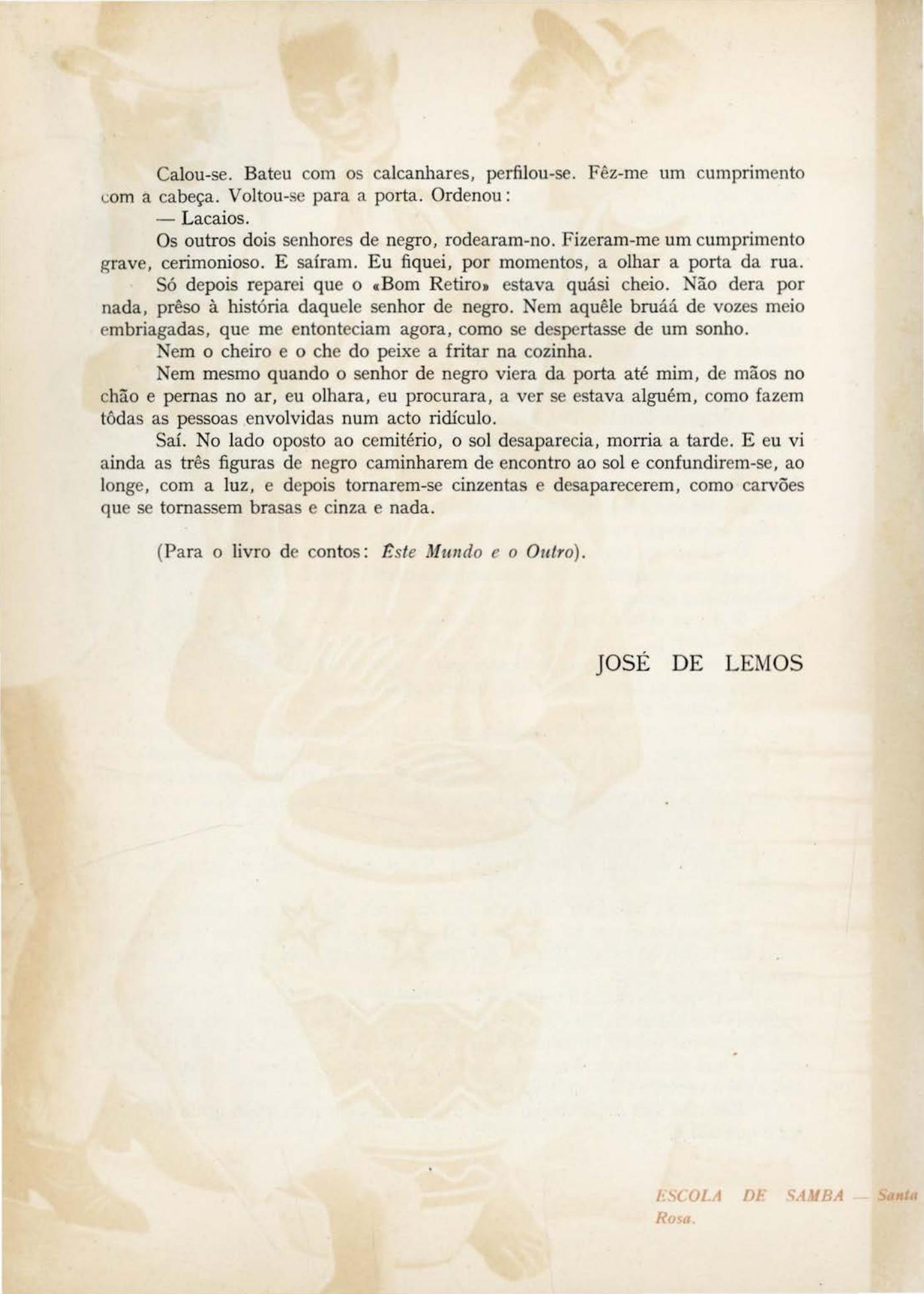
— Se não fizesse isto, punham-me na rua.

Pagou a despesa. A dêle e a minha. Eu protestei. Queria eu pagar. Êle gritou-me:

— Nunca! Não levo nada pelo que lhe contei. Não sou um profissional.

Arrependeu-se por ter gritado. E já sereno, pedia-me desculpa daquelas atitudes tão pouco correctas. Mas os que estavam à porta, não o largavam, obrigavam-no àquelas cenas.

— O que lhe contei é verdadeiro, verdadeiro até ao mais íntimo de tôda esta tragédia — explicou-me êle com voz grave. Foi o próprio César 2 que mo contou. Foi êle que mo contou lá naquele barracão, naquela casa grande, onde todos nós somos o que não somos: Napoleões, gatos, bules, rosas, Cíceros, Platões, almirantes, e até o vento, e até a onda do mar.

Mas não tem importância. Cá por fora, também anda muita gente que julga ser o que não é.

Calou-se. Bateu com os calcanhares, perfilou-se. Fêz-me um cumprimento com a cabeça. Voltou-se para a porta. Ordenou:

— Lacaios.

Os outros dois senhores de negro, rodearam-no. Fizeram-me um cumprimento grave, cerimonioso. E saíram. Eu fiquei, por momentos, a olhar a porta da rua.

Só depois reparei que o «Bom Retiro» estava quási cheio. Não dera por nada, prêso à história daquele senhor de negro. Nem aquêle bruáá de vozes meio embriagadas, que me entonteciam agora, como se despertasse de um sonho.

Nem o cheiro e o che do peixe a fritar na cozinha.

Nem mesmo quando o senhor de negro viera da porta até mim, de mãos no chão e pernas no ar, eu olhara, eu procurara, a ver se estava alguém, como fazem tôdas as pessoas envolvidas num acto ridículo.

Saí. No lado oposto ao cemitério, o sol desaparecia, morria a tarde. E eu vi ainda as três figuras de negro caminharem de encontro ao sol e confundirem-se, ao longe, com a luz, e depois tornarem-se cinzentas e desaparecerem, como carvões que se tornassem brasas e cinza e nada.

(Para o livro de contos: *Êste Mundo e o Outro*).

JOSÉ DE LEMOS

ESCOLA DE SAMBA — Santa Rosa.

ESQUEMAS DAS ARTES DO BRASIL

Não é reduzido nem desinteressante o movimento das artes brasileiras. Nos grandes centros elas florescem com uma fôrça criadora que nos coloca em plano ponderável no conjunto das artes americanas. E muito embora a vastidão da província desconheça o atrito dos ambientes artísticos, temperamentos excepcionais nela se formam e se fazem conhecer na metrópole, onde procurarão depois desenvolver as suas aptidões reprimidas.

Rio-de-Janeiro e São-Paulo constituem os grandes centros onde a arte encontra o seu público e o seu incentivo.

Os grupos de artistas que se reünem nessas duas cidades se compõem quási que de gente de tôda a província.

Rio-de-Janeiro apresenta uma quantidade de bons artistas cujo conceito corre o país inteiro, através de suas revistas e jornais.

São-Paulo possui um grupo homogéneo de grande interêsse, apoiado por uma crítica de arte conscienciosa e analista.

Ambos os grupos trabalham incessantemente dominados por um espírito de pesquisa, que transmite às suas obras um permanente fermento de originalidade.

As correntes que criam o movimento de arte brasileira são hoje bastante poderosas, dividindo um público fiel e combativo, que procura fixar as suas preferências, sendo que a corrente modernista, vencendo as primeiras barreiras da incompreensão, hoje lança, em tudo, o seu influxo, com uma grande energia renovadora.

Os artistas modernos dão ao livro, à imprensa, às artes decorativas, à pintura, à arquitectura, à escultura, uma contribuïção nova, inspirada grandemente nos motivos nacionais.

O nacionalismo de que se reveste a arte moderna do Brasil não é, porém, orientado no sentido documentário, mas na livre transposição das fórmas e côres do ambiente nativo, evocativas de aspectos de seres e de coisas, dentro do plano poético universal.

Nêsse esfôrço de renovação temos grandes nomes que figuram na crítica mundial como marcos legítimos de nossa cultura.

O nome de Portinari é em tôda a América consagrado como um dos maiores artistas do seu tempo. A qualidade de sua obra e a sua influência no meio artístico brasileiro reconduziram a pintura à sua nobreza e à autenticidade de meios plásticos que o post-impressionismo havia desvirtuado até à cópia da natureza.

A sua riqueza de técnica, dominando todos os meios, criou um caminho áspero e de sabedoria, que é um dos maiores exemplos para os novos artistas.

«...one of the greatest, of what can only be called the universal modern school» — assim se exprime sôbre êle Sheldon Cheney, crítico norte-americano, autor de uma criteriosa «História da Arte Moderna».

Restaurando o conceito da pintura, no Brasil, Portinari resume tôda a história da pintura brasileira, constituindo um padrão único e admirável.

Outros artistas possuímos dentro de múltiplas orientações. Entre êles avultam os nomes de Guignard, Segall, Graciano, Teruz, Pancetti, Deane, Burle Marx, Bonadeí, Campofiorito, dada a natureza de sua obra, eminentemente orientada na procura da mais rigorosa verdade plástica.

A obra de Guignard, de um marcado expressionismo decorativista, apresenta aspectos de raro sabor, pelo colorido, pelas fórmas, pelo espírito nacional que êle procura captar e fixar.

Os seus retratos, de uma espontaneidade

sensível marcam uma das faces mais importantes do seu autêntico talento.

Segall, que adoptou o Brasil como sua pátria, reflete, através da nostalgia de tons baixos, a nossa áspera natureza e o intenso drama dos povos emigrados e perseguidos.

De um raro brilho é a obra de Burle Marx, especulando as fórmas abstratas com um senso de côr e composição que o tornam notável.

Pancetti, païsagista sóbrio, seguro observador dos valores, forma com Rebolo Gonçalves, de São-Paulo, um duo para quem a natureza é um modêlo de constante e livre inspiração.

O nome de Graciano, entre os mais novos, vai se firmando com largo conceito, pela sua intensa produção, na qual a pesquisa de novos meios o torna sempre imprevisto.

Cícero Dias é dos poucos que adoptaram o surrealismo como meio de evasão artística. A sua obra é uma contínua e poética memória dos campos de plantação e costumes dos engenhos de Pernambuco.

Teruz sente o motivo brasileiro na maneira dos pintores do Renascimento, dando à sua arte um curioso toque de delicado anacronismo.

Entre os mais jovens se destacam: Milton da Costa, Erico Biano, José Morais, Borsoi, Rubens Cassa, Trompowski, etc..

Temos também, nas artes gráficas e decorativas, produzido esplêndidos artistas. Ilustradores, gravadores, caricaturistas, decoradores, têm dado uma contribuïção valiosa no livro, no jornal, no teatro.

Ilustradores como Lívio Abramo, Di Cavalcanti, Noémia, Luís Jardim, Paulo Werneck e Oswaldo Goeldi; caricaturistas como Augusto Rodrigues, J. Carlos, Nássara, realizam um constante trabalho de educação artística.

A obra de Lívio Abramo, gravador em madeira, pouco divulgada mesmo entre nós, se reveste de um forte acento de humanidade, traduzindo no motivo social os grandes momentos de sua fecunda emoção.

Na escultura temos artistas como Celso António, Herculano, Peçanha, Figueira, Pedrosa e Velozo, que, trabalhando dentro do espírito neo-clássico, formam uma equipe apreciável ao lado de Brecheret, forte pesquisador da forma livre.

Na arquitectura, o Brasil possui um elevado nível de cultura. Recentemente, nos Estados Unidos, a mostra de arquitectura brasileira veio evidenciar o alto grau de desenvolvimento que possuímos. Notadamente Rio-de-Janeiro e São-Paulo encontram-se num contínuo progresso, dada a intensa actividade de construções e a qualidade das obras projectadas.

Em São-Paulo, Flávio de Carvalho e Warchawski divulgam a moderna arquitectura dentro das mais ousadas soluções.

No Rio, o arquitecto Lúcio Costa, profundo conhecedor da nossa arquitectura, foi um dos pioneiros dêsse grande movimento renovador, formando um grupo dentre o qual se destacou o arquitecto Oscar Niemeyer Soares Filho, hoje o nome mais em evidência pelas suas notáveis realizações.

O edifício do Ministério da Educação e Saúde, projectado por êsse homogéneo grupo e que tanta discussão provocou pela sua arrojada concepção, é um marco dos novos caminhos por onde trilha a arte brasileira.

Outros nomes ainda são notados, entre os quais os de Fernando Saturnino de Brito, Atílio Correia Lima, Afonso Reidy, Aldary Toledo e outros.

E é pena que dentro de um tão notável florescimento da criação intelectual, tenha a crítica um plano tão inferior, tão afastado dos problemas reais das artes.

Talvez que o nosso temperamento e a nossa natureza prefiram o jôgo directo, intuïtivo, das obras de arte, sem o paciente trabalho de estudo e informação.

Entre as excepções encontra-se o nome de Mário de Andrade, um dos homens de estudo cujo acatamento em todos os círculos intelectuais é devido à sua vasta cultura e justeza de conceitos.

Também em São-Paulo, Sérgio Milliet e Luís Martins desenvolvem um dos mais honestos trabalhos de informação e divulgação dos problemas da arte.

No Rio, temos Manoel Bandeira, um subtil e delicado cronista do movimento das artes; Luís Jardim, cujos últimos estudos sôbre a pintura barroca das igrejas de Minas e colaboração em várias revistas e jornais lhe dão um plano de destaque nas letras de arte; a juventude impetuosa e brilhante de Rubem Navarra; Aníbal Machado, de agudo senso de análise e interpretação, Carlos Cavalcanti, de produção espaçada mas sempre justa, e Joaquim Cardoso, discreto e estudioso, uma das maiores culturas do Brasil.

No mais, todos escrevem, comentam, opinam sôbre arte, sem maiores conseqüências.

Quanto a publicações especializadas, podemos destacar a Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional, que sob a direcção de Rodrigo Melo Franco de Andrade reüne o mais sério material de estudo que produz o meio intelectual do Brasil.

SANTA ROSA

O PINTOR HENRIQUE POUSÃO

(1859 — 1884)

Quási dez anos mais novo que Silva Pôrto, Henrique César de Araújo Pousão morreu nove anos antes daquêle que foi o chefe eleito do «Grupo do Leão», o pintor de ar livre mestre revolucionário de uma grande geração de Pintores. Pousão, porém, não pertenceu a êsse Grupo célebre. Simples estudante da Academia Portuense de Belas-Artes e pensionário do Estado em França e Itália, a sua obra, apenas conhecida, em parte, de mestres e condiscípulos, largos anos ficou esquecida e ignorada. No entanto, à excepção de Columbano, Henrique Pousão foi, seguramente, o mais forte temperamento de pintor nascido em Portugal no século XIX, aquêle cuja obra, limitada embora, domina para além da sua geração e da sua época, ultrapassando-as. Pequenas tábuas dos seus dois últimos anos, passados em Capri e Roma, 1882-1883, expostas no Museu Nacional de Soares dos Reis, são bastante para o colocar no número daqueles raros artistas que, por real talento e poder criador, podem classificar-se de precursores. Se mais longa tivesse sido a sua vida, êle teria seguramente primado, em Portugal, todo o movimento artístico do último quartel do século XIX e o seu nome teria passado as fronteiras como uma das mais representativas figuras da sua época. Ao morrer, com vinte e cinco anos apenas, êsse quási ignorado alentejano, em estudos no estranjeiro, pôde, ainda assim, deixar obra tão variada e rica que, enorme promessa embora, era já, também, uma certeza absoluta.

«Impressionista» ao jeito de Manet, mas não dominado por êste grande Artista ou outro grande mestre da época, Pousão, pela simplificação de processos que atingiu e pela audácia com que, em alguns dos seus trabalhos, traduziu e fixou o seu excepcional poder de fino e arguto visual, pode hoje ser aceite, sem custo, como um pintor «modernista» — dando a esta palavra, tão vaga e por vezes tão vasia de sentido, o exacto significado revolucionário que ela comporta.

Pintor de figura e païsagista, é nesta última modalidade, no entanto, que a obra de Pousão se nos apresenta especialmente definida nas suas qualidades e tendências, embora a pequena tela reproduzida neste número da *Atlântico* seja clara prova de quanto valia como pintor de figura.

Sem pretender estabelecer confrontos que, em breves linhas como estas, seriam descabidos e correriam, ainda, o risco grave de parecerem pretensiosos, justo é notar que Pousão foi, como Columbano, um excepcional colorista. Em tons quentes e sombrios um, em tons fortes e alacres outro, ambos possuíram a qualidade maior dos verdadeiros pintores: sinfonia de côr, por perfeita e segura harmonia de tons e valores, que em Pousão, por vezes, chegou a atingir aquela luminosidade rara e fluida em que a luz vibra na tela como criadora única de todo o colorido.

Henrique Pousão viveu e morreu estudante. Uma parte da sua obra realizou-a êle sob a alçada directa ou indirecta dos Mestres; outra, em plena liberdade, livre de peias académicas, de processos de escola e de influências de críticos. Só a esta última me referi.

MANUEL DE FIGUEIREDO

O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NA POLÍTICA ATLÂNTICA

A palavra *Lusitanidade*, que aperta no mesmo abraço Portugal e o Brasil, tem um sentido preciso, traduz realidades históricas e realidades vivas, «uma unidade de sentimento e de cultura» — diria aquêle extraordinário ensaísta que se chama Gilberto Freyre. Não a devemos confundir com êsses têrmos vagos, retóricos, como *Latinidade*, mito inconsistente contra o qual protestaram já, há anos, os estudantes hispano-americanos de Paris, por não reconhecerem outro parentesco que não seja com o *velho tronco ibérico*, pois é de Espanha o sangue, a língua e a cultura que os individualizou.

Portugal e o Brasil são igualmente herdeiros de longos séculos de história, visto que o património espiritual não pertence menos ao irmão que emigra do que ao irmão que fica agarrado ao velho *solar da raça*. A independência do Brasil foi apenas o desdobramento de uma pátria em duas pátrias. Quebraram-se os elos políticos mas não se quebraram os elos morais pois — como tão belamente escreveu Afonso Lopes Vieira — «*quando um dia o Brasil se desentendeu connosco, o adeus que nos disse foi dito na língua comum. E só por isto foi um adeus de amor.*»

Poucas famílias haverá em Portugal que não tenham um parente brasileiro, ou pelo menos um parente que esteja ou tenha estado no Brasil; poucas famílias haverá no Brasil — salvo talvez em algumas «ilhotas» de população germânica — com mais de três gerações de enraïzamento no solo brasileiro, que não tenham sangue português.

Se em Portugal, por tôda a parte, deparamos construcções erguidas, ou subsidiadas, com dinheiro vindo do Brasil — hospitais, creches, asilos, estradas, fontes, escolas... — por tôda a parte, no Brasil, encontramos construcções que a iniciativa, ou o esfôrço, dos portugueses levantou.

Durante séculos temos canalizado para o Brasil rios de sangue, e o Brasil canalizou para Portugal rios de ouro — admirável *conta corrente* em que não há *credor* nem *devedor*...

Por cima de todos os localismos, de tôdas as distinções políticas, o mundo grego soube elevar-se até ao amplo ideal de *Pan-Helénia*, comunidade espiritual a que pertenciam todos os que comungavam no mesmo sentimento de cultura, e que permitiu ao helenismo ser uma grande *fôrça plástica* no mundo.

Também nós todos, herdeiros do falar camoniano, temos uma *unidade moral* a defender — um ideal cultural de *Pan-lusitanismo*, que abranja o Brasil e Portugal com o seu Império, isto é: todo «*O Mundo que o Português criou*». Gilberto Freyre, depois de observar, com a sua acuïdade crítica, como certos *motivos* dos nossos estilos tradicionais de vida — desde as velhas receitas da doçaria, até às formas de devoção lírica e às instituïções de solidariedade religiosa, como as confrarias, irmandades, ordens terceiras, santas casas — se espalharam, e vivem por todo êste vasto *Mundo Lusíada*, lançou um apêlo aos intelectuais, que me é grato reproduzir:

«*A favor dessa unidade de cultura creio que devemos trabalhar todos os escritores de Portugal, do Brasil, da África e da Índia Portuguesa; dos Açores, da Madeira, de Cabo-Verde. Escritores, artistas, estudiosos de problemas sociais, pesquisadores do passado. Todos os que acima das regiões — realidades tão vivas — e das próprias pátrias políticas, sentimos que há um todo, um complexo social maior... que pede uma língua quanto possível comum.*»

Em Portugal e no Brasil alguma coisa se tem feito no sentido de uma aproximação mais íntima, de um conhecimento mútuo mais perfeito, que será a melhor base para uma fecunda e sólida amizade.

É impossível, na estreiteza de uma palestra radiofónica, evocar todos os paladinos desta *política atlântica*, a que não têm faltado desinteressadas dedicações, e que teve a sua melhor consagração no *Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro*. Limito-me por isso, nêste momento, a focar o papel das Universidades nesta *campanha lusíada*.

Desde 1916 que na Faculdade de Letras de Lisboa existe uma cadeira de *Estudos Brasileiros* que se destina a pôr em contacto os nossos rapazes com os grandes temas do Brasil — história, literatura, geografia, arte, economia, etnografia — isto é, a revelar o homem e a terra, na pluralidade dos seus aspectos. Com uma alta compreensão do valor aproximativo desta cadeira, o legislador estabeleceu, então, que de preferência, ela deveria ser regida por um brasileiro de alta categoria intelectual, alguém que trouxesse ainda nos lábios o perfume da terra brasileira. Infelizmente o apertado regime económico da cadeira, não permitiu que nenhum brasileiro ilustre se deslocasse até nós, para nos trazer o ensinamento vivo de um Brasil vivo. O ilustre Miguel Calmon, indicado para êsse fim pela *Academia Brasileira de Letras*, não chegou nunca a tomar conta do cargo, e o erudito Oliveira Lima julgo que não deu mais de que as duas lições que correm impressas. É certo que Manuel de Sousa Pinto a quem a Faculdade entregou por fim a cadeira, era brasileiro de nascença, mas fôra educado em Portugal, e desde menino viveu entre nós.

A falta de um demorado e íntimo contacto com o meio e a paìsagem do Brasil não impediu, todavia, que Sousa Pinto fôsse um grande professor a cuja memória presto a grata formalidade da minha homenagem. É que Sousa Pinto, enamorado longínquo da sua *Terra Moça*, pôs ao serviço da cadeira de Estudos Brasileiros um temperamento de erudito e de artista, capaz de estudar e de sentir, tôda aquela elegante dedicação que só um *gentleman* é capaz de ter pela profissão a que se dedicou.

Neste rápido balanço do papel desempenhado pelas Universidades no capítulo das relações luso-brasileiras é de justiça evocar um capelo vermelho. Refiro-me ao Professor Marcelo Caetano, que após uma conversa com os mestres da famosa Faculdade de Direito do Recife, pôs todo o fulgor da sua inteligência na defesa do regime jurídico da *quási nacionalidade* para os portugueses no Brasil, e para os brasileiros em Portugal, caracterizado pela concessão de todos os direitos excepto os políticos. Seria a consagração jurídica de uma grande amizade.

Também a douta Faculdade de Letras de Coimbra criou um *Instituto de Estudos Brasileiros*, que publica uma revista monumental, a *Brasília*, a que o Professor Rebêlo Gonçalves deu todo o seu entusiasmo moço, e todo o amor que dedica ao Brasil — amor nascido do contacto directo com a mentalidade brasileira, nas cátedras de São-Paulo.

Êste interêsse coimbrão pelo Brasil está dentro de uma lógica profunda de sentimento, pois à sombra da velha Universidade se criaram numerosas gerações de brasileiros, a ponto de já alguém ter escrito que o Brasil teve duas mestras: a Companhia de Jesus e a Universidade de Coimbra. Ainda hoje a velha cidade universitária desperta nos intelectuais brasileiros uma atávica simpatia, que inspirou aquela frase nostálgica de Goulart de Andrade: — «*eu que nunca estive em Coimbra tenho saüdades de Coimbra.*»

Alguma coisa se tem feito, muito há a fazer. Visiono dias em que nas cátedras portuguesas ensinarão mestres brasileiros, e nas cátedras brasileiras ensinarão mestres portugueses. Não me refiro a conferências apressadas, mero acontecimento mundano, mas a um perfeito intercâmbio como se deu entre cátedras peninsulares na época do Renascimento. Porque uma grande amizade colectiva se cimenta com grandes amizades individuais, eu visiono, igualmente, dias em que estudantes brasileiros virão estagiar em Portugal, e estudantes portugueses irão aprender nas escolas de Além-mar. Pode ser então que a mocidade dos dois países, unidas no mesmo ideal Lusíada, pense em vasar uma alegoria ao génio da Raça, em dois bronzes magníficos, que à entrada da Guanabara e à entrada do Tejo, sob o sol e sob o vento, digam às gentes que passam a glória civilizadora da *Lusitanidade*.

MÁRIO DE ALBUQUERQUE

(Professor da Cadeira de Estudos Brasileiros
da Faculdade de Letras de Lisboa)

A LITERATURA BRASILEIRA NAS UNIVERSIDADES DA EUROPA

Por circunstância feliz é tão forte a personalidade da Literatura Brasileira moderna que nem as fundas raízes lusitanas dela, nem a poderosa atracção dos Estados Unidos da América, nem qualquer outra influência exterior (por si só, ou em conjunto) bastam para a explicar.

É possível que a Literatura Brasileira se encontre ainda em fase heróica e que a época da codificação, do arranjamento geométrico, ainda não tenha chegado. Há nela aspirações, de facto, que ainda se não tornaram realizações; há também novidades de estilo e arrojos de pensamento que se ressentem da insegurança de tudo quanto são primeiras tentativas. Mas o que ninguém pode, honestamente, pôr em dúvida é a existência de expressão, pela palavra escrita, de nova *unidade* na história do pensamento humano e na da compreensão do mundo pelo homem.

A nossa maior glória é tal nova literatura ser capaz de achar efeitos novos e exprimir coisas novas com os mesmos vocábulos, os mesmos jogos léxicos, as mesmas figuras de estilo e de gramática que a literatura portuguesa, velha de séculos e aberta ao embate de mil raças em mil climas diferentes, usou com indiscutível êxito. E não menor glória é para o Brasil pensar-se que, levada embora a tantas diferentes terras, ora virgens ansiosas de viril fecundação, ora esplêndidas já de tradições e cultura, a língua portuguesa, tendo, embora, deixado vestígios, dialectos, falares locais em tôdas as partes do mundo, só no Brasil foi capaz de criar literatura nova. Se o Português, nos outros cantos da terra, serviu de expressão de pensamento, não esqueçamos que só no Brasil encontrou ambiência e condições para criação de Literatura, no vasto e complexo sentido que a palavra abraça.

É sabido que especiais peripécias históricas auxiliaram a floração; nem se nega que no cadinho amazónico tenha entrado um ou outro elemento que não interferiu (pelo menos tão fortemente) nas outras terras por onde passaram os portugueses. Mas o que me espanta constantemente é que não tendo sido o Brasil nem a primeira das descobertas, nem aquela a que melhor atenção foi dada nos séculos iniciais da Expansão, êle só tenha conseguido a plenitude ao ponto de poder vir contar, aos nossos ouvidos maravilhados, as coisas de um Mundo Novo, interpretadas de uma Forma Nova.

Quando esta Literatura Brasileira pediu a consagração académica e se propôs para a sua cátedra universitária veio a Portugal pedir apresentação e defesa. Direi com mais propriedade: antes que ela pensasse em vir, já nós a tínhamos convidado. Os primeiros passos e os primeiros embates foi em Portugal mesmo que os deu e que os sofreu.

A inclusão de «Estudos Brasileiros» na orgânica universitária nossa é a primeira conquista obtida nos centros de alta cultura.

Um dia Portugal, cansado de ser *o desconhecido* numa Europa que tanto lhe devia, pensou em lançar ilhas, centros de atracção, pelas Universidades europeias. Com o andar dos anos a teia se foi fazendo, subordinada às condições internas e externas, com mais ou menos brilho, com maior ou menor deficiência. Abriram-nos as portas as velhas universidades de medieval tradição: Paris, Oxford, Heidelberg, etc., e as mais modernas, ricas de materiais e novidades: Hamburgo, Berlim, Liverpool, Madrid...

Nesta viagem de nova descoberta em que nós, invertendo o antigo papel que desempenhámos, fomos pedir aos outros que nos descobrissem, e, sempre generosos, lhes fomos tornar fácil o descobrimento, tomámos a mão da Irmã Nova e, sem muitas vezes lhe preguntarmos sequer se estava de acôrdo ou se lhe apetecia o passeio e a visita, quando entrámos na grave majestade das universidades medievais e na intensa vida das universidades modernas, ao entreabrirmos a porta, que dava acesso no templo, acompanhámos, fazendo-a entrar ao nosso lado, a figura morena e juvenil que era capaz de

contar aos universitários da Europa, vergados ao pêso de literaturas milenárias, a *mensagem* de uma literatura moderna onde a exuberância da floresta se quadrava com a variedade infinita de fauna de estranhos nomes, e o homem agia, no plano novo da Natureza, de maneira nova também.

Assim, à medida que os Estudos Portugueses se instalavam nas Universidades europeias, a Literatura Brasileira, por nós introduzida, tomava assento ao nosso lado. Quási todos os Centros de Cultura e Institutos que, com um tanto de autonomia técnica, temos (ou tivemos) nas Universidades europeias chamam-se: «luso-brasileiros», «para Portugal e Brasil», e outros nomes correspondentes. Geralmente, a par de curso de cultura portuguesa, rege-se um de cultura brasileira; outras vezes, após ciclo de lições sôbre coisas portuguesas, segue-se ciclo sôbre assuntos brasileiros.

As universidades da Europa têm grande interêsse pelo Brasil e não é nada raro ser maior o número de estudantes universitários que aprende o português com mira no Brasil do que o daqueles que pensa em Portugal. É preciso, todavia, esclarecer que isto não vem exclusivamente de pura atracção intelectual; é o projecto mais ou menos longínquo de uma descoberta do que supõem o Eldorado que faz muitos virar para aí suas atenções.

Agora quero aqui dizer à puridade, todavia, que a literatura brasileira moderna, tanto quanto chegou à minha experiência e ao meu conhecimento, é recebida freqüentemente nas universidades da Europa com alguma desconfiança. Normalmente, o estudioso começa por tentar traduzir o texto brasileiro para o seu idioma. E então, entre grande espanto, reconhece que, tanto em prosadores como em poetas, não é possível, de dicionário em punho e gramática aberta, pôr a tradução nos cânones que a linguagem e a orgânica das literaturas europeias exigem. A alguns espicaça-os esta mesma dificuldade e ei-los que, afoitamente, se metem pelo sertão, êles, novos «bandeirantes», à procura das pedras preciosas que só com sacrifício se atingem; outros, desanimados, põem de lado aquêles poetas que falam uma linguagem estuante de mocidade e acolhem-se ao fogo calmo e morno dos clássicos, nos quais o brasileirismo é, muitas vezes, mais episódio ou artificial criação do que pujante e viridente seiva.

As cidades à beira-de-água onde há estudos portugueses, têm pelo Brasil especial cuidado. É o ultramar mais próximo, é a corrente migratória, é, até mesmo, aquela mais fácil compreensão do espírito estrangeiro (corrente nas cidades fornecidas de portos), que provocam a estima.

Em todos os Institutos e Centros Universitários luso-brasileiros há biblioteca própria (ou integrada na biblioteca geral) cujo núcleo vem de ofertas do govêrno português e do brasileiro. Temos de dizer, para falar verdade, que o número de livros portugueses é geralmente muito maior do que o de livros brasileiros, porque o Brasil não se tem preocupado tão constante e persistentemente como nós no engrandecimento documental dessas fontes de trabalho e informação. Também o Brasil se não tem esforçado em enviar professores brasileiros para êsses cursos, coisa que Portugal, com melhor ou pior fortuna, tem procurado sempre fazer.

Como «Atlântico» é revista luso-brasileira e, portanto, espécie de tablado onde os dois povos de língua comum vêm conversar, não me pareceu despropositado escrever aqui sôbre êste tema pouco conhecido, visto que do esfôrço comum e bem combinado, em matéria de propaganda da idêntica linguagem e das duas literaturas na Europa, só bem pode advir para ambos os países e só há conveniência, assim, em pôr o problema, apontando suas dificuldades e descrevendo os caminhos percorridos.

LUÍS SILVEIRA

A SINCERIDADE NO ROMANCE BRASILEIRO

Mais do que a afirmação do seu talento e da sua humanidade; mais do que o vigor das suas tendências; mais do que a beleza insinuante do seu estilo; mais do que a expressão de ineditismo, julgamos que aquilo que sobreleva tamanhas qualidades no romance brasileiro é a sua sinceridade.

Não curamos de saber se isto já foi dito. É útil dizê-lo agora: a sinceridade do romancista brasileiro é a pedra de toque da sua Arte. Por isso, alguns dos romances brasileiros têm um sabor primitivo que nos arrasta. Sim, não tenhamos indecisões: essa sinceridade chega a ser primitiva. Eis como o romancista brasileiro se afirma, e as suas obras ganham com isso aquela projecção que anteriormente não tinham.

A sinceridade, eis o que mais convém ao escritor. Somos chegados a uma encruzilhada que se não compadece com retóricas. A verdade é para se dizer, seja ela agradável ou desagradável. Ao romancista está vedado êsse receio de dizer a verdade.

Em nosso entender, é pela sinceridade que se exalta a verdade, seja ela a do Homem ou a das Sociedades. É certo que essa sinceridade pode ter, pelo seu excessivo uso, graves inconvenientes, inclusivè o de cristalizar o escritor e a sua obra, pelo artifício. Tal inconveniente está, porém, muito longe do verdadeiro escritor, daquele que sabe *cantar*, consoante a interpretação de Carlyle. Para êsses escritores, o artifício não conta. O Homem guarda no seu coração mundos inesgotáveis de verdade. Saiba êle exprimir-se com sinceridade, que do seu exemplo saïrão os frutos.

O romancista, como todo o homem de letras, aliás, deve ser o portador de uma mensagem para um mundo melhor. É evidente que não queremos pôr aqui a questão de subordinação ou utilitarismo. O romancista deve exprimir a sua mensagem livremente. Essa mensagem tem de ser, todavia, firmada na sinceridade. Que o não seja, e o romancista arrisca-se a falhar.

Sinceridade até ao primitivismo — eis o que, repetimos, caracteriza, precisamente, o romance brasileiro. De Jorge Amado a Lins do Rêgo, deparamos com uma sinceridade que nos empolga e clarifica. Graciliano Ramos, Marques Rebêllo, Jorge de Lima, Ciro dos Anjos e tantos mais, chegam com uma obra que é uma mensagem de sinceridade. Mesmo que alguma coisa exista de parcial em Jorge Amado ou em Erico Veríssimo, essa extraordinária qualidade lá está sempre, como fulcro de uma obra que pertence já ao Tempo, tenha embora o romance brasileiro poucos anos ainda de verdadeira personalidade.

Quer seja Jorge Amado em *O País do Carnaval* ou nos *Capitães da Areia*, ou Lins do Rêgo em *S. Bernardo* ou em *Angústia* e *Vidas Sêcas* e Jorge de Lima em *A Mulher Obscura*, todos se exprimem com sinceridade e com sinceridade se reflectem, como homens.

É êsse primitivismo que os leva à escolha de temas e personagens próprias. Quando Lins do Rêgo nos conta, em *Doidinho*, a história de uma adolescência, ou Jorge Amado, em *O País do Carnaval*, o debate intelectual de algumas personagens, é a sinceridade que os impele. Daqui, a ausência de artifício no romance e no romancista brasileiros.

Sem essa sinceridade, talvez o romance brasileiro não fôsse o que hoje é: uma esplêndida realidade.

É essa sinceridade que leva o romancista a escrever as suas obras em forma pessoal, para ser mais directo, mais objectivo, mais verdadeiro até. É o que fazem Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, etc. Por isto mesmo, o romance brasileiro atinge um vigor excepcional.

Essas figuras que nos contam as suas «histórias», quer seja «Paulo Honório» em *S. Bernardo* ou «Fernando» em *A Mulher Obscura*, vêm de um mundo novo — mundo

das suas próprias fraquezas e energias, mundo onde a alegria se confunde com o desespêro, as aspirações com o cansaço, as lutas com as renúncias, a vida com a morte, enfim. E nós aceitamo-las e seguimo-las, apaixonados.

E o artifício? Sejamos justos: o artifício no romance brasileiro não existe, de tal forma o romancista se identifica com as suas personagens e sabe exprimir-se na sua Arte.

Afigura-se-nos simplificada a marcha dêsses escritores brasileiros. Essa simplificação não nasceu, ao que supomos, do cultivo de uma estética qualquer, mas da humanidade do homem brasileiro, da sua experiência da vida, do dramatismo da sua luta, da observação aguda dos seus problemas e da posse, também, dêsse *dom* intrínseco de todo o homem que escreve. E enlaçada a tudo isto, a certeza enraïzada de uma Mensagem — a Mensagem do homem brasileiro.

Com tudo isto, eis como o romancista brasileiro se exprime: com sinceridade, sem os exageros de escolas nem as deformações de estéticas. O essencial, em Arte, é a sinceridade. A sinceridade e aquilo que há de *involuntário* no artista. O romancista brasileiro não é sincero por artifício, nem artista por voluntariedade. Julgamos que, se tal se desse, o romance brasileiro só teria a perder. Pelo menos, a leitura dos seus escritores mais significativos dá-nos a certeza dessa sinceridade e dessa *involuntariedade*.

Assim como o primitivismo da sinceridade de um Catulo nos dá uma poesia pletórica de pitoresco, de verdade, de simplicidade, de humanidade, enfim, também no romance brasileiro deparamos com o aprofundamento da Vida e dos homens. Essas figuras do romance brasileiro caminham, nuas de convencionalismos. Não são a representação de um postiço fulgor do escritor, mas a expressão lírica e humaníssima de uma mensagem eterna — aquela que leva, *involuntàriamente*, o romancista brasileiro ao aprofundamento da realidade que o cerca. Aprofundamento êsse que não interfere, como é óbvio, naquilo que há de temporal em tôdas as colectividades. Isto é: aprofundamento que, trazendo consigo o estudo da humanidade, não é *voluntàriamente* feito para a servir. Afigura-se-nos até de certa utilidade afirmar nada haver de preconcebido no romance brasileiro, nem mesmo quando um Jorge Amado pretende dividir a humanidade em duas espécies. É bom não esquecermos a sinceridade no romance brasileiro, embora tenhamos que discordar de Jorge Amado quando êle pretende, ao que supomos, pôr a Arte ao serviço do Social ou do Político.

Invalidará esta suposta tendência a sinceridade de que falámos? Cremos que não, embora não conheçamos tôda a obra de Jorge Amado.

Seja como fôr: o romance brasileiro atingiu já tamanha projecção e o romancista brasileiro tal renome, que não nos parece difícil augurar-lhe um futuro maior. Um país que criou romancistas como Lins do Rêgo, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Marques Rebêllo (êste com o seu extraordinário romance *Marafa*), tem possibilidades de revelação de novos escritores, de novos poetas, de novos ensaístas. Pena é que as obras de um Gilberto Freyre e de um Tristão de Athayde, de uma Carolina Nabuco, de uma Adalgisa Nery, de uma Cecília Meirelles e de uma Oneyda Alvarenga, de um Viana Moog, de um Olívio Montenegro e de outros, não venham até nós com mais assiduïdade.

Repetimos: em nosso entender, foi na sinceridade que o romancista brasileiro encontrou o fio condutor da sua arte de narrar. E vamos mais longe, considerando essa sinceridade como o essencial de tôda a criação literária e humana, pois é por ela que o homem se revela e nos revela os outros homens. É partindo do conhecimento de nós próprios e da sinceridade posta na nossa conduta que chegamos ao entendimento do nosso semelhante. Homem que se exprima assim, por muito primitivo que nos pareça, não faz mais do que valorizar-se e valorizar-nos.

Eis como o romance brasileiro nos dá, por intermédio dos seus cultivadores mais fortes, a dignificação do homem. Sim, dignificação, uma dignificação despida de todos os artificialismos.

Mesmo quando um «Paulo Honório», em *S. Bernardo*, vem de baixo, com todos os ódios e todos os desesperos da sua condição; vai para cima, com a vingança e o ódio a espevitá-lo, numa quási total insensibilidade, não nos dá Graciliano Ramos, a par dos seus dons de observador, a sinceridade como

fulcro da sua obra? Não é a serenidade na invocação e a narrativa fiel e sincera do passado do «herói» de *A Mulher Obscura*, de Jorge de Lima, que dão a êste romance, apesar de certas deficiências, um lugar excepcional? Não é a fidelidade, a realidade das figuras de Lins do Rêgo que nos oferecem, com sinceridade, a dignificação do homem brasileiro?

Ao contrário do que certos críticos têm afirmado, não nos parece que haja falta de «exactidão», de «verdade», nas criações ou nas figuras dos romances brasileiros nem, por outro lado, julgamos, como êsses mesmos críticos, que os romancistas brasileiros se ressintam de «deficiências de visão». É essa exactidão, é essa verdade que mais se impõe no romance brasileiro. O primeiro romance de Jorge Amado — *O País do Carnaval* —, sendo um livro de grandes qualidades, não chega a ser um autêntico romance porque lhe falta essa exactidão, essa verdade. Expliquemo-nos melhor: êsse romance de Jorge Amado perde-se, desvaloriza-se, não pelos problemas que nêle se debatem, mas pelo facto de o romancista querer transformar a vida numa toca de intelectuais doentios. Eis como a falta de «exactidão», de «verdade», nêste romance de Jorge Amado, nos dá a pretendida resposta: êste romancista só foi *inexacto* e *falso* quando limitou a sua arte de escritor. Vejam-se, porém, outros livros seus e a antítese surgirá fàcilmente. É dessa antítese que ressalta a solidariedade do escritor brasileiro com os homens do seu país. Daqui a sua sinceridade, uma sinceridade que vem do fundo e se exprime, por vezes, com uma rudeza que lhe dá aquêle tom primitivo de que falámos.

É nessa identificação, como se vê, que o escritor brasileiro confunde as suas aspirações (as mais antagónicas) com as aspirações dramáticas de um povo em pleno desenvolvimento.

MARQUES GASTÃO

RETRATOS DE MÚSICOS BRASILEIROS

II — *FRANCISCO MANUEL DA SILVA*

Ao período áureo da música no Brasil no tempo de José Maurício, para que tanto contribuíu o sentido artístico de Dom João VI, sucedeu uma época de adormecimento que a série de sensacionais acontecimentos, tão decisivos para a história do país, plenamente justificou.

Até então, o ensino da música havia tomado um extraordinário incremento, funcionando na Baía, em Pernambuco (Olinda e Recife — cidades opulentas), no Maranhão (centro de cultura), várias aulas. O ambiente musical do Brasil havia atingido tal esplendor que impressionara vivamente Spix e Martius, em 1817. A Capela organizada pelo Príncipe Regente, logo após a sua chegada, notabilizara-se: «ufanava-se á face do mundo — afirma Araújo Pôrto-Alegre — com um dos melhores conservatórios de música, e, sem a menor dúvida, a melhor orquestra do mundo no santuário».

O teatro de São João começára, em 1813, a sua trajectória brilhante no Rio, e um ano antes, na Baía abrira as suas portas o teatro do mesmo nome, cuja construção fôra iniciada em 1805. Em 1810 faziam-se ouvir, em Olinda e no Recife, vários pianos.

Marcos Portugal teria agora o seu justo logar e o devido relêvo, se não fôsse nosso intuito fixar aqui, em esboços rápidos, apenas as figuras dos grandes músicos brasileiros.

Em 1816 chega ao Brasil o discípulo dilecto de Haydn: Sigismundo Neuckomm, acompanhando o embaixador da Áustria, Duque de Luxemburgo. Dom João aproveitou logo os méritos dêste grande músico, cuja cultura tanto influíu no desenvolvimento do gôsto musical dos brasileiros. Dom Pedro I foi seu discípulo; Francisco Manuel da Silva recebeu dêle as suas primeiras lições.

Com a Independência e as preocupações naturais dela derivadas, decaíu o império da música, não obstante Dom Pedro ser um apaixonado melómano. Nem admira: eram os primeiros passos incertos, cautelosos, de uma nação que começava a sua vida independente.

Foi então que Francisco Manuel da Silva apareceu no cenário artístico com o seu ardor combativo, a sua fôrça de vontade inquebrantável, a sua incontida paixão pela música.

Nascido no Rio-de-Janeiro a 21 de fevereiro de 1795, de Joaquim Mariano da Silva e de sua mulher, Joaquina Rosa, colheu as primeiras luzes em ciência musical com o predestinado José Maurício Nunes Garcia e, depois, com Neuckomm. Estudou vários instrumentos, como violino, violoncelo, piano e harmónio.

Moreira de Azevedo definiu-lhe com estas palavras o carácter: «homem puro, simples, afavel e lhano, em quem nunca o menor fingimento mascarou o semblante». E o seu biógrafo, Vieira Fazenda, traçou dêste modo o seu belo perfil: «discípulo de José Maurício, sem todavia igualá-lo, Francisco Manuel foi o exemplo vivo do trabalho. Compunha sempre: a tôda a hora, até quando esperava pelo jantar. Bom chefe de família, foi excelente irmão, amigo e protector dos seus companheiros de arte. Parecia estar sempre zangado, mas tinha coração generoso propenso ao bem».

Defendendo ardentemente a música como *uma das artes que mais directa e naturalmente contribui para a civilização dos povos e sobremaneira influi no bem-estar moral da humanidade,* para isso contribuíu sempre com o seu esfôrço decidido, com uma acção que nenhum obstáculo tolhia.

E, por isso mesmo, se Francisco Manuel da Silva não foi notável como compositor, a sua obra foi notabilíssima pela série enorme de

realizações práticas que tanto influíram na cultura musical do seu país.

Assim, em 16 de Dezembro de 1833 fundava a Sociedade Beneficente e Musical com o fim de promover a cultura da arte dos sons e auxiliar os sócios e suas famílias. Durou esta instituïção fecunda até 1890.

Em 26 de julho de 1841 foi nomeado pelo Imperador Dom Pedro I mestre compositor da Imperial Câmara, em que também prestou excelentes serviços sempre devotadamente. No ano seguinte foi escolhido para substituir Simão Portugal no cargo de Mestre da Capela. Em 1846 era recompensado com o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa.

Mas uma preocupação constante o dominava: a fundação do Conservatório. A sua actividade infatigável repartia-se pela direcção assídua da Sociedade Beneficente e Musical, por concertos, ensino de piano e canto, organização de solenidades religiosas, direcção de companhias de ópera, etc.. Foi o grande animador da Sociedade Filarmónica, fundada em 24 de Agôsto de 1835 e que tão grande contribuïção deu ao incremento do gôsto pela música. E ainda compunha e escrevia obras didácticas.

As companhias de ópera e de baile que estiveram no Teatro Provisório (o teatro Lírico Fluminense, que teve curta vida, no Campo da Aclamação — hoje Praça da República), tiveram a sua direcção. Êste teatro foi inaugurado a 6 de março de 1852 com a ópera de Verdi: «Macbeth», e ali também foi representada a ópera de Francisco Manuel: «O prestígio da lei», sôbre poema do consagrado Manuel de Araújo Pôrto-Alegre, barão de Santo Ângelo.

Escreveu Renato de Almeida na sua valiosa «História da Música Brasileira», 2.ª edição, recentemente publicada: «Ninguém até hoje no Brasil, diante de tantas e tamanhas dificuldades, como as que então encontrou Francisco Manuel, conseguiu obra tão vasta e tão útil para a nossa cultura musical. Preocupado menos com a sua glória de compositor do que com o papel de mestre e animador, Francisco Manuel foi um herói legítimo da nossa música».

Afanosamente, dedicou-se à realização do seu grande sonho, da sua maior preocupação: o Conservatório. Organizou, para isso, a Sociedade de Música do Rio-de-Janeiro que, saltando por cima de todos os obstáculos, solicitou às Câmaras um auxílio por meio de lotarias e uma subvenção, tudo destinado à fundação de um Conservatório. Foi tudo concedido e, em 27 de Novembro de 1841, o decreto N.° 238 autorizava a realização de duas lotarias anuais por espaço de oito anos com o fim de estabelecer na Côrte um Conservatório de Música. Estava dado o primeiro passo, mas não resolvidas tôdas as dificuldades.

Os primeiros passos do Conservatório foram precários, o início da sua vida difícil. Das dezasseis lotarias autorizadas, apenas uma pôde efectivar-se. Então, graças à tenacidade de Francisco Manuel, o Govêrno publicou o decreto N.° 1542, com data de 23 de janeiro de 1855, que permitiu ao Conser-

vatório vida mais desafogada. Dois anos depois, era pelo Govêrno autorizada a aquisição de um imóvel destinado a êste estabelecimento de ensino, próximo da Academia de Belas-Artes. Em 15 de março de 1863 foi lançada a primeira pedra do novo edifício para o Conservatório. Ia de vitória em vitória o esfôrço e o ardente entusiasmo de Francisco Manuel, que a todos contagiava.

O primeiro Director do Conservatório foi, como de direito, Francisco Manuel da Silva, que faleceu em 18 de dezembro de 1865, pelo que já não teve a grande alegria de assistir à inauguração do edifício para que tanto trabalhara e que se efectuou no dia 9 de janeiro de 1872.

Francisco Manuel da Silva faleceu na sua casa da Rua do Conde, N.° 48, rodeado de seus filhos e dos seus mais caros amigos. Está sepultado no Cemitério de Catumby, onde todos os anos vão em romagem os seus admiradores e aquêles que têm pela sua memória o sagrado respeito que merece.

Francisco Manuel foi o autor do Hino Nacional Brasileiro. Deixou outros hinos, como o da Coroação, o das Artes, o da Imperial Sociedade Amantes da Instrução, o da Guerra, o da Virgem Santíssima e um dedicado ao Infante D. Afonso.

Compôs uma colecção de doze romanças para canto e piano e outros mais, vária música sacra em que se destacam missas e *Te-Deums*, ladainhas, cânticos, etc., e a ópera «O prestígio da lei». Compôs ainda modinhas e lundus, vários trabalhos didácticos como o «Compendio de Música» para alunos do Colégio Pedro II; o «Compendio dos Princípios Elementares de Música» para uso do Conservatório e «Lições Elementares de Solfejo».

Como autor do hino nacional, o seu nome obteve a maior projecção. Em 1 de Outubro de 1936 o govêrno da república brasileira promulgou uma lei, com o N.° 259, pela qual fica adoptada a orquestração e execução de Leopoldo Miguez e a instrumentação para bandas do 2.° tenente António Pinto Junior. A letra, de Osório Duque Estrada, foi também oficializada por decreto de 6 de setembro de 1922.

Não queremos encerrar estas rápidas notas sôbre o grande compositor sem acentuar um facto do mais alto interêsse: Quando da primeira audição dos alunos do Conservatório, a que assistiram os Imperadores e membros do Govêrno e cujo programa foi, em parte, constituído por números de canto em língua portuguesa, Francisco Manuel, no discurso em que agradeceu ao soberano todos os grandes benefícios que a Instituïção lhe devia, teve a admirável coragem de fazer a calorosa defesa do canto no idioma pátrio. «É impossível — afirmou — que o que têm feito as línguas francesa, inglesa, alemã e espanhola não se realizasse na dulcíssima linguagem de Camões, Basílio da Gama e Caldas».

Renato de Almeida diz que «o culto do autor do Hino Nacional entrou hoje no calendário cívico do Brasil. Anualmente são feitas romarias ao seu túmulo e numerosas vozes se erguem em louvor ao músico insigne. Sob a sua égide, se criou uma nova *Sociedade Beneficente Musical* e, em 1936, organizou-se a *Sociedade de Admiradores de Francisco Manuel*, que vela com o mais louvável entusiasmo pela glória do seu patrono».

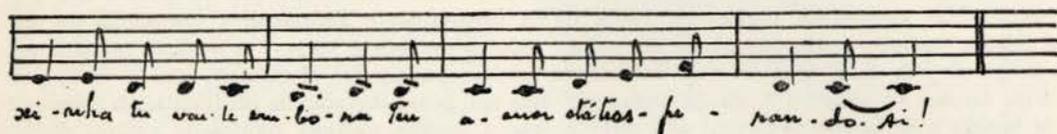
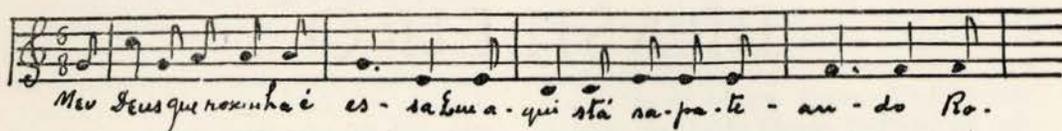
Glória bem merecida e, por isso, eterna.

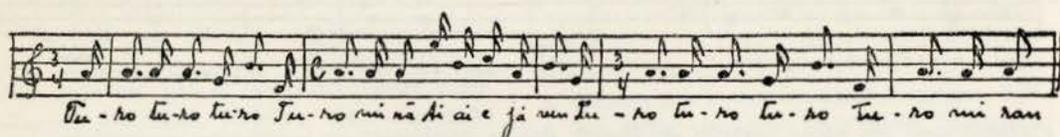
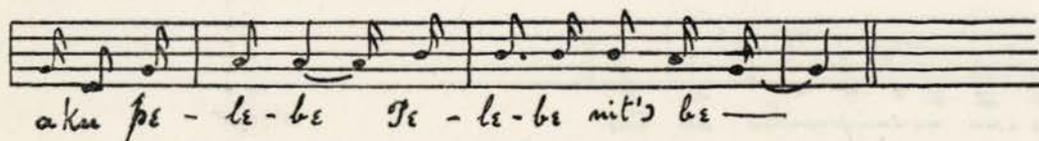
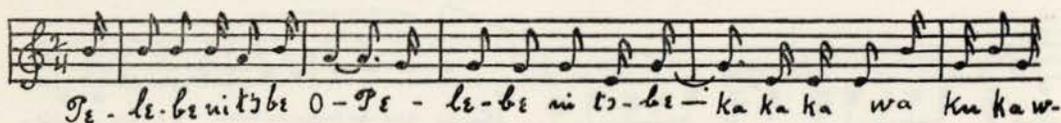
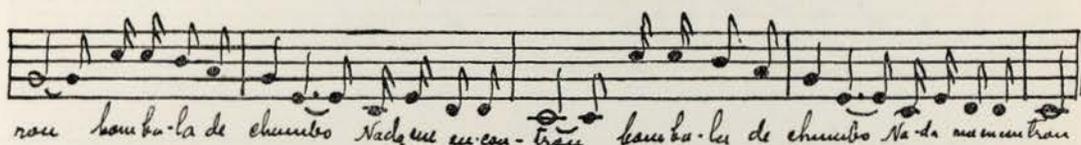
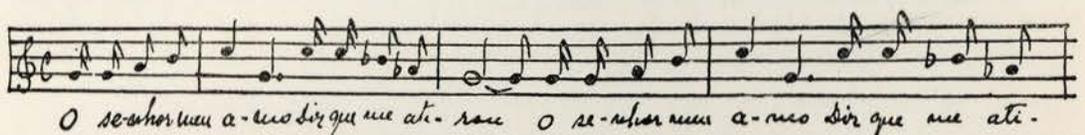
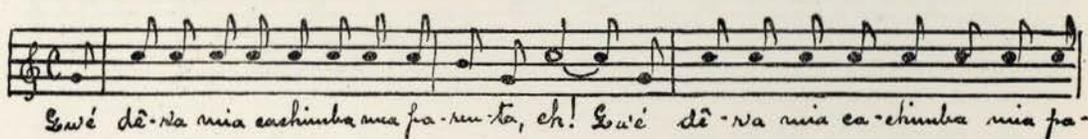
GASTÃO DE BETTENCOURT

A MÚSICA NO FOLCLORE BRASILEIRO

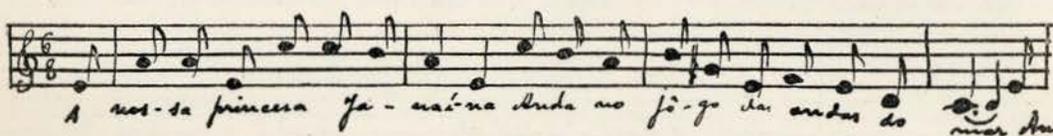
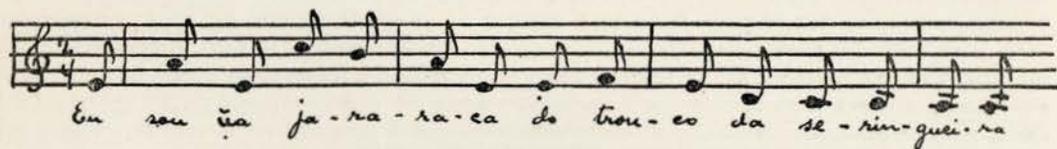
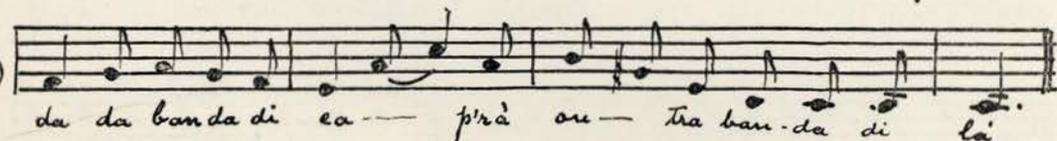
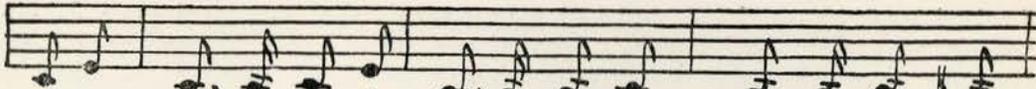
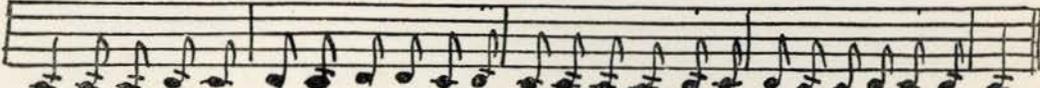
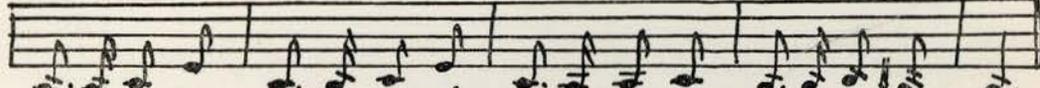
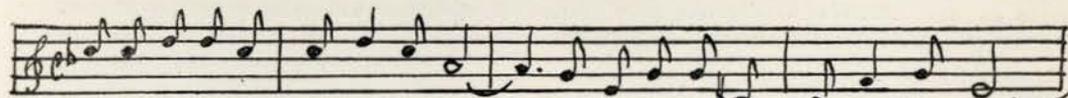
É necessário ouvir êsses cantos dos sertanejos da Rondónia, que Roquete-Pinto publicou. Nas longínquas regiões do Oeste há-de forçosamente afirmar-se a resistência do que é lídima tradição. «Alecrim ao pé da porta» recorda-me que já escrevi as mesmas notas numa *cantiga de reis* da Fozcoa no meu volume de folclore português. Reconheço que a versão de Mato Grosso se adaptou à dança sertaneja, mas não posso duvidar da identidade. A diferença de função e de ambiente fazem, sem dúvida, que a mesma melodia represente valores distintos, independentes da preocupação da origem. Fique a curiosidade do cotejo ao encargo de quem a tiver, que eu vou apontar aqui outro, mais convincentemente brasileiro — e talvez mais se não proporcionem porque a colheita matogrossense se reduz a três documentos. «Eh, dan, dan» dá-me ensejo de recordar uma fórmula musical idêntica num canto dos vaqueiros da região sanfranciscana que a gentileza de um folclorista baïano (1) me permite reproduzir:

Estamos aqui em pleno coração do Brasil, donde irradiaram as influências peninsulares importadas na Baía e conservadas ainda nas «tiranas» de carácter espanhol:

e dos cantos de trabalho que nos eitos do Recôncavo compadeceram as fadigas do negro com a doçura de um lirismo bem português:

Diante de tais influências emudeceram os cantos primitivos dos índios de que apenas podemos fazer claro juízo por colheitas recentes entre populações que nenhum contacto têm ou tiveram com a cultura geral: as que o tiveram foram catequizadas e «reduzidas» até na música.

Os negros, ao contrário, tiveram as suas rudes manifestações folclóricas estimuladas nas senzalas, onde os senhores gostavam de ver a desgraça divertir-se, e nas praças, depois que as autoridades, talvez adoptando um conselho de Platão, resolveram utilizar contra a coesão da maioria racial dos oprimidos que temiam, os constantes motivos de rixas surgidos no calor dos batuques. Tinham belas inspirações musicais, de que, menos pùblicamente, se serviam para as cerimónias de um culto proïbido na terra dos senhores. Eram fórmulas breves, por vezes de grande intensidade dramática, entre as quais se poderia talvez incluir esta, tão afamada que a recolhi no Pará com a indicação de ser originária de Alagoas (chama por Omulu, por outro nome Obaluayê, divindade da Costa dos Escravos que dá e tira a varíola):

Há outras fórmulas, quadradas e um pouco mais extensas, não excedendo em evolução os limites da escala pentafónica. Constituem um corpo de versões muito típico, usado na parte mais esotérica do rito nagô da Baía, êsses cantos em cujas inflexões vou sempre — tanto a música popular se liga ao ambiente — buscar saüdades dos anos que vivi naquela terra feiticeira:

Não há para que mencionar formas de maior amplitude que enriquecem o repertório das liturgias africanas, porque a alma do negro está no folclore brasileiro em algumas constantes do ritmo e principalmente na brevidade e insistência dos motivos, qualidade que bastou a Delafosse para caracterizar a verdadeira música de África. Não esperarei por que me venham recordar as «emboladas» do Nordeste, tão salientes no conjunto nacional e em seu desenvolvimento de valores brevíssimos — donde o nome — tão iguais ao que cantam as gentes de Luanda, em Luanda mesmo. Predominou, no entanto, a estrofe peninsular, vazando tão completamente o seu conteúdo melódico nos moldes afros subsistentes que dêles expulsou todo o vestígio das cantorias que se baralhavam nas diferentes línguas da raça servil. No Norte, as melodias do Bói-bumbá representam o que há de mais «Mamãe Francisca, Papai José» das tradições lusas de bailes de pretos. No Pará:

Se neste exemplo, que mais a propósito me vem reproduzir, se não definem muitas das qualidades do género condensado na documentação de vinte e duas frases do samba rural paulista publicada por Mário de Andrade (Departamento de Cultura de S.-Paulo, 1937), em compensação, o tópico que se pode dizer mais constante — o final: tónica, 3.° grau, 2.° grau, tónica — encontra ali modos variados de se acomodar em sete réplicas e pelo menos outras tantas equivalências harmónicas, às vezes à custa da frase inteira ou de meia frase(2). A estrofe do Bói-bumbá aparece textualmente parodiada num meio em que se elabora certa espécie de folclore, objecto principal das induções dêste ensaio atirado à pesquisa de formas fecundas e originais, o meio do espiritismo paraense alimentado de recordações caboclas:

O ritual caboclo apresenta-se como sucedâneo das práticas tradicionais dos negros nos estados do Nordeste onde escasseia o elemento africano, e no Pará é ainda dominado por gente de raça negra. Mulata e maranhense é a Luzia, estabelecida em Belém, a quem devo as «doutrinas», como ela lhes chama, em língua da Costa; preta é a Teodora, do Mosqueiro, de quem aprendi os cânticos em português. A contrafeita pagelança irradia pelo Amazonas, até Faro, à margem de um furo que visitei numa viagem de «gaiola» a Manaus, onde também

encontrei uma vaga pitonisa escura. Os elementos locais limitam-se ao prestígio da flora (mururé, paricá, etc.) e a reminiscências fáceis dos índios dos tempos heróicos. Nas assembléias do maracá, a longa teoria dos espíritos de «encantados» que hão-de comunicar com os médiuns, passa comandada pela disciplina dos cantos, como nos terreiros dos negros as hierarquias de «orixás», venerados na presença viva das «iauôs», obedecem à ordem prefixa das toadas. Nesta liturgia de contrafacção, vitória do nacionalismo ainda em meios, como a Baía, fortemente impregnados de tradição africana, parece, de começo, nos abandonar a esperança no encontro de motivos originais.

A elaboração musical apoia-se visìvelmente no elemento europeu, tão estreitamente cingida, por vezes, aos padrões de importação que vemos o portuguesíssimo «vira» de Coimbra (no pentagrama central do exemplo que segue) passar do sentimentalismo doce das tricanas, com ligeiras modificações (pentagrama superior) ou com modificações maiores, que, no entanto, não deixam dúvidas, ao folclore de um mundo estranho governado pelo endiabrado curumim Jurupari, a aranha ruça, o tubarão banqueiro e as iaras dos rios que não têm conta:

Mas talvez a degradada influência negra se exerça nesta recente fase com uma energia fecundante de que antes não dera provas. É mesmo possível que ela se tenha enriquecido no Maranhão de elementos que começam a operar no folclore mercê de condições especiais de receptividade. Esta suposição não se me afigura demasiado arrojada em matéria que já me proporcionou o assombro de encontrar num terreiro de São Luís a mais extraordinária colecção de cânticos que ainda me foi dado surpreender. Dessa música, de que publiquei alguns exemplares notáveis (3) e de cujas origens, que não importam agora, espero algum dia poder tratar, só quero oferecer um modêlo de graça indefinível, uma expressão deliciosamente fruste a que, para encurtar razões, chamarei ingenuïdade:

Não pretendo estabelecer qualquer filiação da ordem das que se reconhecem por traços que não são parecenças casuais. Mas a mesma frescura, a mesma delicadeza de matizes melódicos, evidenciados em alguns cânticos bem possívelmente de criação paraense, leva-me a formar a quási convicção da reprodutividade dos modelos exóticos dos terreiros. A expressão é semelhante, o molde é o mesmo dos cânticos tradicionais dos negros:

A toada seguinte é uma expressão mais elevada e mais pura da angústia da raça: Iemanjá, Iemanjá! — grito de júbilo e terror da alma que se entrega. O ritmo evoca as pancadas dos remos à superfície das águas tranqüilas e perversas. Iemanjá!... — soluço que morre no seio das águas...:

Não será fácil saber de certeza onde nasceu êste canto, que tem logar, embora de segunda plana, entre os belos que se cantam sôbre os rios e os lagos em diferentes regiões da Terra. Talvez não baste a letra, em que só a palavra «niá», mãe, tão comum nos cânticos à orixá das águas, é, de necessidade (4), africana, a persuadir-nos da origem brasileira. Mas podemos supor a inspiração local capaz de uma dessas criações. A música dos terreiros ainda é apreciável elemento de cultura a assimilar na arte brasileira. Não é provável que esta assimilação seja tôda espontânea, por mediação do folclore, como outras que formaram já estilo nacional. Contudo, as fronteiras dessa região mediata já foram, de uma e de outra parte, transpostas. Indícios vagos mas certos me parecem os apontados. Outros haverá de que o elemento negro sobreviva ao ocaso da sua influência directa em valores estéticos de ordem muito diferente da que temos visto imposta pelo «jazz». A tendência brasileira é para o predomínio dos valores poéticos, subjectivos, requintados.

EDMUNDO CORREIA LOPES

(1) Anísio Melhor (Cidade de Nazaré). Também lhe pertencem as duas citações musicais seguintes. Daqui envio os meus agradecimentos e homenagens ao respeitado folclorista e historiógrafo.

(2) N.º 18: Gêmêu/Terrenu di Pirapora; n.º 5: Arêia.../Tão tiranu arêia du má.

(3) Os três primeiros da página 143, vol. IX, de *O Mundo Português*.

(4) Em «curuô» também há uma sugestão de homofonia ligada a certa palavra ioruba freqüente na linguagem dos cânticos.

O MISTÉRIO DA ARTE DOS NEGROS

Havendo esgotado a paciência dos meus leitores com uma dúzia de artigos publicados em fila numa revista portuguesa — «O Mundo Português» —, afora alguns outros em revistas coloniais, sôbre a chamada *Arte Negra ;* e havendo, por assim dizer, esgotado a minha pseudo-sabedoria sôbre o assunto e a minha paixão de artista deslumbrado com a novidade e a fantasia dos escultores negros, cujas lições reüni numa exposição com mais de 600 peças, a pedido da Sociedade de Geografia de Lisboa, e num luxuoso álbum — «Arte Indígena Portuguesa» — editado pela Agência Geral das Colónias ; havendo, enfim, dado quanto possuía dos meus entusiasmos por essa Arte Pura, inculta mas imaginativa, bárbara, se quisermos, mas intensamente expressiva, religiosa muitas vezes, maliciosa de quando em vez, pitoresca freqüentemente e original sempre nas suas estéticas, nas suas criações, no seu espírito profundo e misterioso, que varia consoante as raças ou tribos que a cultivam com pertinácia, pus um dia o ponto final nessa freima num artigo publicado numa folha editada no Brasil, não fôsse de uma paixão surgir-me uma mania.

Hoje, porém, para matar saüdades e na esperança de ver nascer das cinzas uma nova chama, que aqueça amortecidas realizações de outras pessoas de boa vontade que com a minha abalei outrora — quando se organizarão as galerias de Arte Negra, prometidas? — venho ainda recordar o valor plástico, a mística idolátrica e misteriosa, os encantos dessa arte virgem, a diversidade nos seus gostos, o sentido humano e vivo e sensacional das suas estupendas realizações. A África é inesgotável de segredos e de produções artísticas que deslumbram os povos brancos e algumas ocasiões lhes têm sugerido reformas e reanimações na própria arte.

Os povos africanos — às raças negras me refiro naturalmente —, têm um sentimento das realidades nascidas do amor total, tão grande como aqueloutro, abstracto, das suas crenças nas fôrças dos espíritos, que os levam a inventar, criar e engalanar simbólicos ídolos, terríficos manipansos, fantásticas formas de divindades, a par de imagens realistas, de composições naturais, de cenas colhidas na sua própria vida oculta, íntima, respeitável ou pública, vulgar, de costumes comuns em todos os povos. Êste duplo sentimento, cujas interpretações, primárias ou anormais na sua arte, tornam complexas as formas e as concepções, originais e imaginativos os modos de as resolver, dá aos povos negros uma superioridade, ainda que de inconsciência primitiva e de audácias instintivas, sôbre os povos civilizados, gastos nos sentimentos pelo domínio do pensamento, esgotados na fantasia que os séculos apertaram em sistemas, teorias, dogmas, sabedorias e preconceitos de tôda a espécie, de arrojos e criações de ordem plástica, que por exigências lógicas — não sei se mais justas — da sua própria cultura e do seu raciocínio filosófico, derivaram na conquista da perfeição, abandonando a inquietação humana, ardente e insatisfeita, das descobertas nunca por outrem sonhadas, das loucuras sempre novas e de original expressão, da criação de formas e de arrebatamentos interiores traduzidos por todos os meios vitais da arte.

Repito que o sentido do poder misterioso ou real da Vida, ninguém como os negros o sabe e tem a coragem de exprimir na plástica. Digo plástica, porque o negro é essencialmente escultor, como Baudelaire depreciativamente o declarou, com desdéns de especulação literária. O negro só é pintor nas danças, nos batuques, nas tatuagens, nos ornatos femininos, na cerâmica e, às vezes, nas máscaras e utensílios de feitiçaria e na música, onde o claro-escuro poético, as ansiedades, a evocação e o drama ou alarido de guerra, o leva a exprimir-se com agonias ou exuberâncias de forte colorido emocional. Exactamente porque as formas da vida ou dos mistérios desta, que traduz por formas que se assemelham àquelas, impressionam vigorosamente a sua visão e o

subconsciente das suas concepções, é que é escultor. De aí admirar e desejar, adorar mesmo, todos os objectos coloridos, reluzentes, gritantes — missangas ou panos, vidros ou penachos, contas ou disparates de côr —, que os brancos lhe oferecem. A côr, para o negro, é um narcótico ignorado no seu sangue.

Entre as obras de arte que criam, as cadeiras do soba, o Trono do Poder, é o melhor exemplo daquilo que afirmo. Êsse trono é sempre o símbolo da Vida. Lá se esculpem tôdas as cenas dela, desde o nascimento e conseqüentes operações físicas, até ao sonho e à agonia. O soba assenta o seu Poder sôbre a Fôrça da Vida tal como êles a concebem, com agrupamentos de decorativos, mas reais motivos, com figuras isoladas, com a representação de costumes e de mitos, até no cimo do espaldar surgirem símbolos ou descrições de heroicidade, o que equivale às nossas glórias do além. A cadeira do soba é o *Fons Vitæ* das convicções indígenas.

É também freqüente, sobretudo nos cetros ou bastões dos chefes, encontrarem-se esculturadas, com sentido realista, figuras femininas no acto de parir. Nos povos de mais desenvolvida cultura profissional, êsses cetros são talhados com mais oriental desenho, estilizados, simétricos nos contornos, e não raro aparecem com tipos femininos de sensuais feições, acocorados e segurando, com as mãos de fortes volumes, os peitos entumecidos, erectos, como que oferecendo o leite da Vida, tal e qual certas estátuas europeias com o mesmo significado, ou mesmo religiosas. Êsse sentimento persiste na figuração de tanta escultura indígena, que não pertence à idolatria nem a qualquer outra de serventia nos feitiços, mas tão sòmente à simpatia humana pela mãe-mulher, de onde a vida emana. Os bastões *vatchivokoés* são admiráveis exemplos disso.

Na ordem idolátrica, as esculturas têm tal variedade de expressões, recortes e símbolos, que só observando-as em pormenores, peça por peça, região por região, tribo por tribo, se poderiam definir. Há, contudo, um caso vulgar, que, embora pareça aos distraídos nestes problemas ser de insuficiência no cálculo das proporções que os negros descuram, pela sua freqüência nos parece intencional. São as mãos enormes, espalmadas como em aplausos ou voltadas com a palma para fóra, como a escultura dos índios e até a chinesa adoptam repetidas vezes. Essa desproporção, essa repetição do movimento, êsse volume desmedido toma tal importância em certos ídolos, fala tão virilmente em contraste com o resto das figuras, que a julgamos alegórica de uma crença dos povos árabes, que nas mãos acreditavam existirem poderes divinos e privilégios de transmissão de pensamento, como se nelas se concentrasse o raciocínio. Hordas orientais e caravanas nómadas de árabes invadiram e atravessaram a África algumas vezes. É natural que por lá deixassem jeitos e superstições suas, influências na arte africana, como aconteceu no Ifé, como se demonstra nas lindas cabeças ali descobertas, nas madeiras do Congo, nos marfins e nos bronzes de Benim, que os descobridores portugueses ajudaram a progredir nos saberes profissionais.

No Congo, os indígenas inventaram a particularidade de esculpir cabeças duplas, isto é, bustos com duas faces, como os gregos haviam inventado para plintos comemorativos de glórias poéticas ou simples adornos decorativos de lugares de repouso e sonho. Êste facto de afinidades estéticas entre gentes de arte que se ignoravam, é também digno de consideração. Não sendo único nas nossas Colónias — conheço bastões de Sofala com êsse pormenor — o certo é que é raro em Moçambique e nem em Angola nem na Guiné é usado.

Sabe-se que em tôda a África há povos mais artistas que outros, como em tôda a parte do Mundo. São famosos os bijagós, os lundas, os macondes, os congoleses, etc.. Mas, em tôda a parte, cada tribo tem os seus escultores especializados, sendo notáveis as qualidades de adaptação e de progressão nesses artistas, que, embora assimilativos por dom, são refractários a imposições estranhas, por convictas e tradicionais crenças de espírito. A arte cristã, guiada e sugestionada pelos missionários, encontra ali teimosias de reacção. No entanto, o negro, hábil nas manhas como é no ofício, sem abdicar das superstições herdadas, tem, ùltimamente, executado imagens do culto católico em matérias mais perduráveis, onde os seus jeitos fáceis encontram resistência aos vícios da sua estética — pedra, marfim e metal —, em que são bem fracos profissionais. Dessas intromissões, há imagens de Cristo crucificado, Virgens orantes, Santos, e até nas costas de uma cadeira moçambicana

esculpiram uma *Piedade* em combinação com um tipo europeu e outros motivos naturais. Claro está que esta cadeira não pertenceu a nenhum soba (que as querem pequenas ou bancos sem espaldar), mas foi, sim, esculpida para um mestre das missões.

Sinto que, ao recordar e mexer nesta arte dos indígenas africanos, me sujeito ao perigo de reviver antigas paixões. A África atrai, não só os colonos que a viveram, mas também aquêles, como eu, que só a sentiram através da sua arte. Sendo, porém, o espaço pequeno para outros devaneios, como seria o de falar dos xistos baixo-relevados das máscaras dos feiticeiros ou bailarinos, de formosa e grande variedade, dou graças ao Senhor que por aqui me tenha de quedar, não vá o mafarrico contagiar-me novas *febres de África* e eu ter de as curar como os males de mordedura de cão. De resto, a arte de África pode ser sentida e compreendida nos seus aspectos exteriores, mas nunca no seu sentido mais íntimo, que é quási sempre misterioso, salvo para quem tenha convivido com os plásticos negros e vivido na intimidade da selva e, naturalmente, dos nativos. Aguardemos que, um dia, os próprios negros, se se resolverem, em favor da História Universal, a traír os segredos das suas raças e da própria terra onde êsses segredos estão enterrados e defendidos, como riquezas que se protegem das feras, no-la expliquem. Mas ai do branco que acredite nas primeiras revelações! É que o negro mente ao branco, não por ser mentiroso, mas por fidelidade ao sangue, às crenças ancestrais, ao espírito da raça e ao mistério do solo. As minas de Salomão existem ocultas em tôda a África!

DIOGO DE MACEDO

NOTAS

Para evitar que êste número se torne ainda maior do que o exigido pela numerosa colaboração, abstemo-nos das considerações habitualmente formuladas nas NOTAS. *Não podemos, porém, fugir a três ou quatro explicações.*

A numeração das páginas devia recomeçar em cada número, pois que os concebemos arquitectònicamente, como edifícios completos. Nem o tamanho de cada um permitiria que os dois publicados cada ano fôssem encadernados num só volume. Mas no 2.º número, por inadvertência, a numeração das páginas continuou a do anterior — êrro que se corrigiu no 3.º e que, como êrro, não deve ser tomado em consideração pelos coleccionadores.

No 3.º número, anunciámos parte da colaboração que aparece nêste, e outra que falta: nuns casos, por culpa dos autores; noutros, por culpa nossa. A feliz concorrência de colaboradores brasileiros obrigou-nos a retirar para o número seguinte: os poemas de António Ferreira Monteiro, Augusto Ferreira Gomes e António Lopes Ribeiro, a novela *O Calhandriz*, de Adelaide Félix, o *Capítulo de Romance*, de Manuel da Fonseca, e outra colaboração, que nos foi entregue depois: um díptico de sonetos, de Alberto Osório de Castro, um poema de Américo Cortez-Pinto, outro, de uma estreante: Maria Carmo, a tragicomédia: *O Baptismo de Dom Quixote*, de João de Castro Osório, dois pequenos capítulos de: *O Romance do Largo*, de Rachel Bastos, com ilustração da autora, e a novela: *Passos de Menino*, de Tomaz Kim.

Aquêle motivo impedir-nos-ia, certamente, de dar nêste número tôda a outra colaboração anunciada, mas não é essa a razão porque não figuram entre os colaboradores portugueses: Manuel Múrias, João Ameal e outros que desejámos tornar mais conhecidos. De Mário de Albuquerque, podemos dar, à falta de um ensaio, um artigo com interêsse para o Brasil. Da colaboração de um moço poeta, também anunciada, tivemos que prescindir, independentemente da falta de espaço, porque o poema que nos entregara foi por êle, entretanto, publicado em livro.

Para que não se repitam tantas faltas, anunciamos, apenas, aquilo que temos em nosso poder, e nesse caso está a seguinte colaboração brasileira: *Biografia e Romance*, por Octávio Tarquínio de Sousa, *O Julgamento na Crítica*, por Álvaro Lins, *Outras «Viagens na Minha Terra»*, por Afrânio Peixoto, *Summa*, poema de Augusto Frederico Schmidt, ilustrado por Cícero Dias, *A face Pura*, poema de Alphonsus de Guimaraens Filho, *Rení*, trecho de romance, de Octávio de Faria, *Insónia*, narrativa de Graciliano Ramos.

O único colaborador do 3.º número, vítima de erros tipográficos foi, ao que parece, o pintor António Pedro, autor da conferência: *Introdução ao Conhecimento da Pintura Brasileira Moderna*, de que publicámos excertos sob o título: *Alguns Pintores Brasileiros Modernos*. Mas piores do que aquêles erros, foram, pelo colaborador, considerados os comentários, no mesmo número produzidos pelo Secretário desta Revista, sôbre a própria conferência.

Se não nos penitenciamos, queremos declarar que êsses comentários são da responsabilidade exclusiva do Secretário da Redacção, ou, mais exactamente, de José Osório de Oliveira. É justo, porém, que novamente se diga que o que publicámos (de acôrdo, aliás, com o autor), foram apenas excertos, não devendo a conferência ser julgada pelos comentários pessoais que suscitou.

Algumas das notas bio-bibliográficas relativas aos colaboradores têm saído incompletas, mas não por culpa nossa. Podemos, agora, completar as informações respeitantes a dois colaboradores do 3.º número: EDGAR CAVALHEIRO, que nasceu em São-Paulo, em 1912, e que, além do ensaio biográfico: *Fagundes Varela*, publicou: *Biografia e Biógrafos*, tendo, ainda, organizado uma anto-

logia: *As Obras-Primas do Conto Universal;* OTTO MARIA CARPEAUX, que nasceu em Viena (Áustria), em 1900, tendo-se naturalizado brasileiro em 1942, e publicado, em português, o volume de ensaios: *A Cinza do Purgatório,* que Gilberto Freyre considerou «um livro de mestre».

A propósito, queremos dizer que o artigo do Dr. Francisco Fernandes Lopes, que nêste número publicamos, contestando, muito embora, o ponto de vista de Otto Maria Carpeaux, não pretende estabelecer polémica, que ficaria deslocada nesta Revista.

À falta de lugar próprio nêste número, entendemos dever registar aqui o aparecimento de duas obras que não podem passar sem menção especial numa revista «luso-brasileira»: *A Carta de Pero Vaz de Caminha,* trabalho de grande tomo, publicado no Brasil por Jaime Cortezão, e *O Brasil de Hoje,* dois volumes em Portugal publicados pelo Major Alexandre de Morais — a primeira obra, do mais vasto e profundo saber; a outra, de conscienciosa e útil informação.

Entendemos dever informar, ainda, que a conferência de José Osório de Oliveira, de que, por falta de espaço, damos só o prólogo, será publicada em opúsculo, com o seu título: *Aspectos do Romance Brasileiro.* O mesmo crítico português da literatura brasileira aceitou o encargo de dirigir uma colecção de nome *Brasil,* que um editor de Lisboa vai publicar, começando por uma selecção de *Contos Brasileiros.*

Uma última nota, lamentável esta, pois que nada o é mais do que a necessidade de uma errata, ainda por cima em obra poética: No III poema do *Roteiro do Atlântico,* de Ribeiro Couto: *Num berço perdido...,* o último verso devia ter o verbo no futuro. Em vez de: «Fundara o império», como saiu impresso, o poeta tinha escrito: «Fundará o império». E desse simples acento agudo depende todo o sentido do poema.

OS NOVOS COLABORADORES

ÁLVARO RIBEIRO — Nasceu no Pôrto, em 1905. Ensaísta, crítico social e filosófico, além de diversos artigos publicados em jornais, versando assuntos de política e de pedagogia, colaborou, com ensaios de carácter filosófico, nas revistas: «Princípio», «Variante» e «Aventura»; tem no prelo um estudo sôbre «O Problema da Filosofia Portuguesa».

VIANNA MOOG — Nasceu no Rio-Grande-do-Sul, em 1906. Ensaísta, crítico social, biógrafo e romancista, publicou: «Heróis da Decadência» (ensaios sôbre Petrónio, Cervantes e Machado de Assis), «O Ciclo do Ouro Negro» (depoïmento sôbre as realidades da Amazónia), «Novas Cartas Persas» (sátiras sôbre os acontecimentos contemporâneos), «Eça de Queiroz e o Século XIX» (biografia crítica) e «Um rio imita o Reno» (romance — prémio da Fundação Graça Aranha).

TERESA LEITÃO DE BARROS — Nasceu em Lisboa, em 1898. Crítica literária, ensaísta, autora de livros de evocações históricas e de literatura infantil, publicou: «Escritoras de Portugal» (dois volumes de crítica e história da literatura feminina), «Silêncio» (contos e casos), «Vidas que foram Versos» (estudo sôbre inspiradoras de poetas), «No Jardim do Passado» (evocações históricas), «Vidas de Santos» e os contos e novelas infantis: «Varinha de Condão» (de colaboração com Fernanda de Castro), «Bonecos de Estampar», «História Maravilhosa» e «A Primeira Aventura de Zé Nêspera», além de uma adaptação em prosa de «Os Lusíadas», de uma conferência sôbre «Maria Amália Vaz de Carvalho» e de uma dissertação àcêrca «Do Ensino Secundário da História da Literatura Portuguesa».

HÉLIO VIANNA — Historiador brasileiro que se dedica, especialmente, à história social e política; autor de um livro sôbre a «Formação Brasileira»; crítico literário da revista «Estudos Brasileiros». Apresentou ao Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo uma tese sôbre «A Educação do Brasil Colonial».

FRANCISCO FERNANDES LOPES — Nasceu em Olhão, em 1884. Médico, compositor musical e crítico de música, de história e de filosofia, tem publicado estudos ou séries de artigos, realizado conferências e apresentado comunicações a congressos sôbre os mais diversos assuntos: o plano henriquino das Índias, a colaboração portuguesa no descobrimento da América—não brasileira, o primeiro descobrimento colombino, a personalidade e naturalidade de Cristóvão Colombo, a música portuguesa na época moderna, a música austríaca, a de Florent Schmidt, a melodia francesa contemporânea, a música nos autos de Gil Vicente, um novo método de transliteração arábico-latina, etc. Os seus escritos encontram-se dispersos por obras colectivas, colectâneas de teses ou de conferências, revistas e jornais, muitos dêstes da província; as suas composições estão tôdas inéditas e poucas vezes têm sido executadas. Editado pelo S. P. N., deve aparecer, em francês, um estudo seu sôbre «A Música em Portugal».

FIDELINO DE FIGUEIREDO — Nasceu em Lisboa, em 1888. Historiador da literatura, crítico e ensaísta, membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras, publicou, entre outras, as seguintes obras: «O Espírito Histórico», «História da Crítica Literária em Portugal», «A Crítica Literária como Ciência», «História da Literatura Romântica», «História da Literatura Realista», «História da Literatura Clássica» (três volumes), «Características da Literatura Portuguesa», «Estudos de Literatura» (quatro volumes), «Memórias de um *Vencido da Vida*» (sôbre Oliveira Martins), «Depois de Eça de Queiroz...» (sôbre a literatura contemporânea), «As Duas Espanhas», «Pyrene» (ensaios de crítica comparativa das literaturas espanhola e portuguesa), «Estudos de História Americana», «Aristarcos» e vários livros de ensaios como: «Epicurismos», «Tôrre de Babel», «Notas para um Idearium Português», «Motivos de Novo Estilo», «Crítica do Exílio», «Interpretações» e «Últimas Aventuras», além de obras de ficção como: «Sob a Cinza do Tédio» (romance de uma consciência) e «Revoada Romântica». Dirigiu a «Revista de História», da qual se publicaram dezasseis volumes.

GASTÃO CRULS — Nasceu no Rio-de-Janeiro, em 1888. Contista e romancista, publicou os seguintes volumes de contos: «Coivara», «Ao Embalo da Rêde» e «História puxa História»; os romances: «A Amazónia Misteriosa», «Elsa e Helena», «A Creação e o Creador» e «Vertigem», e o livro de viagens: «A Amazónia que eu vi». Dirigiu, com o crítico Agrippino Grieco, a revista literária: «Boletim de Ariel», que se publicou de 1931 a 1939.

JOÃO SARAIVA — Nasceu no Pôrto, em 1866. Jornalista e poeta, publicou os seguintes livros de versos: «Serenatas», «Líricas», «Mocidade», «Líricas e Sátiras», «Lenda de Santa

Bárbara», «Sátiras, de Rivol», «Sinfaníadas» e «Sol-Pôsto (Novas Líricas e Sátiras)».

AFONSO DUARTE — Nasceu na Ereira (Montemor-o-Velho), em 1886. Poeta, folclorista e pedagogo, publicou os seguintes livros de poesia: «Cancioneiro das Pedras», «Tragédia do Sol-Pôsto», «Rapsódia do Sol-Nado» seguida do «Ritual do Amor» e «Os 7 Poemas Líricos»; os estudos: «Barros de Coimbra» e «O Ciclo do Natal na Literatura Oral Portuguesa»; os ensaios: «Carta Metodológica do Desenho Decorativo» e «Os Desenhos Animistas de uma Criança de 7 Anos», tendo anunciado uma obra com o título: «Peregrinação ao Mundo Encantado das Crianças». Dirigiu a revista «Rajada», que se publicou em Coimbra, de 1912 a 1914, tendo como director artístico o desenhador Correia Dias.

RIBEIRO COUTO — Nasceu em Santos, em 1898. Poeta, cronista, contista, romancista, membro da Academia Brasileira de Letras, publicou os seguintes livros de poesia: «O Jardim das Confidências», «Poemetos de Ternura e de Melancolia», «Um Homem na Multidão», «Canções de Amor», «Província», «Noroeste e Outros Poemas do Brasil» e «Cancioneiro de Dom Afonso», além de uma *plaquette* fóra do comércio: «Correspondência de Família», com um poema seu e outro de Adolfo Casais Monteiro, e um prefácio de Osório de Oliveira; os volumes de crónicas e de impressões: «A Cidade do Vício e da Graça» (sôbre o Rio-de-Janeiro), «Conversa Inocente», «Chão de França» e «Presença de Santa Terezinha» (sôbre Lisieux); os livros de contos: «A Casa do Gato Cinzento», «O Crime do Estudante Batista», «Bahianinha e Outras Mulheres» (premiado pela Academia Brasileira), «Club das Esposas Enganadas» e «Largo da Matriz e Outras Histórias»; os romances: «Cabocla» e «Prima Belinha», e o ensaio: «Espírito de São Paulo».

SAÚL DIAS — Pseudónimo poético de Júlio dos Reis Pereira, que nasceu em Vila-do-Conde, em 1902. Com êsse pseudónimo, publicou os livros de poesia: «...Mais e Mais...», «Tanto» e «Ainda», por êle próprio ilustrados; com o nome de Júlio, publicou os álbuns de desenhos: «Música» e «Domingo».

JORGE BARBOSA — Nasceu na Cidade da Praia (Cabo-Verde), em 1903. Poeta, publicou os livros de poemas: «Arquipélago» e «Ambiente»; foi um dos directores da revista da inteligência crioula: «Claridade»; tem novo livro de poemas a publicar e, em preparação, um romance: «Bia Graça».

ANTÓNIO CONDEÇA — Nasceu em Beja, em 1896. Poeta inédito, publicou apenas artigos em jornais e revistas.

RACHEL DE QUEIROZ — Nasceu no Ceará, em 1910. Romancista, obteve com «*O Quinze*» — a sua obra de estreia, escrita aos dezanove anos — o prémio da Fundação Graça Aranha, a primeira vez que foi atribuído. Publicou, mais, os seguintes romances: «João Miguel», «Caminho de Pedras» e «As Três Marias», alcançando, com êste último, o prémio da Sociedade Felippe d'Oliveira.

AMANDO FONTES — Nasceu em Santos, em 1899, pertencendo, porém, a família sergipana, tendo vivido em Aracaju e escrito sôbre a gente do Estado de Sergipe. Romancista, obteve, com a sua obra de estreia: «Os Corumbas», o prémio Felippe d'Oliveira de 1933 — a primeira vez que foi atribuído. Depois dêsse, publicou só outro romance: «Rua do Siriry».

LUÍS JARDIM — Nasceu em Garanhuns (Pernambuco), em 1901. Desenhador e contista, ilustrou o «Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife», de Gilberto Freyre, e o «Guia de Ouro Prêto», de Manuel Bandeira; prefaciou o livro de Gilberto Freyre: «Artigos de Jornal»; publicou o volume de contos «Maria Perigosa», com o qual obteve o prémio Humberto de Campos de 1938, e um livro para crianças: «O Boi Aruá», que alcançou o primeiro prémio do Concurso de Literatura Infantil do Ministério da Educação. No concurso de livros de estampas, igualmente promovido pelo Ministério da Educação, coube o segundo prémio à sua obra: «O Macaco e o Tatu».

MARQUES REBELLO — Nasceu no Rio-de-Janeiro, em 1907, mas passou parte da infância em Minas Gerais. Contista, romancista, biógrafo e escritor teatral, publicou três livros de contos: «Oscarina», «Três Caminhos» e «Stela me abriu a porta»; dois romances: «Marafa» e «A Estrêla Sobe», tendo o primeiro partilhado o prémio Machado de Assis com outros três romances; uma «Vida de Manuel António de Almeida»; uma peça de teatro: «Rua Alegre, 12», alem de histórias infantis, em colaboração com Arnaldo Tabaia, e de brochuras didácticas para as crianças, em colaboração com o pintor Santa Rosa.

ALEIXO RIBEIRO — Nasceu em Lisboa, em 1900. Romancista e novelista, publicou os romances: «Jôgo de Damas» e «Bússola Doida», e a novela: «A Caixa de Música».

JOSÉ DE LEMOS — Nasceu em Lisboa, em 1910. Desenhador e escritor, tem publicado vários contos, por êle próprio ilustrados, no semanário «Acção»; dirige a «Página Infantil» do «Diário Popular».

SANTA ROSA — Desenhador e pintor brasileiro, tem ilustrado numerosos livros e escrito artigos de crítica de Arte.

MARIO DE ALBUQUERQUE — Nasceu em Vizeu, em 1898. Historiador, professor da cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sócio da Academia Portuguesa da História, autor de uma tese sôbre «O Significado das Navegações» e de numerosos artigos publicados na imprensa de Portugal e do Brasil.

LUIS SILVEIRA — Nasceu em Lisboa, em 1912. Filólogo, erudito e crítico literário, antigo leitor de Português na Universidade de Hamburgo, director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, publicou, entre outros trabalhos de investigação: «Manuscritos de Filologia Latina da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora», «Uma Colecção de Desenhos do Século XVIII da Biblioteca Pública de Évora», «Cartas de António Feliciano de Castilho e Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara», «Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro de Évora», «Livros do Século XVI impressos em Évora» e «Um Missionário Português no Congo nos fins do Século XVIII»; tem colaborado nas seguintes revistas: «Brasilia», «Anais das Bibliotecas e Arquivos», «Ethnos», «Brotéria» e «Ocidente»; mantém duas secções regulares no semanário «Acção»: «Ensaios de Crítica» e «Catálogo»; colabora freqüentemente nos programas culturais da Emissora Nacional.

MARQUES GASTÃO — Nasceu em Lisboa, em 1914. Romancista e crítico, publicou o romance «Três Vidas», duas conferências: uma sôbre Teixeira de Pascoaes, a outra sôbre Fialho d'Almeida, e um estudo sôbre «Joana e Gabiru (Dois símbolos na obra de Raúl Brandão)».

EDMUNDO CORREIA LOPES — Nasceu em Vila-Real, em 1898. Etnógrafo, publicou um «Cancioneirinho de Fozcôa» e um estudo sôbre «S. João Baptista de Ajudá», tendo no prelo um trabalho: «O Brasil (A Terra e a Gente)» e outro sôbre «A Escravatura». Tem colaborado em várias revistas portuguesas, espanholas e brasileiras, com estudos sôbre folclore musical e folclore *negro*.

DOCUMENTOS

PORTUGAL PERANTE A GUERRA

A Presidência do Conselho da Nação Portuguesa tornou pública, no dia 12 de Outubro, a nota oficiosa que a seguir se transcreve para que fique arquivada nesta revista da família luso-brasileira.

Portugal deu agora, à nação aliada, a colaboração que a sua neutralidade condicionada permitia, como deu ao Brasil a sua solidariedade moral no momento em que o povo lusíada da América definiu a sua posição no conflito mundial.

De acôrdo com o Govêrno Português, o Govêrno de S. M. no Reino Unido fêz hoje à Câmara dos Comuns a seguinte comunicação:

«1. Ao deflagrar a guerra o Govêrno Português, em inteiro acôrdo com o Govêrno de S. M. no Reino Unido, adoptou uma política de neutralidade com o fim de evitar que a guerra alastrasse à Península Ibérica. O Govêrno Português declarou, no entanto, com freqüência, e a última vez no discurso do Doutor Salazar de 27 de Abril, que a referida política não era de modo algum incompatível com a aliança anglo-portuguesa que foi reafirmada pelo Govêrno Português logo nos primeiros dias da guerra.

2. O Govêrno de S. M. no Reino Unido, baseando-se nesta antiga aliança, pediu agora ao Govêrno Português lhe conceda certas facilidades nos Açores que o habilitarão a melhor proteger a navegação mercante no Atlântico. O Govêrno Português concordou em satisfazer êste pedido e concluíram-se entre os dois Governos acordos, que entrarão imediatamente em vigor, relativos a) às condições que regem o uso das referidas facilidades pelo Govêrno de S. M. no Reino Unido e b) ao auxílio britânico em material e outros fornecimentos indispensáveis para o Exército Português e para manutenção da economia nacional.

3. O acôrdo relativo ao uso das facilidades nos Açores é de natureza puramente temporária e de modo nenhum prejudica a manutenção da soberania portuguesa sôbre o território português. Tôdas as fôrças britanicas serão retiradas dos Açores no fim das hostilidades.

4. Nada neste acôrdo afecta o permanente desejo do Govêrno Português, ao qual o Govêrno de S. M. declarou corresponderem os seus próprios sentimentos de continuar a política de neutralidade no Continente europeu e por esta forma conservar uma zona de paz na Península Ibérica.

5. Na opinião do Govêrno de S. M., êste acôrdo deve dar nova vida e vigor à aliança que há tanto tempo existe com mútua vantagem entre o Reino Unido e Portugal. Não só confirma e fortalece as antigas garantias resultantes dos Tratados de Aliança, mas dá também nova prova da amizade anglo-por-

tuguesa e fornece uma garantia adicional para o desenvolvimento desta amizade no futuro».

Ao dar conhecimento ao País dos factos constantes da anterior comunicação, o Govêrno Português julga por agora apenas necessário acrescentar e frisar o seguinte :

a) Sempre que houve necessidade de expor a política internacional portuguesa e definir a posição de neutralidade assumida pelo País no comêço da guerra, se reiterou a afirmação de que, embora desejoso e sinceramente resolvido a mantê-la, o Govêrno considerava a neutralidade condicionada, na latitude do seu exercício, por eventual funcionamento da aliança anglo-lusa (como seria o caso do uso de facilidades solicitado, com invocação da aliança, pelo Govêrno Britânico).

b) Tendo o Govêrno Português salvaguardado desde o primeiro momento as obrigações para êle emergentes do Tratado de Amizade e Não Agressão e Protocolo Adicional celebrados com a Espanha e uma das bases da sua política externa, pôde verificar-se como nesse ponto a política portuguesa era não só respeitada como vista com simpatia pelo Govêrno Britânico cuja política de guerra se entende não interferir com a manutenção de uma zona de paz na Península Ibérica. O Govêrno Português deu já à Espanha completas explicações àcêrca dêste aspecto das relações anglo-lusas. O Govêrno pode dizer que o Embaixador de Inglaterra em Madrid confirmará, por parte da Inglaterra, as mesmas seguranças.

c) Como bem disse o Primeiro Ministro britânico a concessão agora efectuada, acrescentando nova fôrça e vigor à antiga aliança entre Portugal e a Inglaterra e dando naturalmente lugar à confirmação e refôrço das garantias políticas dos Tratados, torna-se em nova prova da amizade existente e garantia do seu estreitamento futuro.

ÊSTE QUARTO NÚMERO DA
REVISTA LUSO - BRASILEIRA
ATLÂNTICO
ACABOU DE SE IMPRIMIR NO
DIA VINTE E UM DE NOVEM-
BRO DE MIL NOVECENTOS
E QUARENTA E TRÊS, NA
OFICINA GRÁFICA, LIMITA-
DA, SITA NA RUA DA OLI-
VEIRA DO CARMO, NÚMERO
OITO, NA CIDADE DE LISBOA